

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**A APROPRIAÇÃO DAS TICS POR EXTENSIONISTAS
E AGRICULTORES FAMILIARES: *POSSIBILIDADES*
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

TESE DE DOUTORADO

Marcela Guimarães e Silva

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**A APROPRIAÇÃO DAS TICS POR EXTENSIONISTAS E
AGRICULTORES FAMILIARES:
*POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL***

Marcela Guimarães e Silva

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ada Cristina Machado da Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Guimarães e Silva, Marcela

A apropriação das TICs por extensionistas e agricultores familiares: possibilidades para o desenvolvimento rural. / Marcela Guimarães e Silva.- 2014.

306 p.; 30cm

Orientadora: Ada Cristina Machado da Silveira
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2014

1. Extensão Rural 2. Comunicação 3. Mdiatização 4. Tecnologias de Informação e Comunicação 5. São Borja/RS I. Silveira, Ada Cristina Machado da II. Título.

© 2014

Todos os direitos autorais reservados a Marcela Guimarães e Silva. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Eddie Freire Nunes, n. 2452, Bairro Centro, São Borja, RS. CEP: 97670-000

Fone (0xx) 55 34302252; E-mail: marcelasilva@unipampa.edu.br

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado**

**A APROPRIAÇÃO DAS TICS POR EXTENSIONISTAS E
AGRICULTORES FAMILIARES: *POSSIBILIDADES PARA O*
DESENVOLVIMENTO RURAL**

elaborada por
Marcela Guimarães e Silva

como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Ada Cristina Machado da Silveira, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Clayton Hillig, Dr. (UFSM)

Antônio Luiz Oliveira Heberlê, Dr. (EMBRAPA)

Ângela Cristina Trevisan Felippi, Dr.^a (UNISC)

Maria Ivete Trevisan Fossá, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, 27 de março de 2014.

*Ao Tiago e
à Fani com amor.*

AGRADECIMENTOS

A construção desta tese é resultado da cooperação de muitas pessoas, algumas talvez nem imaginam o quanto foram imprescindíveis para a sua realização, por isso aproveito este espaço para agradecer:

À Professora Ada pela dedicada e compreensiva orientação para a tese e para minha vida como docente e pessoa.

À Universidade Federal de Santa Maria, ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelas oportunidades.

Aos meus professores e colegas do programa, em especial ao Professor Hugo Vela pela sua colaboração ao projeto de pesquisa desta tese.

Aos professores da Banca que se dispusera a contribuir com seus conhecimentos para o meu trabalho, Prof. Dr. Antônio Heberlê, Prof. Dr. Clayton Hillig, Prof.^a Dr.^a Maria Ivete Fossá, em especial à Prof.^a Dr.^a Ângela Felippi que me apresentou ao Prof. Dr. Antônio Fidalgo, ao qual agradeço pela acolhida no LabCom/UBI.

À equipe de extensionistas da EMATER/RS – ASCAR de São Borja e aos agricultores familiares que colaboraram com esta pesquisa.

À Universidade Federal do Pampa, aos meus colegas professores e aos meus queridos alunos pelo apoio.

Aos meus pais, João Carlos e Nelci, os motoristas particulares que percorrem muitos quilômetros de São Borja para Santa Maria para me acompanhar até as aulas.

Ao meu companheiro Tiago pelo amor, amizade e cumplicidade nesta trajetória que juntos começamos a trilhar.

À minha companheira Fani que na ausência de palavras transmite em olhares toda a compreensão da qual eu preciso.

A todos os meus amigos que compreenderam as minhas ausências e sempre me apoiaram ao longo deste percurso, principalmente à Fabiane Verissimo e à Fernanda Sagrilo Andres.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, e que não foram nominalmente citados.

E a Deus que colocou todas estas pessoas em meu caminho!

*“A vida nem sempre segue o nosso querer,
mas ela é perfeita naquilo que tem que ser”*

Chico Xavier

O estágio realizado no Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online (LabCom) da Universidade da Beira Interior (UBI) em Portugal, foi realizado por meio de bolsa do Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo nº 16214-12-9.

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

A APROPRIAÇÃO DAS TICS POR EXTENSIONISTAS E AGRICULTORES FAMILIARES: *POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL*

AUTORA: MARCELA GUIMARÃES E SILVA

ORIENTADORA: ADA CRISTINA MACHADO DA SILVEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 27 de março de 2014.

A relação entre desenvolvimento e comunicação historicamente se desdobrou em distintas perspectivas, sendo possível analisá-la nos serviços públicos de extensão rural, já que no Brasil constituíram uma das principais estratégias para consolidação dos projetos de desenvolvimento. Foi nesse cenário, que os meios de comunicação assumiram importante papel tanto na difusão de tecnologias e informação para o campo, como na relação entre agricultores e extensionistas, estes últimos os agentes de intervenção do Estado, marcando a passagem de um modelo difusor para dialógico nas práticas da extensão rural. Assim, a problemática desta investigação considera o avanço das novas mídias (internet e telefone móvel celular) diante da sua popularização e possibilidade de participação que representam para os indivíduos no processo comunicacional, num contexto em que emergem novas políticas públicas no âmbito da extensão rural, da inclusão digital e da agricultura familiar. E tem como objetivo compreender o significado das novas tecnologias de informação e comunicação, as TICs, a partir da sua apropriação na relação entre extensionistas e agricultores no âmbito do desenvolvimento rural. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo tendo como principal referencial a teoria da comunicação de Muniz Sodré (2002) que argumenta que a comunicação na sociedade midiaticizada recobre questões sobre vinculação social e consumo dos veículos, incidindo assim, em uma nova forma cognitiva de percepção e interpretação do mundo pelos indivíduos. Estes aspectos foram empregados como categorias de interpretação e análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados e observação do cotidiano dos cinco extensionistas do escritório municipal da EMATER/RS – ASCAR e de 16 agricultores familiares de São Borja, na Fronteira Oeste do Estado. Diante da realidade estudada observou-se que o tanto os meios tradicionais de comunicação, como as TICs estão inseridas nas rotinas destes indivíduos, representando a expansão das suas relações sociais, a reorganização das suas práticas e a inserção da mulher no gerenciamento da propriedade familiar. Por fim, concluiu-se que as TICs na relação entre agricultores familiares e extensionistas significam novos vínculos, a ampliação do acesso à informação pelos grupos, e, principalmente o reposicionando de cada um destes atores no âmbito do desenvolvimento rural, se considerado este como um processo de mudança social que requer o envolvimento dos agentes em seu contexto.

Palavras-chave: Extensão Rural. Comunicação. Midiaticização. São Borja/RS.

ABSTRACT

Doctoral Thesis
Postgraduate Programme in Rural Extension
Federal University of *Santa Maria*

OWNERSHIP OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY (ICTs) IN WORKERS AND FARMERS FAMILIES: POSSIBILITIES FOR RURAL DEVELOPMENT

AUTHOR: MARCELA GUIMARÃES E SILVA

ADVISOR: ADA CRISTINA MACHADO DA SILVEIRA

Date and Place of Defense: Santa Maria, March 27th, 2014.

The relationship between development and communication historically unfolded in different perspectives, and you can analyze it in public rural extension services, since in Brazil were one of the main strategies for consolidation of development projects. It was in this scenario that the media have taken important both in broadcasting and information technologies to the field, as in the relationship between farmers and extension workers, the latter agents of state intervention, marking the passage of a diffuser model for the dialogical practices of rural extension. Thus, the problem of this research considers the advancement of new media (internet and mobile phone) before his popularity and the possibility of participation to represent individuals in the communication process, in a context where emerging new public policies on rural extension digital inclusion and family farming. And it aims to understand the significance of new information and communication technologies, ICTs, from its ownership in the relationship between extension workers and farmers under rural development. Therefore, a field research with the main theory of referential communication Muniz Sodré (2002) who argues that communication in mediated society covers issues about social connection and consumption of vehicles, thus focusing on a new form of cognitive perception and interpretation of the world by individuals. These aspects were used as categories of interpretation and analysis of the results obtained in field research conducted through semi-structured interviews with scripts and observation of everyday extension of the five municipal office EMATER / RS - ASCAR and 16 farmers of São Borja, West Frontier in the state. Faced with the reality studied it was observed that both traditional media such as ICTs are embedded in the routines of these individuals, representing the expansion of its social relations, the reorganization of their practices and the inclusion of women in the management of family property. Finally, it was concluded that ICTs in the relationship between farmers and extension mean new bonds, increasing access to information by groups, and especially the repositioning of each of these actors in the context of rural development, this is considered as a process of social change that requires the involvement of agents in their context.

Keywords: Rural Extension. Communication. Mediatization. São Borja / RS.

LISTA FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque na localização do município de São Borja/RS | 33 |
| Figura 2 – Modelo em dois eixos de relacionamento de mídia pessoal e de massa proposto por Lüders, 2008..... | 121 |
| Figura 3 – Esquema para análise da midiaticização de Verón | 139 |
| Figura 4 – Croqui da abrangência do Programa São Borja Digital..... | 170 |
| Figura 5 – Esquema de interpretação e análise do estudo | 196 |
| Figura 6 – Páginas do diário de campo..... | 291 |
| Figura 7 – Público do II Seminário Agricultura Familiar em São Borja/RS; e família rural relatando a sua experiência..... | 292 |
| Figura 8 – Reunião dos agricultores familiares com extensionistas e representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de São Borja/RS..... | 293 |
| Figura 9 – Intervenção dos extensionistas junto aos agricultores familiares..... | 294 |
| Figura 10 – Feira no Mercado Público Municipal; e feira no Centro de São Borja/RS..... | 295 |
| Figura 11 – Área externa e interna do <i>stand</i> da Agricultura Familiar na FENAOESTE em São Borja/RS..... | 296 |
| Figura 12 – Paisagem do corredor de acesso à propriedade rural de AF2; e início do percurso de acesso à propriedade rural de AF10..... | 298 |
| Figura 13 – Ensaio dos alunos do interior para o Desfile do dia 07 de setembro em São Borja/RS | 299 |
| Figura 14 – Propriedade rural de produção leiteira de AF1; e propriedade rural de produção de hortaliças de AF10..... | 300 |
| Figura 15 – Área externa da casa com destaque aos equipamentos para acesso à internet e sinal de canais de televisão | 301 |
| Figura 16 – Aparelho de rádio junto ao tanque da sala de ordenha; e em cima da mesa de trabalho do produtor de hortaliças | 301 |
| Figura 17 – Aparelho de rádio próximo à janela do galpão; e aparelho de rádio com instalação improvisada na área aberta..... | 302 |
| Figura 18 – Jornal Folha de São Borja entre aparelho de televisão e produto veterinário na sala de estar da casa do agricultor familiar | 303 |
| Figura 19 – Computador abandonado; e computador integrado no convívio familiar..... | 303 |

LISTA GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Percentual de pessoas que utilizaram a internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade – Brasil – 2005/201182
- Gráfico 2 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a existência de microcomputadores com acesso à internet no domicílio, no período de referência dos últimos três meses – Brasil – 2005/201182
- Gráfico 3 – Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade – Brasil – 2005/201183

LISTA QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Estratégias metodológicas por objetivos e por etapas | 40 |
| Quadro 2 – Divisão dos períodos da extensão rural conforme diferentes autores.. | 67 |
| Quadro 3 – Comparação entre agricultura familiar e agricultura patronal..... | 87 |
| Quadro 4 – Tipos de agricultores familiares..... | 149 |
| Quadro 5 – Síntese da análise histórica do município de São Borja, RS..... | 153 |
| Quadro 6 – Dados da população rural do município de São Borja, RS, considerando-se o total da população residente rural..... | 154 |
| Quadro 7 – Número de extensionistas por cargos e funções | 163 |
| Quadro 8 – Resumo dos meios de comunicação disponíveis à população em São Borja/RS | 173 |
| Quadro 9 – Resumo dos meios de comunicação de Santo Tomé na Argentina, disponíveis à população de São Borja/RS | 174 |
| Quadro 10 – Definição conceitual das categorias | 191 |
| Quadro 11 – Perfil dos agricultores familiares entrevistados | 199 |
| Quadro 12 – Dados referentes à propriedade rural..... | 201 |
| Quadro 13 – Dados referentes à família | 205 |
| Quadro 14 – Lista com o perfil dos extensionistas entrevistados | 207 |
| Quadro 15 – Dados complementares dos extensionistas entrevistados..... | 208 |
| Quadro 16 – Informações do diário de campo | 305 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------|--|-----|
| Tabela 1 – | Estabelecimento e área da agricultura familiar no Brasil..... | 88 |
| Tabela 2 – | Percentual das pessoas que utilizaram a internet, no período de referência dos últimos três meses na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo os grupamentos ocupacionais no trabalho principal: Trabalhadores Agrícolas – Brasil – 2005/2011 | 91 |
| Tabela 3 – | Percentual das pessoas que utilizaram a internet, no período de referência dos últimos três meses na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo os grupamentos de atividades do trabalho principal: Agrícola – Brasil – 2005/2011 | 91 |
| Tabela 4 – | Percentual das pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grupamentos ocupacionais no trabalho principal: Trabalhadores Agrícolas – Brasil – 2005/2011 | 92 |
| Tabela 5 – | Percentual das pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal: Agrícola – Brasil – 2005/2011 | 92 |
| Tabela 6 – | Estabelecimento e área da agricultura familiar no Rio Grande do Sul..... | 147 |
| Tabela 7 – | Estabelecimentos e área da agricultura familiar na Fronteira Oeste do RS | 148 |
| Tabela 8 – | Estabelecimento e área da agricultura familiar em São Borja..... | 156 |
| Tabela 9 – | Número de propriedades rurais do município de São Borja, RS, por estrato de área | 156 |
| Tabela 10 – | Público beneficiário da ação da EMATER/RS – ASCAR em São Borja/RS, sem repetição no ano de 2010..... | 163 |
| Tabela 11 – | Recursos disponibilizados em crédito rural pelos agentes financeiros para execução dos projetos elaborados pela EMATER/RS – ASCAR e as famílias beneficiadas de São Borja/RS, em 2010 | 166 |
| Tabela 12 – | Conjunto metodológico utilizado pela EMATER/RS – ASCAR e público atingido em São Borja/RS, no ano de 2010..... | 167 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------------------------|---|
| ABCAR | Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural |
| ABIR | Associação Brasileira de Informação Rural |
| ACAR | Associações de Crédito e Assistência Rural |
| ACAR-MG | Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais |
| AM | Amplitude Modulada |
| AMFRO | Associação dos Municípios da Fronteira Oeste |
| ASCAR | Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural |
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| ATES | Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental |
| CBO – Domiciliar | Classificação Brasileira de Ocupações – Domiciliar |
| CECOR | Centro Nacional de Treinamento e Pesquisa em Comunicação Agrícola |
| CGI.BR | Comitê Gestor da Internet no Brasil |
| CIESPAL | Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CGBH RIOS BUTUÍ-ICAMAQUÃ | Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos Rios Butuí e Icamauã |
| CMAS | Conselho Municipal de Assistência Social |
| CMDR | Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural |
| CMEA | Comissão Municipal de Estatística Agropecuária |
| CMI | Conselho Municipal do Idoso |
| CMRDMA | Conselho Municipal de Recuperação e Defesa do Meio Ambiente |
| CMS | Conselho Municipal de Saúde |
| CNAE – Domiciliar | Classificação Nacional das Atividades Econômicas – Domiciliar |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| COPEEC | Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de Reforma Agrária |
| COTRISAL | Cooperativa Tritícola Samborjense LTDA |
| DAP | Declaração de Aptidão ao Pronaf |
| DRP | Diagnóstico Rural Participativo |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| EMBRATER | Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EMATER/RS – ASCAR | Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| ETA | Escritório Técnico de Agricultura |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FAO | Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura |
| FEE | Fundação de Economia e Estatística |
| FM | Frequência Modulada |
| FENAOESTE | Feira Internacional de Negócios Agropecuários da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul |

| | |
|----------|---|
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| GITE | Grupo de Integração e Troca de Experiências |
| GTZ | Agência Alemã de Cooperação Técnica |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| LABCOM | Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| MC | Ministério das Comunicações |
| MCTI | Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| MEC | Ministério da Educação |
| MPA | Ministério da Pesca e Aquicultura |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego |
| ONGs | Organizações Não Governamentais |
| ONU | Organizações das Nações Unidas |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PDA | Plano de Desenvolvimento do Assentamento |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PNATER | Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| PNBL | Plano Nacional de Banda Larga |
| PRA | Plano de Recuperação do Assentamento |
| PROJOVEM | Programa Nacional de Inclusão de Jovens |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRONATEC | Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego |
| PRORENDA | Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda |
| RBSTV | Rede Brasil Sul de Televisão |
| SEDH | Secretaria Especial dos Direitos Humanos |
| SMDR | Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Rural |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| SIA | Sistema de Informação Agrícola |
| SNJ | Secretaria Nacional de Juventude |
| SOCINFO | Programa Sociedade da Informação no Brasil |
| TICs | Tecnologias de Informação e Comunicação |
| TV | Televisão |
| UBI | Universidade da Beira Interior |
| UFF | Instituto Federal Farroupilha |
| UFSM | Universidade Federal de Santa Maria |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNIPAMPA | Universidade Federal do Pampa |
| UO | Unidade de Observação |
| USAID | Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional |

LISTA DE APÊNDICES

| | |
|--|-----|
| APÊNDICE A – Termo de consentimento | 279 |
| APÊNDICE B – Roteiro de entrevista empregado com os agricultores familiares .. | 281 |
| APÊNDICE C – Roteiro de entrevista empregado com os extensionistas | 287 |
| APÊNDICE D – Informações do diário de campo | 291 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 31 |
| Problema de pesquisa | 34 |
| Objetivos | 36 |
| Procedimentos metodológicos | 37 |
| Estrutura da tese | 40 |
| 1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE EM QUE A PROBLEMÁTICA SE DESENVOLVE | 43 |
| 1.1 Antecedentes históricos da relação Desenvolvimento e Comunicação | 45 |
| 1.2 A trajetória da extensão rural no Brasil..... | 58 |
| 1.3 A comunicação no contexto da extensão rural | 68 |
| 1.4 A Sociedade da Informação no Brasil: entre ações e intenções | 76 |
| 1.5 A emergência da agricultura familiar..... | 85 |
| 1.6 As TICs e a agricultura familiar | 89 |
| 2 DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA A PARTIR DOS MEIOS, MEDIAÇÕES E INTERAÇÕES SOCIAIS | 97 |
| 2.1 Desenvolvimento, mudança social e comunicação | 98 |
| 2.2 Desenvolvimento: meios e mediações..... | 101 |
| 2.3 As interações sociais na Modernidade | 107 |
| 2.4 Meios, mediações e interações sociais: a experiência da comunicação... .. | 110 |
| 3 NOVAS TECNOLOGIAS E NOVAS PERSPECTIVAS PARA A COMUNICAÇÃO | 117 |
| 3.1 Novas tecnologias e Globalização..... | 118 |
| 3.2 Teorizando sobre a comunicação..... | 129 |
| 3.2.1 Sobre vínculos, veículos e cognição | 132 |
| 3.2.2 Da midiaticização ao <i>bios</i> midiático | 136 |
| 4 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOECONÔMICOS DA ÁREA DE PESQUISA | 143 |
| 4.1 Apresentação do Estudo: localização e público-alvo | 143 |
| 4.1.1 Antecedentes históricos da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e Fronteira Oeste | 145 |
| 4.1.2 Antecedentes históricos da agricultura familiar em São Borja..... | 150 |
| 4.1.3 A presença histórica da EMATER/RS – ASCAR..... | 157 |
| 4.1.4 As mídias em São Borja..... | 168 |
| 5 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA INTERPRETAÇÃO E ANÁLISES DO ESTUDO | 175 |
| 5.1 Das noções de desenvolvimento ao desenvolvimento rural como estratégia | 175 |
| 5.2 Atores do desenvolvimento rural | 180 |
| 5.3 Noções de consumo e de apropriação das TICs..... | 185 |
| 5.4 Categorias operacionais de análise de interpretação do estudo..... | 189 |
| 5.4.1 Quadro conceitual das categorias de operacionalização do estudo..... | 190 |
| 5.4.2 Esquema para análise e interpretação do estudo | 192 |

| | |
|---|------------|
| 6 DA ENERGIA ELÉTRICA A INTERNET: POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL | 197 |
| 6.1 Sobre os informantes | 198 |
| 6.1.1 Sobre os agricultores familiares..... | 198 |
| 6.1.2 Sobre os extensionistas..... | 206 |
| 6.2 Dos vínculos em questão..... | 214 |
| 6.2.1 Vinculação social: assistência, informação, amizade e dependência..... | 214 |
| 6.3 Veículo: dos meios tradicionais às TICs | 224 |
| 6.3.1 A presença massiva dos meios de comunicação tradicionais | 225 |
| 6.3.2 As TICs no campo | 231 |
| 6.4 Cognição: uma leitura pelos vínculos e veículos na sociedade midiaticizada | 241 |
| 6.4.1 A interseção dos vínculos e veículos | 242 |
| 6.4.2 Do consumo à apropriação dos produtos midiáticos | 246 |
| 6.5 Desenvolvimento rural e significado das TICs na relação entre os atores: em busca de respostas | 249 |
| CONCLUSÃO..... | 257 |
| REFERÊNCIAS | 263 |

INTRODUÇÃO

Em uma das saídas a campo para conhecer a realidade dos indivíduos e suas práticas — dos agricultores familiares e dos extensionistas —, fui à casa de uma das mulheres para participar de uma reunião de mulheres organizada pela extensionista da área técnica social e ambiental. A casa localizava-se adiante da Vila Brites, a uns 100 quilômetros da cidade de São Borja/RS, indo pela BR 287, e no percurso pude ver várias pequenas propriedades próximas à beira do asfalto e muitas outras espalhadas entre as grandes fazendas de criação de gado e plantação de arroz.

Nesse dia, uma das mulheres decidiu levar a filha à reunião, o que muitas fazem, pois não têm com quem deixar os filhos ao sair de casa. Por essa razão, essa mulher pediu-me carona até a sua casa para pegar o material escolar da filha que, após o almoço, teria de ir à escola. Percorremos os seis quilômetros de estrada desértica, até a casa dela, uma casa solitária, sem árvores, sem muros, sem pátio, cercada apenas por uns fios de arame. Ela me contou timidamente e em poucas palavras porque estava morando ali. Ela e o marido sempre trabalharam como empregados rurais em uma fazenda distante dali, mas quando a filha cresceu e teve que ir para a escola tiveram que encontrar uma maneira de ficar mais próximos ao asfalto onde o ônibus escolar passa para buscar as crianças e levá-las à escola. Então, compraram um “terreno” e construíram a casa onde mora com a filha. O marido continua trabalhando na fazenda e vem para casa uma vez por mês a cavalo, pois leva um dia para ir e outro para voltar por uma estrada que ela mostrou parecer ser infinita.

Ao entrar em sua casa a seu convite, ela ligou a televisão na sala e foi para o quarto arrumar a menina. Nesse meio tempo, chegou um jovem de motocicleta. Era o responsável por fazer a leitura do consumo de energia no contador em frente à casa. Quando a mulher retornou do quarto, relatou que a maioria dos dias era assim: levantava muito cedo, às seis horas da manhã, arrumava a filha e a levava a pé pela estrada de chão até o asfalto onde passa o ônibus escolar. Ao retornar ficava sozinha, cuidando da casa, da horta, fazendo um artesanato e assistindo TV até o retorno da filha, no final da tarde. Mas aquele dia estava sendo um pouco diferente. E comentou que só é diferente quando vai para a cidade, uma vez por mês, quando

o marido vem da fazenda, ou quando ela participa das atividades organizadas pela extensionista. As vizinhas ligam para o seu celular avisando-a sobre a atividade. Os parentes moram longe, do mesmo modo que toda a vizinhança. Mas se sente bem melhor por ter sua casa com as suas próprias coisas, descrevendo tudo o que já conseguiram comprar: a televisão, a geladeira, o sofá, e que faz todo esse esforço porque quer que a filha estude, tenha um futuro melhor e que o marido possa, um dia, morar ali.

Embora essa mulher não seja uma das entrevistadas, sua realidade é muito semelhante à de muitos agricultores familiares pesquisados no que se refere às suas práticas cotidianas, em especial no que se refere aos meios de comunicação. Durante a pesquisa de campo, para chegar às propriedades dos agricultores familiares percorri muitos quilômetros de estradas de chão, atravessando pontilhões, fazendas, rebanhos de gado e de ovelha, acompanhada pelo medo do desconhecido e distante, ou seja, por andar em estradas que pareciam não ter fim, com a impressão de que dariam apenas em mais lavouras e rebanhos. A única salvação parecia ser o telefone móvel para ligar o tempo todo para a família de agricultores que me esperava para a entrevista.

A intenção de descrever esse cenário é o de ilustrar a realidade na qual a problemática desta tese se desenvolve, em torno do eixo desenvolvimento, comunicação e extensão rural, considerando ainda o contexto do município de São Borja/RS. No qual, embora a presença das mídias se encontre naturalizada no cotidiano desses indivíduos, acabam por incidir em mudanças sociais. Isto porque, ao longo da história, as Tecnologias de Informação e Comunicação, daqui por diante, as TICs, foram criando novas possibilidades de interação social, ao mesmo tempo em que produziram revoluções significativas nos aspectos centrais da vida cotidiana de indivíduos e instituições por meio de suas formas de interpretação e participação no mundo, e que aos poucos foi se reproduzindo no contexto rural brasileiro.

São Borja, município localizado na região da Fronteira Oeste, tem como base da sua economia a atividade agropecuária e a agricultura familiar (FEE, 2013). De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, existem 1.129 estabelecimentos agropecuários, detentores de 284.660 hectares, e, destes, 278 são assistidos pela EMATER/RS – ASCAR. Os demais são atendidos por outras formas de serviços, público e/ou privado. Esse grupo é formado por agricultores familiares, distribuído

em 34 localidades rurais, e que participam de algum dos programas desenvolvidos pela EMATER/RS – ASCAR em parceria com outras instituições e organizações do município, conforme dados do Relatório de Atividades Municipais - 2010.

Nesse município, a agricultura familiar emerge e se fortalece a partir de políticas públicas do Estado, sendo uma estratégia e alternativas frente às crises do setor agropecuário. Além disso, a revisão do modo de olhar o desenvolvimento rural e da agricultura familiar no Brasil vem contribuindo para o seu reconhecimento não apenas como uma categoria, mas pela sua participação socioeconômica no cenário de desenvolvimento do local.

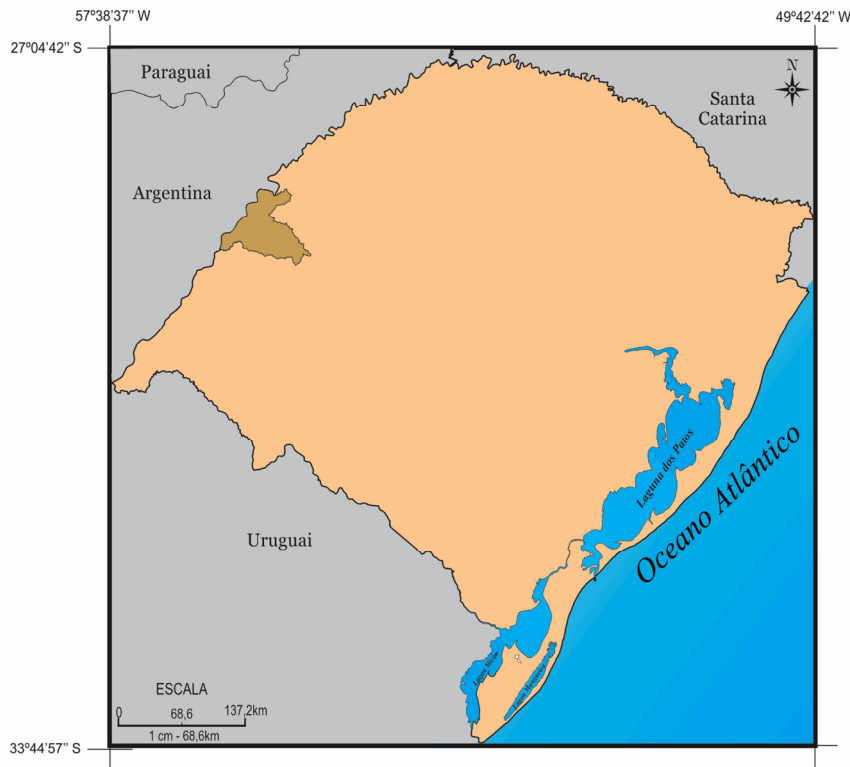


Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque na localização do município de São Borja/RS¹

Fonte: Produzido por OLIVEIRA (2012).

¹ No mapa do Rio Grande do Sul apresenta-se, com destaque, a localização do município de São Borja, onde foi desenvolvida a pesquisa de campo.

Problema de pesquisa

O desenvolvimento da sociedade moderna foi acompanhado pela comunicação, e testemunhado pelo surgimento de tecnologias de informação e comunicação. Da Revolução Industrial à revolução eletrônica, os meios de comunicação exerceram papel central na vida das pessoas. Da imprensa à internet foram muitas as transformações pelas quais não somente os meios foram modificados pelas novas tecnologias, mas também as relações político-econômicas e, principalmente, as sociais, culturais e históricas. Thompson (1998) afirma que o desenvolvimento dos meios de comunicação se entrelaçou aos demais processos de desenvolvimento, constituindo o que se denomina de modernidade, criando novas formas de interação social.

No Brasil, os meios de comunicação de massa foram, na consolidação do projeto político-econômico de desenvolvimento nacional, fundamentais no processo comunicativo e na difusão dos ideais modernizantes, projetados na industrialização e na modernização da agricultura. Em concomitância, como uma das políticas do Estado para o desenvolvimento nacional, foram criados, na década de 1940, os primeiros serviços públicos de assistência técnica e extensão rural², uma das pedras de toque para superar o subdesenvolvimento.

Inspirado no modelo de “duplo fluxo da comunicação³” proposto por Paul Lazarsfeld e Robert Merton, o modelo de difusão de inovações de Everett Rogers foi responsável pela irradiação de novas tecnologias e informações no campo, principalmente nos países subdesenvolvidos. A partir das ideias de Lerner e Schramm (1973) e também de Rogers (1995) Duarte e Castro afirmam que:

A informação agrícola é utilizada a partir de técnicas de formação de opinião pública e propagada, enviadas por meios de comunicação de massa, com o acréscimo estratégico da intermediação de atores de confiança dos agricultores, geralmente extensionistas, utilizando de “dois passos”, com as lideranças locais repassando as informações recebidas pelas agências de desenvolvimento ou mídia de massa (2004, p. 39).

² Conforme Duarte e Castro (2004), comunicação e extensão rural de entrelaçaram historicamente em quatro momentos denominados o de disseminação pela imprensa, o difusionismo de inovações tecnológicas, o estruturalismo e o pluralismo. Para fins de estruturação desta pesquisa serão adotados esses modelos sugeridos pelos autores.

³ Para saber mais em Mattelart; Mattelart (2009, p. 29–53).

Na sequência, emergiram, principalmente na América Latina, críticas a esses modelos, dando origem à teoria da dependência⁴. Mattelart; Mattelart apontam que “a América Latina não é apenas o lugar de uma crítica radical das teorias da modernização aplicadas à difusão de inovações junto aos camponeses, mas produz também iniciativas que rompem com o modo vertical de transmissão dos ‘ideais’ de desenvolvimento” (2009, p. 219).

Foi Paulo Freire que inaugurou uma nova concepção sobre a intervenção humana e social na perspectiva do desenvolvimento, com reflexos diretos no modo de fazer extensão rural e de pensar a comunicação⁵. Freire aponta para o cerne do processo de dominação social: a ausência de dialogicidade na comunicação cotidiana. E sugere um modelo, no qual compreende a educação como um processo de interação social democrática, dialógica e horizontal, em que todos participam com iguais oportunidades de conhecimento e acesso aos meios de comunicação (GOMES, 2004). Silveira afirma que “Freire, ao instaurar tal conceito de comunicação, estaria se contrapondo a toda tendência instrumentalista vigente, e desta forma, assegurou um caráter crítico a sua interpretação da prática extensionista” (1991, p. 144).

Atualmente, diante da atual ordem político-econômica de descentralização do poder do Estado, e do liberalismo econômico, o pluralismo, como se referem Duarte e Castro (2004), emerge como uma das possibilidades para a população na tentativa de fazer valer as políticas públicas nacionais de desenvolvimento no nível micro de intervenção do cotidiano, no local e no comunitário, através da participação coletiva nos processos de decisão, sendo um dos seus maiores desafios a serem superados na perspectiva do desenvolvimento local.

A trajetória do desenvolvimento rural no Brasil e a história da extensão rural foram marcadas pelo modelo de difusão de tecnologias de informação e comunicação e pelo modelo dialógico. Nesses cenários, as TICs ora foram adotadas

⁴ A teoria parte do conceito de dependência que pressupõe uma relação de subordinação entre países que integram o sistema econômico capitalista. Na década de 1970, quando foi postulada a teoria na América Latina, os Estados Unidos ocupava o centro e os países latino-americanos a borda externa do sistema. A teoria da dependência inspirou os estudos de Luís Ramiro Beltrán, que demonstraram que a dominação econômica, em um primeiro plano, mas também política, ideológica e cultural, tinha atingido também a compreensão do conceito de comunicação frente ao desenvolvimento (POLISTCHUK e TRINTA, 2003).

⁵ Os estudos de Paulo Freire foram de grande importância na orientação de estratégias de comunicação popular na América Latina e no mundo. Suas análises possibilitam o abandono de padrões científicos importados, abrindo caminhos para vários estudos latino-americanos sobre a comunicação (GOMES, 2004).

como instrumentos de transferência de informação dos extensionistas para os agricultores, ora como meio de comunicação entre estes. Desse modo, sempre se fizeram presentes nas várias experiências do Estado: do modelo centralizado ao privatizado até o pluralista vigente, e o último pressupõe o abandono de uma visão técnica dos serviços e prol de uma perspectiva de desenvolvimento rural em que as TICs também podem ser pensadas para esse fim.

A modernização da agricultura, no Brasil, apresentou características que se refletiram de modo similar em várias regiões, sendo que em São Borja, RS, tal realidade não foi diferente. Vários foram os projetos e programas de apoio ao desenvolvimento, entre os quais os serviços de assistência técnica e extensão rural. Atualmente, no Brasil, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), criada em 2003, estabelece o sistema de gestão descentralizado, no qual a identificação de problemas, a tomada de decisões e o apontamento de soluções são feitos pelos próprios beneficiários. Diante dessa realidade, a pergunta que emerge desse contexto, e que orienta esta investigação é: em quais condições se estabelece a apropriação das TICs na mediação entre extensionistas e agricultores familiares do município de São Borja/RS?

Objetivos

A presente investigação tem como objetivo geral compreender o significado das TICs no contexto do desenvolvimento rural a partir da sua apropriação na relação entre extensionistas e agricultores familiares. Com o propósito de alcançar esse objetivo geral, constituem-se como objetivos específicos:

- a) Verificar de que modo, historicamente, a comunicação se estabeleceu através das TICs no contexto das políticas públicas de extensão rural e do desenvolvimento rural em São Borja/RS;
- b) Identificar como as TICs estão inseridas na conjuntura econômica da propriedade rural;
- c) Analisar a relação que se estabelece pelas TICs entre extensionistas e agricultores familiares no sistema vigente em São Borja/RS;

- d) Identificar como as TICs contribuem para a elevação dos níveis de participação sociopolítico dos agricultores familiares e extensionistas de São Borja/RS atualmente;
- e) Compreender como a apropriação das TICs para a inclusão digital dos agricultores familiares e dos extensionistas de São Borja/RS.

Procedimentos metodológicos

Esta tese se estrutura em três principais fases. Na primeira realizou-se o desenvolvimento do aporte teórico-analítico, considerando-se os objetivos geral e específicos da investigação, por meio da revisão crítica de literatura e documental. Numa segunda fase, foram realizadas as entrevistas em profundidade, com os entrevistados selecionados, a partir de um roteiro semiestruturado, e fez-se a coleta dos dados a campo, a revisão dos elementos categóricos e a interpretação e análise dos dados. Na terceira fase realizou-se o cruzamento dos resultados, partindo-se do empírico em relação ao arcabouço teórico-analítico, e a apresentação das análises das duas fases anteriores.

Na fase do aporte teórico buscou-se construir um referencial, a partir da pesquisa bibliográfica e documental, sobre a relação histórica do desenvolvimento e da comunicação no contexto da extensão rural, a trajetória desses serviços públicos no Brasil e a emergência da agricultura familiar nesse contexto histórico. Ainda, refletiu-se sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação das mídias tradicionais e as TICs e a sua incidência no cotidiano da sociedade moderna. Aprofundou-se a reflexão sobre a abordagem comunicacional da midiatização defendida por Muniz Sodré (2002), e os aspectos sobre os quais a comunicação na sociedade midiatizada recobre, ou seja, vínculo, veículo e cognição, que foram empregados como categorias operacionais nesta tese. Nessa fase também foram então construídos os capítulos teóricos, necessários para a fase final.

A fase seguinte se refere ao estudo empírico, considerando-se que a presente tese teve por base lógica de investigação o método da compreensão, a partir do qual foi submetido à reflexão o conjunto de resultados obtidos pela aplicação das

entrevistas junto aos agricultores familiares e extensionistas da unidade da EMATER/RS – ASCAR do município de São Borja, RS. O método da compreensão tem por base a natureza do problema, permitindo observar as imbricações inscritas na relação entre esses indivíduos, que são informações difíceis de obter-se por meio de métodos de pesquisa quantitativos porque se transita em um universo de cognições e significações.

Em relação à amostragem ressalta-se que, no presente estudo, a quantidade não é o mais importante por não se estar preocupado em fazer generalizações, mas centra-se a reflexão no objetivo que é a compreensão das práticas do indivíduo. Portanto, a amostragem foi definida a partir do princípio da saturação de amostra, o qual determina que a coleta de dados encerra-se quando não há mais informações novas ou adicionais e os dados tornam-se repetitivos (BAUER; GASKEL, 2008). Por isso, foram realizadas 21 entrevistas — 16 com agricultores familiares e cinco com extensionistas.

Quanto ao número de agricultores familiares é importante dizer que, embora a EMATER/RS – ASCAR atenda 278 estabelecimentos agropecuários, optou-se por recortar a amostra, utilizando-se, desse número, apenas aqueles em que todos os integrantes da família trabalham na propriedade rural familiar de acordo com a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006⁶.

Todas as entrevistas foram gravadas em meio digital (mp3) e complementadas por anotações em caderno de campo, registros fotográficos e observação da realidade. Além das entrevistas, foram realizados contatos telefônicos e pessoais com os extensionistas e agricultores familiares para esclarecimentos sobre questões específicas, participando-se, na qualidade de observador, das práticas dos indivíduos em seus contextos. Após a aplicação das entrevistas os participantes assinaram o Termo de Consentimento (Apêndice A).

O roteiro da entrevista em profundidade foi construído de forma semiestruturada, com perguntas abertas direcionadas a cada um dos grupos. O dos agricultores continha questões norteadoras para compreensão do contexto do

⁶ De acordo com a lei a propriedade rural familiar deve atender aos seguintes requisitos: (I) - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família, o que não chega a 50% do total atendido.

indivíduo, da propriedade, da sua relação com os extensionistas e a presença das TICs no seu cotidiano (Apêndice B); o roteiro dos extensionistas continha questões sobre o seu contexto, sua atividade, sua relação com os agricultores e com as TICs (Apêndice C).

Realizada a coleta, os dados foram tradados inicialmente com a transcrição literal das entrevistas, usando-se para tanto o programa Windows Media Player. Em sequência, a análise dos dados obtidos no campo foram transferidos para o *software* NVivo®, versão 10, que auxilia a organização, a codificação e a análise do conjunto de dados, permitindo sistematizar as interpretações e análises, conforme as categorias operacionais estabelecidas nesta tese a partir do referencial teórico.

E na fase final desenvolveu-se a análise da realidade empírica, tendo por base o aporte teórico elaborado para contemplar os objetivos desta investigação, orientado pelas categorias operacionais construídas para esse fim e as informações e observações registradas no diário de campo (Apêndice D).

Para a operacionalização dos objetivos, geral e específico, nas três fases desta pesquisa, foram utilizados alguns procedimentos em cada uma das etapas, como sistematizado no quadro abaixo.

| Objetivo: | Procedimento metodológico: | | |
|---|--|-----------------------|--|
| | Etapa 01: | Etapa 02: | |
| Compreender o significado das TICs para o desenvolvimento rural a partir da relação entre extensionistas e agricultores familiares | Pesquisa bibliográfica Análise do “estado da arte”. Análise de artigos, livros e demais publicações. | Pesquisa qualitativa | Refletir, à luz da abordagem compreensiva, sobre o conjunto de resultados obtidos junto à realidade empírica, considerando-se o aporte teórico adotado |
| Verificar de que modo, historicamente, a comunicação se estabeleceu através da TICs no contexto das políticas públicas de extensão rural e do desenvolvimento rural | Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental Análise do “estado da arte”. Análise de documentos e registros históricos | Pesquisa qualitativa | Análise histórica dos conteúdos coletados |
| Identificar como as TICs estão inseridas na conjuntura econômica da propriedade rural | Levantamento Análise de dados estatísticos sobre o uso das TICs e resultados econômicos da propriedade | Pesquisa quantitativa | Análise dos dados e resultados coletados (entrevista) |
| Analisar a relação que se estabelece pelas TICs entre extensionistas e | Pesquisa bibliográfica Levantamento Análise de livros e do uso das TICs pelos grupos | Pesquisa qualitativa | Análise dos resultados da pesquisa empírica (Observação, entrevista em profundidade e demais |

continua

| | | | |
|---|---|----------------------|---|
| agricultores familiares no sistema vigente | | | contatos) |
| Identificar como as TICs contribuem para a elevação dos níveis de participação sociopolítico dos grupos atualmente | Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental Análise de livros e documentos | Pesquisa qualitativa | Cruzamento dos resultados do aporte teórico com os da pesquisa empírica |
| Compreender como a apropriação das TICs auxilia a inclusão sociocultural dos agricultores familiares e dos extensionistas | Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental Análise de livros e documentos | Pesquisa qualitativa | Análise dos resultados da pesquisa empírica à luz do aporte teórico |

Quadro 1 – Estratégias metodológicas por objetivos e por etapas

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Dessa forma, a partir da execução das três fases, obteve-se a estrutura final desta tese, que se apresenta a seguir.

Estrutura da tese

Para dar conta dos objetivos propostos, a presente tese segue a seguinte ordem: inicialmente apresentam-se a problemática da pesquisa, os objetivos geral e específicos e os procedimentos metodológicos. No primeiro capítulo realiza-se uma contextualização na qual problemática de desenvolve, apresentando aspectos históricos sobre a comunicação no contexto do desenvolvimento e da extensão rural. Faz-se, também, uma breve abordagem sobre o desenvolvimento das TICs diante das iniciativas em direção à sociedade da informação no país e no âmbito da agricultora familiar.

No capítulo seguinte trata-se do desenvolvimento enquanto mudança social, no qual os meios de comunicação estão inseridos. A partir desse eixo abordam-se as questões relacionadas às mediações e às novas possibilidades de interação social dos indivíduos, advindas do desenvolvimento técnico dos meios de comunicação, e suas consequências para a experiência na sociedade moderna.

No terceiro capítulo aprofunda-se a teoria da comunicação não linear e em rede proposta por Muniz Sodré (2002). Assim, inicia-se pela análise da emergência

das novas tecnologias e o fenômeno da globalização da comunicação. Em sequência, apresenta-se a perspectiva do autor quanto aos níveis operacionais que a comunicação na contemporaneidade atende, ou seja, vínculo, veículo e cognição, em que esses aspectos são empregados como categorias operacionais desta tese. E, por fim, trata-se de algumas noções sobre a midiatização da sociedade e o surgimento do *bios* midiático, enquanto nova forma existencial.

Já, no quarto capítulo, apresenta-se o contexto histórico e socioeconômico de São Borja, ou seja, da área de pesquisa, por meio de um breve resgate dos antecedentes à emergência da agricultura familiar no Estado, na região da Fronteira Oeste e no Município, seguido da trajetória da EMATER/RS – ASCAR e suas principais atividades realizadas no município. E, ainda, apresenta-se um panorama das ações para popularização e acesso às TICs em São Borja.

No capítulo cinco apresentam-se os pressupostos teóricos — os principais eixos norteadores para interpretação e análise da realidade. Abordam-se algumas noções sobre: desenvolvimento e desenvolvimento rural como estratégia; atores sociais e agentes do desenvolvimento; consumo e apropriação das TICs; e, a seguir, apresenta-se o quadro-síntese das categorias e o esquema para análise e interpretação.

Por fim, o capítulo seguinte concentra-se na sistematização e análise dos resultados obtidos durante a pesquisa de campo e na discussão desses resultados com base no referencial teórico adotado, em que se busca compreender o significado das TICs na relação entre agricultores familiares e extensionistas. E finalmente, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE EM QUE A PROBLEMÁTICA SE DESENVOLVE

“Se somos capazes de consumir o mesmo que os desenvolvidos, é porque definitivamente nos desenvolvemos”

Enzo Faletto

As reflexões e abordagens possíveis ao estudar as questões do desenvolvimento e da comunicação são tantas que resultam em uma complexidade que impede de dar uma explicação uníssona e, ao mesmo tempo, permite a investigação sob diferentes perspectivas, mas requer um recorte para situar a discussão. Nesta seção tem-se o propósito de fazer esse recorte, situando a realidade em que a problemática da pesquisa se desenvolve, e fazer as amarrações entre os temas nos quais esta tese se alicerça: desenvolvimento – comunicação – extensão rural, em um contexto histórico determinado para, então, avançar na problemática da apropriação das novas tecnologias da informação e comunicação por agricultores familiares e extensionistas — objeto de análise neste estudo.

Este estudo considera o período de desenvolvimento do Brasil pós-Segunda Guerra Mundial, em que o Estado adotou várias políticas de desenvolvimento, entre as quais se destaca, para fins deste estudo, os serviços de assistência técnica e extensão rural e de comunicação como suporte a esse processo e que veio a estabelecer uma relação histórica entre desenvolvimento rural – comunicação – extensão rural. Foi após esse período que surgiram as discussões sobre o modo de reestruturar os países destruídos pela guerra, e retirar os países da América Latina, África e Ásia da condição de subdesenvolvidos e, ainda, manter o poder de modo centralizado, conforme previa o Plano Marshall⁷ promovido pelos Estados Unidos, país onde se iniciou este projeto.

No decorrer dos anos pós-guerra até os dias atuais, desenvolvimento e comunicação foram articulados em uma relação em que a comunicação se constituiu

⁷ Plano econômico para reconstrução dos países capitalistas no pós-guerra, criado pelo Secretário de Estado dos EUA, George Marshall. Além da reconstrução dos países e o fortalecimento do capitalismo, o plano previu combater o socialismo do leste europeu durante a Guerra Fria.

ora como meio, ora como técnica no contexto dos processos de desenvolvimento. Heberlê e Soares (2013) afirmam que a necessidade de situar o debate se deve ao fato de que “o conceito de comunicação para o desenvolvimento não chega a ser bem compreendido pelos países desenvolvidos, especialmente por aqueles que não foram submetidos compulsoriamente ao processo de convergência geopolítica do pós-2ª guerra” (2013, p. 154), como foi o caso do Brasil que, para dar início ao seu ‘desenvolvimento’ contou com o apoio de políticas internacionais para superar os problemas de falta de recursos financeiros e de tecnologias, principalmente para o setor agrícola.

Nesse cenário é que emerge a comunicação, como afirmam os Heberlê e Soares (2013) ao situar o debate sobre comunicação e desenvolvimento em países como o Brasil:

O desenvolvimento de que tratamos, portanto, refere-se aos países em desenvolvimento e começa a se desenhar num período em que os setores primário, industrial e comercial passam por fragilidades próprias do momento histórico. Junto com as políticas de desenvolvimento e para fazê-las efetivas numa população essencialmente rural e dispersa, havia a necessidade de contar com os emergentes meios de comunicação de massa. Abrem-se, portanto, as oportunidades para trabalhar a comunicação nos planos de desenvolvimento (HEBERLÊ; SOARES, 2013, p. 154).

A partir disso, a seguir faz-se um breve resgate histórico com implicações pragmáticas sobre a comunicação no contexto do desenvolvimento, e desta na articulação das políticas nacionais de assistência técnica e extensão rural, como estratégia de desenvolvimento. E, por seguinte, aborda-se a emergência de novas políticas públicas no cenário do rural brasileiro, como o reconhecimento de uma nova categoria agrária, a agricultura familiar, e as políticas de acesso às novas tecnologias, permitindo novas leituras sobre a inter-relação entre comunicação e desenvolvimento.

Antes de prosseguir é importante esclarecer que nesta seção não se tem a intenção de apresentar todos os fatos históricos do período em estudo, e que as políticas abordadas são aquelas que estão diretamente relacionadas com o tema em questão, pois se reconhece que tanto a história quanto as políticas ao se trabalhar comunicação e desenvolvimento são muito ricas e vastas. Portanto, não se quer cair num reducionismo, apenas estabelecer alguns limites para a pesquisa e discussão.

1.1 Antecedentes históricos da relação Desenvolvimento e Comunicação

Os debates sobre a relação entre desenvolvimento e comunicação⁸ não são recentes. Por isso, nesta seção apresenta-se dos alguns autores que ilustram por meio de seus estudos o percurso desta relação até o presente, principalmente, no cenário latino-americano. Sabe-se no entanto, que não se esgotam aqui as reflexões sobre esta temática.

Os estudos tiveram início ainda na década de 1960 quando surgiram as primeiras críticas ao modelo desenvolvimentista aplicado principalmente nos países subdesenvolvidos da América Latina, entre os quais o Brasil⁹. Nesse período emergiram pesquisas e modelos teóricos a partir da realidade de cada um desses países, sendo precursores dos estudos os autores Luis Ramiro Beltrán Salmón, Juan Díaz Bordenave, Paulo Freire, Armand Mattelart, Jesús Martín-Barbero, entre outros. Esses estudos foram antecidos por alguns fatos históricos que ilustravam o cenário em que se desenvolveram.

Nos anos de 1980 e 1990, muitos foram os estudos desenvolvidos sobre esta questão, sendo que a seguir se apresentam alguns que auxiliam na reconstituição história da relação, como Gustavo Cimadevilla, um dos autores que investiga a relação entre comunicação e desenvolvimento na América Latina, e que diz:

Quando penso no início da relação, penso necessariamente nos anos 1950. Para quem se familiariza com a literatura, falar em desenvolvimento nos leva praticamente à metade do século XX. Por quê? Porque aí se situam fundamentalmente as políticas estatais de planejamento e de procurar processos de modernização das sociedades. E quando eu faço o vínculo

⁸ As pesquisas sobre comunicação iniciaram em 1930, nos Estados Unidos, com três grandes áreas de conhecimento: o estudo dos efeitos provocados pelo crescimento dos meios técnicos de comunicação, o estudo da propaganda política e o estudo da utilização comercial-publicitária dos meios de massa. Esses modelos deram origem às teorias da comunicação aceitas na América e Europa.

⁹ Na América Latina, as pesquisas em comunicação iniciaram no começo do século XX, mas somente na década de 1950, com a expansão dos meios massivos de comunicação, se realizaram os primeiros estudos. O grande marco das pesquisas foi a criação do Centro Interamericano de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL), por iniciativa da UNESCO, que tinha por objetivo desenvolver modelos que atendessem as demandas socioculturais emergentes. A partir do CIESPAL os estudos passaram a ser institucionalizados e na década de 1960 foram definidas as áreas de pesquisa: os estudos acadêmicos tradicionais, os levantamentos comerciais e as pesquisas universitárias, e a pesquisa difusionista. Marques de Melo afirma que o principal equívoco da pesquisa difusionista foi partir de que “a comunicação por si só seria capaz de desencadear inovações, gerar desenvolvimento, independente das condições políticas e socioeconômicas” (apud GOMES, 2004, p. 47).

entre comunicação e essas políticas e essa existência do Estado é que encontro o primeiro movimento da relação. Um movimento que tem a ver com a resposta aos processos sociais de transformações urbano-rurais e que são abordadas principalmente pela sociologia norte-americana funcionalista e também pela psicologia da mudança (CIMADEVILLA, 2012, p. 43).

Em 1918, o então presidente dos Estados Unidos da América, Woodrow Wilson, em um de seus pronunciamentos já havia mencionado a noção de desenvolvimento, mas até a Segunda Guerra Mundial se falava que a evolução dos países atrasados (primitivos) para países civilizados ocorria após seu progresso. Porém, já em meados da década de 1950 surgiu a noção de desenvolvimento em substituição às ideias de progresso. De acordo com Beltrán:

Optar por el desarrollo significaba a la sazón no dejar librado el avance hacia la prosperidad y el bienestar al azar “leseferista” y limitarse a la inacción providencialista sino prever y organizar racionalmente la intervención estatal activa para lograr pronto el mejoramiento substantivo de la economía con apoyo de la tecnología a fin de forjar el adelanto material (2005, p. 04)¹⁰.

Seguindo a linha histórica, em 1949, no seu discurso de posse, o presidente reeleito dos EUA, Harry Truman, declarou a intenção de tornar o país hegemônico, estando disposto a apoiar os países subdesenvolvidos no pós-guerra. “É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas” (apud ESTEVA, 2000). Nesse mesmo período foi criada a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), responsável por auxiliar os governos, entre eles os latino-americanos, na melhoria de sua infraestrutura e qualidade de vida da população.

Segundo Luis Beltrán, além de infraestrutura, os programas também incluíam serviços públicos voltados para os setores da agricultura, saúde e educação.

Comprendiendo que la acción pro desarrollo en estos campos requería provocar por persuasión educativa cambios de conducta tanto en funcionarios como en beneficiarios, incluyó en cada uno de esos servicios

¹⁰ Optar pelo desenvolvimento significava na ocasião não deixar liberado o avanço em direção à prosperidade e o bem estar ao acaso “estúpido” e limitar-se à inação providencialista senão prever e organizar racionalmente a intervenção estatal ativa para conseguir imediatamente a melhora substancial da economia com apoio da tecnologia a fim de forjar o progresso material (BELTRÁN, 2005, p. 04, tradução nossa).

sociales una unidad dedicada a la información de apuntamiento a los fines del respectivo sector (BELTRÁN, 2005, p. 05)¹¹.

Assim, iniciou a relação entre comunicação e desenvolvimento, principalmente na América Latina. Beltrán apresenta experiências radiofônicas, educativa e popular, ocorridas na Colômbia e Bolívia, respectivamente, em que a comunicação foi utilizada com o objetivo de fomentar o desenvolvimento. Do mesmo modo, o EUA utilizou a comunicação para difundir seus serviços públicos na agricultura, saúde e educação. E essa relação, afirma Cimadevilla (2008, p. 03), se consolida, inicialmente, na prática e não no âmbito crítico e normativo, concluindo que *“el binomio comunicación y desarrollo fue de algún modo razón fundante como eje de problematización y compromiso intelectual”*¹².

Essa problematização (comunicação – desenvolvimento), amplamente impulsionada pela modernização da sociedade, tanto no campo teórico quanto no prático, ainda no final da década de 1940, alcançou os dias atuais. Por isso, para melhor compreender essa relação é necessário percorrer as décadas e os teóricos que estudaram a questão, partindo dos modelos teóricos norte-americanos que foram replicados na América Latina como estratégia de desenvolvimento. Cimadevilla (2012) denomina esse período de o primeiro movimento em que a relação entre comunicação e desenvolvimento começou a se estabelecer.

Do primeiro modelo funcionalista de comunicação da década de 1930, explicativo das funções dos meios de comunicação, definido por Wolf (2003) como abordagem geral dos meios de comunicação de massa no seu conjunto, em que se destacavam as funções em detrimento dos efeitos, foram se fundamentando os modelos teóricos de fundo sociológico funcionalista. Assim, em 1950, quando iniciou seu estudo comparativo em seis países do Oriente Médio, com o objetivo de avaliar a recepção dos conteúdos veiculados pela mídia pela população, Daniel Lerner descreveu uma tipologia de atitudes em relação ao ‘desenvolvimento’, considerando-o um processo:

¹¹ Compreendendo que a ação pró-desenvolvimento nestes campos requereria provocar por persuasão provocativa mudanças de conduta tanto em funcionários como em beneficiários, incluiu em cada um desses serviços sociais uma unidade dedicada à informação de apontamento aos fins do respectivo setor (BELTRÁN, 2005, p. 05, tradução nossa).

¹² “O binômio comunicação e desenvolvimento foi de algum modo a razão fundamental como eixo de problematização e compromisso intelectual” (CIMADEVILLA, 2008, p. 03, tradução nossa).

De transição do estado 'tradicional' a um estado de 'modernização' que só pode buscar seu modelo no Ocidente, onde a *empathy*, isto é a mobilidade psicológica própria à personalidade moderna, permitiu livrar-se da dominação e passividade e do fatalismo (MATTELART; MATTELART, 2009, p. 49).

Em sua teoria, publicada em 1958, Lerner descreveu quatro passos do processo de modernização: a urbanização (alicerçada na industrialização); a alfabetização; a exposição e participação nos meios de comunicação de massa; a participação na política. E ainda o autor apresenta:

Um modelo de modernização que fazia uma ligação implícita entre a capacidade de processamento de informações por parte dos indivíduos, a influência dos meios de comunicação de massa às quais estavam expostos e outros índices societários de modernização. A parte essencial do modelo era o conceito de empatia. Lerner usou a empatia principalmente como variável mediadora, um catalizador ou lubrificante entre outras variáveis no processo de modernização cognitiva, e conseqüentemente, societária. Embora a empatia possa também ser encarada como antecedente ou conseqüência da modernização, sua principal função no modelo de Lerner era de um mediador (apud WHITING, 1978, p. 84).

Semelhante a Lerner, o pesquisador Wilbur Schramm estudou a comunicação para o desenvolvimento, concluindo "que comunicação é um instrumento indispensável de política onde quer que se queira desenvolver" (1973, p. 333), apontando para a comunicação persuasiva e para os meios de comunicação como essenciais para o desenvolvimento econômico e social, inserindo cada um dos indivíduos no projeto de modernização da sociedade.

Segundo Schramm, a comunicação integra o desenvolvimento à medida que favorece o processo de mudança social, pois a comunicação, através dos veículos de comunicação, pode criar um clima favorável à transformação por chegar a cada indivíduo, e "não surpreende verificar que as estratégias realmente básicas da comunicação relativas ao desenvolvimento não são meramente estratégias de comunicação em absoluto, mas estratégias econômicas e políticas, profundamente arraigadas na natureza da sociedade" (1964, p. 42). Compete à comunicação inserir no cotidiano da população a concepção modernizadora, com novos comportamentos e hábitos, preparando cada indivíduo, que ele denomina de cidadão, para trabalhar por uma nova sociedade 'desenvolvida'. E o autor conclui:

Esse é o ponto em que a comunicação moderna se torna tão importante para o desenvolvimento econômico. Porque a tarefa dos veículos de comunicação de massa e informação e os 'novos veículos' de educação consiste em acelerar e facilitar a longa e lenta transformação social

necessária para o desenvolvimento econômico, e, em particular, acelerar e uniformizar a tarefa de mobilização dos recursos humanos pelo esforço nacional¹³ (SCHARAMM, p. 55, grifo do autor).

Ambos, Lerner e Schramm partiram da premissa de que a comunicação e os meios de comunicação eram fundamentais para o desenvolvimento, sendo o processo comunicativo persuasivo um vetor e os meios de comunicação instrumentos de disseminação das ideias modernizantes entre a população, ou seja, era através da comunicação que o indivíduo seria preparado para participar ‘ativamente’ do desenvolvimento econômico e social, mas, para isso, precisava conhecer e ter acesso à informação.

Inspirado nas teorias de Lerner e Schramm, Everett Rogers fundamentou a teoria de Difusão de Inovações que serviu de base para o modelo extensionista adotado para o desenvolvimento agrícola brasileiro, na década de 1960, culminando com a conhecida Revolução Verde¹⁴. De acordo com essa teoria, “o desenvolvimento-modernização é concebido como um tipo de mudança social no qual novas ideias são introduzidas em um sistema social tendo em vista produzir um aumento da renda *per capita* e dos níveis de vida mediante métodos de produção mais modernos e de uma organização social aperfeiçoada” (ROGERS, apud Mattelart; Mattelart, 2009, p. 50).

No modelo de transferência de inovação, uma ideia recebida por um indivíduo era comunicada aos demais de modo organizado e sistemático, com o objetivo de encurtar o tempo entre o lançamento de uma inovação e sua adoção. A adoção

¹³ As tarefas de comunicação por trás das transformações sociais do desenvolvimento nacional são de três tipos. Em primeiro lugar, a população deve possuir *informações* sobre o desenvolvimento nacional: sua atenção deve ser focalizada na necessidade de transformação, nas oportunidades que a ele conclamam, nos métodos e significados: e, se possível, suas aspirações próprias e nacionais devem ser levantadas. Em segundo lugar, deve haver oportunidade de participação inteligente no *processo de tomada de decisões*: o diálogo deve ser ampliado para incluir todos os que se decidam pela transformação; os líderes devem ter a oportunidade de liderar, e o povo comum de ser ouvido; as realizações modernizadoras devem ser esclarecidas, e as alternativas discutidas; a informação deve subir e descer a hierarquia. E, terceiro, as *técnicas* necessários *devem ser ensinadas*: os adultos devem aprender a ler, as crianças devem ser educadas, os agricultores devem aprender os métodos modernos de agricultura, os professores, médicos, engenheiros devem ser treinados, os trabalhadores devem dominar as técnicas, as pessoas em geral devem aprender mais sobre como se manter fortes e com saúde (SCHRAMM, 1964, p. 193, grifo do autor).

¹⁴ A Revolução Verde ocorreu na década de 1960 durante o processo de modernização da agricultura e foi considerado um movimento planejado para intensificar a produção agrícola dos países subdesenvolvidos, com o objetivo de acabar com a fome no mundo. Entretanto, a disseminação massiva de novas tecnologias pelos países desenvolvidos através de pacotes tecnológicos fez parte de um projeto de manutenção da dependência das economias dos países desenvolvidos.

consistia em quatro estágios: o de percepção; o de interesse; o de avaliação; e o de prova e adoção. E os indivíduos eram assim classificados: inovadores; adotantes iniciais; maioria inicial; maioria tardia; e retardatários, variando de acordo com índice de renda, educação, etc. (BORDENAVE, 1983).

Diante desse cenário, na América Latina, onde os modelos funcionalistas norte-americanos de disseminação dos ideais modernizantes entre a população foram a base do processo comunicativo, Beltrán (2005) conclui que prevalecem duas possíveis percepções sobre o papel da comunicação no processo de desenvolvimento: uma da comunicação de apoio ao desenvolvimento; e outra da comunicação de desenvolvimento, assim definidas:

i) La “comunicación de apoyo al desarrollo” es el uso de los medios de comunicación –masivos, interpersonales o mixtos - como factor instrumental para el logro de las metas prácticas de instituciones que ejecutan proyectos específicos en pos del desarrollo económico y social; ii) La “comunicación de desarrollo” es la creación, gracias a la influencia de los medios de comunicación masiva, de una atmosfera pública favorable al cambio que se considera indispensable para lograr la modernización de sociedades tradicionales mediante el adelanto tecnológico, el crecimiento y el progreso material (BELTRÁN, 2005, p. 10, grifo nosso)¹⁵.

As definições de Beltrán mostram o lugar da comunicação, no projeto de desenvolvimento, que ora foi instrumental, responsável por repassar informações; ora foi persuasiva no convencimento dos indivíduos a aderirem e a doarem-se aos pressupostos modernizantes da sociedade, abandonando a sua condição de atraso.

Destarte, se, na década de 1960, predominaram modelos funcionalistas sociológicos da comunicação, prevalecendo à transferência vertical de ideias desenvolvimentistas, os anos seguintes foram registrados pela ‘popularização’ da comunicação, período definido por Cimadevilla (2012) como o segundo movimento de encontro entre comunicação e desenvolvimento, um ‘momento autóctone’ dos países latino-americanos, diz o autor ao questionar se a modernização realmente seria a solução para os problemas desses países.

¹⁵ A “comunicação de apoio ao desenvolvimento” é de uso dos meios de comunicação – de massa, interpessoais ou mistos – como fator instrumental para a conquista de metas práticas de instituições que executem projetos específicos em pós de desenvolvimento econômico e social. A “comunicação de desenvolvimento” é a criação, graças à influência dos meios de comunicação de massa, de uma atmosfera pública favorável à mudança que se considera indispensável para atingir a modernização de sociedades tradicionais mediante o avanço tecnológico, o crescimento e o progresso material (BELTRÁN, 2005, p. 10, grifo nosso, tradução nossa).

Dessa forma, a década de 1970 ficou marcada pelos novos olhares sobre a comunicação e a sua relação com o desenvolvimento. Foi nesse período que vários teóricos, motivados pela observação de que modelos, por exemplo, o difusionista até então vigente, não obtiveram os resultados esperados pelos governos dos países subdesenvolvidos, pois continuavam na mesma condição anterior, ou até pior, gerando subserviência aos países financiadores do desenvolvimento de países da América Latina, entre eles o Brasil. Os teóricos fundamentaram suas críticas, desenvolvendo a Teoria da Dependência que considera as variáveis que envolvem o papel de cada país nas suas relações com o mundo. Para Luis Beltrán e Juan Díaz Bordenave (1976):

Os especialistas da sociologia da comunicação rural de vários países do Terceiro Mundo criticaram a teoria difusionista por ignorar as hierarquias rígidas e as relações de força no interior de sociedades profundamente segregadas, nas quais a formação da decisão de adotar ou rejeitar a “ideia inovadora” e a definição do “formador de opinião” acham-se fortemente condicionadas pelos mecanismos do poder (apud MATTELART; MATTELART, 2009, p. 50, grifo do autor).

Assim, a América Latina ficou conhecida por seus teóricos críticos ao modelo difusionista, e, ao mesmo tempo, por suas proposições em relação às concepções de desenvolvimento e comunicação. Nessa época, os estudos sobre desenvolvimento na América Latina deslocaram o olhar do fluxo de informações para os indivíduos envolvidos no processo comunicativo, ou seja, para os sujeitos do desenvolvimento.

Diante da efervescência crítica, Beltrán passou a realizar suas análises, compreendendo o desenvolvimento como um processo dirigido e acelerado de mudança sociopolítica *“que genere transformaciones sustanciales en la economía, la ecología y la cultura de un país a fin de favorecer el avance moral y material de la mayoría de la población del mismo en condiciones de dignidad, justicia y libertad”*¹⁶ (2005, p. 15). Já, Bordenave defendia uma concepção de desenvolvimento *“diferente del emanado del capitalismo liberal y del comunismo estatal y proponer a nuestros pueblos un socialismo democrático de bases comunitarias,*

¹⁶ “Que gere transformações substanciais na economia, na ecologia e na cultura de um país a fim de favorecer o avanço moral e material da maioria da população do mesmo em condições de dignidade, justiça e liberdade” (BORDENAVE, 2005, p. 15, tradução nossa).

*autogestionarias y participativas*¹⁷ (apud BELTRÁN, 2005, p 15). Para ambos os teóricos era necessário pensar o desenvolvimento de forma a incluir a população, considerando suas demandas, em detrimento do modelo suplantado pelos EUA que foi mais um acordo político e econômico de subserviência, no qual os meios de comunicação foram aparelhos do Estado para concretizar o projeto.

Paulo Freire também foi uma grande influência na década de 1970, propondo uma abordagem da comunicação pelo viés da educação popular. Seu método pedagógico “parte da situação concreta em que vive o aluno, para fazê-la emergir progressivamente como fonte de conhecimento, numa troca entre o educador e educando” (MATTELART., MATTELART, 2009, p. 119). Freire considera que o processo em que um domina o outro através da informação não pode ser considerado comunicação, mencionando a teoria antidialógica¹⁸ que se sustenta em uma ideologia opressora e de manipulação da população através da comunicação. Segundo ele, o sujeito não é passivo no processo: “a comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de compreender a significação do significado” (1970, p. 70). Assim, o processo comunicativo envolve um transmissor e um receptor que trocam de papéis através da troca de ideias, do diálogo e da construção comum.

Assim, semelhante a Freire que pensou na educação como liberdade, através da tomada de consciência pela comunicação dialógica, Bordenave também enfatizou a importância do diálogo na comunicação, destacando o papel educativo da comunicação que deve ser conscientização, e também de oferecer alternativas de solução para o indivíduo, para que esse possa tomar decisões, individuais e coletivas. Em sua crítica ao modelo difusionista, Bordenave pondera que “o desenvolvimento implica ao mesmo tempo um progresso ‘econômico’ que se apoia sobre o progresso ‘técnico’, e um progresso ‘das pessoas’, das comunidades, das regiões e das nações” (1983, p. 30). E, ainda, destaca que, apesar da existência de

¹⁷ “Diferente do emanado do capitalismo liberal e do comunismo estatal e propor a nossos povos um socialismo democrático de bases comunitárias, autogestionárias e participativas” (apud BELTRÁN, 2005, p. 15, tradução nossa).

¹⁸ A teoria antidialógica da ação apresenta algumas características como existência de uma ideologia dominante e opressora dos indivíduos, a manipulação dos sujeitos, e a invasão cultural, que a colocam em polo oposto a comunicação dialógica, que preconizava Paulo Freire (1970).

um modelo político-econômico, são esquecidas as peculiaridades de cada país ou local.

Então, em meados dos anos de 1980, das críticas formuladas ao difusionismo, os estudos e as práticas da comunicação convergiram para a compreensão de que era *“el proceso de interacción social democrática que se basa sobre el intercambio de símbolos por los cuales los seres humanos comparten voluntariamente sus experiencias bajo condiciones de acceso libre e igualitario, diálogo y participación”*¹⁹ (BELTRÁN, 2005, p. 21), no qual todos têm direito a se comunicar, através do uso de recursos de comunicação, com diferentes objetivos e não somente de persuadir ou influenciar o outro.

Assim, somada aos pressupostos da década de 1970, Beltrán (2005) apresenta uma terceira concepção da comunicação em relação ao desenvolvimento, alicerçada no acesso, no diálogo e na participação:

*iii) La “comunicación alternativa para el desarrollo” democrático es la expansión y el equilibrio en el acceso de la gente al proceso de comunicación y en su participación en el mismo empleando los medios – masivos, interpersonales y mixtos – para asegurar, además del avance tecnológico y del bienestar material, la justicia social, la libertad para todos os gobiernos de la mayoría*²⁰ (BELTRÁN, 2005, p. 21, grifo nosso).

No entendimento de Cimadevilla (2012), no período de 1980 surgiu o terceiro movimento da relação comunicação-desenvolvimento em que “as posturas liberais perante a economia começaram a questionar o papel que o Estado tinha e começaram a falar muito mais de privatização e de retirada do Estado da economia” (p. 48) e, por isso, o foco das reflexões passou ser o perfil dos profissionais ligados, principalmente, aos serviços de extensão rural. Nesse mesmo período, com o fim dos governos ditatoriais, surgiu um movimento a favor da reconstrução da democracia e da comunicação para o desenvolvimento democrático, do qual José Marques de Melo (1977) fez parte e defendeu a necessidade de consolidação de uma política nacional de comunicação de modo planejado e democrático. Nessa

¹⁹ “O processo de interação social democrática que se baseia sobre o intercambio de símbolos pelos quais os seres humanos compartilham voluntariamente suas experiências sob condições de acesso livre e igualitário, diálogo e participação” (BELTRÁN, 2005, p. 21, tradução nossa).

²⁰ A “comunicação alternativa para o desenvolvimento” democrático é a expansão e o equilíbrio no acesso das pessoas ao processo de comunicação e em sua participação no mesmo empregando os meios – massivos, interpessoais e mistos – para assegurar, além do avanço tecnológico e do bem estar material, a justiça social, a liberdade para todos os governos da maioria (BELTRÁN, 2005, p. 21, grifo nosso, tradução nossa).

década também foi reconhecida a inconsistência do modelo de desenvolvimento e de comunicação importado dos EUA, não somente no que se refere à política e à economia, mas, principalmente, aos efeitos sobre a cultura e a população latino-americana.

Jesús Martín-Barbero enfatiza que nos anos anteriores a comunicação foi compreendida como motor das ideias de desenvolvimento e difusão de inovações no processo de modernização da sociedade, pois, os meios de comunicação foram reduzidos a instrumentos da ação ideológica do Estado (2006a). Nesse cenário, a democracia aparece como 'subproduto da modernização', em que o foco do desenvolvimento está no crescimento econômico possível, e a democracia política é um processo natural originado desse crescimento. Assim, nos modelos funcionalista e informacional adotados pelos governos dos países latino-americanos, segundo Martín-Barbero, a comunicação ficou submersa no processo, atuando para a hegemonia política e exercício do poder do Estado, pois "nos 'anos do desenvolvimento' o massivo passa a designar apenas os meios de homogeneização e controle das massas" (MARTÍN-BARBERO, 2006a, p. 252, grifo do autor).

A comunicação, ainda na década de 1980, foi marcada pela transnacionalização, ou seja, pelo rompimento das fronteiras entre países e pela inserção das novas tecnologias, o que acelerou o processo de modernização e fortaleceu as concepções sobre o desenvolvimento alicerçadas em progresso tecnológico. Para Martín-Barbero, esses dois aspectos apenas deslocaram o foco da comunicação para as tecnologias não apenas como ferramenta, as quais são, "em última análise, a materialização da racionalidade de 'uma' certa cultura e de um 'modelo global de organização do poder'". (2006a, p. 259, grifo do autor). E Martín-Barbero alerta para necessidade de retomar os estudos, considerando o processo de transnacionalização ocorrido e a emergência de sujeitos e identidades novas na América Latina ao afirmar:

A "comunicação" está se convertendo num espaço estratégico a partir do qual sociedades-encruzilhadas, a meio caminho entre um subdesenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva. Assim o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre prática de comunicação e movimentos sociais, para diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais (MARTÍN-BARBERO, 2006a, p. 261).

Assim esse autor inaugura uma nova linha de pesquisa, estendendo o estudo da comunicação para além dos meios, para a compreensão de como as pessoas se comunicam em diferentes ambientes e contextos, embasando os estudos dos anos seguintes. “Pensar os processos de comunicação, a partir da cultura, significa deixar de pensá-los a partir das disciplinas e dos meios. Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias” defende Martín-Barbero (2006a, p. 287), destacando o reconhecimento de um receptor ativo no processo comunicativo.

Inspirada em Martín-Barbero, Rosa Maria Alfaro apresenta uma proposta de comunicação para outro desenvolvimento:

*Que percibió a éste como un fenómeno de relación sociocultural y no nada más que como un recurso tecnológico para producir efectos en el comportamiento humano, además de considerarla válida por sí misma y no simplemente como un complemento de los programas de desarrollo*²¹ (apud BELTRÁN, 2005, p. 26).

Para Alfaro a comunicação não pode ser reduzida e compreendida apenas pela instrumentalidade técnica para a qual serviram as concepções de desenvolvimento no passado, ou apenas ser considerada seu complemento; a comunicação é um fenômeno sociocultural independente e constitui-se um agente de mediação no processo de desenvolvimento.

Já, sobre os anos de 1990, que Cimadevilla (2012) situa como quarto movimento e o denomina de *sedução pelos processos globais*: do salto tecnológico – da economia-mundo e da busca interdisciplinar, o autor afirma que:

É compreensível, porque se ergue um novo paradigma técnico-produtivo-informacional, que alguns chamam de revolução das comunicações e de revolução informática, conjuntamente com uma maior atenção às ameaças ambientais e uma hegemonia das políticas liberais. A tendência na década, então, poderíamos dizer que era de imitar, sem condicionamentos e de maneira mais heterodoxa; e de cultivar mais hibridismos com algumas ênfases culturalistas. Aparecem e se consolidam assim as reivindicações agroecológicas e cobram também maior força questões como a agricultura familiar e uma maior presença da antropologia nas ciências sociais (CIMADEVILLA, 2012, p. 49).

²¹ Que percebeu este como um fenômeno de relação sociocultural e não nada mais que como um recurso tecnológico para produzir efeitos no comportamento humano, além de considerá-la válida por si mesma e não simplesmente como um complemento dos programas de desenvolvimento (apud BELTRÁN, 2005, p. 26, tradução nossa).

Desta forma, o somatório de transformações recentes, como a globalização, o novo projeto econômico neoliberal e as novas tecnologias da informação e comunicação, incidem diretamente sobre as formas de comunicação e sobre a cultura e modo de pensar o desenvolvimento. Na ‘aldeia global’, citada por McLuhan, as tecnologias da comunicação diluem as fronteiras entre local, nacional e internacional, e os meios possibilitam novas formas de interação e protagonismo social (GOMES, 2004). Porém, segundo García Canclini (2000), embora os indivíduos se tornem cidadãos do mundo, a afirmação das identidades locais é crescente frente à hibridização cultural, na qual a cultura local passa a conviver com uma cultura global, chamando a atenção para a importância da democratização do acesso aos meios de comunicação na construção da comunicação participativa e popular.

Diante desse cenário, Canclini destacou a mudança na agenda da indústria cultural, advertindo sobre a subordinação dos produtos culturais, nacionais e locais, diante da reorganização transnacional, e chamou a atenção para o fato de que a defesa da diversidade cultural constitui-se um eixo do projeto da sociedade do conhecimento. Enfatizou a necessidade de criação de políticas culturais diante da crescente concentração dos meios de comunicação nas mãos daqueles que dominam o mercado para restabelecer as relações políticas e econômicas no cenário do mercado neoliberal (apud BELTRÁN, 2005).

Falando sobre a relação entre comunicação e desenvolvimento, CimaDevilla argumenta que *“el desarrollo puede ser entendido como una modalidad de intervención que busca modificar estados de realidade protagonizados por diversos actores”*²² (2008, p. 03). Nesse processo de intervenção está presente a comunicação, pois, de acordo com o autor, essas intervenções — públicas ou privadas — estão imbricadas de interesses e concepções a serem, de algum modo, transmitidos. Diz, ainda, que, na relação entre comunicação e desenvolvimento, a comunicação serve de instrumento para o desenvolvimento, o qual, de algum modo, intervém em uma realidade, e essa relação se consolida muito mais na prática e não tanto no âmbito crítico e normativo. Essa relação também se estabelece não apenas

²² “O desenvolvimento pode ser entendido como uma modalidade de intervenção que busca modificar estados de realidade protagonizados por diversos atores” (CIMADEVILLA, 2008, p. 03, tradução nossa).

na direção de um para o outro, mas no interior de cada um dos atores sociais promotores do desenvolvimento.

Cimadevilla (2008) aponta, ainda, a preocupação muito presente relativa à demarcação conceitual do que é comunicação, do que é desenvolvimento e da sua relação pragmática por centrar-se em um plano mais teórico, gerando dualidades e antagonismos, chamando a atenção para importância da análise das práticas de intervenção. Além disso, destaca que tanto o desenvolvimento quanto a comunicação sofrem de modismos conceituais, em que se rotula um conceito a partir da aglutinação de adjetivos e ou outro conceito, por exemplo, o desenvolvimento rural, desenvolvimento econômico, entre outros, muito mais por uma preocupação de institucionalização do que pragmática. Porém, reconhece que, se nos anos 1960 era impossível a articulação entre conceitos, atualmente isso se concretiza em uma mesma política institucional na prática, o que o autor denomina de o quinto movimento da histórica relação comunicação-desenvolvimento.

Ao autor Cimadevilla muitos outros se somam para fomentar a reflexão sobre a comunicação para o desenvolvimento, abandonando uma vertente funcionalista, associada à persuasão e à manipulação para dar lugar à comunicação democrática, baseada no diálogo e na participação dos indivíduos. Segundo Beltrán (2005), passadas as décadas de 1980 e 1990 permaneceram até os dias atuais os estudos por uma comunicação democrática, como base para a mudança social que pode ser entendida como *“un proceso de diálogo, privado y público, a través del cual los participantes deciden quiénes son, qué quieren y como pueden obtenerlo”*²³ (CIMADEVILLA, 2008, p. 32), mas que o próprio autor reconhece que, entretanto, esses ideais não correspondem à realidade de muitos cidadãos latino-americanos, mesmo diante das promessas e ações dirigidas à consolidação da sociedade da informação.

Assim a trajetória da comunicação para o desenvolvimento foi marcada pela tentativa de superação de modelos de comunicação sociológicos funcionalistas e pela constante evolução a partir das experiências práticas para proposição de um modelo (ainda em construção) de uma comunicação em apoio ao desenvolvimento democrático e participativo, que não se constitui como “fim”, mas como “meio”. E também pelo reconhecimento da comunicação como um fenômeno da sociedade

²³ “Um processo de diálogo, privado e público, através do qual os participantes decidem quem são, o que querem e como podem obtê-lo” (CIMADEVILLA, 2008, p. 32, tradução nossa).

não limitado a ideias de progresso e modernização da sociedade, ou a concepções de desenvolvimento debruçadas sobre a égide do desenvolvimento econômico, mas com espaço próprio nos debates sobre desenvolvimento.

Em concomitância, e fortemente marcado por esses ideais de desenvolvimento, a história da extensão rural no Brasil foi construída e a comunicação ora foi compreendida pela sua instrumentalidade²⁴, ora como processo do desenvolvimento. Nesse contexto, o “rural” emergiu em paralelo ao projeto de desenvolvimento da nação no período pós-guerra, quando as preocupações relativas ao desenvolvimento agrícola ganharam força na década de 1960, porém, a questão do “desenvolvimento rural”, em si, enquanto objeto de debate, ganhou espaço somente a partir da década de 1970, como um dos reflexos do insucesso do projeto político-econômico para a modernização da sociedade, suplantado no país.

A seguir apresenta-se um breve percurso da extensão rural no Brasil, iniciando pelos modelos historicamente instituídos pelo Estado, do centralizado passando pelo privatizado até o pluralista, ou o descentralizado vigente. A partir deles situa-se o papel da comunicação no desenvolvimento, conforme o proposto por Duarte e Castro (2004), que definem quatro fases da comunicação rural brasileira: o de disseminação de informações, o difusionista, o estruturalista, e por fim, o pluralista. É importante ressaltar que a proposição dos autores é uma das divisões temporais da comunicação no contexto histórico da extensão rural brasileira.

1.2 A trajetória da extensão rural no Brasil

Para se entender de que modo a extensão rural se consolidou como uma política de desenvolvimento no Brasil, é necessário retomar seu percurso histórico, recorrendo-se a fatos que ilustram e explicam como iniciou essa atividade e se consolidou ao longo do tempo. No entanto, não se quer fazer uma reconstrução da história, mas apresentar alguns elementos que elucidem a atividade sob a perspectiva educativa, na qual a comunicação se insere, não ficando subordinada

²⁴ Para saber mais em Silveira (1991, p. 96–132).

apenas à concepção de política agrícola de desenvolvimento, como historicamente ficou marcada.

A existência das atividades de extensão rural na agricultura remonta ao período Neolítico, quando iniciou ao cultivo da terra e a criação de animais, época em que os homens já trocavam experiências. E o mesmo ocorreu durante o feudalismo, até a consolidação do capitalismo, em que as relações sociais e de trabalho mudaram, em função da nova dinâmica econômica e política e, conseqüentemente, exigiram a existência de serviços públicos de extensão como forma de facilitar a produção agrícola e a acumulação de capital.

Anos mais tarde, essas transformações impulsionaram o início da institucionalização dos serviços de assistência técnica e extensão rural, nos quais o Estado era seu mediador, servindo como um instrumento para garantir a reprodução do modo de produção capitalista (CAPORAL, 1991). Entretanto, a passagem para o capitalismo aconteceu gradativamente, do mesmo modo que o modelo de transferência de informações técnicas foi sendo alterado em função do novo sistema de mercado.

Desta forma, tanto nos Estado Unidos quanto na Europa, os serviços de extensão rural foram assumindo as formas de difusão de informações entre os agricultores nos séculos XVIII e XIX, porém, no âmbito de associações de agricultores, institutos de pesquisa e centros de experimentação agrícola, sob a perspectiva de melhorar as condições de produção. E foi nesse mesmo período que os serviços começaram a receber apoio financeiro do Estado para levar aos agricultores novas informações e técnicas de produção. Posteriormente, a prática se expandiu para os Estado Unidos, Europa e outros países, entre os quais o Brasil (CAPORAL, 1998).

Nos EUA, a extensão rural iniciou após a Guerra da Secessão quando a agricultura passou da estrutura escravista para a mercantil e capitalista, mas foi apenas em 1914 que o governo instituiu os serviços com o objetivo de veicular entre a população rural as informações necessárias para mudança dos hábitos e atitudes dos produtores nos processo produtivos de suas propriedades rurais (FONSECA, 1985). Esse fato marcou a institucionalização dos serviços no país.

Assim, a extensão norte-americana constituiu-se como um canal entre as estações de pesquisa e os produtores rurais. Nesse processo, a comunicação era o meio pelo qual o povo rural entrava em contato com as novas tecnologias

produzidas pelos centros de pesquisa. “Esse modelo, oficializado pelo Estado americano e denominado pelos especialistas de ‘modelo clássico’ é o que vai servir de base à criação e à organização dos Serviços de Extensão implantados nas regiões consideradas subdesenvolvidas, a partir da Segunda Guerra” (FONSECA, 1985, p. 41). As regiões a que Fonseca se refere é a América Latina, na qual se inclui o Brasil.

No caso brasileiro, o extensionismo “já nasceu como instituição, quer se utilize este conceito sob a ótica de um conjunto de normas estabelecidas, quer se utilize instituição como sinônimo de organizações patrocinadas pelo Estado” (CAPORAL, 1991, p. 36). Além disso, o Brasil recebeu investimentos do governo norte-americano, no pós-guerra, com o objetivo de sair do atraso e desenvolver-se, sendo o setor agrícola o alvo dessa política de modernização e os serviços de extensão necessários para que isso acontecesse.

E assim, em um período em que o governo brasileiro acreditava no desenvolvimento industrial como forma de superação do atraso, vislumbrou, no setor agrícola a forma de aumentar a sua produtividade para atender o mercado de exportações e a demanda interna da população urbana crescente nessa fase. Dessa forma, o Estado tornou-se responsável por subsidiar infraestrutura e recursos para que a expansão agrícola ocorresse, tendo os EUA como aliado do progresso brasileiro.

Segundo Fonseca (1985), a expansão do modelo norte-americano de extensão rural no Brasil foi impulsionada pelas metas de governo do presidente Juscelino Kubitschek, pautadas na industrialização e na abertura aos capitais estrangeiros, sendo o setor agrícola alvo de investimento para fugir do atraso, no intuito de torná-lo a base de sustentação da industrialização pela qual passava o país. Ela lembra ainda que há outros dois aspectos a serem considerados na compreensão de como a extensão rural, no Brasil, foi historicamente instituída: “a preocupação das elites para com a educação rural; o desempenho econômico exigido ao setor agrícola no contexto das relações políticas após o movimento de 1930, na sua relação com a conjuntura internacional do pós-guerra” (FONSECA, 1985, p. 54).

Essa foi, sem dúvida, uma estratégia político-econômica do governo para oferecer educação ao povo rural, pois, assim, criou mecanismos de controle para mantê-lo no campo, evitando a escassez de mão de obra rural à classe ruralista, e

limitou o inchaço das áreas urbanas. Além disso, no setor agrícola estavam as bases para a sustentação do desenvolvimento industrial e um público produtor de alimentos, responsável por alimentar toda a população e também por consumir produtos da indústria nacional.

Na história da Extensão Rural no Brasil, o ano de 1948 significa o início dos serviços institucionalizados de Extensão Rural, melhor dizendo, significa o resultado das conversações e convênios realizados entre Brasil e Estados Unidos que culminariam na implantação de um Programa-Piloto de Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de São Paulo, e na fundação da ACAR - Minas Gerais, através do mensageiro especial da missão americana no Brasil, o senhor Nelson Rockefeller²⁵ (FONSECA, 1985, p. 59–60).

A partir da criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em 1948, pelo governo mineiro e a Associação Internacional Americana (AIA), a população rural passou a receber informações técnicas, orientação para o uso do crédito, educação e apoio para suprir suas necessidades básicas. Logo, o modelo foi ampliado aos demais estados do país, e, em 1956, foi criada a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR) que, na década de 1970, foi substituída pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica em Extensão Rural (EMBRATER).

Em 1974, com a criação da EMBRATER, o Estado brasileiro passou “a contar com um instrumento rápido e eficiente para a execução de programas integrados visando o aumento da produção e da produtividade assim como a promoção do homem do campo” (EMBRATER apud CAPORAL, 1991, p. 45), sendo o único responsável pelos serviços. E, no ano seguinte, conforme Deponti:

Por intermédio de uma completa estatização, as associações estaduais foram transformadas em empresas públicas, dando origem às Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs). Elas partem, no princípio, da concepção de que o desenvolvimento rural depende, em primeira instância, do aumento da produção e da produtividade. A extensão era considerada como promotora do desenvolvimento do meio rural, integrando a política agrícola, como instrumento de ação do Governo, aos objetivos educacionais da população rural (DEPONTI, 2010, p. 135).

²⁵ Chefe da Fundação Rockefeller, criada em 1913, com a missão de promover o estímulo à saúde pública, o ensino, a pesquisa e a filantropia. Essa Fundação é caracterizada como uma associação beneficente e não governamental, que utiliza recursos próprios para a realização de suas ações em vários países do mundo, principalmente em países ditos ‘subdesenvolvidos’, como o Brasil.

Em alguns estados, por exemplo, o Rio Grande do Sul, a ACAR foi substituída pela Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR)²⁶ que passou a funcionar efetivamente no Estado, em 1955, e permanece até os dias atuais. A ASCAR seguia os mesmos princípios da ACAR e estava ligada à ABCAR, com o objetivo de “integração à política estabelecida pelos Governos Federal, Estadual e Municipais para o desenvolvimento rural” (EMATER apud CAPORAL, 1991, p. 52). Logo depois, através de um acordo político entre o governo federal e estadual do Rio Grande do Sul, cria-se a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o que não implicou a extinção da ASCAR, porém, essa cedeu espaço à outra, que passou a ser institucionalmente mais reconhecida (CAPORAL, 1991).

Durante esse período os extensionistas das afiliadas da ABCAR recebiam treinamentos para atender os agricultores e suas famílias. Esses treinamentos nada mais eram do que a reprodução de procedimentos sobre tecnologias e crédito rural, para que os agentes de extensão persuadissem os produtores e suas famílias a adotar as inovações tecnológicas na agricultura e em seu cotidiano aumentando sua capacidade de produção e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento²⁷.

Para Deponti (2010), três instrumentos constituem o pacote de extensão rural e estão na origem do impulso dado pelo Estado à modernização da agricultura: o sistema nacional de pesquisa agropecuária, responsável pela geração do pacote tecnológico, determinando as normas e os padrões do uso e da aplicação dos chamados insumos modernos e máquinas; o sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural responsável pela administração e acompanhamento da sua execução, pela difusão entre os agricultores e adoção conforme todas as prescrições; e o sistema nacional de crédito rural responsável pela viabilização financeira do uso e da aplicação dentro das normas e critérios definidos pelo sistema de financiamento. Entretanto, esse modelo ascendente foi alvo de crítica pela

²⁶ A ASCAR está constituída com membros natos, que são órgãos, entidades e instituições oficiais responsáveis pela coordenação geral dos serviços, como Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério da Agricultura (EMATER, 2011).

²⁷ No caso do Rio Grande do Sul, Deponti (2010, p. 128) relata que os técnicos realizavam Curso Pré-Serviço na Fazenda Ipanema, Sorocaba/SP, prestavam estágio prático na ACAR-MG e depois de contratados, realizavam planos de trabalho inseridos no Projeto n.º 11, que era ligado ao Escritório Técnico de Agricultura de Cooperação do Brasil e dos Estados Unidos (ETA). Os serviços de extensão rural eram planejados a partir de Planos de Trabalho, supervisionados e aprovados pelo Ministério da Agricultura e Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, que constituíam o Conselho Superior de Administração.

relação de dependência e subserviência que gerou entre os agricultores em relação ao Estado e aos extensionistas.

Já, na década de 1980 o modelo funcionalista de difusão de inovações foi substituído pelo método de Freire, baseado na troca de saberes, entrando em vigor um modelo pautado no planejamento participativo. Como afirma Friedrich, “neuroticamente participativa, profundamente democrática e autenticamente educativa (não instrutiva, nem persuasiva)” (apud CAPORAL, 1991). Porém, de acordo com Silveira (1991) é Freire que:

Subverte a ordem em que o extensionismo concebia ‘comunicação’ e ‘educação, na qual a metodologia de comunicação estava subordinada ao objetivo primaz da prática extensionista – educação do homem do campo. Passou-se a partir disso, a preconizar a necessidade de reconhecer a anterioridade da comunicação que, de função metodológica, ascendeu à condição de constituidora da revelação do universo camponês (SILVEIRA, 1991, p. 161–162).

Isso veio a incidir numa revisão do papel do agente extensionista, das suas práticas de intervenção, bem como das instituições de assistência técnica e extensão rural, subsidiadas pelo Estado.

Era necessário a mudança na postura adotada pelos extensionistas de forma a valorizar os agricultores e vê-los como pessoas críticas, ativas e reivindicatórias. Nesse sentido, a extensão rural teria invertido sua proposta clássica de difusão e passado a estimular a articulação entre as pessoas (DEPONTI, 2010, p. 141).

Entretanto, embora houvesse mudanças no método, Caporal (1991) destaca que a extensão rural, nesse período, pode ser considerada tanto um instrumento de política agrícola quanto um serviço político do Estado para atuar no meio rural. Além disso, os espaços de participação promovidos caracterizavam-se como espaços de dominação do Estado na condução do debate sobre desenvolvimento rural e no enfoque que lhe era dado.

De acordo com Deponti, “para a maioria dos estudiosos do tema da extensão rural, o ano de 1986 foi o marco histórico do início da deterioração da extensão rural no Brasil, devido, fundamentalmente, aos primeiros rumores da extinção da EMBRATER” (2010, p. 140). Caporal (1998) elenca um conjunto de fatores que conduziram a esse cenário: crise financeira – contínua redução dos recursos públicos; crise de efetividade – causada pelo reconhecimento de que os programas tradicionais de extensão rural obtiveram poucos resultados nas práticas

ambientalmente desejáveis; crise de legitimação – resultante de dúvidas representadas pelos agricultores sobre a relevância dos serviços prestados para o setor agrícola; e crise teórico-pragmática – devido à recusa ao modelo tradicional de extensão rural e ao conseqüente vazio teórico criado.

Entretanto foi com a crise política e econômica de 1990, durante o governo do presidente da república Fernando Collor de Melo, que realmente a EMBRATER foi extinta, dando lugar aos serviços privados de extensão rural, sendo essa uma das ações para consolidação de uma gestão neoliberal, embora essas experiências já tivessem iniciado em outros países ainda na década de 1970. No processo de privatização dos serviços de extensão rural, o Estado criou mecanismos para tornar esse setor de interesse da iniciativa privada. Além disso, a descentralização dos serviços das mãos do Estado para o setor privado, e assim, os serviços públicos, que continuaram a existir, porém atendendo um grupo menor de agricultores, pois passou a ser de competência do Estado e dos municípios, a responsabilidade de oferecer a população tais serviços. Diante desse cenário foram estabelecidas parcerias entre prefeituras, Organizações Não Governamentais (ONGs), associações de agricultores, entre outros (NEUMANN; FROEHLICH, 2004).

De acordo com Delgado, com relação à mudança do ciclo político, ou seja, fim do regime militar e Constituição de 1988 “é contraposto um ciclo econômico neoliberal – privatista e desregulamentador dos anos 1990. Por diversas vias esse ciclo obsta o papel que o Estado precisaria exercer” (2004, p. 51), conforme previsto na nova Constituição.

Entretanto, esse modelo gerou uma margem de desassistidos dos serviços, pois o Estado assumiu a postura de órgão regulamentador dos serviços privados, criando mecanismos de apoio ao setor. Diante disso, foi necessário reconhecer a importância do Estado, não somente como órgão regulamentador, mas financiador dos serviços àqueles excluídos do sistema privativo, dando origem ao modelo pluralista de extensão rural. Neumann e Froehlich afirmam que, no caso do Brasil, a adoção de um sistema pluralista na extensão rural a partir da década de 1990 foi resultado da reforma neoliberal do Estado.

Cabe esclarecer que o enfoque pluralista tende a partir de uma base discursiva neoliberal de modo que, na definição do campo de atuação do Estado, procura-se valorizar o “efeito organizador” do livre mercado restringindo a atuação do Estado aos campos onde, reconhecidamente, existem falhas de mercado. Na definição da forma de atuação considera-se

a conveniência de fomentar a iniciativa privada, restringindo a atuação direta do Estado às situações em que não há possibilidade de substituí-la (2004, p. 91).

Dessa forma, o sistema pluralista constituiu-se uma alternativa e uma justificativa do Estado para optar por um modelo descentralizado, que não questionava a participação do setor privado e ainda possibilitava a participação de vários agentes financiadores e provedores dos serviços de extensão rural no Brasil, pois o país não tinha condições de subsidiar sozinho tais serviços.

No caso do Rio Grande do Sul, Deponti (2010) relata que a EMATER - ASCAR, ainda na década de 1990, passou a incentivar e promover a formação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) para discutir e implementar as políticas públicas para o setor em nível municipal e estadual a partir do Plano e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, resgatando o enfoque participativo através da utilização do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) na execução da Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER).²⁸

Assim, o sistema pluralista no Brasil surgiu no final dos anos de 1990 com o processo de democratização, quando o foco do trabalho passou a ser o desenvolvimento local, valorizando a participação dos agricultores, com a redução do papel do Estado. Nesse modelo, a gestão passou a ser compartilhada com os governos do estado, do município, das ongs que representavam a própria sociedade civil organizada no atendimento das reais demandas das populações rurais específicas, conforme descrito na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, quanto aos serviços da ATER:

Em 2004, ao estabelecer-se a nova Política Nacional de ATER (que renova os compromissos do governo federal com a oferta destes serviços) assume-se o compromisso de priorização dos agricultores familiares, das populações tradicionais e assentados como público-alvo e a disposição em promover uma ATER orientada à transição agroecológica, com base em metodologias participativas (DIESEL, et al. 2010, p. 05).

Desse modo, a PNATER resultou de várias experiências em extensão rural no Brasil que apontavam para a necessidade de refletir sobre esses serviços para além

²⁸ Deponti (2010) lembra que no ano de 1990 no Rio Grande do Sul a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) desenvolveu trabalhos voltados para a participação dos agricultores, como organização rural e conselhos, por meio do Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda (PRORENDA).

da técnica, da execução de tarefas ou do cumprimento de metas — era necessário inserir o agricultor em uma lógica não mais de receptor, mas de agente de mobilização e de transformação da realidade, pautado em um processo de participação e democratização da sociedade. Entretanto, essa era uma política em consolidação nas práticas extensionistas vigentes, e se efetiva a partir da participação direta dos atores sociais no campo, mas essa participação resultou da articulação de outras políticas públicas de fomento à cidadania e à construção coletiva. Portanto, a descentralização era uma estratégia em implantação e com resultados imensuráveis do ponto de vista teórico e prático. De acordo com Deponti:

A ideia da extensão rural como ferramenta de intervenção nos processos de desenvolvimento rural readquire importância. Tal situação é modificada no início do século XXI. Alguns países latino-americanos renovam o vigor da extensão rural como parte das políticas públicas. Este é o caso da Argentina e do Brasil. No caso brasileiro, o ano de 2010 representa uma grande conquista, devido à criação de uma Lei de ATER e da ampliação considerável do financiamento dos serviços de ATER pelo governo federal (2010, p. 22).

Assim, após várias experiências, em que o Estado não deu conta de atender a demanda, a descentralização passa a uma alternativa para o acesso aos serviços de extensão rural. Além disso, o fato de abandonar, pelo menos em parte, a prática difusionista, possibilita uma nova prática em que as dimensões sociais, ambientais e culturais passaram a integrar o projeto da ATER. Entretanto, a mudança de comportamento por parte do Estado, dos extensionistas e dos agricultores, ainda constitui-se em um dos maiores desafios a ser superado a extensão rural brasileira.

A trajetória da extensão rural no Brasil pode ser explicada por diferentes aspectos: sistema de produção; tipo de financiamento e intervenção do Estado; estratégia de comunicação empregada como suporte; ação do agente extensionista, etc., como sistematizado de acordo com os autores no quadro abaixo.

| Autor (es) | Período |
|------------------------|--|
| Caporal (1998) | - Familiar, assistencialismo (1948–1960) - Produtivismo, modernizador (1961–1980) - Crítico reflexivo (1981–1990) - Transição ambientalista (1990 em diante). |
| Schmitz (2002) | - Modelo clássico (1948–1956) - Modelo difusionista inovador (1956–1967) - Modelo de transferência de tecnologias (1968–1978) - O repensar da extensão rural (1979–1991) - O desmantelamento do serviço (1991 – permanece até o presente) - Fase de discussão e experimentação (1996 – permanece até o presente). |
| Duarte e Castro (2004) | - Disseminação por meios de comunicação de massa (1950–1960) - Difusionismo (1960–1970) - Estruturalismo (1970–1980) - Pluralismo (1990 – permanece até o presente). |
| Deponti (2010) | - Eixo da Disseminação - Eixo da Participação - Eixo da Sustentabilidade |

Quadro 2 – Divisão dos períodos da extensão rural conforme diferentes autores

Fonte: Adaptado de DEPONTI (2010).

É importante ressaltar que se reconhece que há outros autores que estudam a trajetória da extensão rural no Brasil e apresentam diferentes subdivisões históricas, entre os quais se destaca Fonseca (1985), já mencionado. Porém, para fins deste estudo serão adotadas as proposições de Deponti (2010) por abordar a questão específica da intervenção da EMATER/RS – ASCAR no Rio Grande do Sul; e a de Duarte e Castro (2004) por estabelecer relações dos modelos de extensão com a comunicação no Brasil.

Adotam-se essas opções sem a intenção de estabelecer uma cronologia ou fragmentação, mas uma sistematização do pensamento, até porque o que se pode observar é a forte presença de uma indissociabilidade entre os conceitos empregados pelos autores na denominação dos períodos da extensão rural brasileira. “O esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na modernização da agricultura e a emergência de um novo modelo voltado para o desenvolvimento rural, o surgimento de novos atores sociais e formas de organização rural implicam uma extensão rural que dê respostas diferentes frente esses desafios” (DEPONTI, 2010, p. 32).

De acordo com Duarte e Castro (2004) é possível compreender os processos de modernização da agricultura e de comunicação rural, concomitante à trajetória da extensão rural no país, analisando-se quatro períodos históricos: 1º de disseminação por meios de comunicação de massa; 2º difusionismo; 3º estruturalismo; e o 4º pluralismo. Com isso constata-se que os processos político-econômicos e socioculturais foram, aos poucos, configurando as funções dos meios de comunicação na trajetória da extensão e comunicação rural no âmbito do desenvolvimento, abordados na seção a seguir.

1.3 A comunicação no contexto da extensão rural

Os modelos extensionistas adotados ao longo da história estiveram vinculados ao projeto de desenvolvimento dos países desenvolvidos, de difundir sua hegemonia política e econômica, e ao projeto dos subdesenvolvidos, que vislumbravam na modernização uma saída para o seu desenvolvimento. Assim, esses modelos foram instituídos a partir de acordos políticos e econômicos, e a comunicação se instituindo ora como meio de transferência de informações, ora como meio de resgate da participação dos atores sociais no desenvolvimento. No Brasil esses modelos foram reproduzidos, marcando profundamente a trajetória da extensão rural no país.

O primeiro modelo de extensionismo adotado foi o norte-americano, conhecido como modelo clássico, que Duarte e Castro definem como o primeiro período de disseminação de informação pela imprensa “os meios de comunicação assumem a função instrumental para disseminar informações e orientar o agricultor” (2004, p. 38).

Esse mesmo modelo logo se expandiu para a América Latina, a partir de convênios firmados entre os governos dos países latino-americanos com as agências de extensão rural do EUA. Nessa fase, o extensionista tinha a função de informar e persuadir o agricultor para melhorar as práticas agrícolas e aumentar sua produção. Para esse modelo “a forma encontrada para transmissão desse conteúdo técnico-científico aplicável à agricultura foi o uso intensivo de recursos audiovisuais para difusão das mensagens” (FONSECA, 1985, p. 41). A autora ressalta que

Bordenave criticamente apontou para os interesses dos fabricantes desses recursos, que não poderiam ser esquecidos. De acordo com Bordenave:

Na década de 50, não se falava muito de comunicação, mas de informação. Havia especialistas em Informação Agrícola ou Informação Rural. Sua função consistia em difundir, de maneira persuasiva, novas tecnologias e produtos gerados por entidades oficiais ou empresas particulares para receptores supostamente passivos (1981, p. 243).

No Brasil, esse modelo de informação agrícola permaneceu até o final da década quando o Ministério da Agricultura, através do Sistema de Informação Agrícola (SIA), seguindo o método norte-americano de extensão, desenvolveu entidades autônomas de extensão em vários estados do país. Essas entidades autônomas, filiadas à Associação Brasileira de Crédito Rural (ABCAR) eram responsáveis por transmitir a informação agrícola com o apoio dos meios de comunicação de massa para os agricultores.

De acordo com Bordenave (1983), a diferença entre a SIA e ABCAR é que a primeira difundia a informação rural apenas através dos meios massivos de comunicação, enquanto a segunda, além desses meios, estabelecia uma relação com os agricultores através de intermediários, que eram lideranças rurais locais. Entretanto apesar dessa diferença, o objetivo ainda era o mesmo o de difundir tecnologias para o aumento da produtividade da agricultura, ambas embasadas na persuasão para mudança de comportamento dos agricultores.

Entretanto, a experiência do uso dos meios de comunicação de massa entre os agricultores latino-americanos não resultou no esperado, pois esse modelo não apresentava condições de ser aplicado à realidade dos países subdesenvolvidos. Então, o modelo clássico cedeu espaço ao de difusão de inovações de Everett Rogers²⁹, postulado a partir das pesquisas realizadas em zonas rurais por antropólogos e sociólogos³⁰ e da Teoria dos Sistemas Sociais de Talcott Parsons³¹.

²⁹ Professor responsável pela adaptação do modelo clássico à realidade dos países subdesenvolvidos, resultando na teoria de difusão de inovações, ou seja, no modelo difusionista-inovador. Para ele a inovação é uma ideia, prática ou objeto que o indivíduo percebe como novo e que, por meio da aprendizagem poderá adotar ou rejeitar (HEGEDUS; CIMADEVILLA; THORNTON, 2008).

³⁰ Deram origem a teorias como do difusionismo, que negavam o desenvolvimento interno dessas culturas, criando uma constelação ideológica através da qual esses povos eram analisados a partir de padrões e valores das nações dominadoras.

³¹ "Parsons parte do princípio de que toda estratificação responde a uma necessidade social. É um sistema de hierarquias fundadas nos valores supremos de cada sociedade. Assim, Parsons define

Para Rogers, o sistema social é uma coletividade que atua conjuntamente para atingir uma meta comum, e esse sistema se constitui em uma estrutura social, em que os membros são organizados hierarquicamente, o que facilita difusão e adoção de novas ideias, o que ele denomina de 'efeitos do sistema'. Nesse sistema social o poder de influência que uns exercem sobre os outros é fundamental para a difusão de novos comportamentos e atitudes, modificando a estrutura social do sistema. O que Rogers declara, a partir desses conceitos, é que alguns têm a capacidade individual de inovar, pois passam por um processo mental desde o momento em que recebem a primeira notícia sobre a inovação até decidir adotá-la ou rejeitá-la, e confirmar, depois, a sua resolução. Nesse processo há quatro funções: 1ª) conhecer; 2ª) persuadir; 3ª) decidir e 4ª) confirmar. A adoção consiste em decidir usar plenamente a ideia nova, como melhor opção para atuar (ROGERS, apud Fonseca, 1985).

Esse processo de ensino-aprendizagem representa uma forma para superação do subdesenvolvimento, pois o difusionismo partia do princípio de que a mudança social iniciava pela mudança no comportamento dos indivíduos para transformar o sistema social, e que pela ação individual a caminho das inovações o desenvolvimento econômico e social seria uma consequência. E, assim, a proposta rogeriana se disseminou no setor agrícola dos países subdesenvolvidos na década de 1960.

A abordagem difusionista apresenta três componentes principais: a *fonte* ou *emissor*, a *mensagem* e o *destinatário* ou *receptor*. Nessa perspectiva, a comunicação é extremamente mecanicista (adoção de novos conhecimentos automaticamente, desconsiderando a estrutura cognitiva preexistente do receptor), unidirecional (da fonte para o destinatário); vertical (de cima para baixo), autoritária (a relação vertical resulta em ações paternalistas e/ou assistencialistas), messiânica (poder do emissor de mudar a situação do receptor, liberando-o de uma condição de "exclusão") e calcada em uma relação sujeito/objeto (DEPONTI, 2010, p. 132, grifo nosso).

No Brasil, durante a Revolução Verde, a difusão de inovações prevaleceu nos anos 1960, pois se acreditava que o desenvolvimento seria resultado da modernização da agricultura e do crescimento do país através da industrialização. Para tanto, foi necessário difundir, entre os agricultores, as novas tecnologias de produção, como garantia do aumento da produtividade. "Fazia parte do processo,

a estratificação social como a classificação de unidades em um sistema comum de valores" (FONSECA, 1985, p. 43).

persuadir ou convencer o público-alvo sobre as vantagens das inovações apresentadas” (LIMA; ROUX, 2008, p. 93). Agir sobre o nível psicológico e comportamental do indivíduo, influenciando-o para a mudança, a partir da comunicação persuasiva e da sociologia funcionalista da mídia foram as bases da teoria de Rogers.

Entretanto, Rogers constatou que em países como o Brasil, onde há pouco ou nenhuma exposição dos agricultores aos meios de comunicação de massa, o meio para que seu método promovesse a mudança social seria a transferência de informações pelos agentes de extensão (MARQUES DE MELO, 1977). Dessa forma, a extensão rural no país e o trabalho dos agentes extensionistas ocorreram a partir da relação face a face com os agricultores, pois essa foi a via encontrada para transferir as informações. Fonseca e Cattani (1991) afirmam que o modelo difusionista ficou marcado pela figura do extensionista e pelo uso de técnicas de comunicação como apoio à difusão de tecnologias.

O modelo difusionista assume ser genericamente de estilo centralizado, implicando a instituição do setor público para difusão da inovação. O aperfeiçoamento tecnológico é então transferido para o usuário, no caso, os agricultores, de maneira presumivelmente organizada, ocorrendo da seguinte maneira: (1) geração da tecnologia por instituições de pesquisa e estações experimentais; (2) transferência da tecnologia pelos extensionistas e (3) utilização da tecnologia pelo agricultor. Nesse processo, a decisão de adoção do agricultor é o foco central, muito embora ele seja visto como passivo, respondendo aos estímulos da extensão, da mídia e das organizações agrícolas (DEPONTI, 2010, p. 133).

Ainda em relação ao caso brasileiro, Lloyd Bostian (1978) lembra que a partir da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), os EUA investiam no desenvolvimento agrícola do país, dando ênfase à comunicação. Em resposta foram criados, na década de 1960, a Associação Brasileira de Informação Rural (ABIR) e o Centro Nacional de Treinamento e Pesquisa em Comunicação Agrícola (CECOR), pois, segundo o autor, acreditava-se que a comunicação seria uma das condições básicas para o êxito do desenvolvimento nacional, sendo necessário o desenvolvimento de um sistema de comunicação dirigido às áreas rurais.

A partir de pesquisas realizadas no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, Bostian observa que, nesse período, a produtividade agrícola do Estado não aumentou, mesmo com a adoção de novas técnicas de produção, o que, segundo o autor, ocorreu pelo fato de que “a informação técnica alcançou poucos

agricultores e, além disso, havia poucos fluxos de informação intermediária – aquela dos institutos de pesquisa para os técnicos agrícolas trabalhando ao nível local”. (1978, p. 14). E o autor declara que “uma das fraquezas deste sistema de comunicação estava no nível do comunicador, uma vez que administradores e técnicos de desenvolvimento agrícola tinham pouco conhecimento das funções dos meios de comunicação coletiva em desenvolvimento” (1978, p. 14). Isso leva a crer que o pouco acesso dos agricultores aos meios de comunicação de massa, somado à inabilidade dos técnicos extensionistas em utilizar esses meios, não foram a causa do fracasso do desenvolvimento rural brasileiro, conforme alerta Fonseca quando diz:

O discurso dissimulava as causas e os efeitos reais da questão, ou seja a existência das condições inerentes à sociedade capitalista; ocultava a origem da divisão social e a justificativa a dominação no campo sob a aparência de que a exploração ou a subvida do agricultor brasileiro se deviam não a fatores histórico-estruturais específicos da formação social a que pertencia, mas sim a sua ignorância e marginalidade das conquistas técnico-científicas da sociedade urbano-industrial (1985, p. 94).

Assim, o modelo de difusão que fundamentou teórica e metodologicamente os serviços de extensão durante décadas foi alvo de críticas na América Latina por trabalhar com pacotes tecnológicos³² (tecnologia³³, extensão e crédito) financiados pelo Estado, desconsiderando a realidade do agricultor e o seu *saber-fazer*, surgindo, então, as novas perspectivas para a extensão³⁴ e a comunicação rural³⁵.

³² A tecnologia pode ser definida como conhecimento sobre técnicas, enquanto as técnicas envolvem aplicações desse conhecimento em produtos, processos e métodos organizacionais. Outra distinção importante é entre invenção e inovação. A primeira refere-se à criação de um processo, técnica ou produto inédito e pode ser divulgada por meio de artigos técnicos e científicos, registrada em forma de patente e visualizada por intermédio de protótipos e plantas. A segunda ocorre com a efetiva aplicação prática de uma invenção. Na prática, muitas inovações são frutos da experimentação prática ou da simples combinação de tecnologias existentes (TIGRE, 2006).

³³ O pacote tecnológico consiste num conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulam entre si e que são utilizados indivisivelmente numa lavoura, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa. Dessa forma, o pacote tecnológico passa a corresponder, na verdade, a uma linha de montagem, onde o uso de uma dada inovação técnica (ou insumo de origem industrial) exige o emprego de uma dada inovação técnica anterior e a utilização de uma certa inovação técnica posterior. Essa combinação de uso de insumos (e máquinas) não pode ser rompida, sob risco de invalidar totalmente os resultados da exploração agrícola. (AGUIAR, 1986).

³⁴ De acordo com o estudo realizado por Deponti (2010) na EMATER-ASCAR no Rio Grande do Sul, o difusionismo é uma constante nos serviços de extensão rural, por vários fatores, como: perfil, postura e forma de atuação do extensionista (conservador ou flexível); manutenção de técnicas tradicionais de comunicação (verticais; unidirecionais e persuasivas); e pela facilidade de adoção. Caporal (1998) divide a história da extensão rural no Brasil e Rio Grande do Sul em quatro fases: Familiar Assistencialista; Produtivismo Modernizador; Crítico Reflexivo e de Transição

Foram os estudos do estruturalista Paulo Freire baseados no ‘diálogo’ que, ao questionar o difusionismo, acabaram por instituir um divisor de águas nos métodos da extensão rural. Na perspectiva de Freire *“el respeto a la cultura y conocimiento de los campesinos y su proposición de un diálogo que considere la realidad, llevaría al desarrollo de técnicas basadas en los principios de la ‘educación popular’”*³⁶ (CAPORAL, 1998, p. 330), sendo a pesquisa participante um instrumento dos agentes na *“construcción de contenidos a partir de la realidad objetivada, mediante un proceso de interacción dialógica entre los actores, donde educador y educando son al mismo tiempo educando y educador”*³⁷ (CAPORAL, 1998, p. 330).

Nessa mesma corrente, Bordenave e outros pesquisadores latino-americanos analisavam a relação entre o extensionista e o agricultor como um processo de troca de saberes, através do diálogo. Ao analisar tal realidade, o autor afirma que “é difícil ver como qualquer programa de desenvolvimento rural pode ser útil se não envolvesse uma estreita colaboração entre especialista de comunicação e especialista de educação” (1981, p. 241), compreendendo comunicação e educação como indissociáveis no processo.

Ainda, segundo Bordenave, nessa nova perspectiva, os meios de comunicação, antes empregados exclusivamente como canais de informação e veículo de persuasão, assumiram importante função, configurando-se como ferramentas de construção do diagnóstico da realidade capaz de “situar problemas, de aglutinação comunitária, de autoexpressão individual e coletiva, de interaprendizagem, de negociação e reivindicação, etc.” (1981, p. 243).

No Brasil, o método freiriano se insere em um período de crise institucional do Estado. Caporal (1998) retoma vários acontecimentos históricos do final da década de 1970, como o enfraquecimento do regime militar, cedendo espaço aos movimentos e lutas sociais e ao debate sobre problemas sociais, ambientais de desenvolvimento passaram a ser politizados e vistos numa perspectiva crítica. *“En*

Ambientalista, afirma que os três últimos não se complementam e que o primeiro continua a ser dominante na atualidade.

³⁵ Duarte e Castro definem este modelo de comunicação na extensão como estruturalismo, que questiona o funcionalismo e critica a estrutura social imposta ao agricultor (2004, p. 36).

³⁶ “O respeito à cultura e o conhecimento dos camponeses e sua proposição de um diálogo que considere a realidade, levaria ao desenvolvimento de técnicas baseadas nos princípios da ‘educação popular’” (CAPORAL, 1998, p. 330, tradução nossa).

³⁷ “construção de conteúdos a partir da realidade objetivada, mediante um processo de interação dialógica entre os atores, onde educador e educando são ao mesmo tempo educando e educador” (CAPORAL, 1998, p. 330, tradução nossa).

*ese ambiente, también renacería la crítica al extensionismo, que repercutiría intensamente en el interior de los aparatos de extensión*³⁸ (p. 85), implicando diretamente no processo comunicativo estabelecido entre extensionistas e agricultores.

Dessa forma, a década de 1980 ficou marcada pela revisão dos métodos educativos empregados na extensão rural, pela revisão dos manuais dos extensionistas e das diretrizes da EMBRATER³⁹ que passavam aos seus agentes de extensão rural a seguinte recomendação:

*La sistematización de la participación de grupos de productores rurales típicos y/o representativos. Esta participación será desarrollada, básicamente, por el estudio conjunto de la realidad rural, por la consecuente identificación de los problemas y de las soluciones viables, y por la legitimación por los grupos representativos de productores y líderes. Obtendrá así, la co-responsabilidad para el éxito del programa*⁴⁰ (CAPORAL, 1998, p. 331).

De acordo com Deponti (2010), no Rio Grande do Sul a perspectiva da ‘participação’ no contexto da extensão rural surgiu nos anos 1980 vinculada ao planejamento participativo, seguindo a corrente do país. Assim, nesse período, a EMATER-ASCAR revisou sua política e postura por entender que “a proposta de planejamento participativo não seria uma ação momentânea, mas um processo político, contínuo e coletivo, vinculado à decisão da maioria” (p. 141). Porém, mesmo com essa reorientação da instituição, a autora observa que a participação “foi incorporada ao discurso, mas não à prática extensionista, não promovendo a capacitação dos agentes. O discurso de Freire foi utilizado para legitimação de práticas junto à população rural não levando à reflexão crítica das ações” (142). E justifica suas afirmações:

³⁸ “Nesse ambiente, também renasceria a crítica ao extensionismo, que repercutiria intensamente no interior dos aparelhos de extensão” (CAPORAL, 1998, p. 85, tradução nossa).

³⁹ Cimadevilla lembra que a crítica denunciada, não obstante, surgiram também importantes processos de replanejamento intervencionista, como os que executou a EMBRATER na década de 1980 – particularmente na gestão Romeu Padilha -, e novos modos de focar a problemática das relações rurais e suas transformações pelo impacto tecnológico. O próprio campo de estudo da comunicação rural veio ao encontro deste reforço por renovar os planejamentos, abordagens e teorias (2004, p. 191, tradução nossa).

⁴⁰ A sistematização da participação de grupos de produtores rurais típicos e/ou representativos. Esta participação será desenvolvida, basicamente, pelo estudo conjunto da realidade rural, pela consequente identificação dos problemas e das soluções viáveis, e pela legitimação pelos grupos representativos de produtores e líderes. Obterá assim, a corresponsabilidade para o sucesso do programa (CAPORAL, 1998, p. 331, tradução nossa).

Na utilização do enfoque participativo é inerente a dificuldade da prática, principalmente quando se trata de uma instituição que traz nas suas raízes uma postura hierarquizada (autoritária) e acostumada com "receitas" para solução de problemas. Essa situação gera dificuldades para implementação das metodologias participativas e muitas vezes, resistências, por parte dos técnicos e também dos agricultores (p. 147).

Entretanto, assim como o difusionismo de Rogers, o estruturalismo de Freire tornou-se alvo de questionamento no campo do desenvolvimento da agricultura brasileira por esbarrar em questões práticas no campo da comunicação, pelos motivos citados por Deponti, e por Chambers (1980), entre os quais as estruturas e as conjunturas do sistema, como presença histórica do Estado no financiamento dos serviços; postura dos agentes extensionistas e dos agricultores; embate entre conhecimento científico e conhecimento empírico. Caporal (1998) comenta que hodiernamente a prática extensionista permanece subordinada a esses dois modelos (de Rogers e Freire), sendo difícil estabelecer uma fronteira que os separe, do mesmo modo que é difícil apontar o que é novo na ciência da extensão rural, em função do surgimento de várias contribuições e leituras sobre uma mesma realidade, mas que envergam para temas comuns como a sustentabilidade e equidade social.

Dessa forma, frente a essa condição histórica e em resposta aos modelos precedentes, as experiências da ação comunicativa na extensão rural convergiram para um modelo que Duarte e Castro denominam de 'pluralista', no qual "os sujeitos do desenvolvimento buscam alternativas para enfrentar o isolamento e a falta de alternativas adequadas proporcionadas pelo Estado" (2004, p. 47).

No sistema pluralista, a preocupação central está no empoderamento dos atores sociais, tornando-os capazes de identificar problemas e encontrar soluções a partir da participação na consolidação de políticas nacionais, como reflexo das demandas e realidades locais. "Com as transformações no ambiente da agricultura e na própria sociedade, os atores sociais envolvidos com a utilização de tecnologias no campo sofreram transformações em seu papel, atuação e relacionamento", concluem Duarte e Castro (2004).

De acordo com Cotrim (2012), a extensão rural teve um papel de correia de transmissão do conhecimento científico, sendo o extensionista responsável por difundir esse conhecimento entre os agricultores, pois o conhecimento tradicional era a causa e consequência do atraso na produção agrícola e no processo de desenvolvimento. Porém, hoje, segundo o chefe de Recursos Humanos da

EMATER-ASCAR/RS, “vivemos um momento de transição da visão moderna da ciência para uma visão contemporânea, a qual entende a realidade como complexa e sistêmica, exigindo um esforço holístico para a tentativa da sua compreensão”. E conclui, dizendo que “os conhecimentos tradicionais dos agricultores e os modernos ensinados nas universidades necessariamente precisam dialogar” (2012, p. 03).

O contínuo e rápido desenvolvimento das telecomunicações e informática baseada nas TICs provavelmente é o grande fator na mudança em extensão, um dos que facilitará e reforçará outras mudanças. Há muitas possibilidades para as aplicações potenciais da tecnologia em extensão agrícola (FAO, 1993; ZIJP, 1994 apud GARFORTH, 1997).

O pluralismo muito lentamente vem se tornando uma prática da extensão rural mediante a comunicação bidirecional. Percebe-se essa realidade em um Estado descentralizador e pela participação de diversos setores na gestão de política e de recursos. Mas, também, pela ação entre os atores sociais, em que as tecnologias de informação e comunicação são os meios de produção, circulação e consumo de informação em outro modelo de sociedade, o da informação. Reconhece-se, no entanto, que essa é uma realidade ainda distante do alcance da totalidade da população de um país com proporções geográficas e diversidades imensas, mas, ainda assim, permite uma visão otimista do futuro.

1.4 A Sociedade da Informação no Brasil: entre ações e intenções

Durante algumas décadas o projeto de desenvolvimento da sociedade esteve alicerçado na modernização, sendo a Revolução Industrial a grande aposta política e econômica. Entretanto, o acesso aos avanços tecnológicos, frutos dessa industrialização, foram limitados, tendo-lhe acesso apenas uma parcela população, acentuando o abismo social e econômico que a modernidade estava disposta a superar. Destarte, surgiu a denominada “sociedade da informação”⁴¹, na qual o acesso a todos os cidadãos às TICs é uma das suas premissas numa perspectiva de desenvolvimento.

⁴¹ Castells (2006) define a Sociedade da Informação como um estágio de desenvolvimento social caracterizado pela capacidade de seus membros de obter e compartilhar qualquer informação, instantaneamente, de qualquer lugar e da maneira mais adequada.

A sociedade da informação data da década de 1970, a partir do advento de um novo paradigma tecnológico embasado na tecnologia de informação. Esse período ficou marcado pela segregação de um novo estilo de produção, comunicação e gerenciamento da vida em estreita relação com a economia global e a geopolítica mundial (CASTELLS, 1999). Nessa nova sociedade, as transformações sociais foram tão abrangentes quanto às econômicas e tecnológicas, pois, as tecnologias que tanto podem manter a estabilidade também podem desequilibrar a estrutura social e os fluxos de poder.

Para Castells esse fenômeno representou a terceira revolução tecnológica. Segundo o autor, após a Revolução Industrial, com a criação da máquina a vapor e à eletricidade, os avanços tecnológicos das últimas décadas do século XX se expandiram, dando origem a uma terceira revolução tecnológica.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação de informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entra a inovação e seu uso... O ciclo de realimentação entre a introdução de uma nova tecnologia, seus usos e seus desenvolvimentos em novos domínios torna-se muito mais rápido no paradigma tecnológico. Consequentemente, a difusão de tecnologias amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia... (1999, p. 69).

Essa terceira revolução é que deu origem, segundo Castells (1999), à Sociedade da Informação e que Sodré (2002) contesta por entender que não se trata de uma revolu o, mas de uma reconfigura o do mercado capitalista ao tratar a informa o como mercadoria. Destarte, na tentativa de explicar a forma o da sociedade da informa o, e defini-la, o autor ressalta que a análise do paradigma da tecnologia da informa o⁴² requer um olhar para além do viés econômico, ou seja,   necessária a compreensão da mudança social, apontando algumas características que fundamentam a sociedade da informa o: a informa o como m teria-prima, ou seja, ‘são as tecnologias para agir sobre a informa o’, não apenas informa o para

⁴² Postulado a partir do paradigma tecnológico elaborado por Christopher Freedman que diz que “um paradigma econômico e tecnológico   um agrupamento de inova es técnicas, organizacionais e administrativas inter-relacionadas cujas vantagens devem ser descobertas não apenas em uma nova gama de produtos e sistemas, mas também e, sobretudo na dinâmica da estrutura dos custos relativos de todos os possíveis insumos para a produ o” (apud CASTELLS, 1999, p. 108).

agir sobre a tecnologia; a 'penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias', pois, a informação é parte integral de toda a atividade humana, todos os processos de existência individual e coletiva são diretamente moldados pelo novo meio tecnológico; a 'lógica de redes' em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação; o sistema de redes, baseado na 'flexibilidade', em que não apenas os processos são reversíveis, mas organizações e instituições podem ser modificadas, e, até, fundamentalmente alteradas pela reorganização de seus componentes; e a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado (1999, p. 108–109).

Para Castells (1999), a sociedade da informação não se constitui em um sistema fechado, mas em uma rede aberta a acessos múltiplos, em que as preocupações não recaem sobre as tecnologias, mas sobre a ação e a interação social através dessas novas tecnologias da informação e da comunicação, em que a centralidade não está nos fluxos de poder, mas no poder dos fluxos de informação e comunicação.

Dessa forma, Castells ainda chama a atenção para o papel do Estado nessa nova sociedade, “seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados” (CASTELLS, 1999, p. 49). A revolução da tecnologia da informação foi essencial no processo de reestruturação do sistema capitalista mundial na sociedade em rede.

Armand Mattelart (2001) considera que “a 'sociedade da informação', promovida a paradigma dominante na mudança e caução de um mundo 'mais solidário, transparente, livre, igualitário'”, representa a construção do imaginário coletivo sobre o futuro da sociedade. Enfatiza que essa construção resulta de um discurso no qual a tecnologia se afigura como salvadora da sociedade e que vem a materializar a hegemonia do sistema neoliberal, sobre o qual afirma que, “de acordo com essa perspectiva, a complexidade do vínculo social se dissolve no jogo soberano das novas forças naturais, do mercado e da tecnologia” (2001, p. 08). É nesse mesmo cenário que “as forças vivas da sociedade civil procuram fazer o fabuloso potencial das tecnologias da informação e da comunicação escapar a lógica do desenvolvimento desigual e do imperativo de segurança da *Global War* para investi-lo em uma sociedade na qual o conhecimento seja efetivamente compartilhado por todos” (MATTELART, 2001, p. 09). Para o autor, a sociedade da

informação se materializa pelas mediações culturais, sociais e educativas nas quais as tecnologias ganham vida e ampliam a ação conjunta e democrática.

De acordo com Gouveia e Gaio (apud MONTEIRO e PINHO, 2007), a sociedade da informação “apoia-se predominantemente nas TICs para a troca de informações em formato digital, suportando a interação entre indivíduos e entre estes e as instituições”. Para tanto, investe na utilização de TICs e incentiva a apropriação destas pelos indivíduos e instituições, favorecendo o diálogo, utilizando novos dispositivos e novos formatos. Monteiro e Pinho (2007) enfatizam que as TICs, ao contrário de outras tecnologias, além de se expandirem pelo mundo rapidamente, ocupam tempo e espaço antes considerados limites ao desenvolvimento, fenômeno recente ocorrido entre as décadas de 1970 e 1990, em uma “lógica que é característica dessa revolução tecnológica é: a aplicação imediata no próprio desenvolvimento da tecnologia gerada, conectando o mundo por meio da tecnologia da informação”. E acrescentam: “apesar disso, há grandes áreas do mundo e consideráveis segmentos da população que estão desconectadas dos novos sistemas tecnológicos. Ademais, a velocidade da difusão tecnológica é seletiva, tanto social quanto funcionalmente” (2007, p. 105).

Dessa forma, as TICs — durante muitas décadas utilizadas apenas como instrumentos de difusão de informações, na perspectiva da sociedade da informação — podem ser adotadas como meio de inclusão política, social, cultural e econômica, sendo a comunicação aliada na democratização do acesso à informações para a construção coletiva. Entretanto, se a concretização desse modelo de sociedade já se consolidou em alguns países, não é o caso do Brasil. Diante de tal realidade, e como consequência natural, a democratização dessas mídias nos próximos anos tende a mudar através de políticas públicas de inclusão da população no ambiente digital.

Uma das primeiras iniciativas de inserção do Brasil nessa nova sociedade foi o Programa Sociedade da Informação (SOCINFO), criado pelo Governo Federal, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em 1999, quando foi dado início aos debates sobre essa nova noção de sociedade. De acordo com o Livro Verde (2000), o programa buscou contribuir para a construção de uma sociedade justa, pautada no respeito à identidade cultural e à diversidade da nação para sustentabilidade do desenvolvimento, respeitando as diferenças regionais; e para a participação efetiva na democratização política.

O programa teve, ainda, como objetivo “integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de TICs, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global” (TAKAHASHI, 2000, p. 10). A gestão compartilhada entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil serviu de base para execução de ações concretas para consolidação do programa.

Anos mais tarde, em 2003, o Programa Sociedade da Informação cedeu lugar ao Programa Nacional de Inclusão Digital, através do qual foram implantados vários projetos de expansão da internet, no que se refere ao consumo e ao acesso da tecnologia. Nesse mesmo ano o Governo Federal, pelo Decreto nº 4.829, redefiniu as atribuições do Comitê Gestor para Internet no Brasil, o CGL.br, criado, inicialmente, em 1995. O CGL.br, formado por representantes do Estado, do setor privado e da sociedade civil, tornou-se responsável pela coordenação e integração do acesso à internet no país.

No ano seguinte foi criado o Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos, que tinha o objetivo de possibilitar a compra de computadores com acesso à internet a preços reduzidos. Porém, de acordo com Schwartz (2007), pelo menos 13% da população brasileira não seria beneficiada pelo programa por falta de condições financeiras para realizar a aquisição, percebendo-se, então, que a promoção da inclusão digital no país era perpassada por outros problemas principalmente econômicos.

Ainda na perspectiva de inclusão digital lembra-se do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), lançado pelo Governo Federal, através do Ministério das Comunicações, em 2010, com a meta de disponibilizar o acesso à banda larga a toda a população, rural e urbana, até o ano de 2014. O plano, além de prever melhorias na infraestrutura do sistema de telecomunicações brasileira, tinha os objetivos de: acelerar a entrada da população na Sociedade da Informação; promover a difusão do Governo Eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado; contribuir para a evolução das redes de telecomunicação do país; contribuir para o desenvolvimento industrial e tecnológico do país, em particular ao setor das TICs; aumentar a competitividade das empresas brasileiras do setor das TICs e demais setores econômicos; contribuir para o aumento do nível de emprego no país; e contribuir para o crescimento do PIB brasileiro (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2010, p. 10–11). Mesmo com esses objetivos, o PNBL, até

o presente momento, foi pouco efetivo no cumprimento das metas, sendo alvo de crítica e dúvida quanto a sua implantação, tendo seus prazos estendidos para o ano de 2015.

Apesar de todos os projetos e programas para a inclusão digital implantados até o presente momento pelo governo federal, de modo a facilitar o acesso e o uso das TICs entre a população brasileira, o desafio maior, além das questões de infraestrutura, parece ainda ser a formação cidadã para a inclusão e participação efetiva da população na “sociedade da informação”. Os dados do crescimento exponencial do uso e aquisição das TICs no Brasil podem ser observados nos dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) nos últimos anos.

Em 2005 e 2008 o IBGE pesquisou os indicadores de acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, como um suplemento à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mas foi somente em 2009 que essas informações foram incorporadas ao PNAD. “Com os resultados desta pesquisa, o IBGE dá continuidade à investigação de informações que contribuem para o conhecimento de aspectos das Tecnologias de Informação e Comunicação” (IBGE, 2013, pdf), por entender que essas informações eram de interesse dos setores que trabalhavam diretamente com tecnologia (produção, serviços e regulamentação), mas, principalmente, para o estudo e planejamento das políticas públicas.

Os dados da PNAD realizada em 2011 apontam para um crescimento longitudinal ascendente durante o período compreendido entre 2005 e 2011. Em 2005 eram apenas 20,9% da população-alvo que acessavam a internet; em 2008 este número cresceu para 34,7%, avançando para 41,6% em 2009; e avançou para 46,5% do total da população em 2011. Esses dados demonstram que em seis anos mais que dobrou o número de pessoas que acessaram a internet no país. Esses dados podem ser visualizados no gráfico a seguir.

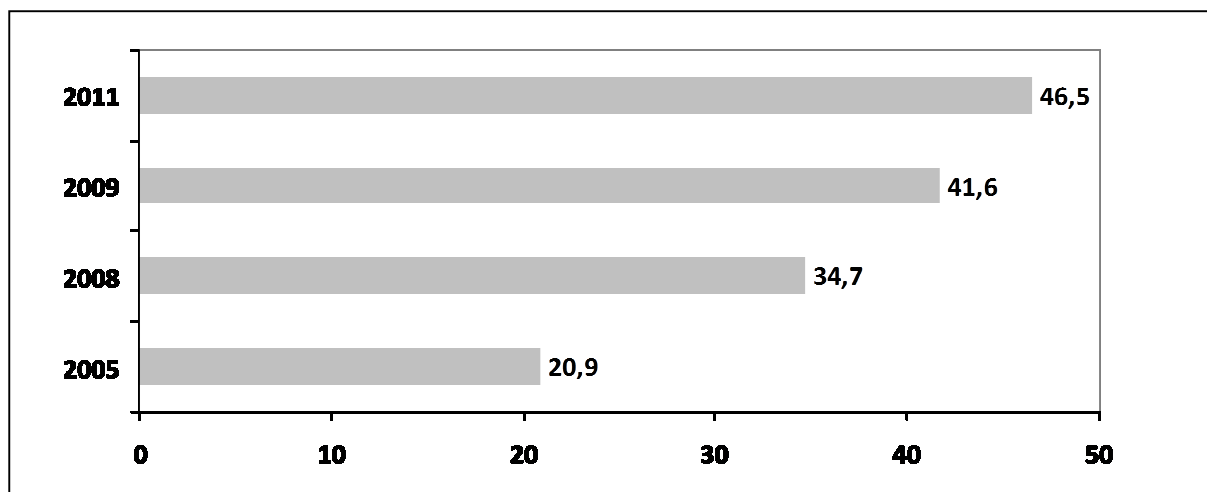


Gráfico 1 – Percentual de pessoas que utilizaram a internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade – Brasil – 2005/2011

Fonte: IBGE, PNAD, 2013.

O PNDA 2011 também apresenta os dados referentes à posse de microcomputador com acesso à internet entre a população brasileira em seus domicílios, que, no de 2005, era de 22,3 milhões de pessoas que possuíam microcomputador com acesso à internet em seus domicílios, correspondendo a 14,6% dos domicílios e 130,0 milhões de pessoas que não possuíam microcomputador com acesso à internet em seus domicílios, ou seja, 85,4% do total. Em 2011 houve um aumento desses números como demonstra o gráfico abaixo.

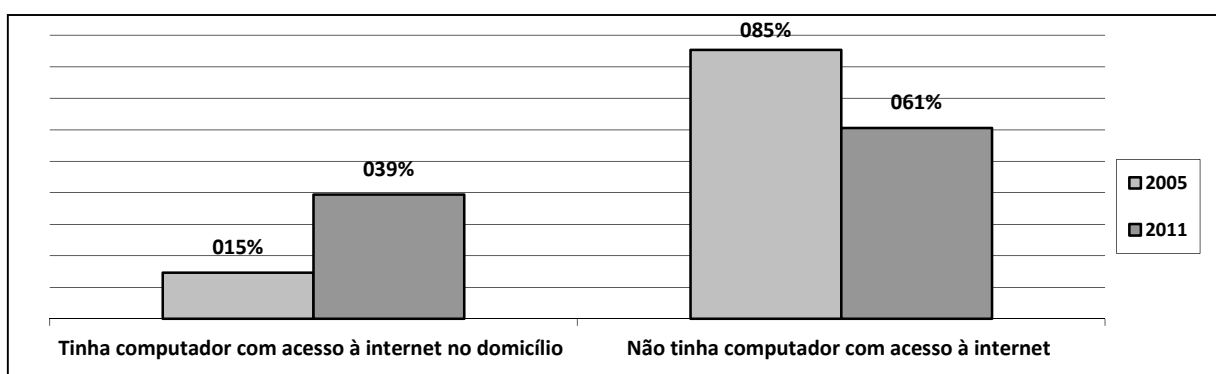


Gráfico 2 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a existência de microcomputadores com acesso à internet no domicílio, no período de referência dos últimos três meses – Brasil – 2005/2011

Fonte: IBGE, PNAD, 2013.

Conforme o PNAD (2013), além do crescimento em relação à posse de computador com acesso à internet no domicílio, nesse mesmo período também cresceu o número de pessoas que, mesmo não tendo computador, buscavam alternativas para acessar o meio (escolas, *lan houses*, telecentros, etc.). Em 2005 eram 11,9% da população e em 2011 subiu para 25,6%, demonstrando que a prática vem crescendo entre a população e que embora os projetos de inclusão digital não sejam suficientes apresentam alguns avanços.

Em relação à telefonia móvel celular, do mesmo modo que a internet, apresentou um crescimento exponencial, conforme se constata no gráfico a seguir. Ao se comparar esses números com os da internet se observa que o número da telefonia móvel foi maior, muito devido ao baixo custo de aquisição e manutenção dessa tecnologia.

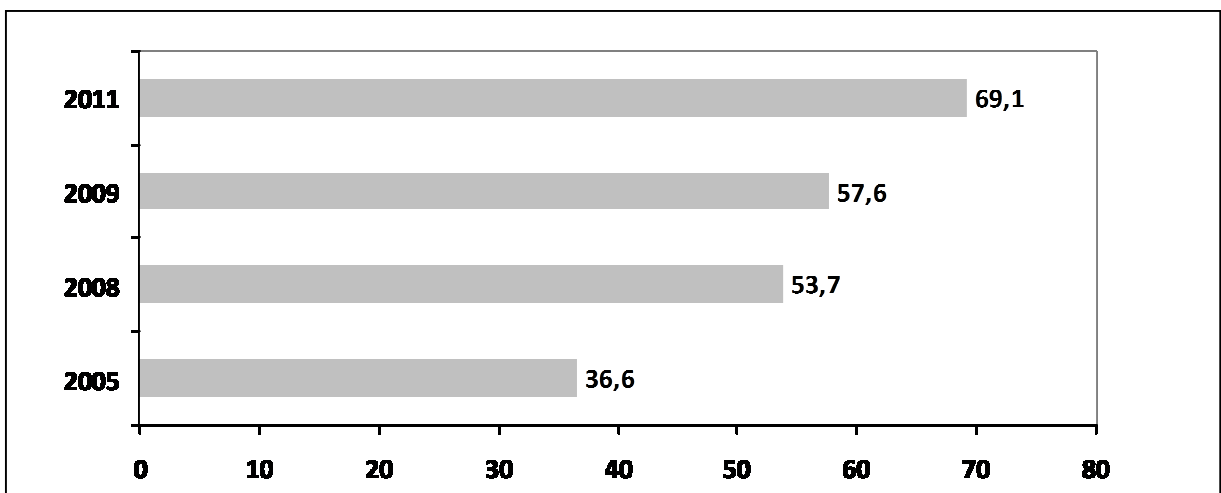


Gráfico 3 – Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade – Brasil – 2005/2011

Fonte: IBGE, PNAD, 2013.

Esses dados demonstram que as TICs, a cada ano, estão mais presentes no cotidiano da população, ao mesmo tempo em que deflagram desigualdades quanto ao acesso dessas tecnologias e mesmo que o Governo Federal as subsidie, através de projetos e programas de inclusão digital, há muita desarticulação entre as ações. “A inclusão digital está em ações pontuais do governo federal, mas com pouca integração entre os projetos em curso. O Brasil precisa de uma política pública

unificada que inclua a cidadania na sociedade da informação” (Carta de Porto Alegre, V Oficina de Inclusão Digital, apud AFONSO, 2007). Afonso afirma que:

Uma estratégia brasileira de inclusão digital enfrenta desafios, como um grande espaço a cobrir, que não se mede somente por geografia (8,5 milhões de km²) e demografia (188 milhões de habitantes). Por outro lado, os dispêndios de políticas públicas na alavancagem das TICs para o desenvolvimento humano não são custos, são investimentos essenciais. Não é preciso discutir quão importante é o acesso às TICs para a alavancagem econômica e social (e também cultural), contribuindo significativamente para saltos de etapas nas possibilidades de desenvolvimento local e participação no conjunto da economia nacional.

A ações em direção à sociedade da informação e, conseqüentemente, a inserção de novas mídias no cotidiano dos indivíduos, aos poucos passam a transformar o processo comunicativo e as relações sociais, ampliando o acesso à informação por parte de indivíduos. Se, durante a Revolução Industrial a tecnologia representou a materialização do poder do Estado e das indústrias rumo à modernização e ao desenvolvimento, atualmente essas tecnologias representam o poder individual e coletivo da sociedade em se inserir no processo. Com isso, as interações e relações de poder modificam-se, deslocando das instituições e dos meios para os atores sociais envolvidos no processo.

Nessa perspectiva, a consolidação da sociedade da informação perpassa a democratização e acesso às TICs de modo irrestrito pela população. Isso vem reconfigurando as relações entre indivíduos e instituições e apontando para uma nova interpretação das mídias no processo de desenvolvimento rural brasileiro, pois, gradativamente, a população rural vem ampliando seu acesso às TICs, restabelecendo seu papel na sociedade rural e a da informação.

Entretanto, é necessário reconhecer que há uma parcela expressiva da população rural que ainda não acessa ou dispõe de grande parte dessas tecnologias, ou, ainda, não é beneficiária de alguma política pública. No entanto, usa as que dispõe, permitindo-se fazer parte dessa sociedade, pois os limites de espaço e tempo são rompidos diariamente pelas inovações tecnológicas.

1.5 A emergência da agricultura familiar

O debate sobre desenvolvimento rural conforme já se mencionou, está articulado com vários outros temas, sendo um deles a ‘agricultura familiar’ que, nas últimas décadas, tem sido foco de políticas e reflexões no campo do desenvolvimento econômico, social e também ambiental. Isto, por sua vez, está dividindo posicionamentos dos principais pesquisadores da área, entre os que compreendem como uma estratégia de desenvolvimento rural e outros apontam para as fragilidades dessa categoria. Além disso, há discordância acerca do conceito quanto a sua definição técnica — mais operacional, ou teórica — mais reflexiva, como se discorre a seguir.

De acordo com Schneider, a agricultura familiar foi um dos fatores que reacenderam o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil. Enquanto política pública, “a agricultura familiar ganhou projeção somente a partir do final dos anos oitenta, e, sobretudo, a partir da primeira metade da década de 1990” (2003, p. 29). Esse debate, segundo o autor, tem origem no campo político e econômico através dos movimentos sociais, e no âmbito acadêmico através de estudos que buscam a construção de novos referenciais reflexivos sobre o tema.

No campo da política, a luta por reconhecimento é histórica, tendo início no período de constituição do sindicalismo no Brasil, pois “alguns direitos trabalhistas foram reconhecidos no Brasil pelo governo de Getúlio Vargas a partir da década de 1930 e consolidaram-se com a criação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) em 1943” (PICOLOTTO, 2011, p. 305). Porém, isso não incluía os trabalhadores rurais, os quais conquistaram alguns direitos apenas em 1960, através do estatuto do trabalhador rural. Assim, nos anos de 1970 e, posteriormente, com a Constituição de 1988, os avanços de representação da classe de trabalhadores rurais foram ganhando expressão, ultrapassando o período de redução do papel do Estado e aos ajustes neoliberais, como afirma Picolotto:

Foi precisamente nesta conjuntura contraditória de emergência de movimentos sociais construtores de um ‘espaço público’ de realização cidadã dos anos 1980 e a subsequente incapacidade de fazer valer a lei, os direitos e a justiça dos anos de 1990, que emergem os ‘agricultores familiares’ como sujeitos de direitos (2011, p.306).

Dessa forma, a expressão “agricultura familiar” no país passou a ser uma categoria reconhecida através movimentos sociais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e das políticas do Estado ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que previa crédito e apoio a pequenos produtores no ano de 1996, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. (SCHNEIDER, 2003). Entretanto, passados dez anos, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é que foi promulgada a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, definindo oficialmente a categoria como profissão no país.

Já, em relação ao campo teórico, muitos autores, entre os quais Sérgio Schneider (2003), Ricardo Abramovay (1992), Hugues Lamarche (1993), Zander Navarro (2001), contribuíram para o debate e a compreensão dessa categoria como estratégia de desenvolvimento rural. Entretanto, cada um faz uma leitura da realidade. Por exemplo, Abramovay (1992) e Lamarche (1993) destacam a diversidade de relações (social, cultural, econômica) complexas que envolvem os agricultores no interior da propriedade e da família.

Abramovay (1998) chama a atenção para as implicações dessa complexidade na proposição de políticas públicas em um país tão heterogêneo quanto o Brasil, enfatizando o fato da impossibilidade de se analisar/definir essa categoria de modo uniforme e operacional. O autor considera três fatores importantes nesta relação: gestão; propriedade e trabalho familiar, definindo agricultura familiar como “aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho é proveniente de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue casamento” (1998, p. 142). Da mesma forma, Lamarche considera, em sua conceituação, três pontos: a gestão, o trabalho e a família, afirmando que “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligada à família” (1993, p. 15), e que, por esta razão, de modo inter-relacionados, esses fatores geram vínculos mais complexos no interior da propriedade, ou seja, para o autor não é possível fazer uma leitura apenas racional dessa categoria.

Com base em uma perspectiva mais operacional, em 1990, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desenvolveram um estudo apresentando uma nova tipologia dos estabelecimentos rurais brasileiros. E a partir dos resultados estabeleceram alguns termos normativos de diferenciação

entre agricultura familiar e agricultura patronal, a partir das seguintes características: a) a gestão da unidade produtiva realizada pela família (pessoas com laços de parentesco e casamento); b) a maior parte do trabalho realizada pelos membros da família; c) os meios de produção pertencem à família. Destacam, ainda, que enquanto a agricultura familiar caracteriza-se pela diversificação, sustentabilidade dos recursos naturais e imediatismo no processo de decisão, a agricultura patronal destaca-se pela especialização, aplicação de tecnologias e previsibilidade na gestão.

De acordo com o Relatório da FAO/INCRA, de 1994, a agricultura familiar e a agricultura patronal apresentam algumas características que as diferenciam, como apresenta o quadro a seguir.

| Agricultura Familiar | Agricultura Patronal |
|---|---|
| Trabalho e gestão intimamente relacionados | Completa separação entre gestão e trabalho |
| Direção do processo produtivo realizado pelos agricultores familiares e suas famílias | Organização centralizada |
| Ênfase na diversificação | Ênfase na especialização |
| Ênfase na durabilidade dos recursos naturais | Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis |
| Trabalho assalariado complementar | Trabalho assalariado predominante |
| Decisões imediatas adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo | Tecnologias dirigidas, eliminação de decisões de “terreno e de momento” |

Quadro 3 – Comparação entre agricultura familiar e agricultura patronal

Fonte: FAO/INCRA, 1994.

Schneider (2010) destaca as contribuições desse estudo no âmbito das políticas agrícolas e fundiárias específicas para a categoria agricultura familiar e também para o desenvolvimento de outros estudos como o Censo Agropecuário de 1995/1996, pois, apoiados nesses critérios se estabeleceram as diretrizes e as determinações para operacionalização, por exemplo, do PRONAF, nos anos seguintes.

Entretanto, Navarro (2010) tem uma visão crítica quanto a essas conformações sobre a noção de agricultura familiar aplicadas no Brasil, por entender que a forma como foram definidas essas duas categorias (agricultura familiar e não-

familiar) decorreu de uma ação político-sindical, com pouca reflexão teórica acerca da realidade empírica e diversa que constituem o rural no país. Navarro retoma, como base para as suas indagações, as definições de Abramovay (1992) quando se refere à diversidade da agricultura familiar que, pelo menos em tese, deve ser considerada. Segundo o Navarro (2010, p. 206) “ignorar a imensa diversidade dos subgrupos componentes da Agricultura Familiar, as políticas públicas esbarram em crescentes inconsistências” que constituem o mundo rural brasileiro, o que demonstra que esse debate não pode ser logo encerrado.

Porém, mesmo diante de alguns impasses a serem superados tanto no campo da política quanto da noção conceitual da agricultura familiar, o que se pode observar é que os dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, através da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que resultou no Censo Agropecuário 2006, demonstram relevante contribuição da agricultura familiar, seja pelo número de estabelecimentos ou por sua produtividade econômica e social.

Do total nacional, a agricultura familiar representa 84,4% do total de estabelecimentos e ocupa apenas 24,3% da área total, e apesar ocupar uma menor área de terra é a principal fornecedora de alimentos para a população brasileira e a categoria que mais mantém a população rural ocupada, ou seja 74,4% do total de pessoas ocupadas na agricultura nacional. Além disso, é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção nacional.

Tabela 1 – Estabelecimento e área da agricultura familiar no Brasil

| Brasil | Agricultura familiar Lei nº 11.326 | | Não familiar | |
|-------------------|------------------------------------|-------------------|------------------|--------------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) |
| Total 2006 | 4.367.902 | 80.250.453 | 807.587 | 249.690.940 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Esses dados parecem apenas representar números sobre a realidade rural brasileira. Entretanto, apontam para a importância quanto ao reconhecimento profundo e peculiar da diversidade que compõe a agricultura familiar no país, como defendem os teóricos, e, do mesmo modo, demonstram a crescente participação econômica e social dessa categoria no cenário do desenvolvimento rural, em uma

leitura mais operacional, como acontece no âmbito das políticas públicas para o segmento. A conciliação dessas duas percepções, considerando-se a complexidade apresentada tanto pelo campo teórico quanto pelo prático ainda parece ser um desafio enquanto estratégia de desenvolvimento.

1.6 As TICs e a agricultura familiar

No Brasil, a década de 1990 pode ser analisada sob dois aspectos, os quais, em um primeiro momento, parecem dissonantes, no entanto, marcaram as discussões políticas da época: os debates pela construção de uma nova sociedade, a da informação, e os debates pela consolidação de um novo segmento no campo, o da agricultura familiar. Dois aspectos que, se, por um lado, não estão diretamente relacionados, por outro, ambos emergem do processo de (re)democratização do país, ou seja, democratização dos meios de comunicação e dos direitos sociais no campo. Embora não sejam dimensionadas a influência e as contribuições de um sobre o outro na consolidação de políticas públicas tanto para a agricultura familiar, quanto para sociedade da informação na época, sabe-se que as políticas atuais trabalham na perspectiva da inclusão social do agricultor familiar também através da inclusão digital.

O desenvolvimento e o crescente acesso às novas TICs resultaram em mudanças estruturais no Brasil, como demonstram os dados levantados pelo IBGE, através da PNAD em 2011. Além disso, nessa nova conjuntura, a informação passa a exercer papel fundamental no processo de desenvolvimento e promoção da entrada do país na sociedade da informação, como previsto na maioria das ações do Governo Federal nessa direção.

Nesse sentido, o Governo Federal foi implantado algumas políticas direcionadas à inclusão digital também no campo. Em relação à banda larga nas zonas rurais, com o objetivo de atender especificamente as zonas rurais, no ano de 2009 o Ministério das Comunicações instituiu o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais, através da Portaria nº 43, de 23 de julho de 2009, com a finalidade de oferecer a toda a população rural brasileira o acesso aos serviços de telefonia e banda larga.

Ainda em relação às áreas rurais, desde 2008 o Ministério do Desenvolvimento Agrário vem implantando o projeto Territórios Digitais, com o objetivo de oferecer gratuitamente o acesso à informática e à internet para populações rurais, por meio da instalação de Casas Digitais. Esse projeto busca contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, além de fortalecer a agricultura familiar, pois, para o MDA promover a cidadania passa por reconhecer a importância do uso e acesso às TICs pela população (MDA, 2008).

Apesar da proposição de ações do Governo Federal para a inclusão digital da população rural, esses programas apresentam poucos avanços, ou seja, parcelas mínimas de municípios e pessoas são atendidas por esses programas e/ou projetos, pois a grande extensão territorial de um país com diversas realidades, além de demandar maiores investimentos em tecnologias, exige estratégias que venham a atender demandas específicas da população brasileira. Como já foi constatado isso é um desafio para outras políticas, como a da agricultura familiar, e por isso não se justifica, apenas aponta para o descompasso na interpretação do “tempo” existente na proposição de uma política e na sua implementação diante de tamanha diversidade e extensão.

Entretanto, apesar das discrepâncias historicamente demarcadas entre o rural e o urbano, principalmente no que se refere ao uso de tecnologias, os dados do Censo do PNAD (2013) indicam que vem crescendo o uso das tecnologias internet e telefone móvel celular entre as populações rurais. Como há poucos estudos específicos sobre a penetração dessas tecnologias no campo, nas Tabelas 2 e 3 apresentam-se os dados referentes ao uso da internet por trabalhadores agrícolas, segundo grupamentos ocupacionais⁴³, e também ao uso da internet em atividades agrícolas, conforme grupamentos de atividades⁴⁴, respectivamente comparados aos percentuais totais do Brasil.

⁴³ O grupamento ocupacional (conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – Domiciliar, CBO – Domiciliar) – Trabalhadores Agrícolas inclui os seguintes subgrupos ocupacionais: produtores na exploração agropecuária; trabalhadores na exploração agropecuária; pescadores, caçadores e extrativistas florestais; e trabalhadores na mecanização agropecuária e florestal (Censo, PNAD, 2011).

⁴⁴ O grupamento de atividade (conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Domiciliar, CNAE – Domiciliar) – Agrícola inclui as seguintes divisões de atividade: agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades; silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades; pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades (Censo, PNAD, 2011).

Tabela 2 – Percentual das pessoas que utilizaram a internet, no período de referência dos últimos três meses na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo os grupamentos ocupacionais no trabalho principal: Trabalhadores Agrícolas – Brasil – 2005/2011.

| Ano | Total Brasil (%) | Trabalhadores Agrícolas (%) |
|------------|-------------------------|------------------------------------|
| 2005 | 22,8 | 1,7 |
| 2008 | 35,9 | 4,3 |
| 2009 | 43,6 | 6,8 |
| 2011 | 49,9 | 8,7 |

Fonte: IBGE, PNAD, 2013, com adaptações.

A partir dos dados sobre o uso da internet no Brasil, ao se comparar os dados de 2005 com os de 2008 das pessoas que utilizaram a internet no país, constata-se um crescimento de 57,4%. Já, o ano de 2009 em relação a 2008, o crescimento foi de 21,4% e, por fim, comparando-se os percentuais de 2011 com os de 2009, percebe-se que a variação foi menor no período, atingindo apenas 14,4%.

Já, entre os trabalhadores rurais que acessaram a internet o crescimento entre 2005 e 2008 foi de 52,9%. E em 2009 comparado a 2008 foi de 58,1%, percentual que, na comparação entre 2009 e 2011, cai para 27,9%. Dessa forma, o que se pode observar é que o aumento do percentual de pessoas que acessaram a internet no Brasil se refletiu entre os trabalhadores rurais, porém, a variação entre esse grupo é maior em relação ao percentuais nacionais.

Em relação ao setor agrícola pode-se constatar crescimento superior na comparação entre os anos pesquisados, pois comparando-se o percentual das pessoas que acessaram a internet no setor agrícola em 2008 com o ano de 2005, o crescimento foi de 55,5%. Na comparação de 2009 com o ano anterior o percentual chegou a 52,1%. E na comparação de 2011 com 2009 o percentual caiu para 30%, se considerados os dados da tabela abaixo.

Tabela 3 – Percentual das pessoas que utilizaram a internet, no período de referência dos últimos três meses na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo os grupamentos de atividades do trabalho principal: Agrícola – Brasil – 2005/2011.

| Ano | Total Brasil (%) | Agrícola (%) |
|------------|-------------------------|---------------------|
| 2005 | 22,8 | 1,8 |
| 2008 | 35,9 | 4,6 |
| 2009 | 43,6 | 7,0 |
| 2011 | 49,9 | 9,1 |

Fonte: IBGE, PNAD, 2013, com adaptações.

Quanto à posse de telefone móvel celular entre o total da população brasileira, se comparados os percentuais do ano de 2005 com os de 2008 observa-se um aumento de 43,4%. Já, entre o ano de 2008 e 2009 esse percentual ficou em apenas 7,5%, e voltou a crescer na comparação dos anos 2009 e 2011 para 16,4%.

Tabela 4 – Percentual das pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grupamentos ocupacionais no trabalho principal: Trabalhadores Agrícolas – Brasil – 2005/2011

| Ano | Total Brasil (%) | Trabalhadores Agrícolas (%) |
|------------|-------------------------|------------------------------------|
| 2005 | 44,2 | 12,2 |
| 2008 | 63,4 | 24,1 |
| 2009 | 68,2 | 28,9 |
| 2011 | 79,4 | 43,0 |

Fonte: IBGE, PNAD, 2013, com adaptações.

A mesma comparação em relação à posse de telefone móvel celular entre os trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, apresentou crescimentos superiores ao percentual nacional. Comparando-se os números de 2005 e 2008, o crescimento foi de 97,5%. Já, entre 2008 e 2009 o percentual foi de 19,9%, tornando a se elevar na comparação entre 2011 e 2009, que chegou a 48,7%.

Como pode ser observado nas Tabelas 4 e 5 referentes à posse de telefone móvel celular entre trabalhadores agrícolas e o setor agrícola, os percentuais são muito semelhantes. Ao se comparar os números de 2005 e 2008 do setor agrícola, o crescimento da posse de telefone móvel celular foi de 97,6%, e entre 2008 e 2009 o percentual ficou em 18%, fechando em 48,2% na relação entre os anos de 2009 e 2011.

Tabela 5 – Percentual das pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal: Agrícola – Brasil – 2005/2011

| Ano | Total Brasil (%) | Agrícola (%) |
|------------|-------------------------|---------------------|
| 2005 | 44,2 | 12,6 |
| 2008 | 63,4 | 24,9 |
| 2009 | 68,2 | 29,4 |
| 2011 | 79,4 | 43,6 |

Fonte: IBGE, PNAD, 2013, com adaptações.

É importante ressaltar que esses números refletem dados que consideram a população total de brasileiros, e que são apenas um recorte dos dados disponibilizados pelo IBGE, através da PNAD (2013), considerando-se os objetivos deste estudo, como forma de ilustrar a realidade das novas tecnologias no campo.

No meio rural, um dos reflexos dessa mudança estrutural foi o rompimento de dicotomias entre espaço rural e urbano, sociedade tradicional e moderna, sustentadas por anos nos projetos de desenvolvimento. Com a inserção dessas tecnologias, esses limites foram se desconstruindo, e, aos poucos, as populações rurais foram se integrando à sociedade da informação ainda em consolidação no Brasil. É necessário lembrar que a exclusão digital é uma realidade da população brasileira, principalmente a rural, pois mesmo com políticas nacionais de apoio à inclusão digital muitos são os desafios para a mudança desse cenário.

Como se abordou anteriormente neste estudo, o projeto de desenvolvimento rural adotou vários modelos extensionistas, nos quais a comunicação foi assumindo importância, e as TICs foram consideradas ora como meios de divulgação, ora como meio de difusão, e, recentemente, como um meio de interação e construção social. Duarte e Castro afirmam que “com as transformações no ambiente da agricultura e na própria sociedade, os atores sociais envolvidos com a utilização de tecnologias no campo sofreram transformações no seu papel, atuação e relacionamento” (2004, p. 51) reconfigurando o cenário do rural brasileiro.

Na sociedade atual, as TICs que, durante muitos anos, foram reduzidas aos meios de comunicação de massa por muitos criticados, representam ou simbolizam o espaço de interação e construção de novas relações entre os atores sociais, nesse caso, os agricultores. Dessa forma, a descentralização parece característica de um governo liberal, e a opção por um sistema pluralista de extensão rural aparece como consequência, pois, tanto do ponto de vista político-econômico — porque há convergência para o deslocamento do poder das mãos do Estado ou do setor privado para as mãos da população, como é o caso da consolidação dos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural —, quanto sociocultural, essa pluralidade também emerge no processo comunicativo, deslocando-se dos meios e centrando-se na informação e na construção coletiva do conhecimento na extensão rural.

As TICs representam, para o agricultor, a sua extensão na sociedade da informação, conforme o diretor-presidente da EMBRAPA, Clayton Campanhola, as novas mídias são aliadas na extensão do conhecimento, porque:

Para aproximação da comunidade científica com os diferentes públicos, é cada vez mais imprescindível o papel da mídia como agente de divulgação, uma vez que as instituições geradoras de ciência e tecnologia estão cada vez mais comprometidas com as demandas externas – do público, do mercado, dos governos, das agências de fomento à pesquisa. A tecnologia acentua, deste modo, a relação entre conhecimento e interesse econômico, social e cultural (apud DUARTE e BARROS, 2003, p.13).

As TICs, além disso, representam, para o meio rural, conforme Silveira (2003), a ampliação de horizontes e de expectativas, a constituição de grupos de comercialização, novas políticas públicas, estimativas de safras e desempenhos nas bolsas de valores e *commodities*, serviços bancários, cooperativas de crédito e de produção, educação à distância e assistência técnica. Ainda, segundo Silveira e Pieniz, as TICs “propiciam um espaço para o exercício da cidadania e afirmação pela diferença para os sujeitos que a ela têm acesso” pela internet (2011, p. 239). Do mesmo modo como podem ser consideradas instrumentos de trabalho com os quais o agricultor convive cotidianamente, as TICs também podem ser meios de inclusão e participação política desses agricultores nos debates da sociedade da informação.

Como uma das consequências da modernidade, as novas formas de interação, através das tecnologias, dissolveram os limites entre o rural e o urbano, reconfigurando o espaço rural. Assim, as relações dos agricultores estão, aos poucos, se ampliando, tornando-o mais ativo na identificação de problemas e soluções, pelo acesso às informações por meio das novas tecnologias. Além disso, sua participação nas instituições e organizações do setor vem se expandindo, formando novas redes de relacionamento com pessoas geograficamente distantes, mas que partilham dos mesmos conteúdos. Duarte e Castro afirmam que “os relacionamentos e fontes de informação no meio rural ficaram mais fluidos, conectados por múltiplas redes e abrigados por instrumentos bastante variados de comunicação, que se estabelecem a partir desses múltiplos relacionamentos” (2004, p. 54) como resultado do acesso às TICs.

Garforth (1997), ao falar sobre os reflexos da inserção das TICs entre os agricultores e na sua relação com os agentes de extensão, afirma:

As TICs poderá trazer nova informação para as áreas rurais sobre as quais, os agricultores, como usuários, terão muito maior controle que sobre atuais canais de informação. Até mesmo, se todo agricultor não tiver um computador, estes poderiam ficar prontamente disponíveis nos centros de recurso de informação locais, com computadores que levam sistemas especializados para ajudar os agricultores na toma de decisões. Porém, não fará dos trabalhadores de extensão redundantes. Mais que isso, eles poderão concentrar em tarefas e serviços onde a interação humana é essencial, ajudando aos agricultores individualmente e em pequenos grupos para diagnosticar problemas, interpretar dados e aplicar o seu significado.

Considera-se, portanto, que o acesso às TICs e as ações para consolidação de uma sociedade da informação no Brasil, não se limita a um projeto político-econômico, mas interfere nas relações socioculturais e históricas dessa sociedade, redefinindo papéis de cada setor, principalmente o dos indivíduos, o que se reflete diretamente no desenvolvimento rural brasileiro.

2 DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA A PARTIR DOS MEIOS, MEDIAÇÕES E INTERAÇÕES SOCIAIS

“O século XX viu o telefone, o cinema, o rádio, a televisão se tornarem objetos de consumo de massa, mas também instrumentos essenciais para a vida cotidiana”

Roger Silverstone

Neste capítulo faz-se um estudo sobre a relação histórica estabelecida entre desenvolvimento e comunicação. Parte-se, inicialmente, da concepção de desenvolvimento como um processo de mudança social, na qual os meios de comunicação de massa exerceram e exercem papel crucial em qualquer sociedade moderna e que, nesse contexto, a comunicação pode ser compreendida como um processo de transferência de informação entre os indivíduos mediante diferentes possibilidades de interação social.

Na sequência aborda-se a questão da expansão dos meios de comunicação de massa nas sociedades modernas, o seu papel na conjuntura política e econômica dos processos de desenvolvimento e as mediações que estabelecem; os tipos de interações advindas do desenvolvimento dos meios tecnológicos de comunicação, conforme proposto por Thompson (1998), a interação mediada e quase-mediada e suas relações com a interação face a face que, ampliaram as dimensões e o alcance dos indivíduos e de suas experiências.

E, por fim, discorre-se sobre as implicações da presença dos meios de comunicação nas relações sociais, por meio das mediações e interações sociais, e a experiência da comunicação na modernidade a partir do emprego dos meios e suas implicações com as demais experiências obtidas nas relações sociais diárias dos indivíduos. Além disso, fala-se sobre o modo com que o entrelaçamento das experiências da vida cotidiana se relaciona com a formação do indivíduo moderno.

2.1 Desenvolvimento, mudança social e comunicação

Ao se pensar sobre desenvolvimento, um dos primeiros desafios que surge é o de definir e estudar o seu conceito, a partir das diferentes vertentes existentes e, principalmente, pela crescente aglutinação de adjetivos atribuídos a esse termo, para, então, apontar o tipo de “desenvolvimento” a que se refere. Conforme a adjetivação acrescida, esse termo passa a assumir determinado sentido, pois, afirmam Hegedüs e Vela, “a palavra desenvolvimento de tanto ser usada vem perdendo significado e agora é preciso acrescentar-lhe alguma condição que se quer ressaltar: desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, econômico, etc. (2003, p. 31). Essa ambiguidade do termo, afirmam os autores, não se manifesta apenas em nível teórico, mas se reflete no cotidiano dos cidadãos do mundo.

Cimadevilla (2008), que também compartilha dessa concepção, diz que o desenvolvimento *“puede ser entendido como una modalidad de intervención que busca modificar estados de realidad protagonizados por diversos actores”* e, por isso, a modalidade de intervenção depende das concepções e interesses do ator social envolvido e promotor dessa ação que irá implicar em mudança social. “A discussão sobre desenvolvimento e progresso está inserida no contexto dos estudos de mudança social” (DIAS, 2010, p. 346).

A mudança social, segundo Dias (2010), resulta de várias causas, entre as quais a geográfica, a cultural, a epidêmica, as socioeconômicas, as políticas e as tecnológicas. Esse processo de mudança é acelerado pelas grandes descobertas que deram origem à conhecida Revoluções Industrial, considerada um dos processos de mudança de maior impacto pelas inovações e ideais que redefiniram a vida social à época.

Isso provocou uma importante ruptura com o passado agrícola da humanidade, desenvolvendo-se uma nova sociedade baseada na produção em larga escala. Esse processo começou na Inglaterra no século XVIII e perdurou até o fim do século XX, quando, então teve início um processo ainda mais rápido de mudanças sociais – qual o denomina-se terceira revolução científica-tecnológica ou Revolução do Conhecimento (p. 347).

Embora os autores Muniz Sodré (2002) ou Manoel Castells(1999), entre outros, diverjam sobre o que compreende a revolução tecnológica, ao tratarem sobre

questões como sociedade da informação e TICs, o fato de que as mudanças tecnológicas ocorrem rapidamente, refletindo-se, de imediato, na sociedade, mudando hábitos de trabalho, de consumo e mesmo de relacionamento é que faz com se tenha a proposição de pensar sobre a mudança dos meios de comunicação no contexto do desenvolvimento sem considerá-lo um fim a ser alcançado, mas um processo em constante transformação em suas diferentes dimensões — social, econômica, ambiental, etc.

McQuail (2013) questiona se a comunicação de massa pode ser considerada uma causa ou um efeito das transformações sociais dos últimos séculos, por envolver três elementos básicos: “tecnologia da comunicação e a forma e conteúdo dos meios de comunicação; mudanças na sociedade (estrutura social e arranjos institucionais); distribuição entre uma população, de opiniões, crenças, valores e práticas” (p. 92). Embora todos esses pontos sejam importantes, é de modo relacionado que representam consequências que se refletem até o presente, ou seja, a mudança social provocada tanto pelo surgimento de novas tecnologias quanto pelo papel exercido pelos meios de comunicação no processo de desenvolvimento econômico e social.

Embora as mudanças tenham sido fundamentalmente sociais e econômicas, historicamente os meios de comunicação estiveram presentes no projeto de desenvolvimento, principalmente nos países em desenvolvimento. Segundo Thompson, o desenvolvimento dos meios de comunicação é “uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si” (1998, p. 19). No entendimento do autor, o desenvolvimento da mídia auxilia a compreender o mundo moderno. Na América Latina, a partir dos anos 1920, quando os países iniciaram sua reestruturação política e reorganização econômica, pautados em um projeto de desenvolvimento nacional, “a ideia de modernização que orientou as mudanças foi mais um movimento de *adaptação*, econômica e cultural, do que aprofundamento da independência” (MARTÍN-BARBERO, 2006a, p. 221), e os meios de comunicação exerceram forte influência na consolidação do imaginário coletivo sobre a nação.

De acordo com Martín-Barbero (2006a), a leitura histórica do processo de implantação dos meios massivos na América Latina no que se refere às mediações

e movimentos sociais pode ser analisada em dois grandes momentos: um compreendido entre as décadas de 1930 e 1950, e o outro de 1960 a 1980. No primeiro, tanto a eficácia quanto o sentido social dos meios devem ser buscados menos no lado de sua organização industrial e em seus conteúdos ideológicos do que no modo de apropriação e reconhecimento, por parte das massas populares, deles e de si próprias, através deles, e o rádio proporcionou a vivência cotidiana da Nação. “No liberalismo, o Estado (unidade política) confunde-se com a nação (unidade cultural). A nação personifica o Estado, e o poder emana do povo” (DIAS, 2010, p. 293). Nesse contexto, coube aos meios massivos se apresentarem como porta-vozes das interpelações do Estado, diante do povo, da nação.

McLuhan (1964), sob a perspectiva funcional do meio, compreende esse processo de inserção de meios massivos entre a população, como extensões do Estado. “Muita gente estaria inclinada a dizer que não era a máquina, mas o que se fez com ela, que constituiu de fato seu significado ou mensagem” (p. 21), e o autor destaca que a atenção deve ser dada não apenas à existência de um novo meio, mas ao que ele produz nas relações sociais e pessoais do indivíduo e suas consequências no cotidiano, o que, por sua vez, constitui-se em mensagem. Assim, a massificação dos meios de comunicação, no período de 1930 a 1950, segundo Martín-Barbero (2006a), implicou “transmutação da *ideia* política de nação em *vivência*, em sentimento e cotidianidade” (p. 234). Nessa perspectiva, diz Rüdiger, (2011, p. 121), “a comunicação é um meio de projeção da consciência, que se reveste de determinadas estruturas técnicas e, assim, modela as formas de vida em sociedade”, pois a comunicação pelos meios técnicos de comunicação de massa permite ao indivíduo estabelecer relações comuns com os demais indivíduos.

O segundo momento, já na década de 1960, quando os meios passam de uma função política para a econômica, ainda que de modo velado, pois o Estado recua em suas funções frente ao mercado que usa os meios massivos para difundir uma lógica do consumo, como estratégia de desenvolvimento, ou seja, de saída da condição do arcaico para o moderno. Essa lógica, segundo Martín-Barbero (2006a), só é percebida nos anos de 1980 com a crise econômica que deflagrou o enfraquecimento hegemônico do sistema capitalista mundial, “e à qual só se pode fazer frente transnacionalizando o modelo e as decisões de produção e homogeneizando, ou pelo menos simulando a homogeneização das culturas” (p. 235).

Ao analisar a concepção de modernização adotada na América Latina e trabalhada pelo Estado junto à população, através dos meios de comunicação, Martín-Barbero conclui que:

Se a primeira versão latino-americana da modernidade teve como eixo a ideia de *Nação* – chegarem a ser nações modernas – a segunda, no princípio dos anos 1960, estará associada à ideia de *desenvolvimento*. Versão renovada da ideia de progresso, o desenvolvimento é concebido como um avanço objetivo, isto, é, um crescimento que encontraria seu expoente quantificável no crescimento econômico e sua consequência “natural” na democracia política... sendo esta subproduto da modernização (2006a, p. 250).

A partir desses dois momentos da presença maciça dos meios de comunicação e do seu uso na “consolidação” e na construção de uma sociedade desenvolvida, a compreensão dos meios nesse contexto de desenvolvimento, conforme Martín-Barbero, incide na análise do seu papel nas mediações e novas mediações que surgem a partir dos meios tradicionais de comunicação e das novas tecnologias e seus reflexos na vida social até sua vinculação com desenvolvimento.

2.2 Desenvolvimento: meios e mediações

Na história da humanidade, a comunicação sempre teve papel central na vida do homem. Porém, somente com o desenvolvimento da modernidade esse processo foi sendo apropriado por um sistema de produção, armazenamento e circulação de informações, através de dispositivos técnicos de comunicação, expandindo as relações até então entre indivíduos próximos para os mais distantes. E, ainda, transformou o conteúdo, ou seja, a informação em mercadoria.

Nesse contexto, Rodrigues (2000) considera fundamental definir comunicação ainda que se utilizem suportes técnicos, como “a partilha de uma mesma experiência de vida por parte de pessoas que se reconhecem reciprocamente como detentores de uma identidade comum”. Dessa forma, a comunicação “estabelece uma relação entre um locutor que se assume como *eu* e alguém que é, ao mesmo tempo, um *tu* e para o locutor e um *eu* para si próprio” (p. 29) e a informação como algo que “consiste na transmissão de um saber entre alguém que a detém e alguém que é suposto não a deter”. E o autor conclui: “enquanto a comunicação se insere num

processo interlocutivo e interativo, pressupondo um mundo vivido comum aos interlocutores, a informação tem a ver com a transmissão de saberes” (RODRIGUES, 2000, p. 70).

Thompson (1998) afirma que “o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno”, e, por isso, a mídia assume um papel fundamental na constituição cultural e social, no entanto, o surgimento de novos meios de comunicação tendem a direcionar a compreensão do processo comunicativo mais pelas suas técnicas do que pela sua presença simbólica na vida do homem moderno. E talvez isso explique, em parte, a concepção de comunicação como informação. “Os meios de comunicação são rodas a fiar o mundo moderno, e ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos” (p. 20).

Mas, aqui, se quer chamar a atenção para o fato de o processo de comunicação mediada constitui-se em um fenômeno que, em determinado contexto, provoca mudança social, outro aspecto também sublimado, segundo Thompson (1998), principalmente pela necessidade de materialização da comunicação. E a mediação não requer essa materialização, pelo menos a física, afirma Rodrigues (2000), ao dizer que a mediação é “um processo de interlocução ou interação entre os membros de uma comunidade, pelo qual se estabelecem, alimentam ou reestabelecem laços de sociabilidade, constituindo assim o mundo da vida. A linguagem e a ação comum são os fatores privilegiados de mediação” (p. 84).

De acordo com Sodré (2002), mediação difere de interação que é considerada um dos níveis operativos do processo mediador. Quanto à mediação, o autor afirma que:

Para se inscrever-se na ordem social, a mediação precisa de bases materiais, que se consubstanciam em instituições ou formas reguladoras do relacionamento em sociedade. As várias formas de linguagens e as muitas *instituições mediadoras* (família, escolas, sindicato, partido, etc.) investem-se de valores (orientações práticas de conduta) mobilizadores da consciência individual e coletiva. Valores e normas institucionalizados legitimam e outorgam sentido social às mediações (2002, p. 21).

E, assim, a modernidade trouxe consigo avanços tecnológicos, ampliou as possibilidades de mediação entre os indivíduos, por exemplo, através dos meios de comunicação que se instituíram em um dos processos de mediação mais presentes no cotidiano da humanidade. Segundo Silverstone, “essencial a esse projeto como

um todo era o desejo de pôr a mídia no cerne da experiência, no coração de nossa capacidade ou incapacidade de compreender o mundo em que vivemos” (2011, p. 09). O autor afirma, ainda, que a mídia, como processo de mediação, “envolve os produtores e consumidores de mídia numa atividade mais ou menos contínua de engajamento e desengajamento com significados que têm sua fonte e seu foco nos textos mediados, mas que dilatam a experiência e são avaliados à sua luz numa infinidade de maneiras” (p. 33).

A comunicação mediada é a circulação de significado, que é a mediação, é mais do que um fluxo em dois estágios como defendiam Katz e Lazarsfeld (1955) em seu modelo de comunicação em *two-step flow*. Os significados mediados circulam em textos primários e secundários, através de intertextualidades infundáveis, no constante replay e nos intermináveis discursos, na tela e fora dela, em que os indivíduos, na condição de produtores e consumidores, agem e interagem urgentemente, procurando compreender o mundo, o mundo da mídia, o mundo mediado, o mundo da mediação (SILVERSTONE, 2011, p. 34).

Assim, o que se pode observar é que há, pelo menos, dois aspectos, o técnico e o social, que constituem e instituem o processo comunicativo e suas formas de mediação e interação, conforme ver-se-á na próxima seção. Portanto, destacam-se, aqui, algumas características dos meios de comunicação, pelas suas potencialidades técnicas e pelas transformações que essas técnicas provocam em seu campo. Para Thompson (1998), os meios técnicos de comunicação referem-se aos elementos materiais pelos quais a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido. E os meios de comunicação referem-se ao conjunto específico de instituições e produtos (livros, jornais, programas de rádio, televisão, entre outros).

Nos processos de mediação os indivíduos adoram meios técnicos que são o substrato material (físico) para produzir e/ou transferir informações ou conteúdos simbólicos. Esses meios destacam-se pelas suas capacidades de fixação e preservação das formas simbólicas⁴⁵. Outra característica refere-se à possibilidade

⁴⁵ Thompson (1998) fala em quatro tipos de poder a partir das ideias de Michel Mann. Os tipos de poder são: econômico, político, coercitivo e simbólico. O econômico provém da atividade humana produtiva, ou seja, da sua capacidade de ter e transformar matérias-primas em recursos; o político deriva da atividade de coordenação dos indivíduos e da regulamentação; o coercitivo implica o uso, ou a ameaça, de força física para subjugar ou conquistar um oponente; e o simbólico, também denominado de cultural, nasce da atividade de produção, transmissão e recepção de significados das formas simbólicas, ou seja, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos,

de reprodução de uma forma simbólica, que embora tenha surgido com o fim de tornar o produto comercializável, no decurso da história adquiriu uma participação social e cultural. Além disso, o meio técnico permite o distanciamento espaço-temporal, fazendo com que a forma simbólica se desloque do lugar onde foi produzida para ser interpretada por indivíduos diferentes, em contextos igualmente distintos. E, por fim, os meios técnicos exigem do indivíduo algumas habilidades, competências e formas de conhecimento, que se caracterizam por uma mediação cultural ao se considerar o indivíduo e seu contexto no processo.

Quando indivíduos codificam ou decodificam mensagens, eles empregam não somente habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas também várias formas de conhecimento e suposições de fundo que fazem parte dos recursos culturais que eles trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico (THOMPSON, 1998, p. 29).

Já, no âmbito social, uma das primeiras considerações feitas por Thompson (1998) está ligada ao emprego indevido ou inadequado para definir massa como sinônimo de uma quantidade indefinida de indivíduos, pois, diz o autor, o que define comunicação de massa “não está na quantidade de indivíduos que recebe os produtos, mas a disponibilidade dos produtos para uma pluralidade de destinatários” (1998, p. 30). E o autor assim define comunicação de massa:

Uma série de fenômenos que emergiram historicamente através do desenvolvimento de instituições que procuravam explorar novas oportunidades para reunir e registrar informações, para produzir e reproduzir formas simbólicas, e para transmitir informações e conteúdos simbólicos para uma pluralidade de destinatários em troca de algum tipo de remuneração financeira (1998, p. 32).

Em relação às características da comunicação de massa, Thompson destaca “que ela [a comunicação de massa] envolve certos meios técnicos e instituições de produção e difusão” (1998, p. 32), e desde as primeiras formas impressas surgidas ainda no século XV até as telecomunicações contemporâneas estão pautadas pela presença do mercado, ou da indústria da mídia. Por isso, as formas simbólicas assumem valores simbólicos e econômicos, e Thompson (1998) denomina essas formas simbólicas mercantilizadas de bens simbólicos. Outra característica da comunicação de massa é que o contexto de produção não é o mesmo de recepção, e a participação na produção é maior, pois não há espaço para *feedback* da

de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e transmissão de formas simbólicas.

recepção, ou seja, há uma participação desigual no processo comunicativo. Isso leva a um quarto aspecto, pois, como os contextos são distintos, as formas simbólicas se estendem no tempo e no espaço pela produção em escala, pela velocidade, e pelo fato de os espaços serem amplos as informações e os conteúdos se expandem, chegando a lugares e destinatários inimagináveis por quem produz, considerando-se que o mercado é o responsável pela distribuição. E, por fim, essa distribuição produz a circulação pública das formas simbólicas, ou seja, os produtos ficam à disposição de todos, ainda que circulem entre um setor da população. Para Thompson (1998), esses aspectos é que definem a “comunicação de massa”.

Entretanto, esse processo técnico e social foi acelerado, principalmente no século XIX, pelo uso da energia elétrica na comunicação, a qual ampliou a capacidade técnica dos meios, do telégrafo eletromagnético de 1830 até a televisão de 1940, e o avanço tecnológico rápido e mundial com fortes implicações sociais e culturais para a humanidade. Nesse contexto, McLuhan afirma que “o meio é a mensagem, porque é o meio que configura e controla a proporção e a forma de ação e associações humanas” (1964, p. 24). A luz elétrica por si só é apenas informação, mas aplicada a determinada ação humana adquire conteúdo e, portanto, constitui-se em mensagem.

Para McLuhan a tecnologia elétrica fez com que o homem prolongasse sua extensão para fora de si mesmo, como uma extensão do seu sistema nervoso central, do mesmo modo que a mídia é uma extensão do corpo e da mente humana. “Qualquer invenção ou tecnologia é uma extensão ou autoamputação de nosso corpo, e essa extensão exige novas relações e equilíbrios entre os demais órgãos e extensões do corpo” (1964, p. 63).

De acordo com McLuhan, os meios (tecnológicos como a energia elétrica, ou não, por exemplo, a fala) são extensões do homem através dos quais eles interferem e estabelecem relações de poder, sendo o indivíduo dotado dessa capacidade de prolongar-se ou recolher-se diante do conteúdo de um terceiro meio. “Não há meio de recusarmo-nos a ceder às novas reações sensórias ou ao ‘fechamento’ de sentidos provocados pela imagem da televisão. Mas o efeito do ingresso da imagem da televisão variará de cultura a cultura” (p. 63).

O princípio da autoamputação ao qual McLuhan (1964, p. 61) se refere consiste em um “alívio imediato para a pressão exercida sobre o sistema nervoso central que prontamente se aplica à origem dos meios de comunicação, desde a fala

até o computador”. Thompson (1998) afirma que Harold Innis, predecessor de McLuhan, “ênfatiçou corretamente que os meios de comunicação como tais são importantes para a organização do poder, independentemente das mensagens que eles veiculam” (p. 16).

De acordo com McQuail (2013), a compreensão sobre as duas ou três primeiras décadas do século XX, descritas pelo autor como a “primeira era da mídia de massa”, representam bem mais um perscrutar a história e o passado, pois oferecem pontos de referência que auxiliam a compreender o presente. McQuail aponta para as três principais ideias que marcaram esse momento: “o *poder* dos novos meios de comunicação, o segundo, a *integração* ou *desintegração* social que eles poderiam causar, e o terceiro, o *esclarecimento* que podem promover ou diminuir” (2013, p. 56).

De acordo com Thompson, “o desenvolvimento e a exploração destas várias tecnologias se interligam com formas complexas como o poder econômico, político e coercitivo⁴⁶. Interesses comerciais, políticos e militares tiveram um papel vital na expansão das redes e cabos durante a metade do século XIX” (1998, p. 75). Como foi apontado por Martín-Barbero (2006a), em relação aos projetos de formação da identidade nacional e desenvolvimento, este considerado sinônimo de crescimento, na América Latina, nos períodos entre os anos de 1930 e 1980 os meios de comunicação tiveram papel fundamental. De acordo com o autor, nesse processo de desenvolvimento os meios são mediadores da relação do Estado com a população, da dicotomia histórica do rural com o urbano, da tradição versus modernização, de modo que “os meios tenderão cada vez mais a constituírem-se no lugar da simulação e da desativação dessas relações” (MARTÍN-BARBERO, 2006b, p. 252).

Em relação ao desenvolvimento das tecnologias dos meios, Sodré (2002) considera que as “transformações tecnológicas da informação mostram-se francamente conservadoras das velhas estruturas de poder, embora possam aqui e

⁴⁶ As primeiras experiências com telégrafo eletromagnético foram realizadas a partir de 1830 nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, e os primeiros sistemas telegráficos viáveis foram estabelecidos a partir de 1840. A transmissão eletromagnética foi adaptada com êxito para transmitir a fala nos anos seguintes a 1870, pavimentando o caminho para o desenvolvimento dos sistemas de telefonia em escala comercial. Durante a última década do século XIX Marconi e outros começaram a testar a transmissão de sinais através do Canal da Mancha. Depois da I Guerra Mundial, Westinghouse nos Estados Unidos e Marconi na Inglaterra começaram as primeiras experiências com transmissão radiofônicas. O subsequente desenvolvimento dos sistemas de transmissão radiofônica – o rádio a partir de 1920 e a televisão a partir dos anos 40 (THOMPSON, 1998, p. 75).

ali agilizar o que, dentro de parâmetros liberais, se chamaria de democratização” (p. 13), ou seja, alicerçadas na ideia de criação de mecanismos de democratização pelo acesso aos meios pela população, constituem-se com recursos de conservação e reprodução de um sistema de poder.

Numa perspectiva do desenvolvimento da sociedade, Silverstone (2011) destaca que ao se relacionar desenvolvimento com os meios de comunicação, acaba-se confundindo o avanço tecnológico e econômico como sinônimos de mudança social e cultural, gerando uma “tensão constante entre o tecnológico, o industrial e o social, tensão que deve ser levada em conta se queremos reconhecer a mídia como, de fato, um processo de mediação (SILVERSTONE, 2011, p. 18).

Dessa forma, é necessário compreender que, além da amplitude das mediações, os meios de comunicação modernos ampliaram o campo das interações sociais.

2.3 As interações sociais na Modernidade

Tem-se dito que o desenvolvimento dos meios tecnológicos de comunicação gerou mudanças na estrutura econômica e nas relações sociais da história da humanidade, implicando em novas formas de mediações sociais. Entretanto, esse desenvolvimento também ampliou as formas de interações sociais.

A interação social consiste no encontro de duas pessoas ou mais, de maneira formal ou não. E nesse encontro as pessoas entram em contato entre si e estabelecem uma comunicação, ocorrendo uma reciprocidade entre elas, através das ideias, sentimentos ou atitudes de cada um que irão provocar reações um no outro, modificando o comportamento de todos. Desse modo, as pessoas influenciam umas as outras, o que caracteriza uma interação social entendida como:

Ação recíproca de ideias, atos ou sentimentos entre pessoas, entre grupos ou entre pessoas e grupos. A interação implica na modificação do comportamento das pessoas e grupos. A interação implica modificação do comportamento das pessoas ou grupos que dela participam. A base de toda a vida social é a interação, ela é responsável pela socialização dos indivíduos (DIAS, 2010, p. 109).

De acordo com Rodrigues, a interação social, por si só consiste em “uma ação mútua realizada por dois ou mais agentes físicos, biológicos ou humanos, visando objetivos e estratégias comuns” (2000, p. 72). E, para Sodré (2002), interação é o nível operativo das mediações. A interação social pode ocorrer de maneira recíproca, em que um influencia o outro, alterando comportamentos, atitudes, pensamentos e vice-versa, mas, também, quando apenas um lado exerce essa função sobre o outro, como no caso dos meios de comunicação, e, ainda assim, haver reciprocidade.

Giddens (2012) comenta as principais correntes teóricas empregadas nos estudos dos meios de comunicação de massa: de modo breve, os funcionalistas dedicaram-se à compreensão das funções exercidas pelos meios na integração e na manutenção da sociedade; a teoria do conflito, com dois vieses marxistas, um na abordagem econômica e política, ou seja, da propriedade e controle da mídia, e outro da indústria cultural; o interacionismo simbólico, no qual se inscrevem os estudos sobre as interações sociais; e a recente vertente pós-moderna centrada na ideia de que a presença maciça dos meios cria uma hiper-realidade. Entretanto, segundo o autor, essas são algumas abordagens que esgotam os estudos sobre a mídia.

A corrente do interacionismo simbólico foi fundada por George Mead, em 1893, que buscou demonstrar que o processo comunicativo não é uma atividade linear — como previam as demais correntes de estudos da comunicação —, centrada mais nos efeitos dos meios de comunicação. As interações sociais tornaram-se objeto de estudo a partir de estudos sobre o interacionismo simbólico, de Herbert Blumer, iniciados em 1937. Anos mais tarde, em 1969, Blumer afirmou que, para abordar os fenômenos sociais, é importante considerar as seguintes premissas, conforme descritas por Rodrigues: “de que os seres humanos agem em relação às coisas na base das significações que essas coisas têm para eles; de que a significação destas coisas deriva, ou surge, da interação social que um indivíduo tem com os outros atores; e que estas significações são utilizadas e modificadas através de um processo de interpretação efetuado pela pessoa na sua relação com as coisas que encontra” (2000, p. 72).

Entretanto, foi Thompson (1998) quem apresentou para além da tradicional interação face a face, a interação mediada e a interação quase-mediada, que têm origem a partir da penetração das novas mídias no cotidiano da sociedade moderna.

O autor entende mídia como o dispositivo responsável por mediar a interação. Esse ponto é ressaltado pelo predomínio de uma associação da palavra mídia aos meios de comunicação de massa, principalmente.

As interações sociais, ainda segundo Thompson (1998), se caracterizam pela possibilidade de dissociação do ambiente físico entre os indivíduos, os quais passam a interagir com outros ainda que não compartilhem do mesmo ambiente espaço-temporal. Por isso, os meios possibilitam ao indivíduo agir à distância do mesmo modo que ser responsivo a eventos ocorridos em ambiente distinto do seu. Desde o seu surgimento, no século XV, com a indústria da imprensa na Europa e, depois, com a sua ascensão nos séculos XIX e XX até a atualidade, esses três tipos de interações se estabelecem e criam novas formas de participação e interpretação do mundo moderno.

Em relação à comunicação face a face, uma das principais características é que os indivíduos compartilham o mesmo espaço e tempo, por isso o processo comunicativo se estabelece de modo dialógico, e a interação ocorre através da fala (palavras), mas também por meio de gestos e os demais recursos corporais necessários, característicos de uma comunicação não verbal, mas que auxiliam a compreensão e a reciprocidade. Para Giddens (2012), a comunicação não verbal, do mesmo modo como é utilizada para informar, acaba por ampliar ou anular o conteúdo da fala, pois “as impressões verbais que transmitimos muitas vezes indicam involuntariamente que aquilo que dizemos não é exatamente o que queremos dizer” (p. 189), mas, com certeza, esses movimentos corporais são essenciais para a compreensão entre os indivíduos.

Já, as interações mediadas, conforme Thompson (1998), requerem o uso de algum meio técnico de comunicação para transmissão de informações e conteúdos entre indivíduos que não compartilham o mesmo tempo e/ou espaço. Dessa forma, o campo de interpretação é reduzido pela ausência da comunicação não verbal, permitindo ao receptor interpretar o conteúdo considerando o seu contexto, ou seja, distinto do contexto de produção. Nessa interação social são utilizados os meios cartas, telefone, fios elétricos, entre outros.

E a interação quase-mediada, diz Thompson (1998), é aquela que emprega algum meio de comunicação de massa (jornal, televisão, rádio, ...) prolongando-se no espaço e no tempo. Mas o que a diferencia das demais interações é que, enquanto os primeiros se orientam para um indivíduo em específico, a quase-

mediada é produzida para uma pluralidade de destinatários. E, por fim, difere-se por ser monológica, ou seja, o fluxo de comunicação é unidirecional e linear, mas, ainda assim, possibilita a reciprocidade entre a produção e a recepção através das formas simbólicas intercambiadas.

Pelo fato de essas formas de interação social serem vividas diariamente pelos indivíduos de maneira concomitante, que eles mesmos nem as percebem, seu alcance e acesso às informações e conteúdos simbólicos, do mesmo modo que a recepção e apropriação dessas informações e conteúdos, se ampliam, reconstituindo o seu eu em relação ao outro, seja ele próximo ou distante. Se isso já acontece na interação face a face ou mediada, é na quase-interação mediada que o poder de ação do indivíduo se amplifica.

Para Silverstone “a mídia nos oferece estruturas para o dia, pontos de referência, pontos de parada, pontos para o olhar de relance e para a contemplação, pontos de engajamento e oportunidades de desengajamento” (2011, p. 24), e a sua apropriação ocorre de tal maneira que passa a orientar a ação do indivíduo. Além disso, constitui-se em um espaço fluido, no qual “nossa entrada no espaço midiático é, ao mesmo tempo, uma transição do cotidiano para o liminar e uma apropriação do liminar pelo cotidiano. A mídia é o cotidiano e ao mesmo tempo uma alternativa a ele” (SILVERSTONE, 2011, p. 25).

Dessa forma, a presença da mídia, no cotidiano, orienta ao mesmo tempo em que constitui uma nova ambiência na qual o indivíduo tem distintas experiências que se fundem e se articulam com as experiências do seu cotidiano, ou seja, interações face a face se pautam também pelas interações mediadas e quase-mediadas dos indivíduos.

2.4 Meios, mediações e interações sociais: a experiência da comunicação

A compreensão do desenvolvimento, através dos meios de comunicação, pode apresentar-se como uma perspectiva distante dos fins que, historicamente, esse processo priorizou, ou seja, o econômico e o social. Entretanto, nos países latino-americanos, por exemplo, esses meios de comunicação foram, em parte, responsáveis pela construção de um sentimento e envolvimento dos indivíduos

próximos e distantes na lógica do desenvolvimento. É com a presença dos meios de comunicação na vida cotidiana, e da circulação de novos significados, alterando rotinas, que as interações sociais diárias e localizadas ampliam-se em escalas maiores, modificando a realidade e a concepção do papel do indivíduo no mundo.

Martín-Barbero (2006a), ao questionar o lugar dos meios de comunicação massivos na modernização da América Latina, responde apontando para a hegemonia da televisão e para a pluralização do rádio como pontos-chave. Na concepção do autor, a televisão representa, além do investimento econômico, uma forma de refinamento dos dispositivos ideológicos. Esse meio seria capaz de homogeneizar o público e suas demandas. Até a popularização da televisão nenhum outro meio havia permitido o acesso a experiências distintas das vividas pelo indivíduo em seu cotidiano, sem com isso gerar uma crise de comparação com outras realidades e condições, mas sobrepondo a sua em relação às demais.

Ao conectar o espetáculo com a cotidianidade, o modelo hegemônico de televisão imbrica em seu próprio modo de operação um dispositivo paradoxal de controle das diferenças: uma aproximação ou familiarização que, explorando as semelhanças superficiais, acaba nos convencendo de que, se nos aproximarmos o bastante, até as mais “distantes”, as mais distanciadas no espaço e no tempo, se parecem muito conosco; e um distanciamento ou *exotização* que converte o outro na estranheza mais radical e absoluta sem qualquer relação conosco, sem sentido para o nosso mundo (MARTÍN-BARBERO, 2006a, p.253–254, grifo do autor).

Dessa forma, tanto na familiarização quanto na exotização da vida cotidiana, parafraseando-se o autor, a televisão promove um processo de homogeneização, de tal maneira que nem mesmo as diferenças causam inquietações e questionamentos sobre o que realmente constitui o desenvolvimento da nação, e sobre o eu no mundo e nas relações com os outros do mundo. Assim o meio contribuiu para uma conformação nacional sobre desenvolvimento.

Já, em relação ao rádio, Martín-Barbero (2006a) lembra que, pela sua própria facilidade de acesso entre a população, em termos econômicos e técnicos, esse meio buscou se firmar pela diversidade social e cultural, diante do universo coeso apresentado pela televisão. Além disso, o meio permite que outras atividades sejam desenvolvidas durante o processo de recepção, convertendo-o em um meio *mediador* da modernização entre a população. “O projeto modernizador se converte, no rádio, em um *projeto educativo*, dirigido especialmente para a adequação técnica dos modos de trabalho rural aos requerimentos e objetivos do desenvolvimento, e à

readequação ideológica” (p. 254), ou seja, superação do atraso pelo emprego de inovações tecnológicas na agricultura, para produzir mais, mas, também, consumir mais tecnologia.

Histórica e objetivamente esses são os aspectos mais salientes da presença dos meios de comunicação na vida do homem moderno, mas, subjetivamente, as implicações são maiores, pois implicam diretamente na “textura da experiência”, como diria Silverstone (2011).

Constata-se, assim, que a tecnologia — no campo ou na comunicação — amplia a reflexão por apresentar implicações não apenas pela rapidez ou agilidade que promove nos processos de produção, mas por suas implicações econômicas, principalmente as sociais, geradas a partir dela, que vão desde a exclusão à capacidade de influenciar as formas de interação e ação do indivíduo no mundo, ora ampliando-as, ora reprimindo-as. Do ponto de vista cultural, ou seja, da tecnologia como cultura, Silverstone (2011) afirma que a presença da tecnologia, através dos meios de comunicação, principalmente, se cristaliza no cotidiano, de tal maneira que passa a operar em espaços culturais mais amplos atribuindo-lhe significado e poder. Seja pelo *encantamento* que a tecnologia provoca, como defende McLuhan, seja por ser uma tecnologia *de* encantamento que indivíduos e instituições utilizam para exercer poder sobre os outros, como afirma Alfred Gell (apud Silverstone, 2011), para as sociedades modernas os meios de comunicação se estabelecem no cotidiano gerando sentimentos de dependência e privação, “o telefone como linha salva-vidas, a televisão como janela para mundo” (SILVERSTONE, 2011, p. 50).

Desse modo, as implicações das tecnologias no campo da comunicação para a vida social, e entre indivíduos comuns no seu cotidiano, estão diretamente relacionadas ao desencaixe entre espaço e tempo, deslocando a informação e o conteúdo simbólico em um espaço cada vez maior, em uma relação ainda que não proporcional de compressão do tempo. Aumenta, portanto, o alcance no espaço em tempo reduzido. Mas isto resulta no que Thompson (1998) denomina de *descoberta da simultaneidade não espacial*, ou seja, há uma dilatação da experiência humana para além do que acontece no aqui e agora, para espaços e tempos mediados pelos meios de comunicação. Para Giddens, “o advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face” (1991,

p. 27), partindo da concepção de que o lugar é geograficamente situado e o cenário físico da atividade social, portanto, não pode ser entendido como espaço.

Assim, o desenvolvimento dos meios de comunicação alterou a experiência pessoal tanto em relação ao passado quanto em relação ao mundo, e, como diria Thompson (1998), a historicidade mediada, e a mundaneidade mediada. Se, antes do surgimento da mídia, a compreensão do passado ocorria, basicamente, através das informações e conteúdos transmitidos pelas interações face a face, com o seu desenvolvimento essa compreensão passou, também, por uma suplementação de formas simbólicas que ela (mídia) oferece. Do mesmo modo, a compreensão do mundo fora do alcance da experiência pessoal passou a ser mediada pelos meios de comunicação, deslocando o indivíduo para contextos distantes do seu, situando-o no mundo e em relação ao outro. “Sentimo-nos pertencentes a grupos e comunidades que se constituem em parte através da mídia” (THOMPSON, 1998, p. 39).

As telecomunicações também alteraram a compreensão que se tinha de distância, pois, se antes a distância era mediada pelo tempo e espaço percorrido, por exemplo o deslocamento de um lugar ao outro, a partir do desencaixe do tempo do espaço promovido pelos meios a distância não se apresenta mais em uma dimensão física, mas virtual, que varia de acordo com o tempo e velocidade com que as informações e dados se deslocam no espaço, influenciando a noção de distância (THOMPSON, 1998). Dessa maneira, tanto a ação humana quanto a percepção de distância e de contato com o “outro” são ampliadas pelos meios de comunicação; as interações já não são mais atividades geograficamente localizadas e fisicamente realizadas, mas deslocalizadas e simbolicamente constituídas a partir de redes de informação e conteúdo simbólico que transitam pelo espaço — espaço de experimentação dos indivíduos no cotidiano —, ainda que eles permaneçam exatamente onde estão. Para Silverstone, os meios são:

Portas e janelas que nos permitem ver e transportar os limites do espaço físico da casa; transpor, de fato, a imaginação. Ligar, conectar-se é transcender o espaço físico, é claro. Mas é adentrar, como sempre foi, mesmo no mundo da mídia impressa, um território, marcado, que oferece vislumbre de algo sagrado; ordinário mas ultra-humano; poderoso em sua capacidade de nos dar a ilusão — e às vezes a realidade — do controle adquirido e exercido; poderoso, também, naquilo que amiúde se crê que ele é capaz de fazer para nós (2011, p. 170).

Ao entrar em contato com informações e conteúdos simbólicos mediados pelos meios de comunicação, o indivíduo se distancia do seu lugar físico, ou seja, se desloca no espaço, conectando-se a outro mundo, instituindo-se, dessa forma, um espaço no qual ele tem presença e participação ativa e que estão relacionados à sua vida cotidiana localizada.

Como já foi mencionado, o desenvolvimento da modernidade e os avanços tecnológicos no campo da comunicação ampliam a experiência cotidiana do indivíduo, do mesmo modo que transformam a formação do eu (*self*) no mundo mediado, pois este passa a ser nutrido por materiais simbólicos de lugares distantes. Segundo Thompson, “*self* é um projeto simbólico que o indivíduo constrói ativamente. É um projeto que o indivíduo constrói com os materiais simbólicos que lhe são disponíveis, materiais com que ele vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade” (1998, p. 183).

Entretanto, ainda que haja esse enriquecimento através das informações e conteúdos simbólicos mediados pelos meios de comunicação, a relação com o seu local permanece, até como recurso para interpretação e apropriação dessas informações. Isto porque a recepção é uma *atividade situada*, “os produtos da mídia são recebidos por indivíduos que estão sempre situados em específicos contextos sócio-históricos” (THOMPSON, 1998, p. 42). Cabe, aqui, ressaltar que a recepção é entendida como prática, pois não é passiva, considerando-se que o indivíduo ao receber materiais simbólicos mediados, os emprega em seu cotidiano, conforme seus interesses e fins. Giddens (2012) também afirma que toda a interação social é situada, porque ocorre em determinado espaço e tempo, até como uma característica da própria modernidade que implicou rotinização da vida cotidiana.

Assim, do mesmo modo que na interação face a face ou na interação mediada, em que é possível estabelecer uma relação social com o outro, com reciprocidade, como pressupõe uma interação social, implicando existência de um “lugar comum” na interação quase-mediada, nem o lugar e, tampouco, a reciprocidade são condições para que se estabeleça uma relação social, pois os meios acabam por mediar, ou seja, fazer essa ponte entre os indivíduos, localizados em lugares distintos. Isto implica experiência, em que o indivíduo passa a experimentar lugares e sentimentos diferentes dos até então vividos no seu contexto prático e diário, gerando uma espécie de dependência dessas relações

(THOMPSON, 1998). Assim, do mesmo modo que a recepção é uma atividade situada, a experiência também o é.

Entretanto, através dos meios de comunicação é possível a apreensão de experiências mediadas que, de acordo com Thompson (1998), são diferentes da experiência situada, pois a experiência através da mídia apresenta um distanciamento espacial, e, às vezes, temporal, em que o indivíduo entra em contato com um evento distante, e muito dificilmente esse evento irá alterar sua vida e rotina. Além disso, o contexto no qual a experiência mediada acontece não é o contexto no qual o evento ocorre, por isso essa experiência mediada é recontextualizada, permitindo ao indivíduo o movimento em trânsito por diferentes contextos, sem, no entanto alterar o seu contexto. Em relação ao *self*, a experiência mediada pode afetá-lo conforme o seu envolvimento com essas experiências, ou seja, o significado que têm para a sua vida, ao ponto de integrar-se ou definir sua rotina. E se a experiência vivida se caracteriza por um lugar comum e, por isso, aproxima os indivíduos que compartilham a mesma experiência no contexto prático, a experiência mediada possibilita essa aproximação, não por uma condição espacial, mas por aproximar indivíduos que compartilham os mesmos significados.

Mas o que não pode passar despercebido é que a apropriação, através da experiência mediada, cada vez mais apresenta implicações para formação do *self*, afinal essa atividade implica contato com realidades distintas da do indivíduo, que permitem a interpretação, a reinterpretação e a adequação de acordo com as suas próprias finalidades. Ou seja, do mesmo modo que podem servir de fonte para sua formação também são espaço para a sua atuação. “A experiência, tanto mediada como a mídia, surge na interface do corpo e da psique” (SILVERSTONE, 2011, p. 30).

Considerando-se que, além das implicações para a formação do *self* e para as experiências, é necessário lembrar que há um envolvimento que ocorre através dos meios de comunicação, ou seja, são relações sociais que se estabelecem com outros dispersos, com contextos práticos distintos, que, de certa forma, auxiliam a compreensão do *eu* e do outro, do mesmo modo que situam o *eu* e outro no mundo. E esse situar não é geográfico, mas lugar de quem produz, recebe e intercambia significados, porque a modernidade provocou essa mobilidade e transitoriedade, expandindo a capacidade de ação para além do espaço físico, para um espaço virtual.

Na modernidade, o indivíduo passou a se relacionar com outros, distantes, de tal maneira que as atividades cotidianas são desenvolvidas cada vez mais em relações virtualizadas. Entretanto, ainda que muitos critiquem essa forma de interação virtualizada, pelo fato de que, de certa forma, descompromete o indivíduo com o contexto da vida prática, essa interação pode ser considerada uma atividade que cria novos ambientes, empoderando o indivíduo à medida que permite a sua participação nesses ambientes virtuais, e estendendo a sua ação de modo articulado com o mundo que se entende “real”, ou seja, o espaço virtual torna-se uma extensão do espaço real. Assim, compreender as interações sociais nessa nova *ambiência*, como campo de mediação, é o que Sodré (2002) propõe, em sua teoria da comunicação não linear e em rede, diante das TICs, como será trabalhado no próximo capítulo desta tese.

3 NOVAS TECNOLOGIAS E NOVAS PERSPECTIVAS PARA A COMUNICAÇÃO

“A palavra comunicação recobre, na prática discursiva corrente, três campos semânticos: veiculação, vinculação e cognição”

Muniz Sodré

O contexto deste estudo estrutura-se a partir do novo paradigma contemporâneo da comunicação, alicerçado sobre as novas tecnologias de informação e comunicação, no qual novas interações sociais se estabelecem. Assim, compreender as TICs como estratégia ou possibilidade de desenvolvimento, consiste, também, em alargar o entendimento destas, não apenas como suporte técnico de transmissão de informações, mas, também, de conteúdos e formas simbólicas que constituem e se constituem aceleradamente mediante novos meios de comunicação.

Inicia-se este capítulo abordando a emergência das novas tecnologias e a sua relação com o fenômeno da globalização, o modo com que se reflete sobre o processo de globalização da comunicação, considerando-o, portanto, um dos principais efeitos para a sociedade.

A exemplo de outros meios de comunicação que evoluíram historicamente, em concomitância ao processo de desenvolvimento e modernização das sociedades ocidentais capitalistas, as TICs se inscrevem e participam desse processo hodiernamente, porém ampliam o campo de ação do indivíduo. Considerando-se que os processos sociais se relacionam com a lógica do mercado, apresenta-se a concepção de Sodré (2002) — principal referência neste capítulo — sobre os três aspectos que a comunicação abrange na contemporaneidade, ou seja, vínculo, veículo e cognição.

Expõe-se, também, a seguir, a opção teórica desta tese, na perspectiva da teoria da comunicação proposta por Muniz Sodré, no intuito de provocar e nortear a reflexão e interpretação da realidade investigada, estruturada em duas principais seções.

3.1 Novas tecnologias e Globalização

As novas tecnologias de comunicação, a partir da década de 1980, assumiram papel fundamental no processo de aceleração da modernização. Desde a Revolução Industrial até a denominada, por muitos autores, de “Revolução Tecnológica”, fazer parte da economia mundial esteve condicionado à adoção de tecnologia e inovação em todas as atividades humanas — da agricultura à comunicação. Entretanto, a modernização não deu conta de resolver os problemas econômicos e sociais, os quais se arrastaram juntos para a contemporaneidade, principalmente onde o projeto de desenvolvimento esteve alicerçado na concepção de modernização tecnológica, por exemplo, nos países latino-americanos, em que a tecnologia representou essa ideia de modernização, “num velho processo de esquizofrenia entre modernização e possibilidades reais de apropriação social e cultura daquilo que nos moderniza” (MARTÍN-BARBERO, 2006a, p. 256).

A expansão tecnológica aconteceu em um período de crise do sistema capitalista, e, portanto, se inscreveu em uma lógica de mercado, e, diz Sodré (2002), é arriscado dizer que as inovações tecnológicas, em todos os campos da vida humana, resultaram em uma “Revolução Tecnológica” porque “as transformações tecnológicas da informação mostraram-se francamente conservadoras das velhas estruturas de poder, embora possam aqui e ali agilizar o que, dentro de parâmetros liberais, se chamaria de democratização” (2002, p. 13). Com base nisso o autor emprega o termo *mutação tecnológica* ao invés de revolução, por ser uma hibridização entre técnicas de comunicação já existentes.

Partindo-se do exposto, o que aconteceu nos países da América Latina, por exemplo, foi a aposta nas novas tecnologias como estratégia para, definitivamente, adentrar na modernidade, o que agravou problemas culturais e sociais — de identidade e memória —, agora submersos nas tecnologias de comunicação, as quais “não são meras ferramentas transparentes; elas não se deixam usar de qualquer modo: são em última análise a materialização da racionalidade de uma certa cultura e de um modelo global de organização do poder” (MARTÍN-BARBERO, 2006a, p. 259). Dessa forma, as tecnologias passaram a ser uma forma de mediação do poder político e econômico que gerencia o mundo.

O processo social básico da comunicação passou a conviver com formas mediadas pelas tecnologias que, pela sua expansão e características cada vez mais acentuadas, no que se refere à disjunção do tempo e espaço, parece dar materialidade, pelo menos em termos técnicos, à aldeia global de McLuhan. A rápida difusão das redes de comunicação, as quais parecem ser muito inclusivas, corresponde, no entanto, às demandas de um mercado de capitais em expansão (SODRÉ, 2002).

A comunicação em rede, que supera a linearidade dos processos comunicativos tradicionais, e que se articula através das novas tecnologias de comunicação, tende, cada vez mais, a ser determinada por essas tecnologias, variando de acordo com a corrente teórica que lhes atribui valor maior ou menor. Em *Apocalípticos e Integrados*, Umberto Eco (1964) apresenta duas concepções, em que os apocalípticos veem nas tecnologias a desumanização da comunicação, denunciando o perigo da supremacia tecnológica sobre a sociedade, em uma relação de dependência e subserviência do indivíduo às tecnologias de comunicação. Já, os integrados as percebem como formas mediadas de interação dos indivíduos com outros distantes, em uma sociedade da informação. Essa percepção das tecnologias de comunicação, como centro do mundo, teve, em McLuhan, um dos seus maiores arautos: “a tecnologia gradualmente cria um ambiente humano totalmente novo” (1964, p. 10).

Rüdiger (2011), ao analisar o pensamento de McLuhan, detecta algumas mudanças em relação aos meios de comunicação e sua relação com o indivíduo na própria concepção de McLuhan, postulando que:

Os indivíduos são modificados por suas técnicas de comunicação. As primeiras mídias eram extensões do corpo e dos sentidos, dos olhos e dos ouvidos humanos. As telecomunicações constituem não somente extensões do sistema nervoso central, mas técnicas que sobre ele rebatem, determinando uma nova modelagem da sociedade (2011, p. 122).

Mas em que diferem os meios de comunicação tradicionais das novas tecnologias de informação e comunicação caso se considere que, no campo da mudança social, o desenvolvimento das mídias tradicionais transformou as relações sociais, ampliando as formas de interação entre os indivíduos? Lievrow e Livingstone (apud McQUAIL, 2013) enfatizam que as TICs apresentam três aspectos determinantes para sua diferenciação: artefatos e dispositivos tecnológicos;

atividades, práticas e usos; e configurações e organizações sociais que se formam em torno desses dispositivos e práticas. Entretanto, McQuail argumenta que o que se aplica também às tecnologias tradicionais, “é a interconexão, acessibilidade a usuários individuais (emissores/receptores), interatividade, multiplicidade de uso e caráter aberto, e onipresença e deslocalização” (2013, p. 45).

O que se observa, no entanto, é que enquanto os meios tradicionais empregavam uma comunicação linear e unidirecional no sentido de uma organização (pública ou privada) para uma sociedade de massa, os “novos” meios se deslocam para as mãos de qualquer indivíduo, estando ele em alguma organização ou não. Não se quer dizer, aqui, que haja uma autonomia e independência do sistema, pois não se pode esquecer o alerta de Sodré (2002; 2005) em relação às funções ideológicas e, principalmente, mercadológicas que essas tecnologias desempenham na contemporaneidade.

A *internet*, por exemplo, ao ser criada tinha a função de intercambiar dados e informações, mas pelo seu avanço e comercialização passou a ser uma mídia de comunicação de massa, mas também pessoal e interpessoal. Atualmente, conjuga, em seus processos tecnológicos, diversas mídias — rádio, televisão, jornal, entre outras —, e também mídias sociais de uso particular do indivíduo. Outra tecnologia, além das tradicionais, que se hibridiza com a internet e mídias tradicionais é o telefone móvel celular, que apesar de se um suporte técnico é considerado uma mídia, por mediar as interações sociais, como o próprio telefone. No entanto, com a sua renovação passou a ser suporte técnico também para a *internet*, acoplando várias mídias de uso pessoal, e foi a que mais se difundiu entre a população em tempos de sociedade da informação. Essas características de pessoalidade e individualização de informações e conteúdos simbólicos oferecidos pelas novas tecnologias têm impulsionado as mídias tradicionais a se transformarem em mídias de uso pessoal, como consequência de um novo consumidor que o próprio mercado ajudou a criar.

Na relação entre mídia de massa e mídia pessoal, afirma Marika Lüders (apud McQUAIL, 2013), o que está subjacente é que não há como separá-las, pois são usadas para os mesmos fins. No entanto, a diferença pode estar em uma dimensão social, pelo tipo de relação social que promovem, e também em uma dimensão econômica, pela presença ou não de organizações de produção da mídia. Sendo assim, o autor propõe um modelo que articula a relação entre mídia pessoal e mídia

de massa, considerando os tipos de interação social propostos por Thompson (1998).

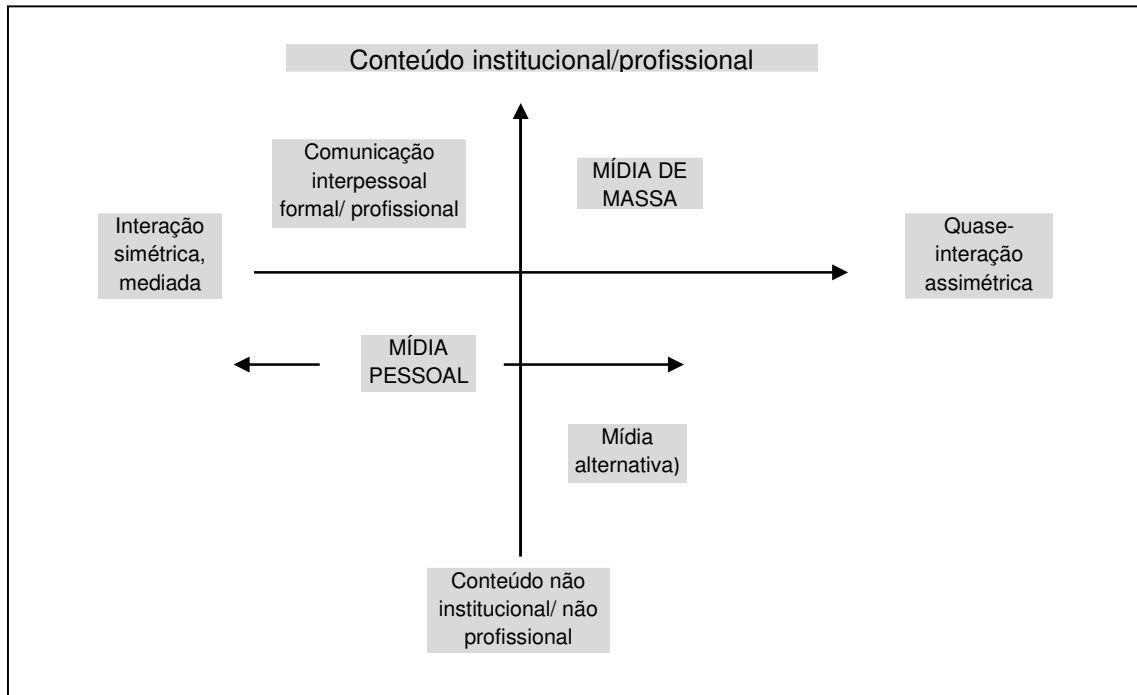


Figura 2 – Modelo em dois eixos de relacionamento de mídia pessoal e de massa proposto por Lüders, 2008

Fonte: McQuail (2013, p. 132).

Considera-se que, além da competência técnica dessas novas mídias, na contemporaneidade suas implicações são maiores no campo social e cultural, pois frente à expansão das redes de comunicação no mundo, sobretudo com relação à *internet*, que tende a minimizar o indivíduo e a própria comunicação, lembra-se que a comunicação é mais do que isso: “trata-se de um processo social dinâmico e ativo que, via máquina, no entanto, pode criar uma forma superior de interação entre os seres humanos”. (RÜDIGER, 2011, p. 117). Assim, se os meios tradicionais podiam ser analisados à luz das formas de poder que exerceram, da integração social, das transformações sociais, do desenvolvimento e do deslocamento do espaço e tempo que promoveram nas sociedades modernas, as novas tecnologias já dificultam essa análise, pois, sob uma perspectiva otimista se deslocam para as mãos de indivíduos que do mesmo modo que consomem produzem informações e conteúdos, rompendo com fluxos de comunicação unidirecionais e centralizados, e, ao mesmo tempo,

questionam a ideia de formação de uma integridade social com base em um território geograficamente definido.

As novas mídias, além disso, tornam todos emissores e receptores e, portanto, a transformação social ou econômica não fica limitada às conformidades e interesses de um único agente. Já, quanto ao “desenvolvimento”, por mais participativas que sejam as novas mídias, ainda esbaram em questões de infraestrutura, o que impede, muitas vezes, o acesso e o uso de tais tecnologias, desacelerando uma mudança social. E, por fim, em relação ao tempo e ao espaço, embora as mídias tradicionais tivessem aproximado as distâncias, ainda havia um emissor e um receptor situados fisicamente em algum lugar, e as novas acabam por romper com essas fronteiras e criar outras limitações, por exemplo, a própria linguagem (McQUAIL, 2013).

Tudo isso faz com que se reflita sobre um fenômeno que, embora tenha sido reconhecido apenas nas últimas três décadas, principalmente por sua dimensão econômica, se estabelece na relação com as demais dimensões da sociedade (política, cultural, social), em que é possível perceber os reflexos desse fenômeno: a globalização. Isto porque a sua expansão foi motivada por vários recursos — o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, por exemplo —, que ampliaram a velocidade, o alcance e o contato entre os indivíduos no mundo.

A globalização real ou imaginada surgiu em um tempo de mudanças globais na economia e nas relações sociais, usada na tentativa de explicar a condição humana na contemporaneidade. “Em certa medida, a globalização é um estado de espírito; ela vai até onde vai a imaginação [...] mas a globalização é também uma realidade material [...] e a mídia tanto permite como representa esse processo”. (SILVERSTONE, 2011, p. 199). Desse modo, apesar de a mídia ser uma das principais responsáveis pela sua publicização, o conceito de globalização é anterior aos anos de 1980 e 1990. Alguns autores afirmam que a globalização começou com a expansão do comércio ainda na Idade Média; outros dizem que foi nos séculos XV e XVI, com a expansão do capitalismo e da modernidade ocidental; outros, ainda, que somente na passagem do século XIX para o XX esse fenômeno emergiu, a partir das mudanças tecnológicas e mercantis, sendo que, no campo da práxis política e econômica, teve maior projeção, entre os países do ocidente, nos anos 1960 e 1970 (CANCLINI, 2007, HELD; MCGREW, 2001, THOMPSON, 1998).

Essa discrepância da datação tem que ver com diferentes modos de definir a globalização. Aqueles que lhe atribuem uma origem mais remota privilegiam seu aspecto econômico, ao passo que quem justifica a aparição recente desse processo dá mais peso a suas dimensões políticas, culturais e comunicacionais. Eu, de minha parte, entendo que há boas razões para afirmar, segundo a expressão de Giddens (1997), que “somos a primeira geração a ter acesso a uma era global” (CANCLINI, 2007, p. 41, grifo nosso).

Após o colapso do socialismo de Estado e a consolidação do capitalismo mundial, a discussão se expandiu coincidindo com a “revolução tecnológica”, confirmando que o mundo estava se tornando um espaço social e econômico comum. Nesse período presumia-se a separação entre as questões internas, externas, entre nacional e internacional, entre o local e o global, em um mundo em que os efeitos externos impactavam internamente, e os acontecimentos do país tinham consequências externas; em que e a própria globalização despontava como explicação para o entrelaçamento do mundo (HELD; MCGREW, 2001).

A concepção de globalização passou a ser alvo de críticas, dando início a um debate para o qual nem as teorias ou correntes ideológicas apresentaram uma resposta aceita como única e universal. Diante da heterogeneidade é possível identificar argumentos que se dividem entre os que consideram a globalização contemporânea um acontecimento histórico real e significativo e os que a concebem uma construção ideológica ou mítica de valor explicativo marginal. Por isso, as posições se dividem em relação ao fenômeno entre os globalistas e os céticos (GIDDENS, 2012; HELD, MCGREW, 2001).

Na perspectiva dos globalistas o fenômeno pode ser concebido por suas diversas características: a sua ação à distância — quando os atos dos agentes sociais de um lugar podem ter consequências significativas para terceiros distantes —, ou pela compreensão do tempo e do espaço que promovem (a comunicação eletrônica instantânea ultrapassa limitações de distância e tempo na organização e interações sociais, TICs); ou pela interdependência acelerada (entrelaçamento de economias e sociedades nacionais, com efeito cascata de impactos de um país sobre os outros). Além de ser compreendida como um processo de encolhimento do mundo (sem fronteiras geográficas para a atividade socioeconômica), e, ainda, pela sua integração global que promove, também reordena as relações de poder inter-regionais, a consciência da situação global e intensifica a interligação inter-regional.

A globalização apresenta implicações no que se refere aos seus aspectos materiais, de espaço e de tempo e, principalmente, cognitivos. Mais do que ampliação das relações e atividades sociais atravessando regiões e fronteiras, o conceito surge de uma intensidade crescente de fluxos globais, em que o Estado e a sociedade se enredam em sistemas mundiais e redes de interação. Isso não gera uma harmonia global na sociedade, pelo contrário pode gerar conflitos políticos e sociais, pois nem todos os indivíduos são afetados pelo fenômeno — muitos são excluídos dos benefícios —, de modo que a globalização pode ser um processo desagregador e, por isso, contestado pelos céticos que consideram o fenômeno um mito.

Para os céticos a grande questão que fica em aberto em relação à globalização, consiste em compreender o que é global na globalização, pelo fato de que esta não pode ser entendida como um fenômeno universal porque muitos ficam de fora. Além disso, seus questionamentos se debruçam sobre a concepção relativista e subjetiva do global, como ápice de uma hierarquia de escalas espaciais de organização e interação social que vai do local para o nacional e ao global sem os referenciais geográficos. Para os céticos, o fato da literatura sobre globalização não especificar referenciais espaciais do global, torna o conceito amplo e impossível de operacionalizá-lo em termos práticos.

Esse grupo também questiona: como se explica a desarticulação entre o discurso da globalização e as realidades de um mundo em que as rotinas da vida cotidiana são dominadas por circunstâncias locais e nacionais? Para os céticos, portanto, a globalização é uma construção ideológica, um mito conveniente que parte para justificar e legitimar o projeto global neoliberal, ou seja, criar um livre mercado global e a consolidar o capitalismo no mundo.

Já, a concepção globalista rejeita que o conceito é apenas uma construção ideológica ou é um sinônimo do imperialismo ocidental. Embora não negue que o discurso da globalização possa servir aos interesses dos países do Ocidente, o discurso se reflete em outras mudanças estruturais, por exemplo, pelo crescimento de empresas multinacionais, pela difusão da cultura popular com destaque para a degradação ambiental. Os globalistas entendem que o fenômeno não é apenas econômico, pois se reflete em outras dimensões da atividade social (econômica, tecnológica, política, cultural, natural).

Esse apego a uma concepção diferenciada ou multidimensional da globalização reflete uma compreensão weberiana e/ou pós-marxista e pós-estruturalista da realidade social, que a considera composta por diversas ordens institucionais ou rede de poder distintas: as de natureza econômica, tecnológica, política, cultural, natural, etc. (MANN, 1986; GIDDENS, 1990 apud HELD; MCGREW, 2001, p. 18).

É um equívoco, portanto, reduzir a globalização a uma lógica econômica e tecnológica, pois com isso passa-se a se desconsiderar a complexidade intrínseca das forças que moldam as sociedades modernas e a ordem mundial. A globalização é um conjunto de processos inter-relacionados que operam através de todos os campos primários do poder social, incluindo o militar, o político e o cultural. E não existe um padrão para a globalização e nem ela se reproduz de modo padronizado em suas diferentes dimensões, por isso a globalização pode apresentar modos distintos de avanço no mundo (tempo, ritmo, geografia, campos, entre outros).

À medida que atividades econômicas, políticas e sociais transcenderam as regiões e fronteiras, também geraram um desafio direto para o princípio territorial da organização social e política moderna. Assim, a globalização leva a uma revisão das relações políticas, econômicas e sociais do local, reconfigurando seus limites e colocando-o em competição com outros locais. Isso conduz a outro aspecto, transformando as relações de poder e deslocando esse poder para locais distantes, que, por ser dinâmico, rompe com ideias cristalizadas de centralidade. Entretanto, Thompson alerta, dizendo que “o desenvolvimento do sistema global foi esporádico e desigual; refletiu flutuações na atividade econômica e fundamentais assimetrias na distribuição de poder” (1998, p. 136). Embora o autor reconheça que o poder econômico e político teve supremacia, outras formas de poder — por exemplo, o simbólico —, foram fundamentais para a conformação do que se compreende por globalização.

É possível, ainda, pensar sobre uma globalização que ocorre mediante essas tecnologias de informação e comunicação, mas também refletir sobre o modo com que esse fenômeno, primordialmente econômico-político, globaliza o processo de comunicação no mundo, considerando-se principalmente as suas implicações sociais e culturais. “A globalização é o produto de uma ordem econômica e política em transformação, em que a tecnologia e o capital se associam num novo imperialismo multifacetado”. (SILVERSTONE, 2011, p. 200).

De acordo com Giddens (2012), as tecnologias de comunicação contribuíram, em grande parte, para o processo de globalização da economia, ao passo que transformaram informações e todos os demais tipos de conteúdos simbólicos em dados que não demandam uma existência física material para circularem no mundo. E aqui cabe a definição do termo informação, na concepção de Sodré (2002, p. 12): “informação, palavra de grande ambiguidade semântica, mas que vem designando modos operativos, baseados na transmissão de sinais, desde estruturas puramente matemáticas até as organizacionais e cognitivas”.

A informação, em comunicação, se insere no tempo e no espaço e sua apresentação se transforma com o uso das TICs. Isto porque, se os meios tradicionais de comunicação haviam promovido a disjunção do tempo e espaço, as novas tecnologias acabam por contrair essas dimensões de tal maneira que lugares distantes puderam ser alcançados, do mesmo modo que grandes quantidades de informações passaram a ser comprimidas em códigos e números, e transformadas em formato digital para circularem com velocidade em tempo real. Assim, os indivíduos ampliaram também a sua capacidade de interagir com outros distantes, mesmo estando em lugares geograficamente ‘isolados’.

A digitalização da informação combinada com o desenvolvimento de tecnologias eletrônicas relacionadas (microprocessadores, etc.), aumentou grandemente a capacidade de armazenar e transmitir informações e criou a base para a convergência das tecnologias de informação e comunicação, permitindo que a informação seja convertida facilmente para diferentes meios de comunicação (THOMSPSON, 1998, p. 145).

Para Giddens (2012), há duas principais consequências dessa mudança. A primeira refere-se ao reconhecimento, por parte do indivíduo, dos limites de sua responsabilidade, estendida, agora, em escala planetária, como campo de sua ação e intervenção social; e, a segunda, ao fato de que o indivíduo está buscando, além das fronteiras do seu Estado-nação, elementos para constituição e percepção da sua identidade cultural. Se os reflexos podem ser vistos no âmbito da economia, é no social que se reproduzem dando sentido ao que se denomina de globalização. “Com efeito já é lugar-comum afirmar que o desenvolvimento dos sistemas e das redes de comunicação transforma radicalmente a vida do homem contemporâneo, tanto nas relações de trabalho como de sociabilidade e lazer (SODRÉ, 2002, p. 15).

Essa também parece ser uma das principais preocupações de Silverstone ao tratar do fenômeno da globalização, entendendo-a como uma força cultural

mediadora na sua relação com a experiência, porque a percepção do indivíduo sobre o seu papel e lugar no mundo é alterada por essa relação. Por passar a viver concomitantemente no local e no global — local porque está situado em um lugar, e global porque se estende através das interações mediadas pelas novas tecnologias no globo — pode manter vínculos com o “outro” distante e, ao mesmo tempo, com o “outro” próximo.

À medida que a globalização das comunicações e das culturas articula novos tipos de relações temporais e espaciais, ela transforma os modos de identificação disponíveis na sociedade. A mídia está sendo usada por consumidores produtivos para manter e fortalecer fronteiras, mas também para criar espaços novos, compartilhados, em que formas culturais sincréticas, tais como “novas etnicidades” podem surgir (GILLESPIE, apud SILVERSTONE, 2011, p. 209).

Ao abordar a questão da globalização da comunicação Thompson (1998) apresenta duas perspectivas teóricas para a compreensão desse fenômeno no campo comunicacional e cultural. Uma delas refere-se à teoria do imperialismo cultural, empreendida por Herbert Schiller ainda nos anos de 1969, que influenciou fortemente os estudos no campo da comunicação nas décadas de 1970 e 1980; na outra Schiller, a partir da articulação entre difusão globalizada e a apropriação localizada, apresenta a sua concepção de globalização da mídia.

Em resumo, no entendimento de Schiller (apud THOMPSON, 1998), com a queda do poder dos países europeus, após a Segunda Guerra Mundial, e a supremacia do poder norte-americano tanto econômico quanto tecnológico, difundiu-se para o mundo, principalmente para os países do Terceiro Mundo, um modelo de desenvolvimento a ser seguido como condição para a modernização. Essa difusão, calcada nos meios comerciais de transmissão, principalmente da propaganda, quando adotada pelos demais países promoveu um envolvimento cultural e um consumismo que se sobrepuseram aos valores tradicionais, ligando os indivíduos a um sistema global de comunicação e de consumo de produtos midiáticos americanos. Passados 25 anos, Schiller reconhece que sua tese não comporta as complexas relações de poder econômico e político que gerenciam o mundo hoje. Entretanto, as contestações de Thompson (1998) vão além, pois a concepção de Schiller em relação à cultura da mídia americana era muito uniforme, alicerçada apenas no consumo. Além disso, Schiller pressupunha que antes da invasão eletrônica norte-americana as culturas locais eram autênticas e intocáveis, mas

Thompson afirma que as culturas desses locais já sofriam algum tipo de hibridização, não sendo tão autóctone quanto imaginava Schiller. E, por fim, a noção de recepção e apropriação empreendida por Schiller é muito reduzida, ou seja, “ignorava o processo hermenêutico de apropriação que é uma parte essencial da circulação de formas simbólicas (incluindo produtos da mídia)” (THOMPSON, 1998, p. 153).

A concepção de *apropriação*, que será aprofundada mais adiante, segundo Thompson (1998), se somada à compreensão histórica das relações e inter-relações dos vários tipos de poder (político, econômico, coercitivo e simbólico) que contribuíram para a consolidação da globalização da comunicação e de seus efeitos, sem reduzi-la ao poder econômico e sem considerar simplesmente comercial o seu poder simbólico, mais a relação entre comunicação global e local, em que o último é o lugar onde os produtos da mídia são consumidos e apropriados, o conjunto desses fatores alteraram e ampliaram o campo de intercâmbio simbólico, modificando “também” as condições de vida dos indivíduos no mundo globalizado.

Ainda que a globalização, pelo menos a da comunicação e a promovida pelos novos meios tecnológicos, globalize a informação e os conteúdos simbólicos não dispõe de poder suficiente para “uniformizar” a sociedade, mas possibilita estabelecer o compartilhamento e a apropriação dessas informações e conteúdos, por parte dos indivíduos, os quais passam a empregá-los ao seu modo, em seu cotidiano e em suas experiências vividas e mediadas. “Em todos esses sentidos, a globalização é um processo dinâmico. As conexões estão aí para serem feitas. As culturas se formam e se reformam em torno dos diversos estímulos que as comunicações globais possibilitam” (SILVERSTONE, 2011, p. 209). No entanto, não se quer deixar de reconhecer as influências da economia e da política que permeiam a concepção desse fenômeno, mas compreendê-lo principalmente pelas suas implicações socioculturais no campo da comunicação.

A globalização, juntamente com o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, afetou as práticas e relações sociais, redesenhando a sociedade contemporânea que passou a ser permeada por processos de midiaticização, nos quais a mídia se tornou integrante e integradora da sociedade, atribuindo, assim, um campo autônomo para a ciência da comunicação.

3.2 Teorizando sobre a comunicação

Os estudos teóricos no campo da comunicação, historicamente constituíram-se em várias abordagens, umas mais preocupadas com os efeitos dos meios de comunicação sobre o indivíduo, outras com a sociedade e suas relações e processos sociais ora ampliados, ora tolhidos pela presença desses meios. Entre essas correntes, algumas se destacaram influenciando o pensamento de uma época — a escola funcionalista, do pensamento crítico, construtivista, do determinismo tecnológico e, a mais recente, da sociedade da informação, ou em rede. Entretanto, sabe-se que esses aportes citados não comportam todos os estudos no campo da comunicação.

Diante de todas essas vertentes, o que Muniz Sodré (2012a, p. 11) defende, fazendo referências ao campo da comunicação, é que “o prestígio de uma ciência social não se deve exclusivamente à objetividade do conhecimento por ela gerado, mas à sua produção de valor social, cultural e político”. A questão central, ainda que filiada a uma escola, passa a ser a *comunicação* enquanto *fenômeno social*, sem perder o seu sentido ontológico atribuído por uma dessas escolas.

Assim, se, por um lado, os estudos no campo da comunicação foram reduzidos aos meios de comunicação (rádio, televisão, jornal, entre outros), sendo a comunicação compreendida como um instrumento de efeito, persuasivo ou de influência, o estudo da mídia daria conta de resolver problemas da sociedade. Entretanto isso se explica caso se considere o momento político-econômico do qual esses estudos emergem, principalmente após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial que culminaram no desenvolvimento dos meios de comunicação massivos e no interesse em estudar os seus efeitos sobre a sociedade e na supremacia do poder norte-americano. Wolton (2006) destaca alguns desses quadros analíticos teóricos como o *two step flow*, o *gatekeeper*, dos usos e gratificações, desenvolvidos pelas instituições industriais e acadêmicas, ainda na década de 1950, que até hoje são empregados nos estudos dos efeitos da mídia. Isto apenas para citar alguns modelos, pois outros foram mencionados logo no início desta tese.

A visão norte-americana dos processos comunicacionais tipifica a sociologia de inspiração funcionalista, isto é, aquela voltada para o estudo dos efeitos de adaptação ou marginalização dos indivíduos no interior de um sistema social. Os funcionalistas partem do postulado da unidade funcional do grupo

(um juízo moral sobre a Ordem) para avaliar equilíbrios e desequilíbrios. Nesta perspectiva, os meios de comunicação são instrumentos supostamente neutros, ao invés de socialmente comprometidos com o aperfeiçoamento social, como na Escola de Chicago a serviço das funções de vigilância dos valores, tradição, informação e entretenimento (SODRÉ, 2002, p. 227).

Nessa concepção, em que o processo comunicativo é entendido como a troca de mensagens entre um ou mais indivíduos, usando um dispositivo tecnológico em que um pode controlar o outro por meio de um conhecimento dito como exato, pois resulta do emprego de metodologias quantificáveis, no entanto, deixa de apresentar uma compreensão epistemológica do campo da comunicação somado ao surgimento das novas tecnologias que rompem com essa linearidade e continuidade na transferência de informações e, com temporalidade dos acontecimentos, passam a constituir uma das preocupações de Sodré (2007).

O antropólogo Claude Lévi-Strauss defendeu, após este período, a necessidade de se buscar a origem simbólica do fato social, no qual a cultura e a linguagem produzem a sociedade e não o contrário como defendido por Marcel Mauss. Assim, a perspectiva estruturalista partia de qualquer experiência, assumiria formas estruturadas através da relação estabelecida entre elas, seja de oposição ou equivalência, podendo ser representadas algebricamente e analisadas à luz da teoria linguística de Ferdinand de Saussure. Junto com a semiologia, a análise estrutural marcou os estudos franceses sobre os processos comunicativos. Michel Foucault que também estudava o discurso, o interpretou de modo distinto, partindo de que, ao mesmo tempo, o discurso é o objeto em que se inscreve a experiência coletiva e no qual o analista descreve as condições do seu aparecimento histórico, partindo do pressuposto de que o mundo se organiza através do discurso e do que está imbricado nas palavras (SODRÉ, 2002).

A problemática teórica da comunicação, além dessas pesquisas, foi debatida no campo dos estudos culturais, “mescla de teoria literária com a teoria da cultura” que Raymond Willams, Richard Hoggart, Stuart Hall, entre outros do Centro de Birmingham, os quais tinham “em comum a preocupação com os efeitos da intervenção do capitalismo industrial na cultura” (SODRÉ, 2002, p. 231). Já, os frankfurtianos⁴⁷ se preocuparam em estudar, sob a perspectiva crítico-marxista, a

⁴⁷ Na Escola de Frankfurt é que se desenvolveu a teoria crítica ao modelo funcionalista de comunicação de massa. Fizeram parte da primeira geração desta corrente: Max Horkheimer, Hebert Marcuse, Theodoro Adorno, entre outros, que compreendiam o processo comunicativo

transformação do valor simbólico da cultura em valor mercantil, em uma lógica racional que se impõe ao homem e à sua cultura.

Outra corrente, inaugurada por Edmund Husserl e seus seguidores, entre os quais Martin Heidegger e Alfred Schütz, a fenomenológica, parte do princípio de que o conhecimento do mundo é fruto da consciência do indivíduo sobre o mundo no qual atua. “As estruturas subjetivas do sentido, a consciência em suma, são assim anteriores a qualquer outra estrutura de mediação, como por exemplo, a linguagem”. (SODRÉ, 2002, p. 228).

Dessa forma, a existência humana se produz a partir da experiência no mundo, do estar no mundo, o que torna o indivíduo e o mundo inseparáveis e dependentes na constituição um do outro. Na concepção heideggeriana, semelhante a de Schütz, é no indivíduo que se desenrolam as coisas, através da linguagem. Schütz ainda destacou os pressupostos intersubjetivos da comunicação: “comunicar-se implica já estar de posse de uma experiência cognitiva coletivamente moldada e posta à disposição da prática individual do *Lebenswelt* por categorias de linguagem” (SODRÉ, 2002, p. 229).

Frente a essas posições historicamente ocupadas pela comunicação e pelas interpretações como um subcampo comum e de entrelaçamento disciplinar e transdisciplinar da comunicação, no âmbito dessas e outras tantas teorias sociais, no entendimento de Sodré (2002) finalmente, agora, o estudo da comunicação parece se encaminhar para uma autonomia, alicerçada na tese de que o objeto da comunicação é o *vínculo social*: “  como se d  o vínculo, a atra o social, como   que as pessoas se mant m unidas, juntas socialmente” (2001). Quanto   autonomia do objeto da comunica o, o autor afirma que:

Antes de mais nada, para nós, a especificidade da vincula o social que, em sentido lato,   núcleo objetivo de uma ciência da comunica o. Em sentido estrito, a evidência de que as práticas socioculturais ditas comunicacionais ou midiáticas vêm se instituindo como um campo de a o social correspondente a uma nova forma de vida, que propomos chamar de *bios midiático*. Essas práticas – uma espécie de antropot cnica eticista – não esgotam nem sintetizam o problema da vincula o, uma vez que dizem mais respeito propriamente   *rela o* socialmente gerida pelos dispositivos midiáticos e, portanto, pelo mercado (SODRÉ, 2002, p. 233).

como desconstrutor da sociedade pelo reprodutivismo e mercantiliza o da cultura. Também desta corrente, porém com pensamento contrário, Jürgen Habermas, apresenta em sua teoria da a o comunicativa uma perspectiva centrada na linguagem, como o essencial para a intera o humana e social. Para saber mais em Gomes (2004) e Rüdiger (2011).

Antes de avançar na defesa do objeto da comunicação, ou seja, da vinculação social, Sodré lembra que a comunicação não pode ser reduzida ao midiacentrismo, porque tanto a mídia tradicional quanto às novas mídias incidem sobre outro modo de sistematização social, que ele denomina de *bios* midiático, que constitui o território próprio da mídia, e que opera de modo autônomo das demais relações sociais por meio de uma abstração simulativa (SODRÉ, 2002), sendo esta a premissa principal considerada pelo autor.

Na tentativa de não incorrer em perspectivas equivocadas sobre a midiatização, em sua teoria da comunicação, Sodré argumenta que a comunicação recobre um campo largo, mas delimitando campo de ações e práticas através de três níveis operativos que são: o de vinculação, o de veiculação, ou relacional, e de cognição, que serão empregados como categorias de análises neste estudo em relação ao que tange aos papéis da comunicação na vida social a partir da presença das TICs.

3.2.1 Sobre vínculos, veículos e cognição

Antes mesmo da publicação do livro *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*, Muniz Sodré explica o que entende por vinculação social e a defende como o objeto do campo da comunicação, tese desenvolvida a partir de anos de pesquisa na área. E juntamente com vinculação analisa as questões relacionais e cognitivas que, embora não sejam novas, se reconfiguram na sociedade midiatizada.

É possível sustentar que a Comunicação ocupe hoje uma posição reflexiva sobre a vida social, se não como 'um' objeto claramente discernível, certamente como um 'nó' ou um núcleo objetivável, onde se entrelaçam problematizações diversas do que significa vinculação ou atração social (SODRÉ, 2002, p. 222).

Nessa perspectiva, o autor argumenta quanto à necessidade de se abandonar a concepção do campo da comunicação como apenas um “reflexo das práticas da mídia”, e que a problemática pode ser reduzida à interação midiática, ou seja, que a relação tecnológica ou político-econômica são determinantes. Mesmo operando em

um sistema de mercado capitalista, ainda é possível perceber a “vinculação entre o eu e o outro”, e “apreensão do ser-em-comum”, não apenas como forma de compartilhamento de coisas entre os indivíduos, mas compreendendo a vinculação como substancial para a “diferenciação e aproximação entre os seres humanos”, ou seja, para a compreensão cognitiva do eu em si-mesmo, em uma relação com o outro, porque o eu e o outro não são criaturas prontas e acabadas, mas se constituem em relação e na relação entre si. “Vinculação, entretanto, é muito mais do que um simples processo interativo, porque pressupõe a inserção social do sujeito desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até a deliberação frente às orientações práticas de conduta, isto é, os valores”. (SODRÉ, 2002, p. 224).

Vínculo para Sodré, é o que Kant definiu como “ação recíproca” ou “comércio” entre agente e paciente que dão origem à comunidade, em um processo de reciprocidade. A partir disso, Sodré entende que a comunidade não ocorre pelo estar junto em um território, ou pelos laços de parentesco ou religiosos, mas pelo compartilhamento de uma realização entre os indivíduos, em uma relação entre eu e o outro, do ser-em-comum. “O conceito de comunicação aponta para a movimentação concreta de toda a comunidade. Evidencia que se trata de pôr em comum as diferenças práticas na dinâmica da realização do real” (2002, p. 225), o que, na contemporaneidade, vem se modificando pela sua integração ao sistema de mercado e de poder, e, conseqüentemente, se refletindo na vida dos indivíduos.

Em entrevista para a Revista Pensamento Comunicacional Latino Americano, cedida em 2001, Sodré esclarece porque a sua definição para comunidade não pode ser encarada como objeto da sociologia, pois, segundo ele, a sua concepção ultrapassa a ideia de comunidade como agregação de pessoas, como o é para a sociologia. Sodré afirma que comunidade:

É o laço atrativo. E esse laço é atrativo é a obrigação simbólica originária, que faz nascendo uma dívida simbólica com o grupo social. E a dívida simbólica é com o meu pai, minha mãe, comigo mesmo. É também um compromisso de vida ou de morte [...] Isso eu chamo de vínculo social. E esse vínculo é tanto consciente quanto inconsciente (SODRÉ, 2001).

No estabelecimento desse vínculo que a mídia trata como relação, segundo o autor há o envolvimento das dimensões psicanalítica e psicológica que acabam por diferenciar vínculo de relação, ou veículo. Enquanto o vínculo apresenta uma

profundidade sobre o ser humano nessas dimensões, a relação se estabelece sobre o que é vivido socialmente, ou seja, o que a mídia consegue abordar. “A comunicação é maior que a mídia. Ela envolve a existência mesmo. O núcleo dela é a comunidade. Então é preciso entender radicalmente o que é comunidade” (2001). A vinculação é de base *sociável* e, portanto, a comunicação não se reduz a uma atividade midiática (2002).

Ainda na definição vínculo e veículo, Sodré (2001) afirma que a sociedade tentou acabar com a comunidade, com a formação *sociável*, porque compreender a comunidade como um lugar de vínculos implica reconhecê-la também como um lugar de tensão. Assim, a mídia trata da externalidade dessa vinculação, que é a relação/veiculação, que com as TICs tem se tornado cada mais externa. “Hoje, na Internet, por exemplo, nunca as pessoas estiveram tão conectadas, tão ligadas, mas não vinculadas”. A veiculação ou relação é o que se estabelece a partir do contato entre os indivíduos através do uso das tecnologias, de natureza *societal*, dando origem à midiatização (2002) e na qual atua o *bios midiático* (2007).

Sodré (2002) faz essa distinção sociológica entre sociável e societário, pois diante do desenvolvimento dos dispositivos tecnológicos de informação e do crescimento das instituições da mídia, com capacidade de fazer recortes sobre o que é relevante no mercado político-econômico global, torna “irrelevante qualquer conteúdo humano” que represente uma forma de resistência à lógica instituída pela sociedade capitalista. Assim, sociável refere-se ao “informal humano de uma sociedade que opera de cima para baixo, no nível de redes de reciprocidade” e societal é “tudo que diz respeito à construção oficial de uma sociedade, portanto, aos mecanismos ou aparelhos reguladores, cuja ação vem de cima para baixo” (p. 238).

E diante desse cenário é que o *bios midiático* se institui como uma nova forma de vida, que se estabelece através dos meios tecnológicos de comunicação e se entrelaça com as formas de vida tradicionais, implicando em uma nova forma de interpretação cognitiva do mundo. Para Sodré a cognição é a terceira instância do campo da comunicação, e que é empregada na teoria da comunicação, ou seja, a cognição significa, nas palavras do autor, “como é que eu conheço, como é que eu sei sobre a relação ou a vinculação” (2001). A teoria da comunicação de Sodré, ao mesmo tempo em que trata da mídia e da vinculação, é um recurso para o indivíduo

pensar sobre a própria comunicação diante da virtualização e mediação das relações sociais.

Daí o imperativo ético-político, logo, coletivo, de uma formação cognitiva crítica, não para simplesmente aumentar o potencial interpretativo de atores individualizados do estamento intelectual (professores, escritores etc.), e sim para possibilitar uma “intervenção” politicamente transformadora, por parte de minorias e grupos de militância no campo da apropriação popular dos meios de comunicação (SODRÉ, 2007, p. 23, grifo do autor).

Por muito tempo predominaram as pesquisas no campo da comunicação direcionadas ao estudo dos efeitos e influência da mídia, convictas de que a mídia era a única “estruturadora e reestruturadora das percepções e cognições”, constituindo uma agenda coletiva. Na contemporaneidade, as reflexões se dão em torno de um novo sistema de compreensão do vínculo e das relações que, segundo Sodré (2002), significa uma redefinição das relações entre o homem e as novas tecnologias e as suas implicações para a consciência e o *self* e um empenho ético-político-antropológico para viabilizar uma compreensão dessas mudanças socioculturais, em um processo de autoquestionamento. A concepção dessa compreensão é apresentada por Klaus Krippendorf:

A comunicação se transforma em um fenômeno social precisamente quanto seus participantes re-conhecem ou constroem, em sua compreensão da comunicação daqueles com os quais se comunicam, quando sua teoria da comunicação abriga recursivamente as teorias da comunicação dos Outros, e quando os comunicadores participam pode, então, ver-se a si mesmos através dos outros dos outros (apud SODRÉ, 2002, p. 246).

Sodré, em sua contemporânea teoria da comunicação, considera três instâncias: vínculo, veículo e cognição, à luz da mídia tradicional e reticular, que não representa toda a comunicação, mas se inscreve, por meio das novas tecnologias, como uma nova forma de vida virtualizada e mediada que, em relação às demais formas de vida tradicionais, constituem-se em referencial para o indivíduo na compreensão de “si” e do mundo. Assim, a comunicação, ainda que estabelecida por meio tecnológicos de comunicação, e numa lógica de mercado, não se reduz à(s) instituição (ões) da mídia, tampouco aos dispositivos técnicos, constituindo-se em uma atividade cognitiva do indivíduo ao analisar os vínculos e relações que estabelece.

3.2.2 Da midiatização ao *bios* midiático

A comunicação torna-se um prisma no qual incide toda a movimentação concreta da comunidade e se evidencia a questão do ser-em-comum que, no século XX, é posta em análise enquanto mudança social (SODRÉ, 2002). Dessa forma, as necessidades criadas pela globalização da sociedade capitalista aceleraram o desenvolvimento tecnológico no campo da comunicação, e, conseqüentemente, criam novas possibilidades de interação, relação e mediação entre os indivíduos.

A comunicação seria em princípio uma experiência antropológica fundamental (já que não há vida social sem comunicação), em seguida um saber sobre essa experiência e, finalmente, é uma realidade industrial já concretizada por um formidável aparato tecnológico sustentado pelo mercado (SODRÉ, 2012a, p. 17).

Hodiernamente, os processos comunicacionais já não podem ser analisados de modo isolado, como se houvesse uma barreira entre a mídia e os fenômenos sociais, porque a midiatização passa a orientar a representação e interpretação dos fenômenos. Midiatização, segundo Sodré (2007), não é a veiculação de acontecimentos por meios de comunicação, como se primeiro acontecesse o fato social e depois o processo midiático⁴⁸, mas o funcionamento das tradicionais instituições sociais com a mídia de modo articulado. Dessa forma, a midiatização é

Uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como um processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de “tecnointeração” – caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*⁴⁹ (SODRÉ, 2002, p. 21).

Semelhante a Sodré, outros tantos autores, entre os quais Hjarvard (2012), se empenharam no estudo da midiatização, por entenderem que se, tradicionalmente, a

⁴⁸ “Os processos midiáticos são entendidos como um conjunto de práticas comunicacionais pertencentes ao campo das mídias, que operam segundo diferentes linguagens, por meio de dispositivos como jornal, televisão, rádio, fotografia, publicidade, revista, produção editorial, produção eletrônica, comunicação organizacional, vídeo e outros emergentes” (GOMES, 2004, p. 17).

⁴⁹ Para explicar sua compreensão sobre *medium* Sodré (2002, p. 21) compara-o a um espelho sendo este “uma superfície capaz de refletir a radiação luminosa – traduz reflexivamente o mundo sensível, fechando em sua rasa superfície tudo àquilo que reflete”. Já o *medium*, ao simular o espelho, “não é jamais puro reflexo, por ser também um condicionador ativo daquilo que diz refletir”. Isto porque emerge em um contexto capitalista que define comunicação como informação, e emprega tecnologias “empenhadas num outro tipo de hegemonia ético-político”.

mídia foi estuda como algo separado da cultura e da sociedade, na atualidade ela permeia a sociedade pelo menos de duas formas. Uma ao se tornar parte integral de outras instituições que têm que se adaptar a ela; e outra ao ser integrante da rotina de instituições como a família, religião, trabalho e política, dado que é crescente o número de atividades que são desenvolvidas tanto por meio dos novos meios tecnológicos quanto por meios tradicionais massivos.

Para Hjarvard, “o conceito-chave para a compreensão da influência da mídia na cultura e na sociedade é a *mediatização*” (2012, p. 55), porém, é recente o empenho de pesquisadores que apresentem um entendimento da *mediatização* como um processo social e cultural, semelhante ao que Sodré (2007) já tinha apontado para essa realidade em sua teoria da comunicação que estuda a *mediatização* dos fenômenos sociais.

Segundo Hjarvard (2012) a noção de *mediatização* inicialmente foi empregada no campo da política por Kent Asp, em 1986, em uma concepção de sistema político adaptado as suas mensagens para obter melhor cobertura da mídia. No campo da pesquisa, a *mediatização* foi abordada por Esa Väliverronen, conforme lembra Hjarvard, considerando a importância que os meios de comunicação exercem na produção, na difusão do conhecimento e na interpretação da ciência. Hjarvard (2012) também desenvolveu um quadro teórico sobre a *mediatização* no campo da religião e as transformações que o processo gerou nas práticas e relações sociais religiosas, sendo a mídia, segundo ele, responsável pela possibilidade de contato, informação e experiência.

Thompson (1998), em sua teoria social da mídia, aborda a *mediatização* como parte do desenvolvimento da modernidade (HJARVARD, 2012). Desde o surgimento da imprensa, no século XV, até os mais novos meios de comunicação, estenderam-se os limites das interações face a face para interações mediadas e quase-mediadas sem contiguidade temporal e espacial, modificando a relação entre emissor e receptor. Hjarvard conclui que Thompson relaciona *mediatização* às consequências culturais e ao surgimento de grandes organizações de mídia em níveis nacional e global. “A produção e distribuição de produtos simbólicos por parte dessas corporações mudou os fluxos de comunicação na sociedade, tanto entre instituições quanto entre instituições e indivíduos” (p. 59).

Hjarvard (2012) também se reporta à conceituação proposta por Winfried Schulz no contexto da mudança social, no qual o autor aponta quatro tipos de

processos sociais alterados pela presença dos meios de comunicação, sendo que, no primeiro, os processos estendem as possibilidades de comunicação no tempo e no espaço; segundo substituem as atividades que antes ocorriam face a face; terceiro promovem uma fusão das atividades comunicativas (face a face com as mediadas); e, no quarto, os atores se adaptam para acomodar as valorações, formatos e as rotinas dos meios de comunicação, ou seja, alteram as relações e o comportamento humano.

É a partir dessa definição que Hjarvard (2012) propõe um conceito de midiatização no contexto da cultura e da sociedade que se aproxima, mas também se afasta desta última definição proposta por Schulz, por entender a mídia como uma instituição que se relaciona com as demais e também as integra. E por declara o que entende por midiatização da sociedade:

O processo pelo qual a sociedade, em grau cada vez maior, está submetida a ou tornar-se dependente da mídia e de sua lógica. Esse processo é caracterizado por uma dualidade em que os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o status de instituições sociais em pleno direito. Como consequência, a interação social – dentro das respectivas instituições e na sociedade em geral – acontece através dos meios de comunicação (HJARVARD, 2012, p. 64).

Verón (1997), em sua concepção de midiatização, se aproxima de Sodrè (2002) ao compreender que os processos de midiatização são relações sociais estabelecidas através dos meios de comunicação, de maneira coletiva e dentro de um sistema de mercado, o que, por sua vez, consiste em uma evolução da tradicional sociedade midiática (a gerenciada pelas instituições da mídia) para uma sociedade midiatizada que ao se fundirem dão origem a novos fenômenos sociais. *“Un medio de comunicación social es un dispositivo tecnológico de producción-reproducción de mensajes asociado a determinadas condiciones de producción y a determinadas modalidades (o prácticas) de recepción de dichos mensajes”*⁵⁰ (VERÓN, 1997, p. 04).

Por isso, Verón marca a diferença entre tecnologias de comunicação e meio de comunicação, por entender que a tecnologia é apenas um dispositivo técnico que não necessariamente pode ser compreendido como um meio de comunicação, mas,

⁵⁰ “Um meio de comunicação social é um dispositivo tecnológico de produção-reprodução de mensagens associado a determinadas condições de produção e a determinadas modalidades (ou práticas) de recepção de ditas mensagens” (VERÓN, 1997, p. 04, tradução nossa).

em determinado contexto, assume essa posição ao dar lugar a um fenômeno midiático, sendo, assim, um elemento social, construtor de sentido e realidade. Dessa forma, o autor apresenta um esquema de análise do processo de midiaticização, conforme a figura a seguir.

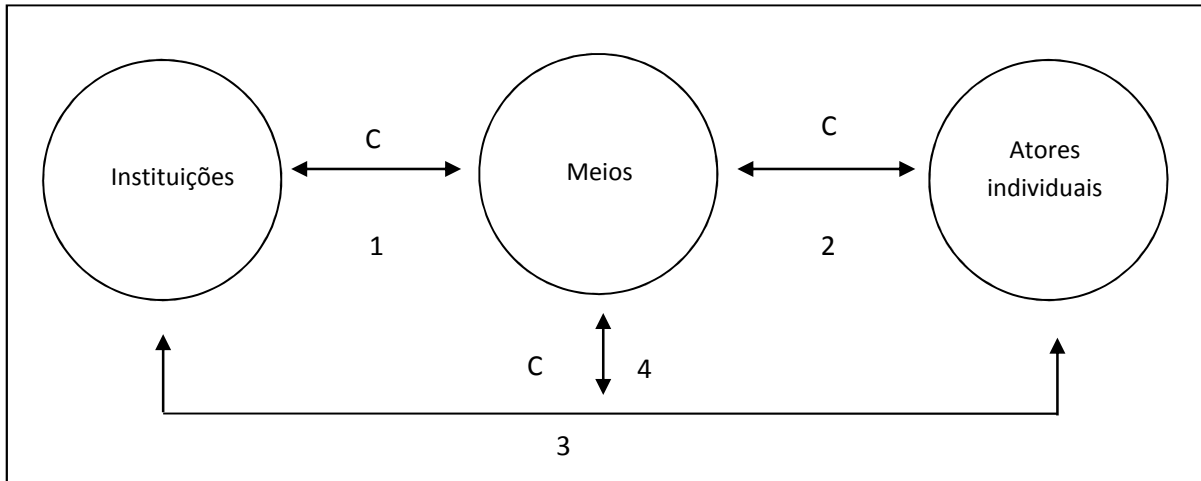


Figura 3 – Esquema para análise da midiaticização de Verón

Fonte: Eliseo Verón (1997, p. 07).

Nesse esquema, Verón ilustra a complexidade da midiaticização e identifica os elementos presentes nesse processo, a qual não se estabelece como uma relação linear de causa e efeito, e sim como um emaranhado de “circuitos de feedback”. O autor afirma que os meios também são instituições, porém se diferenciam das demais por estarem no centro da midiaticização. As instituições referem-se a outros ordenamentos organizacionais da sociedade. Os atores, definidos como “individuais”, para excluir desse campo os atores sociais, podem atuar em coletivo, “se trata de actores individuales insertos en complejas relaciones sociales” (1997, p. 08). Os C’s referem-se às construções coletivas dos grupos em comunicação, sendo: C1 — relação entre meios e instituições; C2 — relação entre meios e atores individuais; C3 — relação entre instituições e os atores individuais; C4 — o modo como os meios afetam a relação entre instituições e os atores individuais, porque a midiaticização implica uma nova ambiência (GOMES, 2004), ou *bios midiático*, como definiu Sodré (2002).

Diante dessas perspectivas conceituais e do reconhecimento de que não se esgotam, aqui, as interpretações teóricas sobre a midiatização, pois pesquisadores, entre os quais Antônio Fausto Neto (2006, p. 03–09), que estudam a passagem da “sociedade dos meios” para a “sociedade midiatizada”, na qual o tempo e o espaço são comprimidos, dando vida a um “novo tipo de real” e em que as interações não se estabelecem por laços sociais, mas por “ligações sociotécnicas”, identifica um *processo de afetação* entre os campos (mídia, instituições, usuário) que resultam em processos de *produção de sentido* e que “se instauram nos modos de funcionamento da midiatização”.

Por sua vez, José Luiz Braga considera a midiatização na sociedade “como um atravessamento dos campos sociais estabelecidos, gerando situações indeterminadas e experimentais correlatas” (2012, p. 31). Suas pesquisas centram-se na relação entre mídia e interação social que, de modo articulado, dão origem a “um processo interacional de referência, que em determinado âmbito, ‘dá o tom’ aos processos subsumidos” que não desaparecem, mas são absorvidos, e, assim, os processos interacionais de referência passam a conduzir a construção social da realidade, ou seja, é aquele que pauta os demais (BRAGA, 2007, p.141–143). Existem outros tantos que se somam nesse campo de investigação, no entanto, retomam-se as ideias de Sodré (2002) sobre a midiatização, cuja teoria embasa esta tese.

Sodré (2002), conforme já se mencionou, compreende que a midiatização é um tipo de mediação social, um tipo particular de interação que ocorre através do emprego de uma tecnologia de informação, ou seja, um tecnointeração que ocorre através de um *medium*. Porém, não se pode reduzir o *medium*, prótese tecnológica e mercadológica adotada, a um dispositivo técnico, porque este “é o fluxo comunicacional, *acoplado* a um dispositivo técnico e socialmente produzido pelo mercado capitalista, em tal extensão que o código produtivo pode tornar-se ‘ambiência’ existencial” (p. 20, grifo nosso). E explicita sua ideia dizendo que o *medium* é a internet e não o computador.

A ideia de prótese aplicada ao *medium* não significa um instrumento manipulável e externo ao sujeito, mas uma *forma* tecnointeracional que se instrui como uma nova ambiência com vida própria, com potencial de transformar a realidade. E o espelho midiático, em que Sodré (2002) faz uma analogia com o espelho da história da humanidade, não reproduz apenas uma imagem reflexa, mas

uma nova forma de vida, com significado, sentido e identidade próprios que passam, juntamente com as outras experiências vividas, a constituir o *eu* na sociedade midiaticizada.

A forma midiática condiciona apenas na medida em que se abre a permeabilizações ou permite hibridizações com outras formas vigentes no real-histórico. Trata-se de fato de afetação de formas de vida tradicionais por uma qualificação de natureza informacional, cuja inclinação no sentido de configurar discursivamente o funcionamento social em função de vetores mercadológicos e tecnológicos é caracterizada por uma prevalência da forma sobre os conteúdos semânticos (SODRÉ, 2002, p. 23).

Esses aspectos mercadológicos e tecnológicos também foram levantados por Verón (1997), e que Sodré (2002), recorrendo à reflexividade institucional de Giddens (2009), “um dos motores da modernidade, ou seja, o uso sistemático da informação ou do saber com vistas à reprodução de um sistema social”, entende que hoje é convertida em um processo de midiaticização da sociedade com espaço próprio e autônomo que se estabelece na articulação entre as instituições e a mídia.

E é a partir desse campo de articulações que Sodré (2002) afirma que a midiaticização cria “uma nova forma de vida, ou novo modo de presença do sujeito no mundo” (p. 24), o qual ele define como um *bios midiático*, fazendo referências a Aristóteles que, em a *Ética a Nicômaco*, apresenta três formas de vida (*bios*) na Polis: *bios theoretikos* (vida contemplativa); *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa). Assim, a midiaticização é uma quarta forma de vida que já se fazia presente com as mídias tradicionais e pelo mercado, mas que se consolidou na era digital. “Esse novo bios é a sociedade midiaticizada enquanto esfera existência capaz de afetar as percepções e as representações correntes da vida social” (SODRÉ, 2006, p. 21).

Assim, a *tecnocultura* (constituída por mercado e meios de comunicação), através do *medium* (ambiência), constitui uma nova forma de vida que acontece e se desenrola em um espaço *virtual*. Nesse espaço, o indivíduo se conecta com um ou com todos os demais e vice-versa, de maneira acelerada e sem limitações através de tecnologias que possibilitam essa circulação por outra ambiência integrada ao seu cotidiano.

Desse modo, o *bios* virtual ou midiático existe e coexiste concomitante com as demais formas de vida tradicionais, alterando os costumes, a conduta, a cognição e a sensorialidade do indivíduo que passa a ter experiências vividas e experiências

virtualizadas, e, a partir disso, construir a sua percepção do mundo, e de si mesmo, neste mundo. Para Rüdiger:

A tecnologia contemporânea é responsável pela criação de um novo mundo, em que o domínio da natureza está se tornando compatível com a liberdade de todos. A comunicação eletrônica está estendendo nosso sistema nervoso central de maneira global, inter-relacionando todas as experiências humanas instantaneamente (RÜDIGER, 2011, p. 120).

A midiatização, portanto, nos moldes proposto por Sodré (2002) parece abarcar o que Hjarvard (2012) afirmou de que a mídia é integrante e integradora das instituições da sociedade, e do que Verón (1997) afirmou quanto às relações que se estabelecem entre os campos: instituições – mídia – atores individuais, no qual o primeiro e o terceiro em relação são afetados pela midiatização; resultando na produção de sentidos, como afirma Fausto Neto (2006). E diz Braga (2007), passam a integrar e a organizar os demais processos de interação social.

A midiatização da sociedade, então, é o que, de fato, preocupa Sodré, porque a mídia passa a constituir uma nova forma de vida, o *bios midiático*, que tem origem e se sustenta por meio dela, sendo este, hoje, uma ambiência referencial para o indivíduo, e, por isso, não pode ser entendida apenas pela sua funcionalidade ou instrumentalidade tecnológica e mercadológica. O que resta saber, segundo o autor, é como a midiatização atua em termos de influência ou poder na construção da realidade social contemporânea porque não é apenas um espaço virtual por onde circulam informações.

4 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOECONÔMICOS DA ÁREA DE PESQUISA

*“São Borja, vens de longe, de mil seiscentos e oitenta e dois...
glória da Pátria, flor plantada em seus confins”*

Hino de São Borja, Aparício Silva Rillo

Neste capítulo apresenta-se breve contextualização histórica sobre o processo de ocupação, além de algumas características geográficas e socioeconômicas da população, as quais auxiliam a compreensão da formação da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, na Fronteira Oeste e em São Borja, município no qual foi realizada a pesquisa empírica. Em continuidade, aborda-se a questão da presença histórica da EMATER/RS – ASCAR, nesse cenário, destacando-se as atividades desenvolvidas pelos extensionistas dessa instituição, o seu papel na consolidação e fortalecimento da agricultura familiar por meio das políticas públicas vigentes no município de São Borja, RS.

E, finalmente, inserem-se alguns dados referentes às políticas de acesso às TICs, no município, com o objetivo de rastrear as iniciativas direcionadas ao acesso da população à internet, principalmente, pois essa tecnologia não se encontra no mesmo estágio de popularização do telefone móvel, tipo celular, por diversos fatores (político-econômicos, técnicos, cognitivos, entre outros), expostos no decorrer da análise.

4.1 Apresentação do Estudo: localização e público-alvo

Realizada a apresentação da conjuntura histórica em que a realidade macro da problemática desta investigação se desenvolve e as teorias e opções teóricas que a embasam, neste capítulo expõe-se, ainda que brevemente, alguns aspectos relacionados ao contexto da realidade específica do município de São Borja e da sua formação agrícola e agrária.

As políticas públicas voltadas aos espaços agrícola, agrário e rural foram importantes na história econômica do Brasil e do Rio Grande do Sul. Através delas que se configurou o atual estágio de desenvolvimento que observamos, pois todas elas tentaram imprimir no espaço e na sociedade, uma ênfase ou uma abordagem, sofrendo influências das mais variadas ordens. Assim foi desde a criação das capitâneas hereditárias, passando pela doação de sesmarias aos “defensores do território português” até os pequenos lotes coloniais nas regiões dos vales e das encostas da serra no estado. Entretanto, a que mais modificou o espaço rural gaúcho foi sem sombra de dúvida a que trouxe a chamada modernização da produção agrícola nos anos 1960, 1970 até meados dos anos 1980. Esta modernização trouxe disparidades entre diferentes áreas do RS, sobretudo entre o nível de condição de vida e de desenvolvimento de famílias de agricultores (AGUIAR, 2011, p. 21).

Inicialmente, discorre-se sobre a formação histórica da Região da Fronteira Oeste, na qual se encontra situado o município de São Borja, o que auxilia a compreensão da sua própria constituição, citando-se, também, dados sobre o perfil socioeconômico da localidade como elementos ilustrativos do cenário de investigação.

A partir disto, muito explica a emergência e reconhecimento da agricultura familiar no Brasil, no Rio Grande do Sul e no município em questão como uma categoria do desenvolvimento rural. Concomitante ao desenvolvimento da agricultura familiar, os serviços de assistência técnica e extensão rural prestados pela Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) em conjunto com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), ou como comumente é conhecida, EMATER, acompanharam o decurso da história e hodiernamente legitimam a categoria em uma perspectiva do que se defende como projeto de desenvolvimento rural. Assim, a constituição histórica dessa instituição, em São Borja, reproduziu-se de modo semelhante ao do âmbito nacional, em atenção aos modelos de extensão vigente, como será visto posteriormente.

Ainda como recurso elucidativo do caso pesquisado, neste capítulo faz-se algumas ponderações quanto ao contexto dos meios de comunicação tradicionais e ao surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação no ambiente rural, mais especificamente em relação à agricultura familiar, partindo-se das políticas públicas de inclusão digital até seus perceptíveis reflexos sobre São Borja.

Neste capítulo, portanto, tem-se o propósito de situar o objeto de análise, no seu contexto, e apresentá-lo sob diversos aspectos na constituição de uma relação histórica entre comunicação e extensão rural no projeto de desenvolvimento. Assim,

do mesmo modo que essa relação consolidou modelos de desenvolvimento frente à demanda nacional, ela ocorreu em São Borja, porém, com algumas particularidades, as quais serão objeto de análise dos tópicos a seguir.

4.1.1 Antecedentes históricos da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e Fronteira Oeste

Compreender a realidade estudada passa pelo reconhecimento de alguns antecedentes históricos, auxiliares nesse processo. Ao se falar em Fronteira Oeste e São Borja predomina a concepção de uma região composta por grandes propriedades e produção agropecuária. Apesar de esta realidade ter se modificado, a concepção tem fundamento na história de formação dessa região, a qual será brevemente descrita.

As terras localizadas nos municípios da Fronteira Oeste eram ocupadas pelo povo Guarani. Foi com a chegada da Companhia de Jesus e dos colonizadores espanhóis e portugueses que iniciou a disputa pelo território, com implicações em sua formação. De acordo com Silva (2012), a formação da Fronteira Oeste resultou do processo histórico de ocupação do Estado e também de um processo econômico, social, político e cultural, em que devem ser consideradas as características físicas dessa região, onde predominam campos e coxilhas.

Silva (2012) cita Souza (2000) ao afirmar que essas duas frentes moveram a integração do Rio Grande do Sul ao país, mediante a ocupação da região pelos jesuítas vindos do Paraguai no fim do século XVI, iniciando-se a criação de gado trazido pelos jesuítas que ali se desenvolveu pelas características naturais que a região apresentava. No início do século XVII chegaram os paulistas. Ao encontrarem mão de obra indígena buscaram torná-la escrava da indústria da cana de açúcar, o que levou à destruição muitas aldeias. Posteriormente, os povos jesuítas retornaram e formaram o que se conhece, hoje, por Sete Povos das Missões.

No Rio Grande do Sul foram sete reduções: a São Nicolau, fundada em 1626; a de São Miguel Arcanjo, em 1632; a de São Francisco de Borja, em 1687; a de São Luiz Gonzaga, em 1687; a de São Lourenço Mártir, em 1690; e a de Santo Ângelo Custódio, em 1707. Nessas reduções iniciaram-se as atividades de industrialização

do ferro, a produção dos primeiros tecidos e a criação de gado no continente. A partir da criação de gado, espalhado pelos pampas do Estado, característica física da região, com predomínio de campos e coxilhas se definia a sua base econômica, ou seja, a pecuária. Essa atividade estava ligada aos acontecimentos históricos da época. “O Rio Grande do Sul nasceu em um contexto de disputa entre duas potências europeias, Portugal e Espanha, que se estabeleceram na América do Sul atraídas pelas riquezas minerais e naturais, as quais geravam dividendos para ambas as Coroas” (COLVERO, 2003, p. 17), portanto, povoar e apossar-se do território era necessário para ambas.

Ainda sobre a história, no fim do século XVII o Rio Grande do Sul passou a fornecer animais de transporte de carga para os minérios de Minas Gerais e, aos poucos, o Estado foi ampliando a criação de gado, dando origem às estâncias - propriedades rurais já com delimitações, cujo objetivo principal era a criação de gado (Souza apud SILVA, 2000). As estâncias se formaram em decorrência da necessidade de ocupação do território, mediante concessões de sesmarias, na primeira década do século XVIII, somente legalizadas, em 1850, pela Lei de Terras⁵¹, a fim de controlar as formas de apropriação de terras no Brasil. Fonseca (1983) afirma que “a formação de uma sociedade essencialmente rural teve por base a apropriação da terra, que se realizou no Rio Grande, como no resto do país, sob o regime de latifúndios” (apud COLVERO, 2003, p. 27).

E, por isso, o estado do Rio Grande do Sul foi se formando a partir de grandes latifúndios cuja base econômica era a pecuária extensiva e havia a mão de obra a ser explorada, cristalizando uma sociedade hierarquizada (SILVA, 2013). No decurso da história, marcado pelas guerras da Cisplatina (1821 a 1828) e dos Farrapos (entre 1835 e 1845), esse modo de produção foi dando lugar a uma pecuária intensiva e a uma produção agrícola. Os anos seguintes da história foram marcados pelo conflito na divisão de terras nas fronteiras do Brasil com a Argentina e Uruguai, dando origem, por exemplo, à Fronteira Oeste do Estado, que será tratado adiante.

⁵¹ A Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 foi uma das primeiras leis nacionais e também uma das primeiras iniciativas do Estado com o objetivo de organizar e regulamentar a posse e a propriedade privada de terras, tornando extinto o regime de distribuição de terras por sesmarias. Em 1964, essa lei foi substituída pelo Estatuto da Terra, por meio da Lei nº 4.504, de 30 de novembro do mesmo ano.

Mesmo que o Rio Grande do Sul seja reconhecido pelo predomínio das grandes propriedades rurais, que tiveram origem na distribuição das sesmarias, formando estâncias ou fazendas, a agricultura familiar foi se estabelecendo em contraponto a essas propriedades, ainda que historicamente não se encontre registros sobre a sua participação na sociedade e na economia do Estado. Embora sejam recentes os dados gerados pelo Censo Agropecuário de 2006, não se quer fazer um corte na história, mas ilustrar essa mudança na realidade estudada.

No Rio Grande do Sul, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, de um total de 441.467 estabelecimentos agropecuários, 378.546 foram identificados e caracterizados como de agricultura familiar, o que corresponde a 85,74% do total de estabelecimentos, ou seja, o Estado apresenta percentuais superiores ao nacional. Esses estabelecimentos têm, em média, 16 hectares, enquanto que os 14,5 classificados como não familiares contam com uma média de 223 hectares, conforme se demonstra na Tabela a seguir.

Tabela 6 – Estabelecimento e área da agricultura familiar no Rio Grande do Sul

| Rio Grande do Sul | Agricultura familiar Lei nº 11.326 | | Não familiar | |
|-------------------|------------------------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) |
| Total | 378.546 | 6.171.622 | 62.921 | 14.027.867 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Esses números demonstram a modificação da sociedade rural dessa região, ou, pelo menos, evidenciam a presença da agricultura familiar no Estado do ponto de vista agrário e de um subsistema de produção agrícola que, segundo Guanzioli et al. (2001), tem a capacidade de se adaptar à ambiente em transformação, modificando-se e integrando-se ao mercado.

Conforme já se mencionou, a história da formação do Rio Grande Sul se reproduziu na formação da Fronteira Oeste. Silva (2012) afirma que essa é “uma região identificada pela presença de grandes propriedades rurais, constituídas pela distribuição das sesmarias, que deram origem às estâncias de criação de gado” (p. 38).

Segundo Alende (2006), “a agricultura realizada em pequenas áreas e a pecuária extensiva foi a base formadora da população da região da Fronteira Oeste”

(p. 38) que, mesmo com as transformações ocorridas no processo de produção agrícola do início do século XX, como a modernização da agricultura, a penetração do capitalismo no sistema agrário local, não modificou a estrutura fundiária da região. Além disso, o autor lembra que a agricultura empresarial para cultivo de arroz e soja, incentivada na década de 1970 e 1980, através do crédito rural, e que atualmente predomina na região, não afetou em nada as relações sociais, permanecendo inalteradas, de um lado agricultores patronais e, de outro, agricultores familiares (ALENDE, 2006). O autor afirma ainda que:

Diferentemente do que aconteceu em outras regiões do RS, a pequena propriedade da Fronteira Oeste, estruturada com a mão-de-obra familiar, não se adaptou ao formato tecnológico dos sistemas de produção diversificados, seguindo a reprodução do formato produtivo das grandes propriedades rurais (2006, p. 58).

Atualmente, de acordo com dados de 2013 da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), a população total da região da Fronteira Oeste é de 530.228 habitantes, distribuídos em uma área de 46.231.0 km², compreendendo os municípios de Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento e São Borja.

Na Fronteira Oeste, mesmo com o predomínio da grande propriedade rural e de uma econômica alicerçada na grande produção de bovinocultura, ovinocultura e rizicultura para abastecimento nacional e exportação, a agricultura familiar há pouco tempo pesquisada passou a ser observada pela sua participação social e econômica. Em relação à população rural, esta ocupa os 28.116 estabelecimentos rurais da Fronteira Oeste, dos quais 58,42% são de agricultores familiares. Entretanto, 93,43% dos hectares da região pertencem a proprietários de estabelecimentos classificados como não familiares pelo Censo Agropecuário IBGE (2006).

Tabela 7 – Estabelecimentos e área da agricultura familiar na Fronteira Oeste do RS

| Fronteira Oeste do RS | Agricultura familiar Lei nº 11.326 | | Não familiar | |
|-----------------------|------------------------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) |
| Total | 16.426 | 473.013 | 11.690 | 6.728.767 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Diante dessa realidade, Alende (2006), ao caracterizar a agricultura familiar no município de Alegrete, pertencente à Fronteira Oeste, apresenta as seguintes categorias de agricultores familiares que se formaram historicamente e predominam na região, em função de fatores históricos e econômicos, mas também políticos e sociais.

| Tipo | Características | Área |
|---|---|--|
| Agricultores familiares clássicos | Produção mais intensiva e diversificada com cultivos combinados com pequenas criações, normalmente para consumo próprio. | Não ultrapassam 50 ha em imóveis próprios ou arrendados, mantendo a média de 20 ha por unidade de produção. |
| Agricultores familiares pecuaristas de origem estancieira | Originaram-se dos processos de sucessão dos estabelecimentos da categoria patronal que foram os primeiros donos de grandes extensões de terras, beneficiados pelas distribuições das sesmarias (os estancieiros), divididas entre os herdeiros. | Atualmente, raramente ultrapassam o tamanho médio de 130 ha. |
| Agricultores familiares pecuaristas de origem assalariada | Oriundos das famílias dos peões, 'chacreiros', 'posteiros' e escravos que trabalhavam nas estâncias. Geralmente, herdaram as terras dos antepassados que viviam em situação semelhante e alguns compraram áreas pequenas ou arrendam apenas alguns poucos hectares. Necessitam de renda externa, por isso trabalham para outras propriedades. | Utilizam geralmente pequenos estabelecimentos que não ultrapassam a área de 30 ha. |
| Agricultores familiares e com rendas não agrícolas | São agricultores familiares e também trabalhadores rurais. A renda proveniente da venda da força de trabalho e das atividades não agrícolas. Inclui aposentados, os arrendatários e os agricultores que executam agricultura em tempo parcial. | Estabelecimentos que dispõem de áreas reduzidas (minifúndios) ou são arrendatários |
| Agricultores familiares do limite do enquadramento familiar | Estão em uma faixa entre as categorias patronal e familiar. Originam-se das famílias dos fazendeiros da região e apenas alguns poucos são migrantes, originários principalmente das famílias italianas que vieram do norte do Estado a partir da década de 1970. | Dispõem de áreas mais extensas, trabalham com a pecuária e a agricultura integradas com finalidades comerciais. As unidades têm áreas entre 250 ha e 350 ha, geralmente próprias. Alguns arrendam áreas melhores para prática dos cultivos de grãos, como o arroz. |

Quadro 4 – Tipos de agricultores familiares

Fonte: Alende (2006), com adaptações.

Essas categorias de agricultores familiares de Alegrete podem ser percebidas em outros municípios da Fronteira Oeste, pois a formação social dos demais municípios decorrem de um mesmo processo histórico de povoamento da região fronteira do Rio Grande do Sul, como é o caso de São Borja.

4.1.2 Antecedentes históricos da agricultura familiar em São Borja

Historicamente, como se pôde observar, a agricultura familiar em São Borja e na Fronteira Oeste teve pouca projeção e reconhecimento, mesmo com sua expressiva contribuição frente às questões agrícolas e agrárias dessa região, reconhecida pelos tradicionais latifúndios de produção da pecuária de extensão. Entretanto, como reflexo da política nacional de apoio à agricultura familiar pelo Estado e pelas Organizações da Sociedade Civil, mediante políticas públicas e movimentos sociais, esse cenário vem se modificando, fortalecendo um novo segmento social com participação expressiva no contexto do desenvolvimento rural dessa região.

O município de São Borja, no qual esta investigação se desenvolve, está localizado na região da Fronteira Oeste do Estado, pois geográfica e economicamente tem elementos que a identificam com outros municípios da região. Já, do ponto de vista histórico e cultural pertence também à Região das Missões⁵², pois seus primeiros habitantes foram os indígenas que deixaram um legado na cultura e na formação étnica do município. Nesse sentido, Ramos (2006) lembra que não se pode ignorar a presença de outras etnias, por exemplo, a Guarani, no Rio Grande do Sul, que antes da chegada da Companhia de Jesus e dos espanhóis e portugueses habitava o território. Esse processo de tomada da região pelos europeus marca a primeira fase das reduções jesuíticas⁵³.

⁵² O espaço que abrange a Região das Missões brasileiras possui uma geografia natural com extensas planícies e vegetação rasteira, principalmente na região de São Borja, o que propiciou o desenvolvimento da pecuária.

⁵³ Fase marcada pelo conflito entre Portugal e Espanha ainda no século XVI que disputavam o território indígena para mantê-lo sob seu domínio econômico e cultural, e pelo conflito destes com os bandeirantes paulistanos, que buscavam mão de obra indígena. Desses embates muitas reduções jesuíticas foram destruídas, e começaram a ser reconstruídas no final do século XVII.

No século XVII, com a retomada e a reconstrução das reduções jesuíticas, São Borja foi o primeiro dos chamados Sete Povos, na segunda fase das Missões Orientais do Rio Uruguai. “A fundação de São Borja teve o objetivo militar de dar combate aos portugueses que recém tinham fundado a Colônia do Santíssimo Sacramento”⁵⁴ (VENTURINI, 2009, p. 115), no alto Uruguai. São Borja tem origem em San Tomé, localizada à margem direita do Rio Uruguai, em 1682. “A localização das Reduções não obedeceu a interesses políticos e nacionalistas, mas para a defesa das fronteiras” (BRUXEL, 1987, p. 25).

Por resolução de 11 de março de 1833, advinda do governador da província, Manuel Antônio Galvão, São Borja foi desmembrada de Rio Pardo, sendo elevada à categoria de “vila” pouco mais de um ano depois, em 21 de maio de 1834. É importante fazer uma ressalva para dizer que, até o ano de 1809, o território de São Borja ficou anexado ao município de Porto Alegre, quando foi dele desmembrado para pertencer ao termo de Rio Pardo. Somente em 1887, por lei, em 21 de dezembro, é que São Borja foi elevada à categoria de “cidade”.

Ao comentar sobre o perfil da economia local, Rillo (1982) afirma que a pecuária, nesse período, com a instalação de estâncias nos mais diversos pontos do território do município, havia deslanchado, constituindo-se em suporte econômico do município, pois também comercializa que começa a progredir com a exportação de couros, charque, rapaduras e cachaça para outras regiões, pelo Rio Uruguai, com a navegação semirregular naquele tempo.

Já, no século XX o município da Região da Fronteira Oeste, também conhecido pela sua forte ligação com a Região das Missões, ganhou projeção no cenário político nacional, consolidando-se, através dos governos de Getúlio Vargas e depois João Goulart, como a “Terra dos presidentes”. Rodrigues (1982) afirma que:

Apesar de contar com um solo riquíssimo, somente a partir de 1930, para cá que a agricultura teve maior incremento, pois até essa data a produção agrícola era somente para consumo interno, a vinda de colonos trazidos por

⁵⁴ Portugal e Espanha disputavam lado a lado a hegemonia na região em busca de maiores riquezas, e um exemplo da incessante ganância real foi a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, em frente a Buenos Aires, justamente para vigiar e participar de todo processo comercial desenvolvido pelo vizinho espanhol (COLVERO, 2003, p. 171). Em 1750, através do Tratado de Madri, Portugal passou para a Espanha a Colônia de Sacramento em troca das Sete Missões da margem esquerda do Rio Uruguai (SOUTO, 2013, p. 35) e com isto vários conflitos se formaram pela resistência ao Tratado, como a Guerra Guaranítica em que as coroas europeias se uniram para dominar e destruir o povo missioneiro.

alguns fazendeiros contribuiu para tal fato, desenvolvendo a cultura do linho, vendido para a Argentina, mas é de justiça de lembrar que as primeiras experiências na agricultura foram feitas por volta de 1908, com o emprego da tração animal com arados de discos em plantações de milho. Em tempos passados o município já foi intitulado o celeiro do estado Rio Grande do Sul, onde era o maior produtor de semestre de linhaça e de trigo. Entre outras culturas que ocupam grande destaque no setor agrícola são-borjense, destaca-se o arroz, soja e o sorgo, que contribuíram para instalação de um grande número de engenhos e cooperativas no local (p. 149).

No século XX, a base da economia do município foi a produção do linho, introduzida através da Estação Experimental de Sementes, fundada com o apoio do Governo do Estado, em 1944, durante o governo de Getúlio Vargas. A produção dessa oleaginosa se expandiu até a década de 1960, conferindo a São Borja o título de 'capital do linho', reconhecido na América Latina. Posteriormente, com a mecanização das lavouras e o fortalecimento da Estação Experimental de Sementes, o trigo também passou a ser produzido em grande escala, tomando o lugar do linho ainda na década de 1950.

Nesse mesmo período foram fundadas as principais cooperativas do município, em que se destaca a Cooperativa Tritícola Samborjense Ltda. (COTRISAL), em 1956, que desde 1988, após uma crise, passou por um processo de recuperação até a atualidade. Foi nesse mesmo período que teve impulso o cultivo do arroz, seguido da produção da soja, como reflexo da mecanização agrícola nacional. Porém, atualmente, o município destaca-se por ser um dos maiores produtores de arroz do Estado.

Em estudo recente, Souto (2013) sistematizou a evolução temporal dos fatores históricos mais relevantes do município, considerando o povoamento, os produtos primários e os sistemas produtivos predominantes, cujo conteúdo se adota neste estudo para facilitar a visualização sobre a modificação da realidade agrícola e agrária de São Borja, o que possibilitou o reconhecimento da agricultura familiar que, embora já existisse, era pouco reconhecida, como pode ser observado no Quadro a seguir.

| Época | Povoamento (etnias) | Produtos Primários | Sistemas Produtivos |
|--------------|---|---|--|
| Século XVII | Indígenas e jesuítas | Colhedores de frutos nativos; caça; pesca e culturas de subsistência | Florestas nativas; Campos nativos e Áreas de produção jesuítica |
| Século XVIII | Indígenas, jesuítas e espanhóis | Erva mate; bovinos; muares; equinos e culturas de subsistência | Áreas das estâncias jesuíticas; Vacarias da região missioneira; Tropeirismo para SP e MG |
| Século XIX | Indígenas, espanhóis, portugueses, africanos, brasileiros, e imigrantes prussianos-alemães | Bovinos; muares; equinos; ovinos; laranjeiras; pessegueiros; mandioca e trigo | Sesmarias, estâncias luso-brasileiras e chácaras; Tropeirismo para as charqueadas de bovinos em Pelotas; Início da agricultura no município; Fábrica de farinha de mandioca e de trigo |
| Século XX | Missionários, brasileiros, afrodescentes, imigrantes descendentes de alemães, russos, italianos, poloneses e árabes | Bovinos; equinos; ovinos; trigo; linhaça; soja; arroz e milho. | Estâncias e chácaras; Charqueadas Alto Uruguai (São Borja) de bovinos e enlatados; Frigorificadas e carne bovina fora do município; cooperativismo agrícola: início, apogeu e declínio Engenhos de arroz; Propriedades: pequenas (<i>início do reconhecimento da categoria agricultura familiar</i>), médias e grandes propriedades privadas |
| Século XXI | Mescla étnica | Bovinos; equinos e ovinos; arroz; soja; milho e energia da casca do arroz | Engenho de arroz; Propriedades: pequenas (<i>agricultura familiar</i>); médias: grandes propriedades privadas e grandes propriedades de empresas; Agroindústrias de beneficiamentos e produtos agregados; e Frigorificação fora do município. |

Quadro 5 – Síntese da análise histórica do município de São Borja, RS

Fonte: Souto (2013, p. 66), com adaptações.

Atualmente, São Borja tem uma população de 61.671 habitantes, de acordo com os dados do último censo realizado pelo IBGE Cidades de 2010, distribuídos em uma área de 3.610 km², representando 1.3448% do Estado, 0.6417% da Região e 0.0426% de todo o território brasileiro (AMFRO, 2013). Sua densidade populacional é de 17,01 habitantes por km². A população urbana atualmente é de 55.138 habitantes e a rural é de 6.533 habitantes, o que representa 10,6% da população total.

Da população rural total, a faixa com maior percentual concentra-se no grupo com idade entre 40 e 59 anos, que decresce na faixa dos 60 anos ou mais. Os

percentuais da população jovem, entre os seis e 14 anos, é de 16%, e entre os 15 e 24 anos é de 14,6%, indicando o êxodo rural, conforme apresentado no Quadro 6. Souto (2013) apresenta a seguinte preocupação em relação à renda desta população que depende, em parte, das aposentadorias e de benefícios como auxílio doença, agravando a situação da permanência no campo.

| Grupos por idade | Percentual |
|-------------------------|-------------------|
| De 0 a cinco anos | 8,2% |
| De seis a 14 anos | 16% |
| De 15 a 24 anos | 14,6% |
| De 25 a 39 anos | 20,5% |
| De 40 a 59 anos | 27,8% |
| De 60 anos ou mais | 12,8% |

Quadro 6 – Dados da população rural do município de São Borja, RS, considerando-se o total da população residente rural

Fonte: IBGE, Cidades (2010), com adaptações.

Quanto à localização, São Borja limita-se ao norte com as cidades de Garruchos e Santo Antônio das Missões, ao sul faz fronteira com as cidades de Maçambará e Itaqui; a Leste com as cidades de Itacurubi e Unistalda e, a oeste, com a cidade de Santo Tomé na Argentina (divisa demarcada pelo Rio Uruguai). É servida de acessos pelas BRs 472; 287 e 285, estando distante 594 quilômetros da capital do Estado (Porto Alegre), e por isso mais próxima da capital do Paraguai, Assunção que fica há 528 quilômetros e há 174 quilômetros da capital da província de Misiones, na Argentina.

A agricultura e a pecuária são a base da economia do município. São Borja, que já foi reconhecida como a 'capital da produção', tem no cultivo do arroz a sua principal atividade agrícola, com uma área plantada de, aproximadamente, 31.000 hectares. Além do arroz, trigo e soja também têm uma grande área de cultivo no município. A pecuária destaca-se pela criação do gado charolês e ovinos *corriedale*; no setor industrial as principais empresas são agroindustriais e ligadas ao beneficiamento e armazenamento do arroz.

Um levantamento estimativo revela a grande participação do setor primário na cadeia produtiva de São Borja. Destaca-se o beneficiamento de grãos de arroz, trigo e soja e a produção de bovinos de corte, embora seja crescente a participação da

agricultura familiar na economia do município (EMATER/RS – ASCAR, São Borja, 2012). Apenas para ilustrar essa participação, de acordo com a referida instituição, os agricultores familiares vêm se adequando para fornecer alimentos para a merenda escolar desde 2011, conforme previsto na Lei Federal nº 11.947, de 2009, que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e de empreendedor familiar rural, ou de suas organizações, priorizando aos assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas⁵⁵.

Entretanto, no ano de 2012 a agricultura familiar forneceu apenas 5% do percentual total de produtos hortifrutigranjeiros consumidos no município, por isso desde o início de 2013 vem se incorporando produtos da agricultura familiar na merenda escolar de 38 escolas da rede municipal, incluindo as zonas urbana e rural, de São Borja, a fim de gerar renda para os pequenos agricultores do município e diversificar e qualificar a alimentação dos alunos.

Diante da realidade o que se observa é que no Estado e na Fronteira Oeste o segmento da agricultura familiar vem crescendo, através da sua participação na economia, mas também pelo seu reconhecimento social no âmbito das principais políticas públicas, como a PNATER e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁵⁶ que, segundo Souto (2013), no município apenas 34,3% dos agricultores familiares possuem a Declaração de Apoio ao PRONAF (DAP)⁵⁷. Os números referentes aos estabelecimentos do município podem ser observados na Tabela a seguir.

⁵⁵ O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) foi criado pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, envolvendo seis Ministérios Brasileiros: Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Desenvolvimento Agrário; Agricultura Pecuária e Abastecimento; Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda e Educação. O programa foi regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012.

⁵⁶ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado em 1995, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de disponibilizar crédito rural de modo mais acessível, aumentar a renda familiar, criar novos postos de trabalho no campo, além de estimular a produção de alimentos. Atualmente, há várias linhas de financiamento derivadas do PRONAF, definidas conforme a atividade para empregar o recurso: Pronaf Agroindústria; Pronaf Agroecológica; Pronaf Cota-parte; Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; Pronaf Eco; Pronaf Florestas; Pronaf Investimentos; Pronaf Jovem; Pronaf Mais Alimentos; Pronaf Mulher; Pronaf Semiárido e Microcrédito Rural (MDA, 2012).

⁵⁷ O documento foi criado em 1996 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de identificar o agricultor familiar que tem direito a acessar as políticas públicas desse segmento.

Tabela 8 – Estabelecimento e área da agricultura familiar em São Borja

| São Borja | Agricultura familiar Lei nº 11.326 | | Não familiar | |
|--------------|------------------------------------|---------------|------------------|----------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) |
| Total | 626 | 13.119 | 503 | 271.541 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Considerando-se que esses dados se referem ao ano de 2006, e que contabilizam apenas os estabelecimentos que se enquadram na definição da agricultura familiar, previstos na Lei nº 11.326, em relação à agricultura familiar ou de pequeno porte, de acordo com os dados da EMATER/RS – ASCAR (2011) de São Borja, atualmente, a instituição conta com o cadastro de 722 estabelecimentos.

Esses números, informados pela EMATER/RS – ASCAR, podem diferir dos resultados do Censo Agropecuário, pois ao se considerar o número total de propriedades por estratos de áreas do município, de acordo com a lei mencionada, são considerados estabelecimentos de agricultura familiar àqueles que possuem até quatro módulos rurais, sendo que em São Borja cada módulo tem a extensão de 20 hectares, ou seja, consideram-se apenas as propriedades com até 80 hectares, como pode ser observado na Tabela abaixo.

Tabela 9 – Número de propriedades rurais do município de São Borja, RS, por estrato de área

| Estratos | Nº de propriedades |
|-----------------------------|---------------------------|
| Mais de 0 e menos de 0,1 ha | 3 |
| De 0,1 a menos de 0,2 ha | 0 |
| De 0,2 a menos de 0,5 ha | 1 |
| De 0,5 a menos de 1 ha | 1 |
| De 1 a menos de 2 ha | 36 |
| De 2 a menos de 3 ha | 43 |
| De 3 a menos de 4 ha | 29 |
| De 4 a menos de 5 ha | 30 |
| De 5 a menos de 10 ha | 89 |
| De 10 a menos de 20 ha | 168 |
| De 20 a menos de 50 ha | 179 |
| De 50 a menos de 100 ha | 111 |
| TOTAL | 690 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006, com adaptações.

Dessa forma, o número apresentado pela EMATER/RS – ASCAR, de 722 estabelecimentos, e o número de 690 do Censo Agropecuário, materializam a preocupação de Ribeiro (2001) que, em seu estudo sobre a agricultura familiar, na região da Campanha do Rio Grande do Sul, identificou que os estabelecimentos com até 100 ha representavam 70% do total de estabelecimentos rurais da região, não podendo ser considerados latifúndios com alta capacidade de produção, embora se dedicassem a atividades historicamente desenvolvidas — criação de gado e produção de grãos. E que esses estabelecimentos, apenas por não se enquadrarem nas dimensões territoriais definidas em lei, não podem acessar nenhuma das políticas públicas de fortalecimento da pequena propriedade.

Em São Borja — mesmo diante das políticas dirigidas à agricultura familiar —, por questões culturais e históricas o modelo de produção familiar passa por um processo de adaptação tanto no sistema de produção quanto de gestão da propriedade. Por esse motivo, a EMATER/RS – ASCAR tem papel fundamental na prestação de serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, mas, principalmente, no fortalecimento e na consolidação da agricultura familiar no município estudado.

4.1.3 A presença histórica da EMATER/RS – ASCAR

Os serviços de extensão rural, no Brasil, foram marcados por várias experiências que serviram não apenas como antecedentes ao modelo atual, mas como tentativas do Estado em definir uma política nacional capaz de atender a demanda da população rural. De um modelo centralizado nas mãos do Estado, passando pela privatização até o modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATES) que hoje se conhece, muitos foram os caminhos percorridos até o abandono de uma concepção técnica dos serviços, por uma mais ampla dos serviços, sob a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.

Durante muitos anos, os serviços de extensão rural foram realizados através da adoção de técnicas de trabalho que não possibilitavam a participação dos atores sociais no processo. Sendo assim, eram reduzidos apenas a um serviço de transferência de informações e tecnologias. Entretanto, com a mudança do olhar

sobre esses serviços de extensão rural, também mudaram os métodos — de um modelo difusionista passou-se para a adoção de métodos participativos de trabalho.

Em 1974, quando o Governo Federal criou a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), através da Lei Federal nº 6.126, como uma empresa pública, jurídica, de direito privado e capital próprio, e delegou-lhe a autonomia apenas para colaborar com os Estados na construção de suas próprias estruturas. Foi no ano seguinte, com o Decreto Federal nº 75.373, que a EMBRATER passou a apoiar financeiramente os Estados através dos serviços de assistência técnica e extensão rural, dando início à criação das Empresas Estaduais de Extensão Rural e Assistência Técnica, as conhecidas EMATERS. Com isso, as Associações de Crédito e Assistência Rural foram desconstituídas.

Entretanto, esse cenário foi um pouco distinto no Rio Grande do Sul. A Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) não representou a extinção da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) e, por isso, atualmente, exercem em conjunto as funções de assistência técnica e extensão rural através do Protocolo Operacional de Ação Conjunta, firmado em 1977.

No Rio Grande de Sul, a atuação da ASCAR teve início em 1955 e, posteriormente, junto com a EMATER/RS firmou-se como o órgão de maior capilaridade e presença no meio rural, estando presente, atualmente, em 492 municípios do Estado, através de igual número de Escritórios Municipais e 10 Centros Regionais de Treinamento de Agricultores, coordenados diretamente por 10 Escritórios Regionais. De acordo com dados de 2010, a EMATER/RS – ASCAR atende 99% dos municípios do Estado e um total de 282 mil famílias rurais.

Hodiernamente, a EMATER/RS é uma instituição que, em conjunto com a ASCAR, vincula-se, através de convênio, à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e, como tal, é a executora oficial das políticas públicas federal e estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado. “O trabalho dessa Agência de desenvolvimento iniciado há 55 anos e a história da extensão rural no Rio Grande do Sul confunde-se com a própria história da EMATER/RS – ASCAR” (DEPONTI, 2010, p. 28). E destaca que:

A EMATER do Rio Grande do Sul acabou não sendo constituída como uma empresa pública, sendo formalmente uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Embora seja

formalmente uma entidade privada, possui vinculação estreita com o Estado, sofrendo ingerência deste em sua gestão (2010, p. 98).

Assim, ao longo da história, a EMATER/RS – ASCAR passou por várias adequações político-financeiras, o que se refletiu no modelo de assistência e extensão no Estado. Porém, atualmente, seguindo o modelo nacional denominado “sistema pluralista” de extensão rural pública, desde 2007 assumiu a execução da Política de ATER no Estado, sendo responsável por promover ações de assistência técnica e social, e também de extensão rural, além da classificação e certificação, atendendo prioritariamente agricultores familiares, assentados, indígenas, pecuaristas familiares, pescadores artesanais, quilombolas, agricultores empresariais, entre outros grupos. Esse público é atendido através de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Em 2010, a EMATER/RS – ASCAR atendeu 713.978 pessoas, cadastradas na instituição, que receberam assistência técnica e extensão rural.

Deponti (2010) descreve os principais momentos da trajetória da extensão rural no Rio Grande do Sul, a partir da ação dos extensionistas, propondo uma divisão por eixos norteadores, denominando-os de: eixo do difusionismo; eixo da participação; e eixo da sustentabilidade. Esses eixos explicam a forte presença histórica da EMATER/RS – ASCAR e auxiliam a compreender porque a instituição tornou-se sinônimo de extensão rural no Estado.

O eixo do difusionismo se consolidou na década de 1960, caracterizando os serviços de extensão rural, e, centrado no papel do agente extensionista responsável pela transferência de informações para os agricultores, usava estratégias persuasivas de comunicação. “O objetivo era influenciar o público-meta de alguma maneira mediante o processo de comunicação, sendo a difusão entendida como um tipo especial de comunicação” (DEPONTI, 2010, p. 134).

No Manual do Extensionista da EMATER/RS – ASCAR, publicado, em 1975, pela Associação Riograndense de Empreendimentos em Assistência Técnica e Extensão Rural constam as técnicas de extensão e comunicação a serem adotadas na transferência de tecnologias. Essas técnicas enfatizavam o perfil do extensionista, declarando que “a habilidade em delinear uma efetiva estratégia de comunicação para transferir tecnologia ao produtor rural talvez seja a mais importante e demandante virtude de um extensionista” (EMATER/RS – ASCAR, 1975, p. 01). Ainda de acordo com o manual, “a difusão trata apenas das

mensagens que são novas ideias, das tecnologias que precisam ser transferidas ou disseminadas entre os membros de um sistema social” (EMATER/RS – ASCAR, 1975, p. 02), portanto, competiria ao extensionista dar conta de convencer seu público-alvo.

Esse modelo de difusão, após algumas décadas foi abandonado, dando espaço para outros modelos de extensão rural. Entretanto, de acordo com os estudos realizados por Deponti:

Embora o viés difusionista receba críticas, sendo questionado quanto aos pressupostos teóricos e aos aspectos manipulador e acrítico, é uma constante nas atividades de extensão, sendo que sua utilização pode estar na facilidade de adoção, no perfil do extensionista ou na operacionalização prática (DEPONTI, 2010, p. 138).

Talvez por esse motivo, e na tentativa de superar esse modelo, na prática o eixo da participação, além de representar uma nova metodologia de intervenção do agente extensionista, consistiu em um processo de envolvimento dos agricultores, reconfigurando a extensão rural no Estado e no país. O objetivo era “chamar o público-meta a participar de diversas atividades e o técnico-extensionista tem a possibilidade de participar e, ao mesmo tempo, gerar novos espaços de participação” (DEPONTI, 2010, p. 140). Na prática, esse modelo apresentava algumas limitações que permanecem até hoje. O Estado continua a intervir no processo através das políticas nacionais; o extensionista ainda não se encontra capacitado para mediar a relação Estado-agricultor; e o próprio agricultor também continua despreparado para agir coletivamente, sendo este um dos reflexos da histórica metodologia funcionalista de comunicação empregada na relação agricultor-extensionista.

O eixo mais recente — o da sustentabilidade — que data da década de 1990, preconiza o processo de transição agroecológica, “processo social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrária” (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 25). Esse processo é uma revisão nos modos de produção da agricultura e também nos serviços de extensão rural, o qual passou a ser pensando como estratégias de desenvolvimento rural sustentável, de forma planejada e participativa, incluindo agora o ‘agricultor familiar’, categoria reconhecida recentemente, ou seja, um processo gradual de mudança.

Atualmente, a EMATER/RS – ASCAR, ao implantar um novo modelo de Extensão Rural, pautada na Agroecologia, também renovou a sua missão institucional de nortear o trabalho da instituição e dos extensionistas, afirmando que a sua missão é:

Promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 28).

De acordo com Deponti (2010, p. 155), o novo modelo de extensão rural se sustenta em dois pontos: “a busca contínua de estratégias que impulsionassem padrões socioculturais desejáveis que estivessem apoiados na evolução histórica dos grupos sociais; e a construção de contextos de sustentabilidade compatíveis com a realidade do público beneficiário da extensão rural”. Houve esforço da instituição para capacitar o agente de extensão e, ao mesmo tempo, trabalhar essa nova perspectiva de desenvolvimento rural com os agricultores. Para tanto, foi necessário conjugar práticas participativas de trabalho a práticas sustentáveis de produção agroecológica, redefinindo os perfis e as relações entre extensionistas e agricultores.

Esgotada a fase de busca pela sustentabilidade e da transição agroecológica, a missão institucional da EMATER/RS – ASCAR agora está voltada ao desenvolvimento rural, pois lhe compete “promover ações de assistência técnica e social, de extensão rural, classificação e certificação, cooperando para o desenvolvimento rural”. E a ação extensionista “extrapola os limites da difusão do conhecimento técnico de produção, tornando-a um agente que atua como mobilizador, organizador, planejador e executor de atividades que busquem o desenvolvimento rural, no âmbito econômico, social e ambiental” (EMATER/RS – ASCAR, 2010).

No município de São Borja, a EMATER/RS – ASCAR atua desde 30 de dezembro de 1966, data da abertura do Escritório Municipal, e é responsável pela atuação junto às comunidades rurais no âmbito municipal. No início sob a nomenclatura de ASCAR e, atualmente, de EMATER/RS – ASCAR, a instituição é responsável pelo atendimento aos agricultores familiares, de acordo com a Lei nº 11.326, de 2006, que define a política e o perfil do agricultor familiar no país, e

também de acordo com a PNATER, assegura o direito à extensão rural pública para esse segmento no Brasil.

A atuação da EMATER/RS – ASCAR nos municípios implementa-se mediante celebração de convênio com a Prefeitura Municipal, baseando sua ação a partir da realização de diagnósticos participativos, envolvendo autoridades, lideranças e as comunidades rurais que, através de contínuas discussões, passam a delinear a priorização dos esforços institucionais na promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Também se orienta pela missão de “promover ações de assistência técnica e social, de extensão rural, classificação e certificação, cooperando no desenvolvimento rural sustentável” (EMATER/RS – ASCAR, 2007).

Em relação a São Borja é importante lembrar que no município há 1.129 propriedades rurais. Destas, 626 são estabelecimentos de agricultura familiar e 503 não familiares, distribuídos em 34 localidades rurais; 722 estabelecimentos rurais estão cadastrados na EMATER/RS – ASCAR, dos quais apenas 278 pertencem à agricultura familiar e participam ativamente de alguns dos 42 programas e/ou projetos desenvolvidos pela instituição. A outra parte é formada por estabelecimentos não familiares que solicita assistência de modo esporádico. Ainda há um grupo de 72 famílias pertencente a quatro assentamentos oriundos da reforma agrária: Cambuchim, Cristo Redentor, São Marcos e Caçacã.

Esses assentamentos, atualmente, são atendidos pela Cooperativa Prestadora de Serviços Técnicos Ltda (COPTec)⁵⁸, prestadora de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) para famílias assentadas pela Reforma Agrária, sistema implantado pelo Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA), seguindo a lógica de descentralização dos serviços de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER). Destaca-se, também, que prestam assistência técnica no município a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, sindicatos, empresas privadas e outras organizações, porém, para fins de realização

⁵⁸ A COPTec oferece serviço de assistência técnica, social e ambiental às famílias assentadas do Núcleo Operacional de São Luiz Gonzaga, ao qual pertence São Borja. Ao todo são dezoito Núcleos Operacionais trabalhando no Rio Grande do Sul, sendo a COPTec responsável por oito. Esses núcleos estão interligados através da Coordenação Central que tem a função de orientar as equipes técnicas na consolidação de um processo homogêneo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA) e Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRA) oriundos da Reforma Agrária, ou seja, promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, em 2004, iniciou o processo de implantação do projeto de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) em substituição ao Projeto Lumiar de 1997 que previa a descentralização dos serviços. Assim, a COPTec foi contratada pelo INCRA, juntamente com outras duas empresas, por meio de licitação pública e convênio.

dessa investigação será considerado o grupo de agricultores familiares atendido pela EMATER/RS – ASCAR. Ressalta-se que antes da contratação de prestadoras de serviço esses assentamentos eram atendidos pela EMATER/RS – ASCAR, sendo que o Cristo Redentor, um dos mais antigos, foi auxiliado pela instituição em sua organização e fundação da associação da localidade.

Por isso, atualmente, a EMATER/RS – ASCAR, no município, realiza um trabalho que visa melhorias para as famílias rurais e as suas organizações, promovendo e participando de ações no interior e fora da propriedade rural, como pode ser visualizado na Tabela a seguir.

Tabela 10 – Público beneficiário da ação da EMATER/RS – ASCAR em São Borja/RS, sem repetição no ano de 2010

| Unidade de Trabalho | Número | Participantes |
|--|---------------|----------------------|
| Famílias – Agricultura Familiar | 278 | 495 |
| Comunidades/localidades trabalhadas | 34 | - |
| Grupo de Produtores | 12 | 230 |
| Grupo de Mulheres | 18 | 255 |
| Conselhos Municipais com participação da Emater/RS – Ascar | 05 | - |
| Escola/Escolares vinculadas ao trabalho da Emater/RS – Ascar | 01 | 30 |

Fonte: Relatório EMATER/RS – ASCAR, 2011.

Atualmente, a equipe da EMATER/RS – ASCAR, em São Borja, está constituída pelo seguinte quadro funcional:

| Cargo e/ou função: | Nº de extensionistas |
|---|-----------------------------|
| Técnico da área social e ambiental | 02 |
| Técnico em agropecuária | 01 |
| Técnico em agropecuária - Chefe do Escritório | 01 |
| Assistente administrativo | 01 |
| Médico veterinário | 01 |
| Total | 06 |

Quadro 7 – Número de extensionistas por cargos e funções

Fonte: Elaboração da autora, 2013.

O número de profissionais oscila muito entre governos, pois o município já contou com uma equipe de catorze funcionários, porém, o corte nos recursos e a regionalização do Escritório reconfiguram o efetivo⁵⁹. É importante destacar que um dos técnicos em agropecuária desenvolve duas atribuições, pois, além do trabalho em campo, assumiu a função de chefe do escritório, respondendo por toda a parte administrativa e burocrática da unidade. Os dados relativos ao perfil e sobre os extensionistas que atualmente trabalham no escritório de São Borja serão tratar no capítulo seguinte.

Dentre as principais atividades realizadas pela equipe de técnicos destacam-se a elaboração de planejamento para agricultores familiares que trabalham com a atividade agropecuária, ou que pretendem trabalhar, e a elaboração de projetos para acesso ao crédito fundiário. Já, os técnicos em agropecuária são responsáveis pela elaboração de laudos de produção e produtividade que ficam à disposição de todos os demais escritórios da EMATER/RS – ASCAR ou no site da instituição. Além disso, a equipe planeja e desenvolve cursos; seminários; dias de campo; visitas técnicas; e ainda realiza o atendimento ao público no escritório.

Pautados pela PNATER que estabelece as orientações gerais para ATER no país, em São Borja, atualmente, estão em fase de implantação 42 programas que integrado às demais políticas públicas (educacionais, ambientais, sociais, econômicas, etc.) visam a garantir o direito ao acesso e à inclusão da população rural, dentre as quais destacam-se: a orientação para produção vegetal por meio do cultivo de diferentes culturas, e a produção de animais tanto bovino de corte quanto de leite, sendo que a produção de leite é exclusivamente para agricultores familiares.

Sobre a atividade de criação de gado para a produção de leite, no município, estão cadastrados junto a EMATER/RS – ASCAR 86 produtores de leite, sendo que 25 recebem assistência técnica da instituição, pois os produtores não dispõem de recursos financeiros para manter um técnico ou veterinário para fazer a manutenção do rebanho e da atividade em suas propriedades e que a maioria dos produtores entrega a sua produção para a empresa que coleta leite no município ou direto para

⁵⁹ Em 2010, quando se iniciou esta tese e foram realizados os primeiros contatos com a equipe de extensionistas não havia o médico veterinário. No início do ano de 2013 foi alocado um profissional que permaneceu por apenas um semestre em São Borja, sendo, então, a vaga assumida por outro que permanece até o presente momento, e por essa oscilação o profissional não foi entrevistado.

o consumidor. Além disso, a EMATER/RS – ASCAR de São Borja criou o Grupo de Integração e Troca de Experiências (GITE), composto, principalmente, pelos produtores de leite no município. O GITE realiza reuniões mensais nas propriedades dos próprios produtores. Em função da distância entre as propriedades rurais foram criados o GITE I e o GITE II, e os técnicos da EMATER/RS – ASCAR são os responsáveis pela organização das atividades dos grupos.

Dentre as atividades destacam-se, ainda, as ações de educação e promoção da saúde, ou seja, atividades complementares ao sistema de saúde, visando melhorar as condições de saúde e de vida da população do meio rural; atividades em segurança e soberania alimentar com o objetivo de orientar o público beneficiário quanto ao processo de produção, comercialização e acesso ao consumo de alimentos saudáveis e de qualidade, por meio da valorização do abastecimento local; atividades de promoção da cidadania e organização social que visam a promover o resgate da cidadania da população rural, principalmente daquelas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade, estimulando sua organização social e conhecimento de seus direitos e deveres.

Em São Borja, a EMATER/RS – ASCAR auxiliou diretamente a formação e registro de 13 associações de agricultores familiares criadas em São Borja, nos últimos anos: Mercedes, São Marcos, Timbaúva, Samburá, Ivaí, Cristo Redentor, Nhu-Porã, Agrovila Conde de Porto Alegre, Vila Brites, São João, São Miguel, Apicultores e Santos Reis; uma associação de pescadores; uma colônia de pescadores; e uma associação de produtores urbanos. Essas associações são fundamentais para a elaboração de projetos e para o acesso às políticas públicas pelos agricultores familiares.

Destacam-se, ainda, o desenvolvimento de ações para a promoção de práticas ambientais em conformidade com a legislação ambiental: de irrigação, com o objetivo de incentivar a armazenagem de água nas propriedades rurais para uso na irrigação, construindo-se açudes através do programa estadual de irrigação; atividades dirigidas aos pescadores, centradas na promoção e organização do grupo pelo associativismo, e elaboração de projetos de crédito rural. Também, sob a nova perspectiva da prática extensionista, são promovidas atividades de apoio à produção e ao desenvolvimento rural que incluem elaboração de projetos para o acesso ao crédito rural, em parceria com os agricultores familiares, como uma ação efetiva para

a formação de infraestrutura produtiva, para o aumento da produção e produtividade e para melhoria das condições de vida das famílias rurais.

Tabela 11 – Recursos disponibilizados em crédito rural pelos agentes financeiros para execução dos projetos elaborados pela EMATER/RS – ASCAR e as famílias beneficiadas de São Borja/RS, em 2010

| Agente financeiro | Nº de projetos | Valor (R\$) |
|--------------------------|-----------------------|---------------------|
| Banco do Brasil | 120 | 1.940.273,82 |
| Banrisul | 04 | 60.994,80 |
| TOTAL | 124 | 2.001.268,62 |

Fonte: Relatório EMATER/RS – ASCAR, 2011.

A EMATER/RS busca, ainda, incentivar a geração de renda não agrícola, por meio do artesanato, pois, considerando a crescente necessidade de buscar alternativas socioeconômicas no meio rural, as atividades não agrícolas passaram a assumir uma fatia cada vez maior na ocupação da mão de obra rural, principalmente da mulher. O artesanato é gerador de emprego e renda, mas antes de tudo é um componente importante que visa à saúde mental, social e cultural. A equipe da EMATER/RS – ASCAR busca, ainda, apoiar e se inserir em ações de outras instituições do município participando dos Conselhos Municipais — Conselho Municipal de Recuperação e Defesa do Meio Ambiente (CMDRMA); Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR); Conselho Municipal de Saúde (CMS); Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); Conselho Municipal do Idoso e Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Butuí e Icamaquã (CMI); e da Comissão Municipal de Estatística Agropecuária (COMEIA/IBGE).

Para realizar essas atividades e atingir um número cada vez maior de agricultores familiares os extensionistas da EMATER/RS – ASCAR empregam um conjunto de métodos tradicionalmente adotados pela Extensão Rural, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 12 – Conjunto metodológico utilizado pela EMATER/RS – ASCAR e público atingido em São Borja/RS, no ano de 2010

| Métodos/Processos | Número | Público |
|---|---------------|----------------|
| Visitas | 163 | 163 |
| Atendimento no Escritório | 420 | 420 |
| Reunião | 24 | 272 |
| Curso | 11 | 104 |
| Demonstração de Método (DM) ⁶⁰ | 52 | 369 |
| Programa de TV | - | - |
| Artigo de Jornal | - | - |
| Programa de Rádio | - | - |
| Seminário | 2 | 530 |
| Excursão | - | - |
| Unidade de Observação (UO) ⁶¹ | 1 | 2 |
| Palestras | 8 | 182 |
| Exposição e feiras ⁶² | 3 | 2.300 |
| Campanha | 1 | 45 |

Fonte: Relatório EMATER/RS – ASCAR, 2011.

Observa-se, no conjunto de métodos, que as atividades desenvolvidas pelos técnicos variam de acordo com a demanda, por isso optou-se por apresentar todas as atividades que compõem o conjunto, mesmo aquelas que não foram executadas em 2010, visando demonstrar a linearidade e o conservadorismo presente nas ações e práticas da Extensão Rural.

Constatou-se que, além dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados pela COPTec e EMATER no município, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural trabalha de modo articulado com essas instituições através de convênios firmados com o Governo Estadual e Federal, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar no município, seja através da produção leiteira, produção de hortifrutigranjeiros, entre outras atividades rurais e não-rurais (artesanato, turismo, gastronomia, etc.).

Em um município como São Borja, conhecido tradicionalmente pela grande produção de arroz, a agricultura familiar cresce verticalmente. Além disso, em

⁶⁰ É um método desenvolvido para treinamento de habilidades, consistindo na realização de demonstração de processos de trabalho passo-a-passo e posteriormente repetido pelos participantes, como forma de aprendizagem.

⁶¹ É uma unidade onde se observa o desempenho de uma nova tecnologia ou metodologia em nível de produtor.

⁶² Participação da EMATER/RS – ASCAR na Feira Internacional de Negócios Agropecuários da Fronteira Oeste do RS (FENAOESTE) promovida pelo Sindicato Rural do município.

pesquisa realizada pelos técnicos em agropecuária da EMATER/RS – ASCAR, em 2010, foi constatada a movimentação de 1,4 milhão de reais mensais relativa à comercialização de 45 itens hortigranjeiros, frutícolas e agroindustrializados, o que revela a existência de mercado consumidor da produção familiar e, conseqüentemente, o seu fortalecimento econômico, sendo, no entanto, necessária a articulação com outras políticas públicas que favoreçam o seu reconhecimento social e político.

4.1.4 As mídias em São Borja

A proposição de se refletir sobre a relação entre agricultores familiares e extensionistas em São Borja por meio do consumo e apropriação das TICs, faz com que se procure conhecer quais as ações e as políticas responsáveis por popularizar estas tecnologias no município. Embora no cenário nacional este processo de popularização das TIC tenha avançado nos últimos anos, o processo não aconteceu de modo homogêneo entre a população brasileira, urbana e rural, em função das diferenças regionais, técnicas e socioeconômicas, como será visto em São Borja.

Em São Borja, apesar de não haver estudos sobre tal realidade, principalmente quanto ao consumo e apropriação das TICs em áreas rurais, o que se observa são ações isoladas de popularização das tecnologias através de políticas e programas do Governo e do município. As ações são desenvolvidas de modo independente, ou seja, sem uma articulação ou contiguidade, mas de algum modo facilitam o uso, o acesso e até mesmo a aquisição de tais tecnologias pela população são-borjense. Assim, as ações aqui descritas foram mapeadas mediante contato com a Administração Pública do município e com empresas que atuam no setor.

Dentre as ações do Governo Federal dirigidas à popularização da internet no município pode-se destacar a implantação de um Telecentro.BR⁶³ junto à Biblioteca Municipal Getúlio Vargas, no centro do município, cujo projeto foi elaborado pela

⁶³ O Governo Federal, através do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades, popularmente conhecidos como Telecentros.BR busca apoiar à implantação de novos espaços públicos e comunitários para a inclusão digital nos municípios.

Prefeitura Municipal, no ano de 2010, e aprovado pelo Ministério das Comunicações. Com o objetivo de tornar a biblioteca um espaço com acesso gratuito à internet, incluindo as redes sociais, independente da renda ou da localidade dos usuários dos serviços, foi destinado ao local um Kit Telecentro⁶⁴. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (2013), o espaço recebeu os equipamentos em 2011, entretanto, ainda aguarda a finalização dos serviços de instalação e manutenção para, então, ser aberto para o uso da população de São Borja.

No ano seguinte, a EMATER/RS – ASCAR, em projeto elaborado em parceria com a Prefeitura Municipal, instalou outro Telecentro.BR na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa, com o objetivo de atender a Associação dos Pescadores, mas, também, toda a população do município através de cursos e capacitações para o uso de computadores e serviços de internet. Nesse caso, os recursos para execução da proposta foram captados junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e Ministério das Comunicações.

Ainda no final de 2012, a Lei municipal nº 4.644, de 27 de dezembro, através do gabinete do prefeito, instituiu o “Programa São Borja Digital” que:

Consiste na utilização da infraestrutura de fibras ópticas instaladas e as extensões futuras, de propriedade da Prefeitura Municipal, para ativação de uma rede municipal de acesso a internet banda larga, com a finalidade de interligar órgãos públicos, disponibilizar serviços públicos on-line, melhorar a eficiência da administração municipal, reduzir custos com serviços de telecomunicações, universalizar e democratizar o acesso a informação e comunicação em tempo real para a toda a população e fomentar o desenvolvimento social, cultural, educacional e econômico sustentável de todos os setores da sociedade (Art.1º).

Esse programa foi elaborado e encaminhado no ano de 2011 ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), via edital específico para a inclusão digital, na modalidade de infraestrutura para concepção das Cidades Digitais⁶⁵. Entretanto,

⁶⁴ O kit é composto por equipamentos de informática como um servidor de Telecentro; dez estações de trabalho; onze estabilizadores; um roteador wireless; uma impressora a laser; e uma câmera para monitoramento remoto, por equipamento de audiovisual, no caso um projeto de multimídia; e por mobiliário (21 cadeiras; uma mesa do professor; um armário, 11 mesas para computador; e uma mesa para impressora). E ainda o Programa destina recursos para manutenção dos locais e da concessão de bolsas para monitores, responsável por atender ao público e ser um agente de inclusão digital na comunidade.

⁶⁵ É um dos programas de inclusão digital desenvolvidos pelo Ministério das Comunicações que tem como objetivo modernizar a gestão e o acesso público aos serviços públicos municipais. Inclui a implantação de aplicativos de e-gov nas áreas financeira, de tributação, educação e saúde, bem como a capacitação dos servidores municipais para o uso e gestão da rede e a oferta de pontos de acesso à internet para uso livre e gratuito em espaços públicos de grande circulação, como praças, parques e rodoviárias. E o MCTI fomenta os projetos nas linhas de infraestrutura para

por questões burocráticas e pela necessidade de implementar ações dirigidas à inclusão social e digital no município, a administração optou por criar as condições jurídicas e orçamentárias para captar recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento e utilizar a infraestrutura tecnológica já disponível no município — mais de 30 quilômetros de ruas e avenidas empregadas no Projeto de Vídeo Monitoramento do município, como apresentado na figura a seguir.

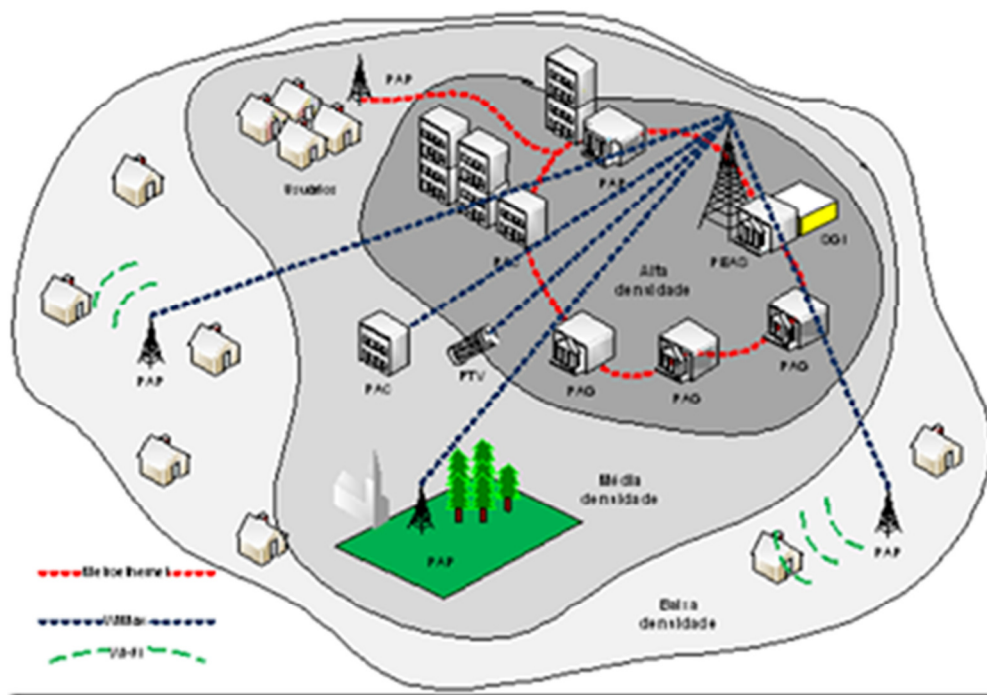


Figura 4 – Croqui da abrangência do Programa São Borja Digital⁶⁶

Fonte: Prefeitura Municipal de São Borja, 2013.

Diante na necessidade de sua ampliação, por meio de várias ações, o programa foi elaborado de acordo com os principais princípios norteadores das políticas públicas federais e estaduais de inclusão e governança digital, visando a democratização e a universalização do acesso; a melhoria da eficiência administrativa e tributária; disponibilização de serviços públicos via internet;

Cidade Digital, de informatização de escolas públicas e implantação de Telecentros, numa perspectiva de inclusão social e digital.

⁶⁶ Croqui publicado pela Prefeitura Municipal de São Borja em conformidade com a Lei Municipal nº 4.644, que institui o programa “São Borja Digital” no município. Disponível em: <http://www.saaborja.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1812%3Asao-borja-tera-cidade-digital&catid=65&Itemid=1315>. Acesso em: 15 jul. 2013.

utilização de softwares livres; formação e qualificação dos servidores, gestores, agentes públicos e da população, e disponibilização de pontos de acesso público.

Uma das primeiras ações do Programa foram os pontos de acesso livre à internet, localizados em alguns pontos de grande circulação de pessoas na zona urbana do município — Praça da Lagoa, Parque General Vargas, Cais do Porto, Parada Cultural (ponto central de ônibus). E conforme previsto na Lei nº 4.644, no Artigo 2º, que trata da formalização de parcerias, juntamente com a empresa GPS Net, através do projeto “Pontos de conectividade livre”, a população tem acesso gratuito à internet no Auto Posto Missioneiro e Estádio Municipal Vicente Goulart.

Outro fator a ser considerado foi a implantação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), em 2007, e do Instituto Federal Farroupilha (IFF), em 2008, no município, os quais, através de cursos de curta duração e de projetos de extensão e intervenção na comunidade, oferecem curso de capacitação e formação para uso e acesso à internet, em uma perspectiva educativa, e também inclusiva.

Esses cursos e projetos são desenvolvidos com recursos do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura Municipal e com o apoio de empresas e instituições do município, e visam beneficiar, principalmente, as populações em situação vulnerável, por exemplo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)⁶⁷ e o PROJOVEM Trabalhador⁶⁸. Entretanto, a maioria dessas ações não chega a se estender para as áreas rurais, limitando-se às zonas urbanas, sendo, então, disponibilizado transporte para o deslocamento do jovem da zona rural para participar dos programas.

Do que foi exposto observa-se que há um esforço do município, seja através do poder público municipal ou pela organização da própria comunidade, em desenvolver projetos e programas voltados ao uso e ao acesso às tecnologias,

⁶⁷ Criado em 2011, pelo Ministério da Educação, teve início, em São Borja, no ano seguinte, por meio da parceria entre a Prefeitura Municipal, UNIPAMPA, IFF, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), sendo as três últimas instituições responsáveis pelos cursos e capacitações em diversas áreas para jovens com, no mínimo, 16 anos, cadastrados no CAD Único, no Bolsa Família ou que esteja recebendo seguro-desemprego.

⁶⁸ O PROJOVEM foi criado em 2005 pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Trabalho e Emprego (MTE), da Educação (MEC), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), estando subdividido em Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador e Projovem Campo – Saberes da Terra. Em São Borja, o Projovem Trabalhador teve início em 2011, com o objetivo de preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Embora o programa tenha o Projovem Campo – Saberes da Terra, em São Borja não foi identificada nenhuma ação desse Programa até o momento.

visando a inclusão digital e social da população: para os jovens — para além das escolas; e entre os adultos — para além do espaço de trabalho. Entretanto, nas áreas rurais essa realidade não se reproduz. Para que isso ocorra, é necessário o deslocamento e, muitas vezes, o investimento por parte dos indivíduos para cursos de formação ou utilização dessas tecnologias. Isto porque o município não conta com Telecentros, Territórios Digitais ou Casas Digitais no meio rural, conforme previsto pelas ações de inclusão digital em implantação pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário desde 2008, ou de qualquer outro Ministério (da Ciência, Tecnologia e Inovação ou das Comunicações).

Com o objetivo de ilustrar a realidade dos meios de comunicação e seus veículos, aos quais a população são-borjense tem acesso, foi elaborado um quadro-resumo, apresentado a seguir, além dos veículos, como jornais e revistas estaduais e nacionais que circulam no município.

É importante ressaltar que até o presente momento não foram encontrados estudos de mensuração do acesso a esses meios, principalmente as TICs, entre a população rural de São Borja/RS. Lembra-se, ainda, que para esta investigação interessa compreender a interação entre extensionistas e agricultores familiares através das novas TICs (telefonia móvel tipo celular e internet).

| Tipo: | Referências: |
|---|--|
| Jornal impresso e/ou on-line em São Borja | Folha de São Borja (Empresa Andres Ed. Jornalística Ltda) (impresso e on-line) A Folha Regional (Empresa Folha Regional Ltda) (impresso) |
| Revista produzida em São Borja | Revista Pampas Revista Jornal da Mulher |
| Emissora de Rádio do município de São Borja | Fronteira FM (Comercial – 97.1) Cultura AM (Comercial – 1260 Khz/ZYK204) Rádio Butuí FM (Comunitária - 87.9) Navegantes FM (Comunitária – 89.7) Rádio Ipê FM (Comunitária) 107.7 |
| Emissora de TV aberta | Record RS (Rede Record – VHF) – Porto Alegre Band RS (Rede Bandeirantes – VHF) – Porto Alegre RBS TV (Rede Brasil Sul/Globo – VHF) - Uruguaiana SBT RS (SBT – VHF) – Porto Alegre |

continua

| | |
|------------------------|---|
| Internet ⁶⁹ | A garantia de acesso ocorre pelas seguintes empresas: sinal de banda-larga (Oi), sinal via rádio; sinal de internet 3G (Claro, Vivo, Oi e Tim). Provedor de internet de empresas municipais privadas: GPS Net e Cia Com. |
| Telefonia Móvel | Cobertura pelas seguintes empresas: Claro, Vivo, Oi e Tim |

Quadro 8 – Resumo dos meios de comunicação disponíveis à população em São Borja/RS

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Considerando-se a proximidade com o município de Santo Tomé, na Argentina, em São Borja a população tem acesso, ainda, aos seguintes veículos de comunicação existentes no referido município, conforme quadro-resumo a seguir. Ressalta-se, no entanto, que até o presente momento não há estudos de mensuração do acesso a esses meios, entre a população rural de São Borja.

| Tipo: | Referências: |
|------------------------------|--|
| Jornal Impresso e/ou on-line | Não tem veículo local, apenas das Províncias de Corrientes e principalmente de Posadas, capital da província de Misiones pela proximidade de Santo Tomé: Primera Edición (impresso e on-line) El Territorio (impresso e on-line) Misiones on-line (impresso e on-line) Noticias de la calle (on-line) La prensa Misiones (on-line) Tu misiones (on-line) Diario Digital – FM Estilo (on-line) Línea Capital (on-line) |
| Revista | Idem jornal impresso. |
| Emissora de Rádio | Alternativa FM (102.7) Bunker FM (99.9) Genesis FM (91.7) Gospel Santo Tomé FM (99.3) Integración FM (96.1) Ipê FM (107.7) - Brasileira La Disco FM (107.1) La Radio FM (103.3) Liberdad FM (105.5) Lider FM (101.5) |

continua

⁶⁹ Destaca-se, contudo, que a disponibilidade de acesso à internet no município é bastante deficitária, sendo que o cabeamento de fibra ótica que garantiria mais rapidez ao sinal ainda está em fase de ampliação.

| | |
|-----------------------|--|
| | Maria FM (97.9) Mercosur FM (89.5) Plenitud FM (90.9) Nuevo Horizonte FM (95.1) Sol FM (92.7) Urbana FM (94.5) |
| Emissora de TV aberta | STV Canal 7 TV Publica Canal 10 (repetidora) La Hermandad (Canal Privado Local) |
| Internet | A garantia de acesso ocorre pelas seguintes empresas: sinal de banda-larga (Telefonica), sinal via rádio; sinal de internet 3G (Claro, Movistar e Personal). |
| Telefonia Móvel | Cobertura pelas seguintes empresas: Claro, Movistar, Personal e Telefonica. |

Quadro 9 – Resumo dos meios de comunicação de Santo Tomé na Argentina, disponíveis à população de São Borja/RS

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Apesar das deficiências, a falta de acesso às tecnologias não se explica apenas por uma questão econômica, mas, também, técnica — a distância do município inviabiliza a instalação de tais tecnologias—, e também burocrática — os projetos e recursos via programas federais de inclusão digital e social tendem a ser morosos e, principalmente, desarticulados entre si. Em relação a este estudo, ressalta-se que não se pretendeu identificar outras iniciativas, pois a maioria das ações se concentram na zona urbana do município, e nas áreas rurais esse tipo de ação é inexistente, sendo necessário o deslocamento da população rural para ter acesso a esses projetos e programas.

5 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA INTERPRETAÇÃO E ANÁLISES DO ESTUDO

“Muniz tem sido um farol abrindo clarões na escuridão do nosso pensamento”

Juremir Machado da Silva

Ao se considerar a necessidade de por em evidência a base conceitual dos principais eixos norteadores desta tese, apresentam-se, neste capítulo, algumas abordagens sem a pretensão de esgotá-las, mas com a intenção de construir um suporte e um caminho para interpretação e análise. Inicialmente, expõem-se algumas concepções sobre desenvolvimento rural, seus atores sociais e agentes, e, a seguir, a noção de consumo e apropriação das TICs. Por fim, apresenta-se um quadro-síntese das categorias operacionais desta investigação e um esquema para interpretá-las e analisá-las.

5.1 Das noções de desenvolvimento ao desenvolvimento rural como estratégia

Embora haja várias concepções sobre o termo desenvolvimento, compreendê-lo a partir de uma teoria de/do desenvolvimento requer situar o contexto a ser considerado. Se, no debate clássico do século XVIII dos arautos Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e tantos outros havia visões distintas sobre um mesmo cenário, na contemporaneidade as noções de desenvolvimento são diversas diante do universo de conceitos e realidades complexas que buscam aclarar ou encontrar as explicações. Esse fato justifica a necessidade de se fazer alguns recortes e opções para se alcançar uma noção de desenvolvimento rural, um dos eixos desta tese, uma vez que se reconhece os diferentes enfoques teóricos sobre o tema. Por isso, busca-se noções centradas nos indivíduos que permitam a reflexão sobre a apropriação das TICs pelos atores sociais investigados, bem como a compreensão deste processo como uma dimensão do desenvolvimento rural.

Para se abordar a questão do desenvolvimento rural, no Brasil, segundo Navarro (2001), é preciso considerar os dois grandes momentos em que a noção de desenvolvimento ocupou um espaço de singularidade histórica, constituindo-se em um projeto do Estado, mas também envolvendo os grupos sociais interessados na mudança social oriunda dessas noções. O primeiro momento ocorreu nos anos seguintes a Segunda Guerra Mundial, quando a possibilidade de desenvolvimento se polarizou na sociedade, e foi “inevitável que o desenvolvimento rural, como subtema imediatamente derivado, fosse igualmente um dos motores das políticas governamentais e dos interesses sociais” (p. 83).

De acordo com Delgado (2004), a forte influência do pensamento funcionalista-norte-americano determinou a compreensão sobre desenvolvimento, reduzindo-a ao papel da agricultura pelo viés econômico. O conservadorismo, à época, partia do princípio de que a agricultura possuía cinco funções: liberar mão de obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; e transferir renda real para o setor urbano. Sendo que o não atendimento destas funções apontava para problemas no setor agrícola.

Durante décadas a noção de desenvolvimento rural esteve associada às ações do Estado e ao financiamento dos órgãos externos para o desenvolvimento nacional. Para Navarro (2010), a interpretação do conceito foi moldada de acordo com os interesses do pensamento dominante à época, pois, no Brasil, durante o regime militar, Políticas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) foram implantadas nas regiões Norte e Nordeste, como ações de desenvolvimento rural, pois no restante do país predominava o modelo de modernização agrícola. E o autor conclui:

Em tal contexto, a transformação social e econômica – e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres – foi entendida como o resultado ‘natural’ do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, ‘desenvolvimento rural’ (NAVARRO, 2001, p. 84).

O segundo momento ocorre nos anos 1990, e, de acordo Navarro (2001, p. 85), a noção de desenvolvimento rural ressurgiu, marcada pela “percepção acerca da aparente impossibilidade de desenvolvimento, ou pelo menos, suas imensas

dificuldades de materialização”, impulsionada por uma inquietude social e política, agora em escala global. Em ambos os momentos Navarro observa que “inscrito nas agendas sociais, o tema do ‘desenvolvimento’ adentrou o campo da política e, assim, passou a permear e a determinar as expectativas e o jogo das disputas sociais” (2001, p. 83).

Schneider (2010) argumenta que falar sobre desenvolvimento rural implica analisar o contexto histórico no qual o debate emerge, e reconhecer alguns “elementos políticos, sociais e econômicos que estão na sua raiz” (p. 511), pois, no Brasil, somente nos anos de 1990 mudou-se radicalmente a abordagem sobre o desenvolvimento rural, e o *tema* ganhou espaço e projeção no âmbito das políticas e enfoques teóricos sobre desenvolvimento — até então ligado ao projeto do governo de desenvolvimento das regiões rurais pobres do país.

Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas. Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros (SCHNEIDER, p. 512).

Esse período foi marcado pelos reflexos da crise econômica dos anos anteriores, pela abertura econômica, pela redemocratização e pela descentralização política e financeira⁷⁰, conforme previsto na Constituição de 1988. Além disso, retomam o debate os grupos e movimentos sociais até então silenciados pelo regime político, a noção de sustentabilidade ambiental torna-se tema da Confederação da ONU e a agenda do desenvolvimento a abarca, e esse conjunto de fatores se constitui em diversas vertentes de interpretação como novas possibilidades para a mudança social (SCHNEIDER, 2010).

No contexto do desenvolvimento rural brasileiro, Schneider (2010) ainda destaca fatores que reascenderam o debate sobre o desenvolvimento rural, entre os quais o reconhecimento da agricultura familiar pelo seu potencial produtivo, econômico e social; a retomada da intervenção do Estado no meio rural através de políticas de apoio como o PRONAF e, mais adiante, a criação do MDA; mudanças

⁷⁰ Um exemplo de descentralização política e financeira é “que os municípios passam a ser ‘entes federados’ e, portanto, responsáveis pela execução de boa parte das políticas públicas (saúde, educação, segurança)” (SCHNEIDER, 2010, p. 513).

políticas e ideológicas em que a noção de desenvolvimento rural surgia como alternativa e oposição à noção de agronegócio; e, por fim, o tema da sustentabilidade ambiental, indicando a necessidade de se pensar em um modelo de agricultura sustentável.

Hodiernamente, os enfoques de desenvolvimento rural que emergem desses aspectos apontados por Schneider, incidem em diversas abordagens, na tentativa de explicar ou buscar explicações para os fenômenos sociais do campo. Cita-se, como exemplo, a perspectiva de José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay que estudam a agricultura familiar e “consideram [os agricultores] como ‘empreendedores’, sendo a sua capacidade de inovação uma característica herdada do seu antepassado camponês” (SCHNEIDER, 2010, p. 519). E a noção de José Graziano da Silva que destaca o surgimento de um *novo rural*, fruto da modernização agrícola, atualmente estruturado sobre novas bases econômica e geográfica, no qual ele identifica o potencial pluriativo⁷¹ dos indivíduos. E, ainda, a noção de desenvolvimento rural, em uma linha da agroindústria, a partir da inserção dos agricultores familiares no mercado de produção agroalimentar, estudada por Wilkinson (2006, apud SCHNEIDER, 2010).

Há, ainda, entre outros, os estudos de Navarro (2001), que entende o desenvolvimento rural como uma forma de impulso à emancipação dos indivíduos, através da sua participação no processo. Assim, o autor faz questão de aclarar o que entende por desenvolvimento rural, considerando a relação que se estabeleceu historicamente com outros conceitos: desenvolvimento agrário (se refere às condições de produção agrícola e/ ou agropecuária); desenvolvimento agrícola (refere-se à compreensão da sociedade rural e das suas relações com a sociedade maior); desenvolvimento rural (no contexto político de 1970, que tem o Estado como principal agente condutor da mudança); desenvolvimento rural sustentável (seguindo a linha do desenvolvimento sustentável); desenvolvimento local (decorrente do crescimento das ONGs que levaram a uma ação local e à descentralização do poder do Estado), pois, “as fronteiras entre as expressões mencionadas não são inteiramente segmentadas e seus significados se interpenetram” (2001, p. 90).

⁷¹ A pluriatividade se caracteriza pela combinação de mais de uma atividade agrícola ou não como fonte de renda das famílias de agricultores reconfigurando o meio o rural. Schneider afirma que “O semblante deste novo rural seriam a famílias pluriativas, que são aquelas que combinam atividades agrícolas e não agrícolas e promovem a integração intersetorial (agricultura com comércio e serviços) e interespaial (rural com urbano)” (2010, p. 521).

Navarro (2001) destaca que a embora noção de agricultura familiar seja entendida como protagonista do desenvolvimento rural contemporâneo, ela enfrenta limitações ao se posicionar no processo, requerendo uma revisão política e ideológica. Além disso, ao se pensar uma estratégia de desenvolvimento rural deve-se levar em conta a análise profunda no âmbito da região ou país, em função da existência de barreiras: diversidade do mundo rural; heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais; sustentabilidade, etc.

Tudo isso, segundo o autor, implicaria consolidação de um Estado democrático, sem reproduzir o modelo normativo ou financeiro da década de 1970; distribuição equilibrada de recursos para o mundo rural e urbano; consolidação de uma estratégia de desenvolvimento rural com prioridade ambiental; e inovação na gestão pública, ampliando a participação e o controle social sobre os fundos públicos. O desenvolvimento rural, na percepção de Navarro, não recobre apenas famílias, produção, ou interações sociais no campo, “mas necessariamente abarca mudanças em diversas esferas da vida social, as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, pode estender-se para horizontes territoriais mais extensos, como provavelmente ocorrerá em curto prazo” (2001, p. 97).

Em outros termos, Kageiama (2004), ao falar sobre o desenvolvimento rural aborda três enfoques: o do desenvolvimento exógeno (no qual o processo é imposto a determinadas regiões); o do desenvolvimento endógeno (o processo tem como base os recursos, as instituições e os atores sociais); e a articulação de ambos, no qual o desenvolvimento rural consiste na “combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões” (p. 384).

Diante dessas noções, o desenvolvimento rural pode ser compreendido como um processo que demanda a organização social, mas também o reconhecimento das peculiaridades do campo como estratégia para a mudança social. Para Ploeg; Long; Banks (2002), esse desenvolvimento é multifacetado e requer uma estratégia capaz de reconhecer os diversos ‘estilos de agricultura’ e formas de vivência, articulando inovações e modelos de produção existentes na agricultura, e, ainda, considerando a multiplicidade e heterogeneidade de realidades. Assim, uma ação para o desenvolvimento rural, nesse sentido, reivindica a participação dos atores sociais (NAVARRO, 2001).

Deponti (2010) afirma que o desenvolvimento rural tem como objetivo:

Criar um ambiente em que as pessoas possam desfrutar de qualidade de vida e de sustentabilidade de recursos, incluindo e integrando as dimensões econômicas, política, ambiental, sociocultural. No entanto, o desenvolvimento é um processo com resultados inesperados, dependendo das inter-relações entre os atores envolvidos (DEPONTI, 2010, p. 54).

Diante do debate, o que fica evidente é a trajetória histórica do desenvolvimento rural do Brasil que aponta para a necessidade uma estratégia capaz de dar conta da complexidade, heterogeneidade e diversidade do 'mundo rural'. Para que isso aconteça é necessário o comprometimento do Estado, do setor produtivo e a participação dos atores no processo de modo articulado com outras esferas. Portanto, neste estudo, pretende-se analisar este processo pelo viés da comunicação e das novas tecnologias a partir da compreensão dos indivíduos enquanto atores do desenvolvimento rural.

5.2 Atores do desenvolvimento rural

Os estudos sobre desenvolvimento rural atualmente dedicam certa atenção à análise dos atores sociais do campo, principalmente reconhecendo o agricultor familiar não mais como integrante de uma categoria, mas um ator inserido e ativo no processo. Desta forma, apresenta-se a seguir algumas noções sobre os atores sociais, uma vez em que esta pesquisa tem como base a compreensão dos indivíduos, e como as TICs estão inscritas na sua realidade e nas suas ações, uma vez que integradas ao seu cotidiano.

Durante muito tempo os agricultores ocuparam um lugar residual, eram simples "receptores" das políticas e ações do Estado para o desenvolvimento, nos modelos anteriores que, na América Latina, por exemplo, suscitaram muitas críticas em relação ao espaço que lhes era destinado, e até então denominados camponeses, na modernização da sociedade. Em resposta a essa realidade emergiram diversas análises sobre o desenvolvimento com enfoque no indivíduo,

“como agentes de su propio entendimiento y saber”⁷² (PEREZ, 2003, p. 124). Arturo Escobar argumenta que:

*Los proyectos y programas de desarrollo gubernamentales y el conocimiento dominante son resistidos, negociados, reelaborados y subvertidos en las comunidades beneficiarias, de tal manera que los usuarios – en un acto de contradesarrollo – los incorporan y apropian no al pie de la letra sino bajo el criterio de que adquieren un significado y una racionalidad distintos en su cultura y en su territorio a partir de la producción de su propio conocimiento*⁷³ (apud PEREZ, 2003, p. 124).

A perspectiva do desenvolvimento a partir do indivíduo na condição de agente, também foi estudada por Amartya Sen (2000) que analisou a inter-relação entre as políticas sociais, as escolhas públicas e a liberdade individual. Assim, o autor fala em agente referindo-se ao indivíduo que, historicamente, ocupou um lugar de ser passivo no contexto das políticas públicas, mas que passou a ser reconhecido como ativo, com potencial e capacidade para decidir sobre a sua vida e atuar coletivamente. Para sem, o desenvolvimento é um processo de expansão da liberdade individual a partir do fomento das capacidades individuais, de tal maneira que venha a satisfazer suas necessidades, ou seja, o desenvolvimento é um meio para que o indivíduo atinja a liberdade na condição de agente.

Em decorrência dessas abordagens citadas e outras, no que tange ao debate sobre desenvolvimento rural, os agricultores familiares passaram a ocupar a posição de atores sociais no processo. No entendimento de Schneider e Gazolla (2011), no Brasil já não cabe mais discutir a legitimidade do papel social exercido pelos agricultores familiares porque eles já participam econômica e politicamente do processo de mudança social; são atores sociais dotados de capacidades individuais e/ou coletivas para administrar a sua realidade, considerando-se as adversidades e as oportunidades do seu contexto.

Ser ator não é um atributo inerente, mas uma condição social que se conquista por meio de relações e interações sociais à medida que os indivíduos ou grupos adquirem e/ou constroem agência, que consiste no desenvolvimento e mobilização de recursos, capacidades e formulações de

⁷² “Como agentes de seu próprio entendimento e saber” (PEREZ, 2003, p. 124, tradução nossa).

⁷³ Os projetos e programas de desenvolvimento governamentais e o conhecimento dominante são resistidos, negociados, reelaborados e subvertidos nas comunidades beneficiárias, de maneira que os usuários – em um ato de contra desenvolvimento – os incorporam e apropriam não ao pé da letra mas sob o critério de que adquirem um significado e uma racionalidade diferentes em sua cultura e em seu território a partir da produção de seu próprio conhecimento (apud PEREZ, 2003, p. 124, tradução nossa).

estratégias que permitem 'fazer diferente' em face de situações contingentes e estruturais (SCHNEIDER, 2011, p. 12).

Assim sendo, os atores sociais são indivíduos sociais ativos, dotados de capacidade de agência, que consiste em ação ou reação frente as mais diversas situações do seu cotidiano. A “agência humana”, conforme se referem Schneider e Gazolla (2011), é a capacidade ou a possibilidade de agir, não é um lugar, mas a ação propriamente dita. Essa noção de ator no contexto do desenvolvimento rural foi elaborada a partir de Norman Long que afirma que a agência “atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida, ainda que sob as formas mais extremas de coerção. Nos limites da informação, incerteza ou outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas)” (2007, p. 48). Mas é importante ressaltar que é Giddens (2009), ao apresentar os elementos de uma teoria da estruturação, quem define a agência⁷⁴ humana, ou seja, a capacidade de conhecer e fazer do indivíduo. E considerando-se que os atores sociais constituem-se em um dos eixos desta tese, a sua concepção será aprofundada, a qual deu origem às noções empregadas no desenvolvimento rural.

De acordo com Giddens o conceito de atores e agentes, ambos aplicados como sinônimos, “tem como aspecto inerente do que fazem, a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem” (2009, p. XXV). Segundo o autor:

As capacidades reflexivas do ator humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, no fluxo da conduta cotidiana, nos contextos da atividade social. Mas a reflexividade opera apenas parcialmente num nível discursivo. O que os agentes sabem acerca do que fazem e de por que fazem – sua cognoscitividade *como* agentes – está largamente contido na consciência prática. Esta consiste em todas as coisas que os atores conhecem tacitamente sobre como ‘continuar’ nos contextos da vida social sem serem capazes de lhes dar uma expressão discursiva direta (2009, p. XXV, grifo do autor).

⁷⁴ De acordo com Monsma, “a Teoria da Agência originou-se na Economia, e as versões sociológicas da teoria baseiam-se nas mesmas pressuposições adotadas pela maioria dos economistas. Esta abordagem geral, denominada ‘escolha racional’, pressupõe que, do leque de ações possíveis numa situação dada, as pessoas escolham racionalmente aquelas que maximizam as chances de conseguir suas metas e realizar seus projetos. A escolha racional não focaliza as origens dos desejos e das preferências dos atores, considerados ou universais (como os desejos de sobrevivência, segurança, riqueza, poder, prestígio, etc.), ou produtos de processos sociais e culturais exógenos à análise, mas pressupõe que suas preferências – sejam elas quais forem – são estáveis e ordenadas hierarquicamente. Não importa de onde vêm os objetivos das pessoas, uma vez que conhecemos (ou pressupomos) as metas dos atores, podemos elaborar modelos descrevendo as estratégias mais racionais para a sua realização em contextos variados” (MONSMA, 2000, p. 84).

Dessa forma, as atividades sociais humanas são recursivas, ou seja, não são criadas novas atividades, mas recriadas como forma de expressão dos atores em seus contextos, o que Giddens (2009) denomina de “regras da vida social” que tem origem na prática rotineira⁷⁵ e se aplicam, de modo generalizado, a situações semelhantes do cotidiano⁷⁶, de modo rotineiro. Além disso, se constituem em regras que se encontram alocadas na “consciência prática” do indivíduo, separadas por uma linha tênue da “consciência discursiva” que consiste em pensamentos elaborados com palavras e conceitos.

Assim, os indivíduos têm a intenção e a noção das práticas que exercem, e enquanto agentes são reflexivos, o que significa que apresentam condições de refletir sobre suas escolhas, de modo que a “reflexividade não deve ser entendida meramente como autoconsciência, mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social” (GIDDENS, 2009, p. 03). Os atores expressam essas intenções e noções, porém, através de suas práticas.

A agência é a capacidade de realizar alguma coisa por meio de uma ação, sendo esta um processo contínuo e não estático. A agência não se circunscreve na intenção do indivíduo de fazer algo, porque ele tanto pode fazer algo sobre o qual não tem a intenção de fazê-lo, ou poder fazer algo por meio de outro indivíduo, pela sua capacidade de monitorização reflexiva. O monitoramento reflexivo é o controle que os indivíduos exercem sobre o que executam, esperando dos demais a mesma conduta (GIDDENS, 2009).

A agência, segundo Giddens (2009), é o “fazer” do indivíduo, ainda que não necessariamente este seja o responsável pela execução do ato. Conforme já mencionado, é possível que o seu ato seja realizado por meio do ato de outro indivíduo. “Ser agente é ser capaz de exibir (cronicamente, no fluxo da vida cotidiana) uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros” (p. 17). Assim, sendo ato não intencional pode ser separado das consequências da ação, considerando-se que intencional é “o que caracteriza um

⁷⁵ E a rotina, segundo o autor, é tudo o que é feito habitualmente, “constitui um elemento básico da atividade social cotidiana... a rotinização é vital para os mecanismos psicológicos por meio dos quais um senso de confiança ou segurança é sustentado nas atividades cotidianas da vida social” (GIDDENS, 2009, p. XXV).

⁷⁶ Para Giddens “o termo ‘cotidiano’ condensa exatamente o caráter rotinizado que a vida social adquire à medida que se estende no tempo e no espaço. A natureza repetitiva de atividades empreendidas de maneira idêntica dia após dia é a base material do que eu chamo de ‘caráter recursivo’ da vida social (...designa a recriação constante das propriedades estruturadas da atividade social – a partir dos próprios recursos que as constituem)” (2009, p. XXV, grifo do autor).

ato que seu perpetrador sabe, ou acredita, que terá uma determinada qualidade ou desfecho e no qual este conhecimento é utilizado pelo autor para obter essa qualidade ou desfecho” (p. 12). De acordo com a teoria da agência tem-se, então, que separar o agente que faz, das pretensões, das intencionalidades e consequências:

Quanto mais as consequências de um ato de distanciam no tempo e no espaço no contexto original deste ato, menos provável é que as consequências sejam intencionais – mas isso, evidentemente, é influenciado pelo alcance da cognoscitividade que os atores possuem [...] e pelo poder que são capazes de mobilizar (GIDDENS, 2009, p. 13).

Dessa forma, ator e agente são termos com sentido aproximado, empregados para se referir a esses indivíduos dotados de capacidades e oportunidades individuais e/ou coletivas para gerenciar a sua própria vida, considerando o contexto em que vivem. Deponti (2010) conclui que a noção de agência “apresenta, importância estratégica, para compreender o significado das redes sociais, garantir informação, formar opiniões, legitimar pontos de vista e, assim, gerar diferentes relações de poder”. Assim, porque compreendem o que fazem e enquanto fazem sabem como conduzir o processo, e, embora não tenham condições de explicar ou conceituar os atores sociais apresentam condições de resolver e enfrentar as adversidades do seu cotidiano à sua maneira.

Long e Ploeg (2011) abordam a noção de agência, com base em Giddens, no processo de desenvolvimento de uma perspectiva orientada para o ator, e ressaltam que essa não é uma propriedade do ator individual.

A agência, a qual se manifesta quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas. Por conseguinte, a agência requer capacidades de organização e não é simplesmente o resultado de certas capacidades cognitivas, poderes persuasivos ou formas de carisma que um indivíduo possa ter (LONG; PLOEG, p. 26).

O ator individual precisa, portanto, ter capacidade para influenciar e emitir uma ordem que seja aceita pelo outro. “Ações de uma cadeia de acontecimentos, que cada um traduz de acordo com seus próprios projetos... e o poder é composto, aqui e agora, pela associação de muitos atores em um dado esquema político e social” (Latour, apud LONG; PLOEG, 2011). Assim, a agência depende da formação de uma rede de atores sociais que se envolvem nesses projetos, ainda que de modo

parcial, porque não são os seus. E, ainda, “requer a geração/manipulação estratégica de uma rede de relações sociais e a canalização de itens específicos (como reivindicações, ordens, bens, instrumentos e informação) através de certos pontos fundamentais de interação” (LONG; PLOEG, 2011). Dessa forma, é possível pensar a agência como estratégia para a promoção do desenvolvimento pelos atores sociais.

5.3 Noções de consumo e de apropriação das TICs

A partir das noções de desenvolvimento rural como um processo que envolve várias dimensões, e nas quais indivíduos, enquanto agentes atuam orientados por seus interesses, parte-se para a compressão dos conceitos de consumo e apropriação das TICs, uma vez que considera-se estes, aspectos relevantes na perspectiva da comunicação alternativa para o desenvolvimento na contemporaneidade, conforme definição de Beltrán (2005).

As relações entre o consumo das TICs e a sua apropriação constitui o terceiro eixo de interpretação desta tese, que serão as condutoras no processo de análise. Conforme se discorreu no terceiro capítulo, a presença dos meios de comunicação alterou o cotidiano dos indivíduos, integrando-se ao seu contexto e à sua rotina, e, ambos – meios e indivíduos – alteraram o processo de recepção dos conteúdos e formas simbólicas transmitidos, resultando em uma relação que vai além do consumo, gerada pela apropriação dessas tecnologias e seu conteúdos.

Para Canclini (2006), o consumo pode ser compreendido como uma possibilidade e uma forma de exercício da cidadania na sociedade contemporânea. A fragmentação política e o enfraquecimento do Estado suscitam outros modos de participação que emergem da ação do indivíduo no sentido de identificar seu lugar e seus direitos, o que passa a acontecer muito mais através do consumo privado de bens e pelos meios de comunicação do que por qualquer outra instância que o represente.

Embora não se possa esquecer que o consumo, principalmente no período de industrialização e modernização, da América Latina, por exemplo, foi entendido pela capacidade de aquisição de bens, como disse Martín-Barbero (2006a), em um

projeto de aceleração e sustentação de desenvolvimento da sociedade. Foi o que aconteceu na agricultura, com a mecanização da atividade produtiva e através do consumo de tecnologias, consideradas sinônimo de um desenvolvimento e condutoras de interesses econômicos velados. “O valor simbólico de consumir ‘o nosso’ era sustentado por uma racionalidade econômica” (CANCLINI, 2006, p. 31).

Pensar sobre o consumo como um ato de cidadania, implica desconstruir ideias equivocadas, como as de que os meios de comunicação manipulam os indivíduos e que o mercado também o faz. Canclini (2006, p. 35) afirma que “quando selecionamos os bens e nos apropriamos deles, definimos o que consideramos publicamente valiosos, bem como os modos de nos integrarmos e nos distinguirmos na sociedade, de combinarmos o pragmático e o aprazível”. Além disso, segundo o autor, a cidadania não pode mais ser reduzida ao acesso aos direitos reconhecidos pelo Estado, mas compreendida pelas práticas sociais e culturais dos indivíduos que dão sentido a sua vida. Nesse contexto é que se inscrevem os meios de comunicação:

Que fizeram irromper as massas populares na esfera pública e foram descolando o desempenho da cidadania em direção às práticas de consumo. Foram estabelecidas outras maneiras de se informar, de entender as comunidades a que se pertence, de conceber e exercer os direitos (2006, p. 38–39).

O consumo dos meios de comunicação incidem em um processo complexo, que requer, segundo Canclini (2006), uma conceituação global do consumo capaz de fazer essa leitura, considerando os processos de comunicação e recepção de bens simbólicos. O autor apresenta três leituras sobre o consumo. Na primeira, o consumo seria “o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e o uso⁷⁷ dos produtos” (p. 60), em uma lógica da racionalidade econômica. Na segunda, conforme Castells, “é um lugar onde conflitos entre classes, originados pela desigualdade de participação na estrutura produtiva, ganham continuidade em relação à distribuição e à apropriação dos bens” (apud CANCLINI, 2006, p. 61), sob a perspectiva da racionalidade sociopolítica interativa.

⁷⁷ Os estudos sobre *uso* das TICs iniciaram na França, na década de 1980, a partir das análises sociológicas que descrevem o que as pessoas fazem com os objetos técnicos, ou seja, com as mídias em seu cotidiano. Segundo Serge Proulx, no percurso entre consumo à apropriação, está presente a definição e conceito de uso. Desta forma na perspectiva francesa, o consumo significa a compra e adoção do objeto; já o uso, o desenvolvimento de habilidades pelo usuário na sua relação com objeto técnico; e por fim a apropriação, que consiste na integração e reinvenção nas práticas cotidianas (PROULX, 2007; 2008).

É, portanto, “participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo” (p. 61). E a terceira, “como lugar de diferenciação e distinção entre classes e grupos” (p. 62), enfatizando aspectos simbólicos e estéticos sob a lógica da racionalidade consumidora, ou seja, consumir é sinônimo de *status*.

Canclini (2006) entende, porém, que “no consumo se constrói parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade” (2006, p. 63), e por meio dele também se estabelecem vínculos entre emissores e receptores; não é uma ação irrefletida.

Vincular o consumo com a cidadania requer ensaiar um reposicionamento do mercado na sociedade, tentar a reconquista imaginativa dos espaços público. Assim o consumo se mostrará como um lugar de valor cognitivo, útil para pensar e atuar, significativa e renovadamente, na vida social (CANCLINI, 2006, p. 72).

E é a partir dessa perspectiva do autor que se pretende compreender o consumo das TICs pelos indivíduos, em um processo muito mais emancipador do que puramente condicionado pelo mercado. O consumo desses dispositivos implica comunicação entre os indivíduos que não necessariamente se estabelece em um fluxo descendente e impositivo. Está presente nesse processo um aspecto que se relaciona diretamente ao consumo, à apropriação, não aquela entendida como elemento de distinção ou disputa entre os seres, entre ter ou não ter, mas de significação dos conteúdos e bens simbólicos.

O consumo, através dos meios de comunicação, pode ser entendido como uma forma de mediação entre os conteúdos e formas simbólicas e os indivíduos, ao se considerar que “a mediação compreende uma vasta gama de intersecções entre cultura, política e comunicação e equaciona as diferentes apropriações, recodificações e ressignificações que ocorrem na produção e recepção dos produtos comunicacionais” (BASTOS, 2012, p. 64). Assim, o consumo incide em um processo de apropriação pela recepção.

É necessário, portanto, conceber a recepção enquanto atividade que não é passiva, pelo contrário. Sendo uma atividade situada e que se integra à rotina, como disse Thompson (1998, p. 43), é, também, segundo o autor, uma atividade especializada, que tanto do ponto de vista técnico quanto sociocultural exige competências e habilidades da recepção, consideradas atributos “adquiridos através

dos processos de aprendizagem ou de inculcação socialmente diferenciados e diversamente acessíveis aos indivíduos de formação diferente”. Porém, esse processo é sutil, pois, ao serem adquiridas, as habilidades e competências são naturalizadas pelos indivíduos, tornando-se automáticas e imperceptíveis.

Thompson (1998) ainda destaca que a recepção é um processo hermenêutico, ou seja, o receptor se envolve no processo de interpretação do conteúdo, conferindo-lhe sentido, construído a partir da sua conjuntura social e histórica ampla, pois o indivíduo pode fazer a sua leitura na perspectiva individual e grupal, ou seja, compartilhada. Esse processo também conduz ao que o autor definiu como apropriação, porque, na interpretação do conteúdo simbólico pelo indivíduo, ele a incorpora à compreensão de si e dos outros, portanto, essa interpretação é um meio de reflexão e autorreflexão sobre si, sobre os outros e sobre o mundo.

Apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio. É assimilar a mensagem e incorporá-la à vida própria. Um processo que algumas vezes acontece sem muito esforço, e outras vezes requer deliberada aplicação. É adaptar a mensagem à nossa própria vida e aos contextos e circunstâncias em que vivemos; contextos e circunstâncias que normalmente são bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida (THOMPSON, 1998, p. 45).

Por isso, a apropriação é um processo que não se encerra na recepção de um conteúdo ou forma simbólica da mídia, mas passa a integrar a vida do indivíduo, auxiliando a construção e a interpretação de si mesmo, dentro do contexto em que ele atua, e, por esse motivo, algumas são apropriadas e outras não e provocam, ainda que de modo lento, transformações sociais. Além disso, como já se mencionou, através das outras formas de interação (mediada e quase-mediada), o acesso dos indivíduos ao mundo se expande. Esses conteúdos tornam-se referências para o indivíduo em sua formação e experiência no mundo.

Considerando-se essas definições, as TICs se inserem no cotidiano dos indivíduos alargando suas possibilidades de acesso a conteúdos e formas simbólicas, e a partir da sua realidade sócio-histórica, o indivíduo lhes confere sentido e significado, ou as adapta ao seu contexto e interesse. E, por ser uma atividade de consumo e de apropriação faz com ele compreenda o seu papel no mundo ao qual pertence. No caso das TICs, ainda que nem todos disponham delas e que estejam inseridas em uma lógica global do mercado, se revelam como um

meio de longo alcance para os indivíduos, o qual os mantém na condição de receptores, mas também os torna produtores de sentidos.

Nesse contexto, por meio de uma comunicação não linear rompe-se com a concepção da mídia como aparelhamento do Estado, com fluxos de comunicação unidirecional e receptores passivos. Implica, aí, um processo de apropriação e de empoderamento dos indivíduos, ainda que não o seja de todo modo articulado no conjunto, mas que se encaminha como uma alternativa para a participação do indivíduo.

5.4 Categorias operacionais de análise de interpretação do estudo

A continuidade deste estudo incide na adoção de alguns conceitos enquanto categorias operacionais de análise e interpretação, considerando-se o objetivo principal que busca identificar qual o significado das TICs no contexto do desenvolvimento rural, a partir da relação que se estabelece entre agricultores familiares e os extensionistas da EMATER/RS – ASCAR, no município de São Borja, Rio Grande do Sul.

Dentro da noção weberiana, os processos de interação serão analisados mediante a compreensão do sentido subjetivo que rege a ação social, na qual, segundo Weber, “está incluído o comportamento humano à medida que o ator lhe atribui significado subjetivo” (apud GIL, 1999, p. 39). Portanto, não é a realidade social que produz sentido para o indivíduo, mas é próprio do indivíduo atribuir sentido ao que faz. (WEBER, 2006).

Para Weber, a compreensão da realidade deveria se concentrar na ação social do indivíduo e não em estruturas sociais (classes, grupos, partidos), pois essas são responsáveis pelas grandes transformações. Entretanto, Giddens (2012) lembra que na sociedade moderna, o micro (onde as interações sociais acontecem) é impactado por fenômenos macros (industrialização, globalização econômica), fazendo emergir questões sobre o modo com que o indivíduo lida com a mudança e como tenta usá-la em benefício próprio.

Ao se considerar as ideias de racionalização, entendida como sistematização e de ação social, orientada para uma ação (comportamento) que se refere ao

comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso, diz Weber (2006), tem-se a associação da comunicação como uma ação social referente aos fins: o(s) indivíduo(s) determina(m) racionalmente os objetivos da ação, calcula(m) os meios mais adequados para persegui-los e pondera(m) sobre os efeitos de suas escolhas.

Dessa forma, ao se compreender o significado das TICs, na relação entre agricultores familiares e extensionistas, essas tecnologias podem ser pensadas e praticadas de forma difusionista, quando a comunicação é racionalmente utilizada para informar e transmitir informações com o objetivo de tornar públicos temas de interesses gerais e específicos, ou, então, de forma dialógica, quando priorizam uma comunicação, também racionalizada, cujo objetivo é a troca de informações em processo constante de negociação de interesses.

Nesse contexto, conceitualmente a comunicação é um processo intersubjetivo entre os atores sociais, no qual sentidos, significados são compartilhados e estão em negociação constante. Porém, Sodré (2002), em sua teoria da comunicação, sustenta que a comunicação “ocupa hoje uma posição reflexiva sobre a vida social, e não como ‘um’ objeto claramente discernível, certamente como um nó ou núcleo objetivável, onde se entrelaçam problematizações diversas do que significa a vinculação ou atração social” (SODRÉ, 2002, p. 222) e por isso recobre aspectos como vínculo, veículo e cognição, que serão empregados como categorias operacionais de interpretação e análise neste estudo.

5.4.1 Quadro conceitual das categorias de operacionalização do estudo

Como já se abordou no capítulo quatro, a teoria da comunicação de Sodré (2002) e os papéis sociais da comunicação, sistematizam-se, no quadro a seguir, as definições do autor. Ressalta-se que o autor não trata as definições como categorias, mas sim como níveis operacionais os quais a comunicação recobre enquanto ações ou práticas, e que neste estudo serão tomadas para operacionalizar as interpretações e análises sobre o papel das TICs no contexto de agricultores familiares e extensionistas.

| Categorias | Definição |
|--------------------|---|
| Veículo ou relação | <p>Antropotécnica eticista, ou práticas de natureza empresarial (privada ou estatal), voltada para a <i>relação</i> ou o <i>contato</i> entre os sujeitos sociais por meio das tecnologias da informação, como imprensa escrita, rádio, televisão, publicidade, etc. Trata-se, portanto, do que se tem chamado de <i>mediatização</i>. Os dispositivos de veiculação (mídia) são de natureza basicamente <i>societal</i> (2002, p. 234).</p> <p>O nível relacional é propriamente o informacional ou o da interação midiática, em que sujeitos supostamente prontos e acabados em termos de identidade social fazem contato por meio de dispositivos tecnológicos de comunicação, que materializam eletronicamente a retórica. Aqui se tornam visíveis as operações semióticas do <i>bios</i> midiático, academicamente analisadas por pesquisadores de áreas diversas das ciências sociais. (2007, p. 22).</p> |
| Vínculo | <p>Práticas estratégicas de promoção ou manutenção do vínculo social, empreendidas por ações comunitaristas ou coletivas, animação cultural, atividade sindical, diálogos, etc. Diferentemente da pura relação produzida pela mídia autonomizada, a vinculação pauta-se por formas diversas de reciprocidade comunicacional (afetiva e dialógica) entre os indivíduos. As ações vinculantes, que têm natureza basicamente <i>sociável</i>, deixam claro que comunicação não se confina à atividade midiática. Refere-se à problemática do ser-em-comum ou das trocas simbólicas (2002, p. 234).</p> <p>A vinculação difere da relação nisto em que não se define como um «fazer contato», como a algo colocado «entre» os seres, e sim como a condição originária do ser, desde já atravessado por uma exterioridade que o pressiona para fora de si mesmo e o divide. Aqui é o lugar social da interação intersubjetiva (2007, p. 22).</p> |
| Cognição | <p>Práticas teóricas relativas à posição de observação e sistematização das práticas de veiculação e das estratégias de vinculação. Aqui, a Comunicação emerge não como uma disciplina no sentido rigoroso do termo, mas como uma maneira de por em perspectiva o saber tradicional sobre a sociedade, portanto, como um <i>constructum</i> hipertextual (interface de saberes oriundos de diversos campos científicos) a partir de posições interpretativas. A “ciência” da comunicação impõe-se a exemplo da filosofia concebida por Wittgenstein, como uma <i>atividade</i> crítica, só que voltada para a sociabilidade, à eticidade e às práticas de socialização pela cultura, uma espécie de “filosofia pública” (p. 234-235, 2002).</p> <p>Mas o nível crítico-cognitivo, propriamente uma «ciência da comunicação», vê-se compelido a considerar a imbricação do nível relacional com o vinculativo, da qual resulta a configuração de um real necessariamente atravessado pela virtualização tecnológica do mundo. Nessa configuração, em que a forma progressivamente assumida pela consciência é a da técnica, a ação concreta e real dos sujeitos tende a ser independente do contexto social e da tradição cultural. A responsabilidade do indivíduo aumenta, mas em termos tecnológicos, de si para si mesmo (SODRÉ, 2007, p. 22).</p> |

Quadro 10 – Definição conceitual das categorias

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Sodré,(2002, 2007).

5.4.2 Esquema para análise e interpretação do estudo

Para se compreender o significado das TICs, também se tomam emprestados os conceitos da etnometodologia⁷⁸ de Harold Garfinkel, sua principal referência, em que o autor usa o termo para se referir à investigação das propriedades racionais das expressões indiciais e outras ações práticas, contingentes dos acontecimentos e realizações da vida cotidiana (1984, p. 11). Entretanto, não se tem a intenção de perscrutar o postulado de Garfinkel, mas alguns de seus conceitos-chave, também utilizados por outras áreas: indicialidade, reflexividade, noção de membro, práticas/realização e *accountability*. É importante ressaltar que esses conceitos são os fios condutores, porém, este estudo não é um estudo etnometodológico, mas interpretativo-compreensivo.

A seguir fala-se brevemente sobre etnometodologia e seus conceitos que serão empregados neste estudo, considerados um caminho pelo qual se pretende compreender tanto objetiva quanto subjetivamente a comunicação por meio das TICs, enquanto vínculo, veículo e cognição, conforme o quadro teórico de Sodré (2002), e, por fim, busca-se sistematizar esse percurso, de acordo com o esquema elaborado a partir da proposta de análise da mediatização de Verón (1997), anteriormente apresentados nesta tese.

Segundo Rodrigues (2000), a etnometodologia parte do estudo “do conhecimento do senso comum, considerando a interpretação do sentido que os próprios atores sociais atribuem à sua ação, ao mundo da vida (*lebenswelt*)⁷⁹, levando em conta o contexto ou a situação em que essa ação ocorre” (p. 49). Assim, a etnometodologia busca compreender de que modo os indivíduos observam, descrevem, constroem e (re)constroem a realidade social diariamente, a qual não é

⁷⁸ Etnometodologia é designação dada a um conjunto de correntes da sociologia americana que se reclama da herança de George Simmel (1858-1918), de George Herbert Mead (1863–1931) e de Alfred Schütz (1899–1959) e que tem como perspectiva comum o fato de proporem sobretudo uma abordagem interpretativa dos fenômenos sociais, demarcando-se, assim, a sociologia objetivista e holista de Talcott Parsons. A origem da perspectiva etnometodológica é habitualmente atribuída a Harold Garfinkel (1917–1987), professor da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, que publicou em 1967, *Studies in Etnometodology* (RODRIGUES, 2000, P. 49). A etnometodologia de Garfinkel tem origem nos estudos de Alfred Schütz e Talcott Parsons, ambos seguidores da corrente teórica da sociologia compreensiva de Max Weber.

⁷⁹ Termo empregado por Edmund Husserl e seu principal seguidor Alfred Schütz na fenomenologia social.

um objeto estável, mas um produto da ação contínua do indivíduo mediante suas práticas.

A etnometodologia de Garfinkel apresenta dois pontos complementares: um por “interessar-se pelos métodos que eu e meus semelhantes empregamos, que nos permitem reconhecer-nos como vivendo no mesmo mundo”, e, o outro, a etnometodologia vem “a ser o estudo dos etnométodos que os atores utilizam no dia a dia, que lhes permitem viver juntos, inclusive de maneira conflitiva, e que regem as relações sociais que eles mantêm entre si” (COULON, 1995, p. 51–52).

Garfinkel dedica-se a estudar as atividades práticas e o raciocínio sociológico prático da vida cotidiana, considerando-os fenômenos sociais, de modo que a etnometodologia “é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e o mesmo tempo realizar as suas ações todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar” (COULON, 1995, p. 30). Para tanto, estabelece alguns conceitos básicos que orientam seus estudos, voltados para as atividades corriqueiras executadas pelos atores sociais em seus contextos. Essas atividades são as realizações contínuas dos atores que agem de modo socialmente organizado, e essa organização é resultado das práticas dos membros que, em suas atividades concretas, revelam as regras e os modos de viver. As regras são constantemente atualizadas pelas práticas dos membros, pois os fatos sociais não são coisas, mas realizações práticas, através das quais os membros constroem a realidade social que não deve ser considerada um dado predeterminado, mas algo que os membros atualizam constantemente (COULON, 1995).

Assim, a observação e a análise das ações práticas, ou realizações, dos atores torna possível a identificação dos modos de proceder que adotam para a interpretação e a construção permanentes da sua realidade social. Coulon afirma que é fundamental observar “como os atores do senso comum o produzem e tratam a informação nos seus contatos e como utilizam a linguagem como um recurso. Em suma fabricam um mundo ‘racional’ a fim de nele poderem viver” (1995, p. 32), organizando e modificando constantemente suas próprias regras e procedimentos.

Outro conceito-chave adotado por Garfinkel é a noção de membro, que não se refere à pertença social do indivíduo, mas ao domínio de uma linguagem natural do grupo por este, ou seja, não se refere a uma pessoa, mas ao domínio da linguagem comum, por isso, para fazer parte de um grupo é necessário dominar a linguagem desse grupo. “Uma vez ligados à coletividade, os membros não têm

necessidade de se interrogar sobre o que fazem. Conhecem as regras implícitas de seus comportamentos e aceitam as rotinas inscritas nas práticas sociais” (COULON, 1995, p. 48).

De acordo com Coulon (1995), a concepção de membro não pode ser compreendida como um indivíduo que respira e pensa, mas que constitui o grupo.

É uma pessoa dotada de um conjunto de modos de agir, de métodos, de atividades, de *savoir-faire* (saber-fazer), que a fazem capaz de inventar dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo que a cerca. É alguém que, tendo incorporado os etnométodos de um grupo social considerado, exhibe ‘naturalmente’ a competência social que o agrega a esse grupo e lhe permite fazer-se reconhecer e aceitar” (1995, p. 48).

A noção de membro demonstra que, ao passo que o indivíduo compartilha a linguagem natural do grupo, se relaciona e constrói um conjunto de significados que lhes são comuns, usa alguns recursos, por exemplo, a indicialidade.

Ao compartilhar uma linguagem comum os membros utilizam expressões indiciais, embora busquem expressar-se por expressões objetivas. Para Coulon “a vida social se constitui através da linguagem” (1995, p. 32), da linguagem diária utilizada pelos indivíduos ao se comunicarem. Por isso, torna-se um conceito-chave da etnometodologia a indicialidade definida como “todas as determinações que se ligam a uma palavra, a uma situação” (1995, p. 33).

A indicialidade é do campo da linguística que, enquanto um dos etnométodos do indivíduo, deve se observar o contexto no qual a palavra aparece para se compreender o seu significado, considerando que cada um os membros a utiliza como um recurso para a construção da realidade. “A linguagem natural não pode fazer sentido independente das suas condições de uso e de enunciação” (Coulon, 1995, p. 33-34), pois o texto e contexto são complementares, e o texto só adquire sentido quando analisado no contexto de realização. A etnometodologia de Garfinkel sugere que “as expressões indiciais não constituem expressões parasitas no decorrer de nossas conversas de cada dia. São, pelo contrário, elementos constitutivos desse discurso constituído graças ao seu uso” (COULON, 1995, p. 37).

Já, o conceito de reflexividade refere-se à construção de códigos entre os membros do grupo mediante suas atividades práticas; não é formalizado, descritível e expresso, mas praticado; é um modo não verbal de dizer alguma coisa, mas é compartilhado pelos membros. “É geralmente tácito, mas ao mesmo tempo estrutura a situação”, afirma Coulon (1995).

Os membros se desinteressam pelas circunstâncias e ações práticas enquanto temas, não estão preocupados em teorizar sobre o que fazem e, por isso, não se pode tratar reflexividade como sinônimo de reflexão.

A reflexividade designa portanto as práticas que ao mesmo tempo descrevem e constituem o quadro social. É a propriedade das atividades que pressupõem ao mesmo tempo que tornam observável a mesma coisa. No decorrer de nossas atividades ordinárias, não prestamos atenção ao fato de que ao falar constituímos ao mesmo tempo, enquanto fazemos nossos enunciados, o sentido, a ordem, a racionalidade daquilo que estamos fazendo naquele momento. As descrições do social se tornam, assim que proferidas, partes constitutivas daquilo que descrevem (COULON, 1995, p. 41).

Para a reflexividade, descrever e produzir uma situação, e compreender e expressar essa compreensão pelo membro requer a utilização de vetores, o que Garfinkel denomina de *accounts*, porque essas ações se equivalem. E, assim, a reflexividade pressupõe que “as atividades pelas quais os membros produzem e administram as situações de sua vida organizada de todos os dias são idênticas aos procedimentos usados para tornar essas situações descritíveis” (1884, p. 01).

Segundo Garfinkel, os estudos etnomedológicos analisam “as atividades cotidianas dos membros como também os métodos que fazem essas mesmas atividades visivelmente racionais e relatáveis a todos os fins práticos, isto é, descritíveis (*accountable*), enquanto organização ordinária das atividades de todos os dias” (1984). A *accountability*, ou seja, a capacidade dos atores de descreverem a realidade demonstra a sua reflexividade.

Os *accounts* são elementos que estão na fala, não são institucionalizados, mas adquirem legitimidade ao comporem a situação de anunciação. São elementos que ajudam a compor uma compreensão, por exemplo, através dos gestos, da fala, da imagem. Segundo Coulon (1995), “os *accounts* são ‘informantes’ ou ‘estruturantes’ da situação de enunciação” (p. 42), e o *accountable*, isto é, relatável-observável-descritível, que remete a um sentido, e, portanto, a um processo de interpretação” (p. 56). O autor ainda afirma que:

Dizer que o mundo social é um *accountable* significa que ele é algo disponível, isto é, descritível, inteligível, relatável, analisável. Essas analisabilidade do mundo social, a sua descritibilidade e sua objetividade se mostram nas ações práticas dos atores. O mundo não é dado de uma vez por todas. Ele se realiza em nossos atos práticos (p. 45–46).

Assim, neste estudo os termos da etnometodologia serão adotados como um caminho a ser percorrido nas análises, com o objetivo de tornar perceptível algo além daquilo que é concreto e visível. Por isso, pretende-se interpretar, a partir das declarações dos entrevistados, os sentidos e os significados velados e revelados por eles. Portanto, para poder realizar essa interpretação, é preciso: conhecer de que modo os participantes do estudo realizam as práticas cotidianas; como explicam e refletem sobre suas experiências; como as TICs se inscrevem nas práticas sociais como recurso para construção de vínculos, pois, pelo fato de operarem como veículos sabe-se que as TICs ainda são recursos cognitivos desses atores na construção da própria realidade, considerando-se a existência do *bios* midiático na sociedade midiaticizada. Assim, busca-se, através do esquema a seguir, demonstrar a feitura da interpretação e da análise deste estudo.

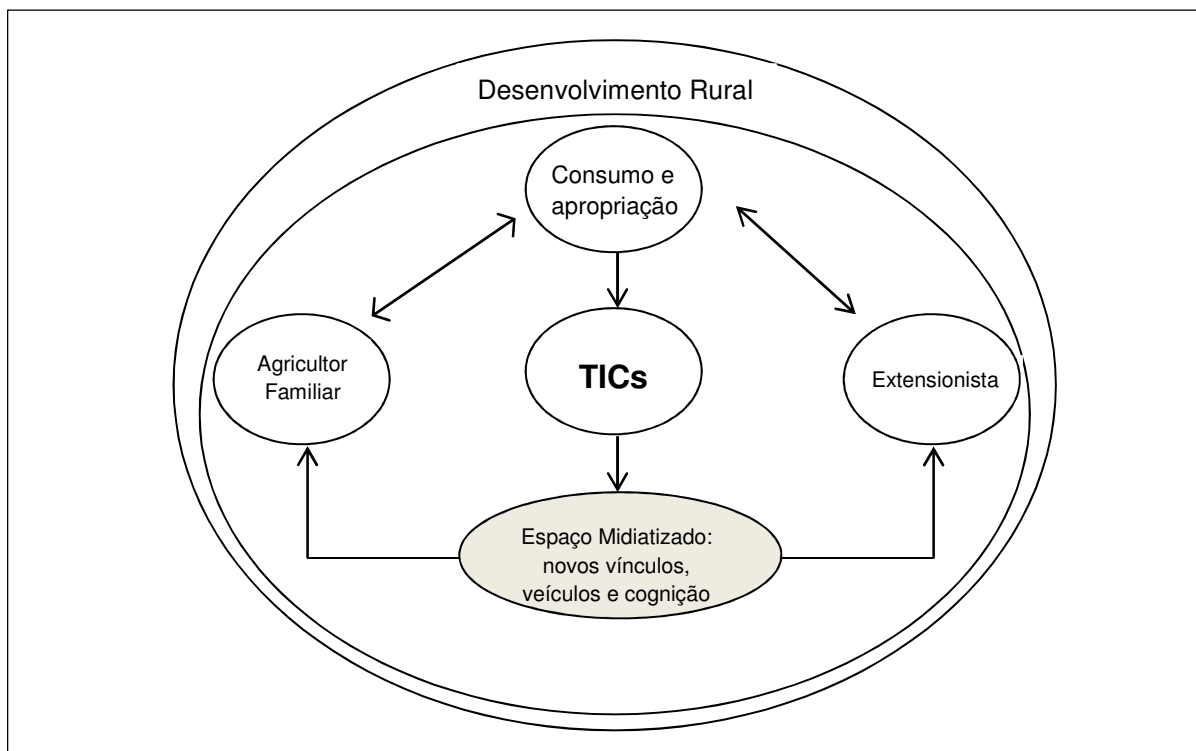


Figura 5 – Esquema de interpretação e análise do estudo

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

6 DA ENERGIA ELÉTRICA A INTERNET: *POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL*

“Elas (novas tecnologias da comunicação) são uma arma maravilhosa para mudar o mundo, se assim quisermos, desde que não as consideremos como uma tecnologia fechada em si, mas como um fator de desenvolvimento”

Juan Díaz Bordenave

Tendo como tema central deste estudo o significado das TICs para agricultores familiares e extensionistas de São Borja, no âmbito do desenvolvimento rural, neste capítulo são apresentadas algumas reflexões sobre a realidade encontrada. Inicialmente, por considerar importante a compreensão do contexto e dos agricultores e extensionistas em questão, apresentam-se alguns elementos que ilustram o cenário no qual vivem os indivíduos, complementados pelo Apêndice D que por meio de registro fotográfico elucida observações e constatações da problemática investigada. Posteriormente, avança-se sobre a problemática dos vínculos estabelecidos, dos veículos, isto é, dos meios de comunicação presentes no cotidiano, e da cognição, ou seja, a intersecção dos vínculos e veículos permeados pelas TICs na sociedade midiaticizada, buscando-se compreender as relações estabelecidas entre os indivíduos no ambiente rural, tendo como lupa os conceitos etnometodológicos.

Inicialmente, portanto, identificam-se alguns produtos midiáticos consumidos e apropriados principalmente pelos agricultores e suas famílias. Ao mesmo tempo se busca compreender o sentido atribuído a cada uma das mídias em suas práticas cotidianas, nas relações entre os extensionistas e agricultores familiares, principalmente a partir da inserção das novas mídias, celular e internet.

Em sequencia, busca-se refletir sobre esse processo do consumo e apropriação de tecnologias da comunicação como forma de autonomização dos indivíduos em seus contextos, como um dos caminhos verossímeis para o desenvolvimento rural, em uma perspectiva um tanto quando otimista, talvez esperançosa, mas que se justifica pela compreensão de que a mudança incide na articulação de várias dimensões (social, econômica, política, ambiental), na quais hodiernamente essas tecnologias estão inscritas.

E, por fim, apontam-se alguns fatores novos encontrados nos contextos práticos dos indivíduos e a partir das suas experiências com as TICs que elucidam essa perspectiva.

6.1 Sobre os informantes

Em relação à compreensão dos indivíduos é relevante observar atentamente o contexto em que estão inseridos, porque é na sua realidade que se encontram muito elementos que auxiliam a interpretação dos seus modos de agir individual e coletivamente. Assim, a seguir descrevem-se alguns desses fatores identificados a partir dos próprios agricultores familiares e extensionistas, considerando-se as particularidades e generalidades de cada grupo, sem a intenção de confrontá-los, mas de relacioná-los.

6.1.1 Sobre os agricultores familiares

Os entrevistados apresentam várias características que os semelham. A principal é que todos trabalham com as suas famílias em suas propriedades, embora cada um tenha a sua própria trajetória, como foi possível observar a partir do expressivo volume de informações obtidas nas entrevistas e observações registradas no diário de campo (Apêndice D). Diante disso, buscou-se sistematizar essas informações a fim de fazer uma primeira decupagem das principais e encontrar aquelas que ajudassem a construir o perfil dos agricultores, das propriedades e de suas famílias.

No quadro a seguir observa-se que o grupo de entrevistados pode ser considerado homogêneo, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, havendo uma ou outra característica que os difere, o que não chega a gerar grande distanciamento entre eles.

| Agricultor Familiar | Sexo | Idade | Município de origem | Estado Civil | Escolaridade | Identificação* |
|---------------------|------|-------|---------------------|--------------|--------------|----------------|
| 1 | F | 42 | Giruá | Casado | 2º Grau | AF1 |
| 2 | F | 66 | São Borja | Casado | 3º Grau | AF2 |
| 3 | M | 55 | São Borja | Casado | 2º Grau | AF3 |
| 4 | F | 43 | São Borja | Casado | 2º Grau | AF4 |
| 5 | F | 53 | São Nicolau | Casado | 1º Grau | AF5 |
| 6 | M | 48 | São Borja | Casado | 1º Grau | AF6 |
| 7 | M | 20 | Giruá | Solteiro | 2º Grau | AF7 |
| 8 | M | 62 | São Borja | Casado | 1º Grau | AF8 |
| 9 | F | 45 | Restinga Seca | Casado | 1º Grau | AF9 |
| 10 | M | 49 | São Borja | Separado | 2º Grau | AF10 |
| 11 | M | 36 | Três de Maio | Casado | 1º Grau | AF11 |
| 12 | M | 55 | Jaguari | Casado | 1º Grau | AF12 |
| 13 | F | 53 | São Borja | Casado | 2º Grau | AF13 |
| 14 | M | 51 | São Luiz Gonzaga | Casado | 1º Grau | AF14 |
| 15 | F | 50 | XVI de Novembro | Casado | 1º Grau | AF15 |
| 16 | F | 57 | Santa Maria | Casado | 1º Grau | AF16 |

Quadro 11 – Perfil dos agricultores familiares entrevistados

* Refere-se à forma de identificação dos entrevistados neste estudo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Com referência ao perfil é importante ressaltar que embora o AF1 tenha nascido em Giruá/RS do mesmo modo que o AF6, ambos não pertencem à mesma família, mesmo apresentando outros aspectos em comum. Nesses dois casos a maior semelhança é que suas famílias vieram para São Borja para trabalhar, o que o demonstram as afirmações a seguir, fazendo referência aos motivos que os trouxeram a São Borja, como relata o jovem:

Porque o patrão do pai lá de Giruá comprou uma terra aqui e trouxe a gente pra cá, pra que a gente cuidasse dessa terra. Daí que a gente veio para cá (AF7).

E, no segundo caso, a família veio para São Borja após um período de crise entre o pai (sogro) e filho (esposo) que trabalhavam juntos em Giruá, plantando soja. Então vieram para São Borja trabalhar na propriedade de outro familiar.

Essa propriedade foi comprada pelo meu tio que mora no Rio de Janeiro, e ele trabalha pegou um dinheiro que ele tinha e comprou, ele trabalha ele é bancário, aí quando ele comprou ele disse: “que quando nós pudéssemos a gente compraria de volta” porque pra ele era só investimento (AF1).

Nos demais casos, a situação se repete. Os entrevistados que não nasceram em São Borja vieram para o município junto com os pais, quando ainda eram crianças, como afirmam:

Ah... o pai veio para cá pra trabalhar, eu vim com dois anos de lá, eu vim criança ainda com a família (A12).

[...] eu nasci em Santa Maria, mas vim morar em São Borja com 10 anos. Meus pais eram agricultores né, eles vieram trabalha aqui (A16).

Nós viemos pra cá, nós saímos lá de Restinga por acaso... porque lá onde a gente tem as terras da gente, é pequeno e na época não tinha nada voltado para agricultura familiar, como toda essa coisa que tem agora, uma coisa assim com bastante enfoque e ajuda também né. Então meus pais eles vieram pediram emprego pra um senhor que trabalhava aqui com plantador de arroz, então ele deixou, assim o pai não lidava com lavoura ele lida só com pequena área sabe. Então, eles precisavam de alguém para cuidar, morar e cuidar de um prédio que tinha um motor grande e daí quem sabia lida era ele, então e a coisa de vir para Fronteira, foi nós vamos pra Fronteira! E aí a gente veio né, eu vim pra São Borja eu nem estava na escola ainda, eu era bem pequena (AF9).

Ou, já com as suas próprias famílias, vieram em busca de emprego e oportunidade de trabalho em grandes fazendas ou empresas do setor agrícola do município. Essas situações podem ser observadas nas seguintes afirmações:

[...] desde pequeno a gente lá era o pai que tinha colônia de terra né, e aí eu trabalhava sempre, só eu plantava assim na época de máquina de mão e colhia de foice né, trilhava com trilhadeira, e depois veio a automotriz, aí foi melhorando um pouco e a gente sempre trabalhando, e aí depois lá não deu por causa que o pai faleceu, a gente repartiu mais era muita pouca terra, aí eu vim pra cá pra trabalhar numa fazenda como capataz, como se diz um funcionário, mas nós com aquela visão sempre, de quando tivesse compra uma área pra trabalhar (AF14).

[...] nós nos conhecemos lá e viemos embora para São Borja para morar e trabalhar com o sogro, trabalhar na lavoura, porque nós não tínhamos um pedacinho de terra para nós trabalharmos, nós trabalhávamos com os outros e pegamos uma época de seca, que nem esse ano em que morreu toda a plantação, então não tínhamos mais o que fazer, não tinha nem semente pra plantar, aí dissemos, vamos embora pra São Borja, pegamos nossas coisas e nossos dois filhos e viemos (AF15).

Por isso, muitos só tiveram acesso a terra por meio das recentes linhas de crédito fundiário disponíveis aos pequenos agricultores, como o Pronaf ou o Banco da Terra, ou, então, após trabalharem durante anos como empregados rurais para reunir o valor suficiente para adquirir a sua própria propriedade, contando, para isso, com o trabalho de todos os integrantes da família. Esse trabalho também é

requerido daqueles que receberam a terra por meio de herança, pois, a divisão entre todos integrantes resulta em pequenas áreas de terra. No quadro a seguir apresentam-se algumas informações sobre as propriedades.

| Identificação | Financiamento* | Origem da terra | Arrendamento | Total arrendado | Total próprio | Área total | Localização |
|---------------|----------------|-----------------------------|--------------|-----------------|---------------|------------|---------------------------------------|
| AF1 | Sim | Crédito Fundiário | Sim | 17ha | 20ha | 37ha | Santos Reis |
| AF2 | Sim | Herança | Não | Não | 33ha | 33ha | Nhu-Porã – entrada Fazenda Santa Cruz |
| AF3 | Sim | Herança e Crédito Fundiário | Sim | 10ha | 8,5ha | 18,5ha | São Bento |
| AF4 | Não | Herança | Sim | 57,5ha | 11,5ha | 69ha | Passo da Barca |
| AF5 | Não | Recurso próprio** | Não | Não | 1,5ha | 1,5ha | Passo da Barca |
| AF6 | Não | Herança | Sim | 12ha | 25ha | 30ha | São Bento |
| AF7 | Sim | Recurso próprio** | Não | Não | 18ha | 18ha | Rincão do São Pedro |
| AF8 | Sim | Crédito Fundiário | Não | Não | 51ha | 51ha | Nhu-Porã– entrada Lazarotto |
| AF9 | Sim | Herança | Não | Não | 7,5ha | 7,5ha | São Bento |
| AF10 | Não | Crédito Fundiário | Não | Não | 25ha | 25ha | Rincão da Cria |
| AF11 | Sim | Crédito Fundiário | Sim | 3ha | Não | 3ha | Mato Grande |
| AF12 | Sim | Crédito Fundiário | Sim | 2ha | Não | 2ha | Maragata |
| AF13 | Sim | Recurso Próprio** | Não | Não | 6ha | 6ha | Ivaí |
| AF14 | Sim | Recurso próprio** | Não | Não | 6ha | 6ha | Santos Reis |
| AF15 | Sim | Recurso próprio** | Não | Não | 6ha | 6ha | Santos Reis |
| AF16 | Sim | Crédito Fundiário | Não | Não | 51ha | 51ha | Nhu-Porã – entrada Lazarotto |

Quadro 12 – Dados referentes à propriedade rural

* Muitos no momento não podem fazer qualquer tipo de financiamento, pois tem algumas dívidas de anos anteriores ou ainda não solicitaram.

** Quando o recurso é oriundo do trabalho dos integrantes da família.

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Assim, constata-se que as propriedades são pequenas, mesmo aquelas em que a origem da terra é proveniente de herança, como relembra emocionado um agricultor:

As irmãs casaram e foram embora, os irmãos tem dois que trabalharam com a agricultura e um esse se formou em agronomia está na Bahia e tá bem ele se formou e ele foi e nunca mais voltou. E a minha parte ficou 20 poucas hectares, porque a área total da família era de 200 hectares (AF8).

No caso da AF4 que tem a maior área arrendada, a propriedade era dos avós paternos que já faleceram, repassando para o seus pais que foram embora para Porto Alegre/RS. E como a AF4 é a única dos seis filhos que permanece no campo, optou por arrendar a parte dos cinco irmãos para evitar que vendam como era a vontade de seus pais:

[...] para o meu pai não vender nós arrendamos, porque o meu pai queria vender (AF4).

O interesse em manter a propriedade, além da relação histórica e familiar com o local, também é decorrente de que a sua área está localizada no percurso do Caminho das Missões⁸⁰, do qual São Borja faz parte desde 2005 quando se integrou ao projeto turístico da Rota Missões, com o objetivo de resgatar a história missioneira dos jesuítas. E, também, que os agricultores com propriedades no local as estão explorando tanto pela comercialização direta de seus produtos, quanto indireta, ou seja, pela recepção e hospedagem dos peregrinos em suas casas, pois não há hotéis ou restaurantes no percurso, servindo-os então com a própria produção. Por esse motivo a família acredita no potencial da propriedade para atender essa demanda.

[...] Até agora como aumentou o movimento dos turistas, a gente tem sentido dificuldade de tocar a produção, no começo a gente achou que assim que “tendo a vaca ia poder ordenhar, fazer o queijo, ter a horta, fazer tudo, só que a gente já viu que ou a gente faz poucas coisas e bem feita, até pra ter a qualidade exigida pelos clientes. Então eu busco comprar produto local, se eu não tenho verdura suficiente eu vou buscar no vizinho, o pão eu tento produzir aqui, porque na verdade o turismo acaba envolvendo vários itens da produção local, não é necessário tu receber o turista, tu pode estar envolvido no turismo de outra forma, fornecendo os produtos para o consumo (AF4).

Porém, independente do tamanho da propriedade, o que se observa é que todos partilham do mesmo desafio, ou seja, buscar alternativas para diversificar as atividades produtivas da propriedade, envolvendo todos os integrantes da família. Para muitos, isso representou um processo de adaptação a uma nova realidade,

⁸⁰ O Caminho das Missões Jesuítico-guaranis é um trajeto que tem como roteiro os Sete Povos das Missões e seu percurso tem início em São Borja, local da 1ª Redução Jesuítica, sendo que o trajeto inicia no Sítio Preserva, de onde os peregrinos partem caminhando por 11 km até chegar ao Centro Comunitário da Comunidade de Santa Rita de Cássia, no Passo da Barca. Do local seguem por mais 20 km até a localidade rural de Sarandi onde são recebidos nas casas dos moradores. Depois percorrem oito km chegando até a Comunidade São José de onde com pequenos barcos percorrem pelo rio Butucaí 12 km, chegando à Fazenda Albaruska no município de Garruchos/RS.

principalmente os que pertenciam a famílias com áreas maiores, pois trabalhavam juntos até a divisão das terras, diretamente com o plantio de grãos, e, portanto, desconheciam ou não investiam na diversificação da produção. Um exemplo disso é a atividade leiteira que recentemente tornou-se a principal atividade de muitas famílias, como relata um agricultor.

[...] quando nós tinha lavoura, plantava umas 800 hectares. E eu fazia o serviço na época que tinha que fazer e depois não me preocupava com nada. E eu gosto, eu gosto muito da lavoura só que eu vinha mal e daí... Não que o serviço do leite é anarquizado nada, é só que é o compromisso né, então é um serviço meio escravo ai que tu tem que tá sempre junto. (AF8).

Essa é uma realidade que ainda predomina no município, ou seja, a lavoura de soja, trigo, arroz, milho é histórica, como já se mencionou, por isso, a agricultura familiar emerge como uma alternativa para muitos, pois o plantio de grãos exige investimentos em terra e tecnologia, o que se torna inviável para os pequenos agricultores. Alguns deles argumentam, por exemplo, que a atividade leiteira não era explorada até pouco tempo atrás pelas famílias, por questões culturais:

[...] nessa nossa região não é e nem nunca vai se uma região do leite, não é cultural o leite. Lá na região de Santa Rosa eu digo que a criança já nasce com uma canequinha na mão, porque desde pequenininho já aprende a tira leite, porque ninguém fica sem uma vaca de leite, porque não se admite tu mora pra fora e não te as coisa. É cultural aqui tem muita gente, aqui só tem gado, arroz e campo né. Então a mulher não tem o hábito de tira leite é pra cuida da casa. E o marido tem que dá conta, mas quando não dá vai nega uma conta, a conta da luz e daí? (AF1).

Eu trabalhei na agricultura, aí na época nós estávamos meio parados por causa da dificuldade na agricultura e tinha parado. E aí surgiu a empresa de leite que passo a coleta leite no município, aí eu me interessei porque a gente não era, nós e meio geral na região de São Borja, essa atividade da produção leiteira não era muito explorada na época, aí depois que a gente iniciou, aí mais pessoas começaram a partir para atividade (AF8).

E para muitos, embora sempre tivessem uma relação direta com o campo, por trabalharem durante anos como empregados rurais em grandes lavouras e empresas do setor agrícola, encontram dificuldades para se adaptarem à diversificação. É o que afirma uma agricultora:

E eu nunca na verdade trabalhei, a não se em casa sabe eu ficava em casa cuidando das gurias, porque desde que eu casei eu fui morar numa fazenda, nós ficamos morando 15 anos morando numa fazenda aqui no interior, aí começou vieram as filhas e o negócio do colégio e ir pra cidade, aí depois quando ele saiu da fazenda aí ele quis comprar, porque ele tinha muita vontade de ter a terra dele, e comprou essa terrinha, aí tinha muita

vontade de criar ovelha, então vamos cria ovelha seguimos com as ovelha. E eu sempre junto acompanhando, nunca deixei né. E aí nós fomos fazendo, então isso que nós temos é fruto do trabalho nosso. [...] agora que nós estamos no negócio de agricultor (AF13).

Entretanto, foi através da diversificação da produção que as famílias encontraram formas para continuar trabalhando em suas pequenas propriedades, principalmente aquelas que têm maior número de familiares. Mesmo que tenham uma fonte principal de renda, todos procuram diversificar a sua produção, trabalhando com leite e derivados, produção de compotas e conservas com frutas da época, produção de pães,ucas e biscoitos caseiros artesanais, artesanato com couro. E algumas fazem parte de até duas associações de produtores rurais do município, pois as famílias se dividem para trabalhar nas associações, como se observa no quadro a seguir.

| Identificação | Idade do cônjuge | Tempo de casado | Nº integrantes da família | Todos trabalham na propriedade | Fonte de Renda | Associação |
|---------------|------------------|-----------------|---------------------------|--------------------------------|---|---|
| AF1 | 43 anos | 23 anos | 05 | Sim | Produção Leiteira Plantio de grãos | Nhupo-Leite |
| AF2 | 72 anos | 46 anos | 02 | Sim | Produção Leiteira | Nhupo-Leite |
| AF3 | 55 anos | 30 anos | 02 | Sim | Produção Leiteira | Nhupo-Leite |
| AF4 | 45 anos | 10 anos | 03 | Sim | Produção Hortifruti-granjeiros | Produtores Urbanos |
| AF5 | 53 anos | 30 anos | 03 | Sim | Produção de alimentos com peixe Artesanato | Pescadores |
| AF6 | 47 anos | 28 anos | 03 | Sim | Produção Leiteira Hortifrúti | Nhupo-Leite |
| AF7 | Não | Não | 04 | Sim | Produção Leiteira Hortifrúti | Nhupo-Leite e Produtores da Feira do Centro |
| AF8 | 57 anos | 40 anos | 05 | Sim | Produção Leiteira Hortifrúti | Nhupo-Leite e Mercado Público |
| AF9 | 56 anos | 26 anos | 03 | Sim | Produção Hortifrúti | Produtores da Feira do Centro |
| AF10 | Não | Não | 04 | Sim | Produção Hortifrúti | Produtores da Feira do Centro e Mercado Público |
| AF11 | 37 anos | 13 anos | 05 | Sim | Produção Hortifrúti Artesanato | Produtores da Feira do Centro |
| AF12 | 45 anos | 25 anos | 02 | Sim | Produção de mel | Produtores da Feira do Centro e dos Apicultores |

continua

| | | | | | | |
|-------------|---------|---------|----|-----|----------------------------------|-------------------------------------|
| AF13 | 61 anos | 30 anos | 02 | Sim | Produção Hortifrúti | Produtores da Feira do Centro |
| AF14 | 50 anos | 29 anos | 03 | Sim | Produção Frutas Plantio de Grãos | Pequenos Produtores dos Santos Reis |
| AF15 | 51 anos | 29 anos | 03 | Sim | Produção Frutas Plantio de Grãos | Pequenos Produtores dos Santos Reis |
| AF16 | 62 anos | 40 anos | 05 | Sim | Produção Leiteira Hortaliças | Nhupo-Leite e Mercado Público |

Quadro 13 – Dados referentes à família

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Ainda em relação às famílias, fica evidente que apenas o casal reside e trabalha na propriedade, sobrecarregando-o, pois os filhos já foram embora e, muitas vezes, querem que os pais abandonem a atividade no campo e se mudem para a cidade. Além disso, quando apenas o casal trabalha, a falta de mão-de-obra e o custo, tornam-se entraves para o aumento e diversificação de produtos, como pode ser observado na fala do agricultor a seguir:

[...] sou só eu e a mulher no caso, eu tenho uma filha que faz 19 anos que mora em São Paulo, trabalha num hospital lá e o meu filho agora tá no exército. ...eles querem que eu saia daqui (AF3).

Eu comecei com o hortigranjeiro. Até fui tentando, até que não deu depois comecei com o leite já fazem sete anos. Mas eu trabalhei 15 anos com hortigranjeiro. Hoje a minha mulher me ajuda na limpeza, porque eu faço a ordenha e o manejo das vacas e ela fica limpeza (AF3).

Entretanto, nas famílias em que os filhos permanecem na propriedade o caminho para a sua permanência está na diversificação da produção para que todos possam, a partir do trabalho, ter uma fonte de renda. Dessa forma, as atividades são divididas entre os integrantes, porém, contam com a colaboração de todos na sua execução, como pode ser observado na afirmação a seguir:

[...] nós aqui de casa somos quatro e mais um funcionário que ajuda. Eu cuido do leite e daí eu termino mais cedo e aí eu ajudo na horta o pai e a mãe. E o meu irmão ele arrenda e planta soja e mora com a gente. E a mãe faz pão, bolacha, deixa eu ver... essas conserva a mãe faz, mas umas variedades de doces, ela também faz pra vender na feira (AF7).

Essa realidade vai ao encontro do que diz Abramovay (1998) sobre os elementos fundamentais no âmbito da agricultura familiar: a gestão; a propriedade e

o trabalho em família que, de modo relacionado, incidem em formas complexas de vinculação social, específicas a cada família. Lamarche (1993) alerta para o fato de que a agricultura familiar não pode ser compreendida como uma categoria, pois “não constituem um grupo social homogêneo”, ou seja, cada família apresenta uma realidade que lhes é particular. Portanto, compreender a agricultura familiar implica reconhecer o ambiente social e econômico no qual estão inseridas essas famílias, o contexto histórico no qual se desenvolveram e os agentes externos e políticas públicas que incidem diretamente sobre a sua realidade.

6.1.2 Sobre os extensionistas

Embora os extensionistas entrevistados formem um grupo menor, isso não permite fazer generalizações ou reduções porque apresentam trajetórias, relações e expectativas distintas e individuais a partir do trabalho que desenvolvem. Sendo assim, busca-se traçar o seu perfil e compreender esses indivíduos em seus contextos e por meio das ações que realizam junto à EMATER/RS – ASCAR do município de São Borja.

Os extensionistas que atuam em São Borja estão distribuídos entre as áreas: administrativa; social e ambiental; e técnica agrícola, conforme as recentes diretrizes da organização. Para contratação, todos realizam processo seletivo para vagas que exigiam a formação mínima de nível médio, embora tenham buscado se qualificar e no momento façam curso de graduação e pós-graduação em áreas de seu interesse, mas fundamentais para o exercício da função como extensionistas junto às famílias de agricultores que atendem no município.

No quadro a seguir busca-se sistematizar as principais informações quanto ao perfil dos extensionistas da EMATER/RS – ASCAR de São Borja, e a forma com que serão identificados neste estudo.

| Cargo e/ou função | Escolaridade | Formação | Idade | Tempo de trabalho | Identificação |
|---------------------------|---------------------|----------------------------|--------------|--------------------------|----------------------|
| Extensionista Rural I | 3º Grau | Serviço Social | 43 | 22 | E1 |
| Extensionista Rural II | 3º Grau | Letras | 36 | 11 | E2 |
| Técnico Agrícola I | 3º Grau | Tecnologia em Agropecuária | 44 | 2 | E3 |
| Técnico Agrícola I | 3º Grau | Tecnologia em Agropecuária | 31 | 12 | E4 |
| Assistente Administrativo | 3º Grau | Ciências Jurídicas | 53 | 27 | E5 |

Quadro 14 – Lista com o perfil dos extensionistas entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Ainda em relação ao perfil é possível observar diferenças não apenas quanto à formação, mas principalmente quanto às idades e ao tempo de vínculo de cada extensionista com a instituição, sendo estes dois últimos aspectos relevantes para as análises, porque evitam a formação de concepções equivocadas quanto ao indivíduo e sua forma de atuação. Primeiro, pela legitimidade de sua experiência em relação aos demais, pois acompanharam os diversos momentos de mudanças de enfoque na extensão rural, e, segundo, pela proximidade da aposentadoria.

Em relação à questão aposentadoria, E1 e E5 ambos adotam posturas distintas em relação ao trabalho com o passar dos anos. No caso de E1, por exemplo, faltam apenas três anos para a sua aposentadoria. Por esse motivo, vem se dedicando exclusivamente às atividades de sua competência — responsável pelas atividades administrativas do escritório — embora esteja sempre atento ao trabalho dos colegas e disposto a auxiliar, com sua experiência e conhecimento, nas questões de dinâmica do trabalho e nas burocráticas envolvidas nos projetos e ações da instituição.

[...] quero mais me aposentar. Mas quando eu vejo que há necessidade se alguém precisa, até porque são gente nova eu sugiro vamos fazer assim e tal e alguma coisa eu faço, mas assim só quando eu realmente vejo que há necessidade, que eu vejo que eles tão sofrendo aí eu interfiro um pouco, mas senão eu deixo pra eles mesmos, até porque eu não posso assinar (E5).

Já, a E1, mesmo após 22 anos de trabalho, sendo uma das primeiras a chegar a São Borja e à unidade, considerando-se o grupo atual, considera o trabalho a continuidade de um projeto de vida traçado há anos quando veio para instituição.

Por isso, busca fazê-lo com a mesma dedicação, reconhecendo que para os colegas não há o mesmo sentido, mas ela respeita a opção de cada um.

Pra mim é um projeto de vida, mas para eles não tem, e eu me educo para isso de não deixar... isso interferir no meu trabalho e na minha relação pessoal também, porque tem coisas que acontecem aqui que poderiam ser diferente né... Mas isso me gera uma indignação (E1).

Deponti (2010), em seu estudo sobre a trajetória da extensão rural no Estado, a partir da realidade histórica da EMATER/RS – ASCAR, identifica que as mudanças de enfoque da ação extensionista deram origem a diferentes perfis de agentes e que convivem e trabalham juntos. Além disso, constatou que o próprio sistema e as substituições de enfoque é que permitem essa sobreposição de posturas entre os extensionistas, não havendo um único perfil para definição do agente e da sua ação.

É importante observar que o tempo de trabalho na EMATER/RS – ASCAR não é o principal determinante quanto ao envolvimento dos extensionistas, porque como se constata no quadro a seguir, alguns deles desenvolvem atividades paralelas, seja para complementar a renda da família ou por afinidade com outras áreas que não necessariamente a do trabalho desenvolvido na instituição. É o caso do E5, que é professor, com carga horária de 20 horas, da Escola Estadual Técnica Olavo Bilac, ministrando componentes curriculares nas áreas jurídicas e contábeis. Também é o caso da E2 que é docente com carga horária de 20 horas, na Escola Municipal de Educação Fundamental Vicente Goulart, e trabalha com a Educação de Jovens e Adultos desde antes de ingressar na EMATER/RS – ASCAR.

| Identificação | Município de origem | Residiu no campo | Tempo que reside em São Borja | Transferência interna | Setor que atuava | Desenvolve atividade paralela | Estuda atualmente |
|---------------|---------------------|------------------|-------------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------------|-------------------|
| E1 | Jaguari/RS | Não | 23 anos | Não | Não | Não | Sim |
| E2 | Ijuí/RS | Não | 25 anos* | Não | Educação | Professora Municipal | Sim |
| E3 | Cruz Alta/RS | Sim | 44 anos* | Não | Empresa Agrícola | Não | Sim |
| E4 | Ciríaco/RS | Sim | 11 anos | Não | Cooperativa Agrícola | Não | Não |
| E5 | Alegrete/RS | Não | 19 anos | Santo Ângelo/RS | Exército Brasileiro | Professor do Estado | Não |

Quadro 15 – Dados complementares dos extensionistas entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

A partir dos dados acima ainda é possível observar que todos vieram de outros municípios, e que uns vieram para São Borja com a família antes mesmo de trabalharem na instituição e, semelhante a muitos agricultores familiares, também buscavam a oportunidade de trabalho na lavoura ou no comércio, como no caso do E3 e do E2.

Eu nasci em Cruz Alta, mas meus pais já moravam aqui. Mas meu pai é natural de Panambi e ele plantava, aí ele veio pra cá, porque ele sempre foi ligado às lavouras, mas agora já tá aposentado (E3).

Eu nasci em Ijuí e morei em Ijuí até os 11 anos, depois eu vim pra São Borja, porque o meu pai, ele trabalhava em Ijuí com gás e aí ele abriu uma filial com entrega de gás e então ele passava mais tempo em São Borja do que em Ijuí, até ele resolver comprar uma casa e vir toda a família pra ficar mais próxima. No início a gente não gostou muito, mas depois a gente viu que foi muito mais produtivo, foi muito melhor pra toda a família (E2).

E os demais, com exceção do E5, que trabalhou durante oito anos na unidade da EMATER/RS – ASCAR, em Santo Ângelo e solicitou a sua transferência para São Borja, com o objetivo de ficar próximo à família dos pais, em Alegrete, tanto E1 quanto E4 vieram para São Borja para assumir os cargos na instituição. Segundo eles, foi uma experiência nova e ao mesmo tempo um choque de realidade.

[...] eu lembro que eu tive que escolher e por telefone, perguntar por pessoal dos recursos humanos de Porto Alegre: Mas onde fica São Borja? Me disseram: “Ah na Fronteira”, só que na minha inocência Fronteira para nós era com Santa Catarina, não era... Mas daí eu disse tá. Aí eu vim peguei um ônibus e vim direto para cá, devo ter viajado o dia inteiro cheguei tarde da noite, aí fui para o hotel. No outro dia assim aí foi o choque de realidade. Pensava lá eu estava a 30 e poucos quilômetros de casa, da minha família, dos meus amigos, cheguei a pensar algumas vezes “Será que o pouquinho a mais que eu estou ganhando vale?” Mas aí claro depois com o tempo, os colegas que já estavam, eu acostumei isso é um processo natural (E4).

Desde que eu entrei eu já fui lotada aqui minha primeira experiência de trabalho foi São Borja, e eu continuo até hoje. Porque eu fiz o concurso passei e vim pra cá. A gente pode ser transferido, mas eu vou ficar até me aposentar. Eu constituí a minha família aqui... Mas quando eu cheguei há 22 anos... Eu entrei por uma ponta e queria sair na outra. Sabe eu achei a cidade horrível né, feia mal cuidada (E1).

E assim, segundo os relatos, o desafio para o extensionista também é se adaptar a uma nova realidade, com outras dimensões de espaço, considerando-se que na fronteira predominam as grandes propriedades. Inclui, do mesmo modo, a busca pelo reconhecimento dos agricultores e instituições locais, o conhecimento da dinâmica de produção agropecuária do município, enfim, diante de tantas situações

desconhecidas, foi a partir do convívio com os colegas na instituição e da sua aproximação com a comunidade que os entrevistados foram se inserindo na realidade.

Hoje eu vejo outra São Borja e fico feliz de eu também ter contribuído em muitas coisas, como a gente trabalha com o poder público, muitas vezes a gente pode opinar, e a própria questão dos agricultores que também hoje já se tem uma outra visão de São Borja né, de participação que né na época que eu vim pra cá agente tinha outro tipo de trabalho (E1).

Ainda em relação aos extensionistas, apenas dois deles havia morado no campo e trabalhado em alguma atividade do setor agrícola. E3 relata que sempre trabalhou com o pai na produção de hortigranjeiros, até ir trabalhar em uma empresa do setor agrícola, onde vendia produtos e dava assistência técnica aos agricultores. Relata que era assistido pela EMATER/RS – ASCAR e lembra que os atuais colegas sempre visitavam a propriedade da família.

Quando eu trabalhava com hortigranjeiros, o pessoal da EMATER me dava assistência lá e agora eu estou ajudando o pessoal do outro lado do balcão. Então até assim, eu entendo o produtor, porque alguma coisa que eu vivi foi com o tempo que eu consegui entender melhor (E3).

O entrevistado E4 veio de uma região essencialmente agrícola, e após ter estudado e voltado para a propriedade da família no interior do município, com o objetivo de trabalhar com o pai na produção de batata inglesa, sofreu o choque de geração na gestão da propriedade, o que o fez buscar uma alternativa, vindo, então, para a instituição.

Eu sou filho de produtor e sempre... agora que eu estou aqui do outro lado do balcão, mas eu sempre estive envolvido com a coisa. Porque lá onde eu fiz o meu técnico em Sertão, eles já trabalhavam na época com a ideia de a gurizada se formasse e voltasse para casa né para ter mão-de-obra. Então eu voltei pra casa cheio de ideia e tal, só que às vezes tem a barreira do pai, coisa pra quebrar, então num primeiro momento eu achei até que fosse desenvolver alguma coisa né, mais aí nesse um ano e pouco que eu fiquei já deu pra atestar que não ia dar certo. Foi então que eu comecei a buscar (E4).

Entretanto, a razão pela qual optaram em fazer concurso para trabalhar como extensionistas na EMATER/RS – ASCAR é muito distinta entre os entrevistados. Para alguns deles representou uma alternativa para continuar trabalhando com o meio rural, como foi o caso de E3 e de E4.

A coisa de identificação de trabalhar com o produtor, porque eu sempre trabalhei, com vendas e assistência técnica, só que a venda tem meta, tu tem que vender... tu tem que meio que empurrar aquilo ali né, eu fica triste com isso aí, isso me incomodava. E na EMATER a gente tem liberdade pra trabalhar e a parte que eu estou aqui da assistência tu não tem esse compromisso com a venda, então tu vai optar por fazer a parte melhor para o produtor (E3).

Na verdade assim, uma por eu já conhecer o trabalho da EMATER, como eu sou filho de produtor e eu me lembro desde que eu me conheço por gente, então já tinha essa vivência e já sabia um pouco detalhado o que eles faziam né, se bem que eu não tinha noção de carreira e tal, isso eu não tinha, um pouco eu sabia (E4).

Para E1 trabalhar como extensionista foi o projeto de vida traçado quando ainda era criança e ficava observando o trabalho do tio e, principalmente, das mulheres extensionistas. Assim, após concluir o ensino médio se preparou para o concurso, e faz seu relato emocionada:

Bom desde quando eu entrei na EMATER, quando eu era pequena eu tinha um sonho de entrar na EMATER, sempre quando eu via aquelas gurias da EMATER chegar (E1).

[...] o meu tio era extensionista, na década de 80 e tinha uns fuquinha amarelo muito bonitinho eu achava coisa mais linda do mundo e eu sabia o que que elas faziam e tal porque eu sempre morei na cidade mas, a minha cidade era pequena então a gente via eles lá e... (Emoção ao falar). E eu tinha o sonho, tanto que no dia que saiu o concurso, meu tio me ligo te inscreve que tu vai ah ai eu fiquei bem triste porque tinha 25 vagas e eu fui a vigésima terceira, eu digo bom não é o papel que vai definir a melhor extensionista ou a profissional, mas eu fiquei triste porque olha eu queria te ido bem na prova né, e aí eu tenho até hoje bem guardado tudo o edital, o jornal que já tá se apagando né, mas eu tenho guardado, porque era um sonho... (E1).

Porém, outros consideram o trabalho apenas uma fonte de renda, primeiro por não terem tido convívio com o campo, e, segundo, pela própria postura que adotam em relação a sua função, principalmente com a mudança no enfoque da assistência técnica e extensão rural. É o caso de E5 cuja motivação para o concurso e trabalhar na EMATER deveu-se ao fato de que não gostava da atividade que exercia anteriormente no Exército Brasileiro, pois não tem nenhuma ligação com o meio rural. E também de E2 que imaginava, pela experiência de seus familiares que eram assistidos pela instituição, que o trabalho do extensionista consistia apenas na realização de cursos e visitas aos agricultores:

Os meus avós, os meus tios, que são do interior, eles sempre falavam sobre o trabalho da EMATER, que sempre era uma coisa muito bonita, pela maneira que eles falavam, então eu me interessei. Quando eu conheci o

trabalho da EMATER a gente via só o extensionista que dava os cursos, que ensinava o tricô, o crochê, que ensinava as receitas, que resgatava aquela receita da vovó, esse trabalho assim eu me identifiquei muito, porque esse trabalho também é do magistério, de tu ensinar e compartilhar aquilo que tu sabe, então isso me identificava muito (E2).

Entretanto, ao ingressar na EMATER/RS – ASCAR, E2 sofreu um choque, pois o enfoque do modelo de extensão vigente naquele período já era participativo e voltado para a produção sustentável. Exigia do extensionista uma postura capaz de criar espaços e estimular a participação dos agricultores, além de ter uma visão do desenvolvimento rural, como um processo complexo e abrangente, no qual a extensão rural se integra por meio de ações “dirigidas à promoção da qualidade de vida, da inclusão social e do resgate da cidadania no campo” (CAPORAL, 2002, p. 17). Sobre a sua visão, já como extensionista, E2 reconhece a diferença, dizendo:

Só que extensão rural é muito mais do que isso, né é muito mais ampla, e a empresa assim até nos fornece capacitações, mas no dia a dia para gente inserir na comunidade, mas nas propriedades tem certa resistência, porque o produtor também tem a visão que eu tinha até pouco tempo, que o bom é aquele social, a gente se encontra, brinca, aprende junto e cada um vai para sua casa e pronto (E2).

Já, os extensionistas com mais tempo na atividade relembram o processo de mudança de enfoque na extensão rural que afetou diretamente o seu trabalho, exigindo-lhes maior envolvimento individual e coletivo. Porém, eles destacam que com o abandono do difusionismo como princípio da extensão rural na EMATER/RS – ASCAR, a ênfase sobre as metas a serem atingidas pelo extensionista se deslocou para a consolidação de uma postura participativa por parte do extensionista, exigindo-lhe capacidade de compreensão da realidade do meio rural, considerando as suas diferentes dimensões econômica, social e ambiental. E5 lembra que:

Na verdade antigamente era um pouco diferente, bom hoje não é diferente vem de lá de cima e a gente tem que fazer, mas antigamente tinha meta e tinha que atingir os produtores, tinha fazer tantas reuniões e atingir esses resultados e tinha que fazer isso e aquilo. Hoje em dia é um pouco diferente, ainda continua com os problemas, mas só que não tem a meta. Aliás, tem meta, mas se trabalha para atingir, mas às vezes não dá então se vai atingir o que der, e antigamente tinha esse serviço para fazer, tinha que registrar, tinha que visitar (E5).

Entretanto, embora os princípios da instituição tenham mudado, os indivíduos permaneceram com suas práticas convencionais. Deponti (2010) afirma que na

prática essa visão participativa e holística do desenvolvimento rural representa um desafio para uma instituição como a EMATER/RS – ASCAR, historicamente marcada pelo difusionismo e acostumada a dar receitas para solucionar os problemas, estabelecendo uma relação hierárquica entre os extensionistas e os agricultores. A mudança de enfoque e postura dos extensionistas é um processo recente, fomentado pela instituição, mas também depende do extensionista.

Na instituição em geral, mudaram algumas coisa né, mudaram algumas prioridades, porque dependendo das políticas públicas né, o nosso trabalho também vai sendo redirecionado (E2).

[...] eu estou assim num caminho mais lento que alguns colegas, porque até pelo conhecimento que a gente tem, o meu trabalho mais é semelhante ao do magistério, então a gente tem que se adequando, e às vezes eu sou um pouco resistente até assim né, não resistente, mas eu não tenho essa visão, essa visibilidade que alguns colegas têm né, até pelos anos de experiência que têm, mas a gente vai levando, vai melhorando vendo mais a família, mais o lado social, vendo mais a propriedade como um todo (E2).

Dessa forma, o que leva à mudança de postura pelo extensionista é porque reconhece que o seu trabalho apresenta um resultado satisfatório para si e para o público-alvo quando há participação e envolvimento de ambos, extensionista e agricultor. Esse é um desafio diário no desenvolvimento de suas intervenções no ambiente rural, como é o caso de E2 que para e reflete sobre a sua postura, concluindo que:

[...] eu não sei assim, é porque acredito, no meu íntimo eu não sei... Mas parece que com o trabalho em grupo tu tem um resultado mais rápido e mais visível, então não sei se isso que me bloqueia e eu não sei o que é, mas assim eu tenho me esforçado, tenho tentado essa é a minha luta constante (E2).

A partir dessa breve apresentação e reconhecimento do contexto e perfil dos agricultores familiares e extensionistas, parte-se para a análise de como se estabelecem os vínculos sociais entre os grupos, pois a ação de um está relacionada à do outro e em um cenário em que a extensão rural já não é mais compreendida como um processo unidirecional e ambos participam dele, extensionista e agricultores familiares.

6.2 Dos vínculos em questão

Fazer uma leitura dos vínculos sociais entre agricultores familiares e extensionistas, sob a perspectiva de Sodré (2002), faz com se observe, em primeiro lugar, a própria ação extensionista que consiste em uma estratégia de vinculação social por ser um processo dialógico e, em um segundo momento, a vinculação social manifestada entre o grupo de agricultores por meio das associações e o grupo de extensionista no cotidiano do escritório. Com isso, deixa-se de reconhecer as vinculações sociais estabelecidas entre esses grupos e outras instituições, mas se faz, apenas, um recorte considerando-se a problemática da tese, pois, conforme Sodré (2002), a vinculação social é inerente ao ser humano, e, portanto, prescinde da presença da mídia, processando-se pelos indivíduos em seus contextos.

Inicialmente se observou os vínculos entre agricultores e extensionistas com o objetivo de compreender como ocorre o processo comunicativo entre os atores e quais as estratégias que empregam para a construção da sua realidade por meio das suas ações cotidianas enquanto atores do processo de desenvolvimento rural.

Dessa primeira leitura que fez dos agricultores familiares identificaram-se as vinculações cristalizadas nas suas relações diárias, ou seja, no âmbito da propriedade com a família, com os extensionistas, com a associação e com os demais agricultores. Já, em relação aos extensionistas foram observadas as vinculações decorrentes do trabalho na instituição, que ocorre principalmente com os agricultores, com os colegas e com as instituições com as quais a EMATER/RS – ASCAR trabalha em parceria, embora se saiba que esses indivíduos atuam em outros contextos, como o da própria família. No entanto, neste estudo explora-se, especificamente, a vinculação entre agricultores familiares e extensionistas.

6.2.1 Vinculação social: assistência, informação, amizade e dependência

A partir da análise dos depoimentos que ilustram as relações estabelecidas diariamente entre agricultores familiares e extensionistas pode-se constatar que a vinculação social se instaura por meio das suas práticas rotineiras de trabalho,

reproduzindo-se nas interações sociais básicas, ou seja, no processo de construção de um em relação ao outro, no qual um é referência para o outro. Disso originam-se distintas ações vinculantes das quais se destacam as de trabalho, de amizade e de dependência dos agricultores em relação aos extensionistas e vice-versa, o que se explica por vários fatores a seguir narrados.

Considerando-se que a EMATER/RS – ASCAR tem como missão promover ações de assistência técnica e social e extensão rural visando ao desenvolvimento rural, requerendo uma postura flexível e participativa por parte dos extensionistas, a compreensão de assistência técnica passa a ser muito mais de orientação e apoio técnico do que propriamente aplicação/execução. Entretanto, muitos agricultores familiares quando questionados sobre os serviços de assistência técnica recebidos declararam não receber qualquer tipo de assistência, porém, no decorrer das suas afirmações, observou-se que isso ocorre devido a relação ter ultrapassado as limitações da transferência de técnicas como tradicionalmente a população rural estava habituada a receber, direcionada apenas à produção econômica da propriedade, incidindo em uma orientação integral que conjuga gestão e produção, o que fica expresso, por exemplo, no depoimento a seguir:

[...] uma coisa que eu tenho queixa, eu já pedi pro extensionista da Emater, até nesse último seminário que eu fui, eu pedi pra dá assistência.

[...] pra essa parte de pastagem né, que tem certas coisas por exemplo, que agora no caso chegou a um ponto que eles tem que, eu gostaria de ter uma assistência né.

[...] porque nós moramos numa zona colonial, a assistência tem que ser igual padronizada (AF2).

Entretanto, quando AF2 para e reflete sobre a sua relação com a instituição, a entrevistada percebe que, em termos de assistência técnica, recebe o atendimento apenas da EMATER/RS – ASCAR, e nem mesmo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, embora tenha uma equipe acessível, não lhe dá o mesmo atendimento. Assim, AF2 percebe que quando precisa chama o extensionista em sua propriedade, e reconhece que nem sempre segue a orientação técnica recebida, embora ele seja a sua principal referência, como pode ser percebido nas declarações do agricultor e do extensionista respectivamente:

[...] quando eu peço, ele vem pegar amostra pra fazer análise da terra, ele (técnico) fez mapa, ele fez tudo, eu vou te mostrar o mapa que ele fez, eu só tenho que vê onde é que está o mapa.

Desde abril nós estamos usando ração produzida aqui, então através do sorgo, então ele veio aqui me ajudou a escolher o potreiro, claro me deu a orientação. E outra orientação que ele me deu e que eu vou desobedece ele me disse assim “Não adianta nós planta em cima do potreiro, que era pra nós plantar só aqui em roda da casa”, mas eu vou plantar, é uma certa teimosia minha (AF2).

Hoje numa visita ou num contato com o produtor tu não faz só assistência técnica, da parte técnica, às vezes é, o cara quer saber a respeito de outra entidade, às vezes a gente brinca que é técnico é psicólogo, e outras coisas. Então eu tenho não tem um parâmetro, mas hoje eu sinto que a gente tem que na verdade, tu acaba sendo uma referência para o produtor em ele tomar as suas atitudes (E5).

Essa relação entre agricultores e extensionistas nas atividades diárias da propriedade, ou seja, no trabalho e na assistência recebida tanto na parte técnica para produção quanto na orientação para gestão da propriedade, algumas vezes passa ‘despercebida’ pelo agricultor familiar, pois este contato é naturalizado. O mesmo não acontece com o extensionista que percebe a mudança da sua postura e papel diante do agricultor. Assim, o processo de vinculação sociável (SODRÉ, 2002) acontece, ainda que o extensionista represente uma instituição do Estado, pois incide em um processo mútuo de autorreferência por meio da interação social (VIZER, 2011). Além disso, o extensionista desenvolve mecanismos para fugir ao reprodutivismo comprometido com a sua realidade vivida que o faz sentir-se extensionista e não técnico, como afirma o extensionista:

Tem algumas questões, que quem tá acima não tem esse contato mais com o agricultor então acha fácil e coloca na mídia e acha que tá resolvido, mas na verdade tem coisas que não tem como se aplicar. Então eu procuro fazer pelo menos parte e puxar para mais um lado e adequar para a realidade do produtor (E3).

Dessa maneira, ao se observar as ações dos agentes, o que se constata é uma autonomização no sentido de agir para um fim determinado, porém, utilizando um percurso que ele diz seguir pelo seu conhecimento prático, que se constitui nos vínculos diários, e não pelo conhecimento ou regras institucionalizadas. Além disso, os agricultores identificam que as ações e métodos tradicionais como visitas à propriedade, reuniões na comunidade e/ou associação, dias de campo já não ocorrem com tanta frequência, embora os dados do relatório de atividades da

EMATER/RS – ASCAR, apresentados no capítulo cinco deste estudo evidenciem o cumprimento dessas práticas de intervenção na extensão rural. Por isso, implicitamente, os extensionistas, em seu discurso, buscam cumprir as políticas e programas quando, por exemplo, repassam aos agricultores familiares as orientações direcionadas à 'diversificação', que é umas das diretrizes para manutenção da agricultora familiar no país. Isto fica expresso também no depoimento de um dos agricultores:

Eu te digo eles sempre tão aqui. A gente pediu na Emater um apoio pra eles para aumentar uma horta, para dá uma opinião e aí eles, os extensionista vieram aí e *ai eles disseram*: "Bom vocês vão ter que diversifica, porque é uma coisa que todo mundo tem é aquilo ali, e por que tu não experimentas faze uma plantação de tomate porque ninguém tem né?". E aí o guri tá preparando a terra ali pra faze um plantio de tomate (AF8).

Essa aceitação do extensionista, na condição de quem tem o conhecimento científico e, até mesmo, de um conselheiro/consultor, está respaldada em sua condição de agente institucionalizado. O agricultor age orientado por interesses próprios, ou seja, ele usa esse 'apoio' como um recurso para acesso a outros serviços/benefícios, pois tem consciência de que só os terá por meio desse agente. E isso está expresso nos depoimentos a seguir:

Quando a gente necessita a gente tá sempre perguntando, inclusive tem coisas que eu tenho até vergonha de perguntar, mas pra plantar feijão como é que a gente faz? Como preparar a terra? Como eu faço uma análise da terra? Aonde que eu vou? Como é que eu colho material? Eu plantei umas mudas de morango pedi pra virem aqui dá uma olhada pra ver se tá certo (AF4).

Eu tô sempre em contato com eles, desses financiamentos de banco eu vou ver o que a gente consegue. E agora mesmo eu tenho que ver com o ele como que estão os PRONAF e as prorrogações, eu tenho um Pronaf com 20 anos para pagar e eu quero prorrogar, vê se tem essa possibilidade de prorrogar e não pagar juro, porque não pagando juro tá bom (AF3).

Essas práticas revelam, segundo Garfinkel (1984), as estratégias empreendidas por esses indivíduos na construção da sua realidade e sua legitimação enquanto agricultor familiar. Assim, a vinculação, afirma (2002), independe da presença do uso de qualquer tecnologia de comunicação ou da sua institucionalização. Ela acontece nas relações ordinárias de tal maneira que um indivíduo contribui para a constituição do outro por meio do diálogo que ocorre,

nesse caso, na propriedade, no escritório, ou em qualquer lugar que garanta a reciprocidade e legitime a relação agricultor-extensionista.

Nesse sentido, a legitimação e a constituição da agricultura familiar, no caso de São Borja, se inscrevem em uma vinculação também de dependência afetiva, na qual o agricultor familiar acredita precisar mais do que recursos técnicos, mas principalmente de um suporte emocional para enfrentar os desafios na produção, na gestão e na manutenção da família e da propriedade. AF1 afirma que quem trabalha na propriedade é a família e os extensionista:

[...] como nós com o apoio do pessoal da Emater.

O técnico ele faz pra aqueles (agricultores) que não tem o computador ele faz a planilha de controle de produção, ele faz pra todo mundo, ele organiza para todo mundo. As minhas foi, foi ele que organizou. Mas agora pra esse ano eu penso que eu vou fazer porque às vezes eu estou aqui em casa fazendo aí eu peço pra ele uma ajudinha pra organizar mais dados (AF1).

Essa vinculação afetiva é declarada pela maioria dos agricultores como resultado da relação histórica com a Instituição, por meio dos extensionista que, com o tempo, passam a ser vistos como um dos integrantes que trabalham na propriedade, ou seja, da família, embora reconheçam que há muitas famílias a serem atendidas por uma equipe de apenas seis pessoas. Além disso, essa vinculação é alimentada pela ação do extensionista, orientado pelas políticas públicas, por meio das suas intervenções na propriedade. E quando emprega a sua experiência e seu conhecimento diante do agricultor vislumbra outras possibilidades enquanto parece estar encontrando solução para os problemas da família, como se pode observar na sequência de depoimentos do agricultor e do extensionista:

Só que eu ainda gostaria que tivesse mais atenção, porque assim, a EMATER eles tem condições de dar atenção para nós só que é muita pouca gente pra trabalhar, eles tem que atender todo interior. E não tem gente. Só que *poderiam vir uma vez por semana para trabalhar com nós*, seria melhor (AF5).

A nossa empresa antigamente era uma empresa de agrônomos, hoje ela é uma empresa social. Tanto que a maioria dos trabalhos, que, que gera vários convênios é da área social. [...] então assim uma das ferramentas que eu acho importante do extensionista é a visita, pra ti conhecer, e aí a partir do momento que tu conhece as famílias tu também pode tá direcionando coisas dentro da propriedade. [...] mas muitas as coisas eu direciono, eu questiono, eu não direciono eu questiono (E1).

Entretanto, se, em um primeiro momento, essa vinculação de dependência se revela afetiva, é nos depoimentos que se pode observar que, tacitamente, nessa relação é como se houvesse um contrato entre agricultores familiares e extensionistas: o agricultor familiar assume o trabalho na propriedade, que ele considera pesado e árduo, e, em contrapartida, exige do extensionista um suporte emocional para enfrentar as adversidades e manter a propriedade, sendo esta uma das condições para a permanência da família no campo. Ao mesmo tempo, o agricultor é favorável ao êxito e à continuidade das ações do agente de extensão rural, como expresso nos depoimentos a seguir:

Nós procuramos nos momentos que a gente, até pra gente fazer uma coisa a gente pede pra eles, porque a gente tem passado por muitas dificuldades devido à seca e porque a gente perdeu muito gado. Hoje até estamos tirando leite de uma minoria de animais porque a gente chegou a tirar de 60 e poucas vacas, e hoje temos uma minoria de vacas produzindo então a gente fala pra eles: "Olha, não nos abandonem pelo amor de Deus". *É que a gente precisa deles né, de apoio moral, porque eles incentivam a gente a ficar no campo né, que por mais dificuldades que a gente tenha é bem grande, talvez nós até não seja tão aparente, mas as dificuldades são muito grande, e uma que tem muito trabalho, além disso é um trabalho que necessita muito de... como é que eu vou te dizer de... de muita coragem né... porque tem que fazer bastante esforço. [...]* e eles sempre nos deram muito suporte né (AF16).

Toda a questão social está bem presente no trabalho da Emater, que a gente não é só um técnico para a produção, a gente tem essa visão assim que tem chegar lá na propriedade e enxergar o todo da questão rural (E3).

[...] e eles (agricultores) te pedem sobre tudo e tu é quase um psicólogo e as pessoas pensam que tu tem que saber de tudo um pouco por isso é bem exigido bastante, como pessoa e como técnico, claro que é mais fácil passar a parte técnica, que tu explica passo a passo o que fazer, mas aí vai a pessoa e pergunta coisas de outras áreas, mas isso favorece o diálogo e a confiança que a pessoa tem em ti, porque *depois que tu sabe de um problema de casa ou da pessoa, isso faz com que se crie um vínculo bem maior e esse vínculo faz com que ela te escute melhor as coisas técnicas que tu passa, a relação fica mais coesa (E3).*

No entanto, embora não declarado o que se estabelece por meio desse contrato, os agricultores familiares, em um ato reflexivo, também identificam que a EMATER/RS – ASCAR é o agente que legitima a categoria de agricultor familiar, e, portanto, também autoriza o seu acesso a crédito e, conseqüentemente, acompanha prestação de contas feita a esse órgão. Frente a essa realidade, o que se pode constatar é que o próprio sistema é responsável por manter esse vínculo de dependência histórica, que, em um primeiro momento, parece resultar da falta de iniciativa do agricultor, mas, na sequência, se revela uma estratégia do Estado em

manter o agricultor no nível de sujeição do extensionista. Isso é percebido pelos agricultores nos depoimentos a seguir:

[...] até foi por meio da EMATER que eu tive acesso ao financiamento, eles são os responsáveis pelo projeto, porque sem a assinatura do técnico tu não faz nada, tu tem que ter assinatura dele, do técnico (A11).

[...] via Emater, eles que sabem quem é, e conhecem quem é o agricultor familiar que paga mesmo e aí se faz um levantamento pra vê, porque tem aquele negócio hoje que ele não vão dá dinheiro pra quem não vai conseguir paga (AF1).

Essa dependência e legitimação vai adquirindo uma mutualidade, porque para executar as políticas e programas que lhes são repassados o extensionista depende da ação e do interesse do agricultor familiar, por exemplo, no caso PRONAF, que oferece várias linhas de crédito para as famílias, ou do PAA que fornece alimentos para a merenda escolar. O extensionista trabalha na divulgação e elaboração de projetos de acordo com a demanda da propriedade e presta assessoria técnica, social e ambiental às famílias para torná-las aptas a participarem dos programas, efetivando, assim, a política e o seu trabalho. É o que se observa no depoimento a seguir:

Eles (EMATER) chegaram e falaram para nós e daí eles explicaram o que dava para financiar daí eu fui procurar eu procurei os animal assim e daí a gente faz o projeto e daí vai pro Banco e daí foi aprovado. Então foi eles que fizeram a gente só foi dando a documentação pra fazer. [...] Até todas essas chamadas, chamadas das merendas das escolas estaduais vem através da Emater (AF7).

Mesmo com a mudança na intervenção extensionista, no sentido de não haver metas rígidas a serem cumpridas, ainda assim exige do agente extensionista uma ação contínua junto ao agricultor, e que só tem início a partir deste indivíduo. Deponti (2010) comenta que nessa relação do técnico com o agricultor, “cada um é portador de um mundo de vida próprio, a relação estabelecida entre eles é desigual não somente em termos de conhecimento, mas também na capacidade de obter recursos” (p.190). Mas o técnico reconhece que é apenas um consultor, a decisão é do agricultor, e os extensionistas reconhecem esse fato:

Uma coisa que a gente fica, digamos assim ‘tu não sabe’, ou seja, como fazer com que a pessoa entenda, mas a pessoa procura a gente eu quero produzir eu quero ter uma renda, então a gente considera o que tu tem, no que pode melhorar, passa para ela, mas se a pessoa diz “não pra mim não é isso, não quero isso pra mim” [...] teve um caso, por exemplo, que eu fiz

um projeto tudo especificado tem que plantar tanto de alface para atender a demanda e passei tudo certinho pra ela, e a pessoa não andou e não andou por falta de capacidade, mas *falta o também de interesse da pessoa*. É muito raro um produtor aparecer com uma ideia, realmente ele dependem ainda bastante do extensionista. De nós. Tem alguns que tem condições na propriedade, mas outros só se for para atividade deles mesmo aí há interesse (E5).

Portanto, a concepção do agricultor da década de 1960, que só recebia informação e tecnologia do extensionista, que não tinha condições de contestar e refletir sobre a sua realidade, já não se concebe mais, pois esses atores são capazes de formular estratégias e articular junto aos técnicos as ações para manutenção da sua propriedade e conforme seus interesses. “O homem é o que é, e chegou onde chegou precisamente porque tomou consciência do ‘poder’. Consciência que pode elaborar estratégias para escapar ao determinismo que lhe impõem cada um desses ‘sistemas’ (ou pelo menos negociar)” (VIZER, 2011, p. 191).

No caso estudado, embora haja a vinculação de dependência mútua como se mencionou, há também uma vinculação sociável por meio das trocas de experiências entre os agricultores e o extensionista. Essa ação vinculante ocorre no desenvolvimento das atividades da propriedade quando cada um reconhece o papel do outro na resolução de um problema — o agricultor participa do processo e o extensionista acompanha, por exemplo, a experimentação de algo novo, em um processo de construção conjunto, no qual o extensionista busca deslocar a sua perspectiva de técnico para compreender o processo estando na posição de agricultor, apropriando-se da realidade e promovendo o diálogo entre eles. Os depoimentos a seguir ilustram esse vínculo:

[...] com a Emater mais ou menos isso aí assim eles vem aqui a gente faz uns experimento pra testa outras qualidades de rama de mandioca para as vaca, aí a gente vai trocando com o técnico. Quando o cara (agricultor) não sabe alguma coisa aí nem que seja liga pra pergunta, mas às vezes se é preciso aí às vezes eles (técnico) vem (AF7).

Por exemplo, agora um produtor que está com problema de renda reclamou que a lavoura não estava boa, então eu digo: “vamos entender o que houve, de repente a semente não era boa”, bom eu digo: “vamos tentar entender o que tem”, tentar estar do lado dele pra ajudar (E3).

Essa vinculação também é fortalecida porque os extensionistas, principalmente os técnicos em agropecuária, têm suas origens e relações históricas com o campo. Por isso, os extensionistas compartilham a linguagem comum ao

grupo, o que significa, segundo Garfinkel (1984), o domínio de um comportamento comum, ou seja, um modo de saber-fazer adquirido por meio da prática e desenvolvido espontaneamente no cotidiano do trabalho, favorecendo a sua aceitação, como declara o extensionista:

Na EMATER 'é muito faça as coisas muito fácil', mas às vezes a gente acha que é fácil né, dizer pro cara (agricultor): tu (agricultor) planta assim e assim, mas tu (técnico) sabe que não é. [...] Então tu (técnico) ter a prática é bom porque digamos assim, tu consegue encurtar muitos caminhos (E3).

A partir do depoimento também se observa que o extensionista aciona a sua experiência predecessora com o campo como um recurso para viabilizar a sua intervenção do mesmo modo que pela sua capacidade de agência para escapar do tecnicismo ainda presente nos métodos de abordagem empregados pela instituição. Além disso, essa historicidade lhe confere uma credibilidade enquanto membro, pois compartilha a linguagem e as realizações do conjunto de significados comuns ao grupo, sendo reconhecido pelos agricultores que assim se expressam:

[...] eles não são assim aquelas pessoas que se acham importante porque são os técnicos, *eles gente da roça mesmo* (AF8).

Quando eu comecei aqui o técnico também estava chegando, e ele tem mesma visão... por que a localidade dele também é de pequeno né. *Então a gente começou a conversar a mesma língua né* e aí ele começou a frequentar aqui, mas só que quando ele começou ele não tinha vício, ele se desenvolveu ele trabalhou pelo certo como deve ser (AF14).

O que também fica evidente na fala do AF14 é que, mesmo que o extensionista conheça a realidade do agricultor, por tê-la vivenciado anteriormente, com o passar do tempo ele acaba absorvendo o modelo de extensão. Isso lhe impõe um comprometimento maior com uma política ou programa a ser desenvolvido do que com a realidade vivenciada por ambos – ele e o agricultor familiar. O extensionista passa a assumir, de fato, a postura de um representante do Estado, embora na condição de agente do desenvolvimento encontre caminhos para dar conta dessas políticas ao mesmo tempo em que atende as demandas específicas do agricultor. É o que relata E3 que era agricultor familiar e recebia assistência técnica da EMATER/RS – ASCAR antes de ingressar na instituição. Reconhece que o agricultor, pela sua experiência, nem sempre segue a orientação técnica, fazendo do seu modo. Por isso, na condição atual de extensionista adota outra postura, na qual considera a realidade de cada agricultor:

Claro que tem muitas coisas que às vezes tu (agricultor) sabia que na prática não usava tudo aquilo que o pessoal (EMATER) dizia, então na prática não usava. E agora não, a gente (extensionista) fala se o cara (agricultor familiar) diz “a já fiz e não deu certo”, então a gente (extensionista) diz “então faz do teu jeito”. [...] Porque a gente vê a demanda de alguns produtores, então a gente vê como ajudar o pessoal, então começa a elaborar um projeto passa internamente e se for alguma coisa maior aí tu tem que pedir autorização para regional, mas passa aqui, posso fazer (E3).

No entanto, a capacidade de agência de ambos faz com que tenham interferido no percurso da ação, rompendo com práticas tradicionais e conservadoras: tanto o agricultor — quando não procede como indicado pelo extensionista, e por isso, requer do extensionista outra postura, ou seja, postura atenta aos problemas da propriedade — quanto o extensionista, ao buscar alternativas para realizar com êxito o seu trabalho.

Essa ação vinculante estabelecida pela troca de experiência é o indício da vinculação que será denominada, aqui, de vínculos de amizade entre os agricultores e extensionistas, que se explicam por diversos fatores, dentre os quais: a historicidade da EMATER/RS – ASCAR no município, a interreferencialidade, ou seja, um é referencial do outro, a confiança, a reciprocidade e a noção de membro, como o expressam os depoimentos:

[...] porque além da amizade que a gente tem com todos desde o início e com os que já saíram também, sempre tiveram na nossa propriedade, próximo da gente, pra qualquer coisa que a gente precisar (AF8).

Ah é uma relação de amizade e de confiança, como eu disse assim, eles mesmo que nos disseram que nos informaram sobre o crédito fundiário, porque gente não presta atenção ou a gente não faz questão (AF1).

[...] Eu mesmo se eu não tenho que fazer pela cidade eu chego lá pra visitar eles sempre eu estou indo lá conversar né. Ou eu ligo né, se eu quero fazer alguma coisa certa né ou tomar uma decisão meio incerta né, eu ligo (AF3).

Embora haja uma compreensão semelhante quanto aos laços de amizade, na perspectiva dos extensionistas, isto também se explica pelas mudanças históricas no sistema de extensão rural que favoreceram a sua vinculação afetiva com os agricultores. Entre eles, é indiciativo o papel de psicólogo que os extensionistas assumem nessa relação de amizade e confiança com os agricultores. E essa condição é fortalecida pela sua trajetória na comunidade quando seu trabalho é reconhecido pelos agricultores. Os depoimentos dos extensionistas buscam ilustrar a mudança, a trajetória e a atuação enquanto psicólogos, respectivamente:

[...] era um pouco mais rígido também, o técnico já tinha uma cartilha, que dizia tu tem que trabalhar assim e assim com os agricultores, já havia uma fórmula, o método é esse, tu tem que demonstrar tu tem que fazer, hoje não, hoje não tem assim digamos de modo tão rígido, tem os métodos de como trata-lo, mas não chega assim ser tão rígido que diga que tu tem que tratar dessa maneira (E3).

A relação pessoal eu vejo que melhorou muito, porque no início quando a gente é novo na atividade e também na comunidade tem uma receptividade, mas não tão grande, no momento que a gente começa a trabalhar mais com aquele público, visitar mais e conhecer mais vai também formando um relacionamento de amizade (E2).

[...] então a gente sempre tem essa função de ouvir, de orientar, a gente é quase uma psicóloga também, mas tem assim essa amizade muito grande. É engraçado que isso tende com as produtoras e com os produtores homens que procuram a gente e conversam bastante (E2).

Diante do exposto, pode-se observar que enquanto a mudança de diretriz permite mais liberdade ao extensionista em suas intervenções, e, conseqüentemente, os vínculos de amizade se formam e tornam-se facilitadores do trabalho, ao mesmo tempo lhe requerem o desempenho em outros papéis. É por meio dessas vinculações que os agricultores agem de modo distinto em relação aos extensionistas e à instituição para atingir seus objetivos. Do mesmo modo, os extensionistas também o fazem.

Por fim, pode-se observar que as vinculações se desenvolvem umas em consequência das outras, muitas vezes de maneira despercebida pelos atores, pois ambos estão submersos no mesmo ambiente. A partir dessas vinculações outras ações vinculantes se estabelecem por meio das práticas cotidianas dos agricultores familiares e extensionista, sobre as quais se discorrerá, a seguir, na análise da presença dos meios de comunicação tradicionais e das TICs nesse contexto.

6.3 Veículo: dos meios tradicionais às TICs

O desenvolvimento da modernidade, já mencionado, pode ser associado também ao surgimento dos meios de comunicação massivos que, ao longo dos anos, se entrelaçaram aos processos de transformações sociais. Sodré (2002), em sua teoria da comunicação denomina de veículo ou relação essa presença maciça nos meios que incidem na conformação de uma sociedade midiaticizada, controlada

pelo mercado, na qual os indivíduos interagem uns com os outros através do uso de uma tecnologia de comunicação. Além disso, o autor defende que a ampliação recente dessas interações por meio das novas tecnologias de comunicação — a midiaticização das relações do indivíduo — produz uma nova ambiência de existência humana, sendo um espaço referencial e de novas experiências que se fundem com experiências cotidianas do indivíduo na construção social da sua realidade.

No meio rural, a mídia foi uns dos principais mecanismos empregados nos sistemas públicos de extensão rural. Mesmo com as transições dos modelos e diretrizes no sistema, os meios de comunicação e os processos midiáticos assumiram um papel fulcral, que permanece hodiernamente. Alguns desses meios, por exemplo, o rádio, ainda dispõem de uma centralidade no cotidiano da população rural, incluindo-se a televisão e as demais mídias, pois, ainda que não seja o principal objeto do estudo, na relação entre agricultores familiares e extensionistas, e na compreensão das suas rotinas e práticas, esses meios não podem passar despercebidos, como se pode observar na pesquisa a campo.

E nesse mesmo contexto as TICs — o celular e a internet — se inscrevem como possibilidade de interação e autonomização dos indivíduos. Além disso, constituem-se em vinculações sociais entre os grupos, assumem diferentes funcionalidades no cotidiano dos indivíduos, reorganizando a relação com os meios tradicionais de comunicação e reordenando o processo comunicativo entre os agricultores familiares e extensionistas. Sobre essa inserção das mídias será tratado a seguir. Já, aos produtos midiáticos consumidos e apropriados pelos grupos serão abordados na compreensão dos processos cognitivos decorrentes da midiaticização.

6.3.1 A presença massiva dos meios de comunicação tradicionais

Ao se analisar a relação entre os agricultores familiares e os extensionistas que ocorre por meio das TICs, constata-se que a presença dos meios de comunicação de massa — o rádio, a televisão e o jornal impresso — no cotidiano desses dois grupos revelam como os processos midiáticos se integram a essa relação, ainda que sejam de base societal, ou seja, a produção dos conteúdos e produtos midiáticos ocorre em um fluxo contínuo e verticalizado, de cima para baixo,

sob a lógica do mercado das mídias e no qual esses indivíduos são despercebidos e distantes. No entanto, isso é percebido pelos agricultores familiares:

[...] mais esse aí (Jornal Folha de São Borja) e outros jornais, a gente está na feira tem o jornal, trabalhando a gente vai lendo alguma coisa, mas é difícil ter alguma coisa para nós. [...] eu acho que tinha que ter mais, mas também eu acho que o pessoal não vai vender mesmo. [...] o pessoal que saber mais mesmo é sobre as notícias da cidade mesmo né, e do campo não (AF10).

Ainda assim, na sociedade midiaticizada os meios de comunicação de massa e os processos midiáticos estão integrados ao cotidiano dos indivíduos de tal maneira que passam a orientar as suas práticas. Isso pode ser observado em relação à frequência do aparelho radiofônico nas propriedades rurais, tanto no que se refere a sua existência quanto ao uso, além do papel e lugar que esse meio ocupa na vida dos agricultores familiares e nas relações que estabelece com os outros, extensionistas, agricultores e demais instituições.

Na análise realizada identificou-se que o aparelho radiofônico é unanimidade nas propriedades, estando dentro de casa em diversos cômodos, na sala, na cozinha, no quarto e no local de trabalho — na sala de ordenha ou no galpão, e alguns agricultores se deslocam com o aparelho (a pilhas e até mesmo o celular). Nesses cenários, o aparelho se inscreve como uma companhia tanto para os homens quanto para as mulheres por ficar ligado durante todo o dia, em diferentes ambientes e horários, conforme vai se desenvolvendo a rotina dos indivíduos:

[...] olha agora eu escuto mais as notícias, porque de manhã eu ligo o rádio que eu tenho lá nas minhas coisas (galpão) e de meio-dia eu ligo o rádio daqui da cozinha. Ai ele é a minha companhia porque eu tenho que cozinhar e arrumar a cozinha, ou quando eu vou lá pras estufa, porque eu ligo lá e deixo o dia inteiro ligado. Porque eu chego à primeira coisa quando eu chego lá (galpão) é ligar o rádio (AF9).

[...] isso é diariamente, porque aonde eu vou eu estou com o rádio ligado (no celular). E eu tenho o meu rádio na ordenha (AF7).

[...] é eu tenho (rádio) no meu galpão e tenho em casa também. E fica ligado o dia inteiro (A14).

A partir do processo reflexivo sobre as práticas dos agricultores familiares é que se observa a preocupação deles em argumentar sobre as vantagens de escutar o rádio, pois esse hábito não os impede de desenvolverem suas atividades de trabalho dentro e fora de casa. Desse dar-se conta e construir uma justificativa,

constata-se que esse indivíduo age conscientemente e, por meio da fala, constrói a sua realidade e a constrói enquanto a descreve para o outro. Por isso, se desde o início da entrevista esse indivíduo relatou a rotina de trabalho pesado e difícil não poderia, na sequência, contradizer-se. Essa mesma preocupação é recorrente em relação ao uso dos demais meios, tema que será tratado mais adiante. Em relação ao hábito de escutar diariamente o rádio, o agricultor comenta:

Porque tá no serviço ali a gente dá atenção né, *mas não que eu chegue lá e sente pra fica escutando* (risos), mas porque ele permite isso né, porque a gente tá trabalhando e prestando a atenção né (AF14).

Com receio de que a sua atitude de ouvir rádio fosse interpretada como um ato de entretenimento, os agricultores argumentam que é uma das formas mais acessíveis de se manterem informados sobre o que é de seu interesse e do que pode ser útil para a propriedade e a família. Alguns agricultores relatam que alguns dos programas dos quais participam, atualmente, tiveram origem a partir do que escutaram no rádio, por exemplo, o Programa Mais Alimentos e o PRONAF e então buscaram a EMATER/RS – ASCAR para acessá-los — quanto ao primeiro a instituição o desconhecia:

E esse aí (Programa Mais Alimento) eu estava lidando no galpão com o rádio ligado lá e aí começou a aparece lá mesmo, eu pensei né, eu em compensação eu tenho uma informação eu vou lá e se eles não sabem eu provoco eu *cutuco* eles eu digo que tem e aí a gente vai (AF14).

[...] pelo rádio, porque no início não se tinha nada para o pequeno produtor, no início para o pequeno produtor não tinha nada, no início quando a gente começou tinha uma ou duas vaquinhas depois que a gente foi comprando com o dinheiro da gente e tal, e aí quando surgiu até de escuta o PRONAF, aí a gente foi na Emater, se informar na Emater (AF9).

Constata-se, então, que, por meio dos conteúdos veiculados nos programas radiofônicos, os agricultores realizam uma filtragem identificando o que é do seu interesse. Como diria Verón (1997), a midiaticização é um “circuito de feedbacks” que interfere diretamente na relação entre atores individuais e as instituições, ou seja, na relação entre agricultores familiares e extensionistas, pois estes representam a instituição. Ainda de acordo com o autor, essa relação nunca é a mesma, porque incide em mudanças de comportamento dos atores individuais em relação às instituições, rompendo com a linearidade do processo comunicativo — de transmissão de informações.

Assim, se mídia muda a condição do agricultor, o extensionista também passa a fazer outra interpretação sobre a mídia — além de usá-la como um recurso tradicional de transmissão de informações para otimização da comunicação pela sua abrangência e inserção no cotidiano deste público, passa a empregá-la como uma alternativa para prestação de contas do trabalho que realiza. De modo intencional, o agente a usa como um recurso de legitimação da sua função e da instituição que representa diante da sociedade, como se constata na fala de E1:

Todos os nossos cursos, sempre saem no jornal e no rádio, com o pessoal da rádio a gente tem uma boa relação é só ligar eles não nos cobram nada, o jornal também, só que o jornal é uma das coisas que tem pouco acesso ao interior, *o jornal é importante porque tá divulgando na cidade o que se está fazendo também e as pessoas tem que saber, a comunidade sabe* (E1).

Para os extensionistas a mídia passa a ser, também, um recurso para a sua ação extensionista — um complemento do trabalho para a assistência técnica ou extensão rural. No entanto, a mídia não é suficiente para a ação do agricultor como pressupunha o difusionismo nos anos de 1960. O extensionista é enfático ao analisá-la em relação ao seu papel:

Como um exemplo mostrado num programa de televisão ou falado no programa rádio mobiliza o pessoal às vezes, eu acho que é uma ferramenta interessante, *isso auxilia o nosso trabalho, mas não faz o que a gente faz* (E4).

Do mesmo modo que o aparelho radiofônico, a televisão também está integrada ao cotidiano dos agricultores, que adaptaram suas rotinas e costumes no interior na casa, ou seja, a mídia se tornou parte integrante das instituições, do mesmo modo que a família, afirma Hjavard (2012). Os meios organizam a rotina, e os produtos midiáticos organizam o consumo desses meios, sem substituí-los, ou seja, enquanto os indivíduos trabalham escutam a programação radiofônica e quando se recolhem ao interior da casa assistem a programação televisiva. Assim, semelhante aos meios de comunicação, outras tecnologias modificam o cotidiano, como se pode observar a partir do depoimento a seguir:

Depois da lida do dia na TV da cozinha pega a RBS e aí nos assistimos o jornal e à tardinha aí quando começa as minhas novelas meu marido fica... aí ele vem aqui (sala) e já coloca no jornal. [...] geralmente eu faço almoço que já sobra pra janta, aí eu dou um rapidão lá com o micro-ondas, que eu comprei o ano passado recém porque antes eu não tinha, e aí arrumo lá

todos aquecem e já estão jantando, lavo a louça e eu já me veio pra cá também assistir (AF1).

A televisão passou a ocupar papel central na família, e para alguns é uma forma de entretenimento após o dia de trabalho, pois, segundo os agricultores, é necessário parar para assistir, considerando-a uma desvantagem em relação ao rádio. Além disso, a programação dos canais abertos, ou seja, os que os agricultores familiares têm acesso, tem poucos programas televisivos dirigidos a esse público. Por isso, dentre os que têm acesso, os homens preferem programas de esportes e jornalismo; as mulheres preferem as telenovelas, e nas propriedades onde os filhos já foram embora os produtos midiáticos são consumidos ao mesmo tempo, porém, separadamente, como relata o agricultor:

[...] Televisão tem duas, cada um tem uma. Porque cada um olha a programação que quer. [...] eu mais é jornal e esporte, e ela é novela e um pouco de coisa de religião (risos) (AF3).

Nesse contexto, a televisão assumiu um papel que lhe atribui maior relevância em relação ao rádio, pois, diz Thompson (1998), a recepção, enquanto atividade situada e de rotina, ainda é uma realização especializada que requer dos indivíduos competências e habilidades específicas que são adquiridas pelo processo de recepção e naturalizadas de tal forma que se tornam ações despercebidas. Por isso, enquanto o rádio requer compreensão do conteúdo exposto pela fala, a televisão representa esse conteúdo também por meio da imagem, o que facilita, segundo o depoimento do agricultor a seguir:

[...] na maneira que a gente foi, começou no caso a assistir a televisão que a gente vê que mostra mais detalhado, porque ali tem som e imagem né, a gente dá pra vê que a vantagem é grande né, porque o rádio tem que ter mais atenção pra escutar se não né, só aquele problema né, que tem que escutar (AF14).

Em relação a programas de televisão, mesmo sendo um dos procedimentos do conjunto metodológico de extensão rural da instituição, os extensionista não tem como produzi-los a não ser quando procurados ou consultados pela emissora local. O mesmo acontece em relação às intervenções extensionistas por meio das mídias impressas. Ainda assim, os agricultores encontram programas televisivos relacionados ao seu contexto, trazendo para os extensionistas algumas alternativas e questionamentos. Isso provoca um incômodo ao extensionista, pois, em sua

avaliação, nem sempre o sugerido se aplica se analisadas as condições do agricultor e da propriedade, como argumenta:

[...] Olha às vezes eles trazem umas demandas até que é meio fora da realidade, mas seguidamente aparece (E4).

Da mesma forma que a televisão, o jornal impresso requer mais atenção e dedicação de tempo, por isso a maioria dos agricultores familiares consome somente o periódico editado no município, a Folha de São Borja, para se inteirar das notícias do local. Para muitos produtores, o interesse pelo jornal local cresceu com sua participação nas feiras de produtores que acontecem nas praças do município, nos dias em que o jornal é publicado, como relatam:

Eu quase sempre compro às quartas-feiras e no sábado na feira porque eu acho que tem umas notícias importantes (AF5)

Bah, esse (refere-se à Folha de São Borja) eu compro todas as quarta e sábado na feira, e a gente busca, por exemplo, alguma notícia, e o que tá acontecendo na cidade (AF13).

[...] Esse (fala apontando com o olhar para uma edição da Folha de São Borja) eu compro sempre na feira. [...] De primeiro eu não tinha o hábito de compra o jornal, mas agora eu compro todos os sábados, às vezes até na quarta, mas então no sábado é sagrado, nós temos lá uma mulher que leva lá para nós o jornal (AF9).

Dentre todos os meios de comunicação empregados, o jornal impresso é aquele inicialmente definido pelos agricultores como a principal fonte de informação sobre a sua realidade, o município a que pertencem, e sobre os fatos que acontecem no 'mundo'. Mesmo que o hábito da leitura seja apenas do impresso local, pois o periódico tem uma editoria sobre agronegócio que inclui questões da agricultura familiar, essa prática dos indivíduos deflagra a necessidade de se integrarem ao cotidiano da população urbana, uma das suas referências, ao mesmo tempo em que compartilham os seus conteúdos simbólicos.

Eu digo pra eles (filhos e marido), que eles têm que ter assunto pra conversar com várias pessoas. Claro que a gente não consegue sabe tudo, mas o mínimo como é eu digo pra eles: *a gente tem que tá informado, o mínimo a gente tem que saber* (AF1).

Eu gosto de lê, porque o meu marido só olha as figurinha né porque lê ele não gosta, então ali está o resumo da notícia está ali. Porque sempre final de semana *tem alguma novidade, eu olho a social também, daí tu vai folhando e vai olhando e vai se inteirando dos assuntos* e também porque tu tem que se informar né (AF9).

Para Silverstone (2011) a mídia tanto impressa quanto eletrônica é uma constante no cotidiano atual e faz parte da vida das pessoas, por isso passa-se a depender dela para fins de informação e entretenimento, de conforto e segurança “para ver alguns sentidos nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência” (p. 12). A partir da análise da presença dessas mídias nas propriedades rurais, pode-se observar que, ao alterar as rotinas e se integrar ao cotidiano, transformam as relações sociais entre os indivíduos e, em consequência, a relação entre agricultores e extensionistas. Se, no processo de extensão rural, a constituição do agricultor acontecia pela presença do técnico, com a presença da mídia os agentes encontraram outras referências para essa conformação, mudando de condição e posição nessa relação, e esse processo foi acelerado pelo uso de novas mídias.

6.3.2 As TICs no campo

Considerando-se que os meios de comunicação de massa estão presentes no meio rural de modo massivo, as TICs também vêm tomando seus lugares no cotidiano por meio das práticas dos indivíduos. Em relação ao telefone móvel celular, constata-se que todos os agricultores e familiares já possuem um aparelho para uso pessoal e, por isso, o telefone assume diferentes funções e sentidos na vida desses indivíduos, e o mesmo acontece com os extensionistas. Já, a *internet* é uma realidade de poucos agricultores, a não ser daqueles em que os filhos ainda permanecem na propriedade, e os extensionistas a acessam na própria instituição.

O telefone celular⁸¹ é uma realidade de muitos agricultores familiares há um bom tempo, sendo rara a propriedade que não dispõe de um aparelho pelo menos.

⁸¹ Schwartz ao comparar dados de sua pesquisa realizada em 2007 com os dados de seu estudo desenvolvido em 2012, observa que "Na época, mesmo muitos agricultores enfrentando dificuldades de sinal de celular e tendo a possibilidade de usar o telefone móvel apenas de forma fixa e conectado a uma antena própria para essa finalidade, os depoimentos de agricultores e agricultoras revelaram que o telefone celular ocupou uma lacuna de comunicação no meio rural e possibilitou a ligação mais rápida, eficiente e econômica dos agricultores e agricultoras com o mercado que compra os produtos da agricultura familiar, com os serviços utilizados por eles como oficinas, sindicatos e bancos e até contribuiu para que os moradores do campo se sintam mais seguros porque o telefone possibilita um contato imediato com a polícia ou mesmo com ambulâncias em casos de emergência" (2012, p. 161).

O motivo de não tê-lo decorre muito mais da falta de infraestrutura técnica para o seu uso do que da condição financeira, como declara a extensionista:

Dos que nós trabalhamos um ou dois que não tem celular, mas assim 99,99% têm. [...] se não é porque moram numa localidade que não pega sinal, se tivesse sinal eles teriam (E2).

Porém, as motivações para que os agricultores o adquiram decorrem de diferentes necessidades. Quando questionados sobre isso, a primeira necessidade apontada foi a relacionada às atividades de trabalho; em sequência, o contato com a família. Além disso, conforme AF11, na perspectiva do entrevistado, o telefone móvel não se configura um meio de trabalho, definindo-o apenas como uma ferramenta auxiliar. O mais importante para esses indivíduo é “o que fazem com o meio do que por meio dele”, como afirmam:

[...] só mais como ferramenta do meu trabalho, às vezes para receber alguma encomenda, fazer contato com os familiares que são de fora, tem gente por toda a região. Claro que a gente faz contanto, mas assim que ele seja o meu meio de trabalho não, mas facilita (AF11).

Ah, eu uso mais para liga pra vender mel, ele é uma ferramenta de trabalho, mas também uso para falar com a família porque a gente aqui fora precisa, e também para falar com os outros agricultores (AF12).

Embora este estudo não aborde o gênero⁸² na propriedade, no que se refere a essa mídia, a necessidade de sua aquisição de justifica por outros motivos, dentre os quais é indicial a questão de segurança da família. E, por sua vez, o telefone móvel é uma companhia, diante da sensação de isolamento provocada pela distância. Essa atribuição é percebida tanto pelas agricultoras quanto pelas extensionistas que, embora não residam nas localidades rurais, percorrem muitos quilômetros, sozinhas, diariamente, e, talvez por isso, tenham essa mesma dimensão:

[...] por tá aqui fora, porque quando a gente veio pra cá foi comprado um aparelho pra todo mundo usar, porque eu ficava em casa, a gente não tinha carro, os guris eram crianças, era uma *medida de segurança* e de conforto, mas não era uma coisa assim de status, era usado só pra quando ele estava na cidade e precisava combina alguma coisa era uma forma de comunicação, mas também de segurança (AF1).

De segurança, a agente percebe assim no interior é *mais uma questão de segurança, porque como é muito longe* é uma necessidade, eles ligam

⁸² Para saber mais em Schwartz (2012).

sabe, é assim a maneira mais rápida de comunicação com a sede e até assim questões de saúde, tem varias coisas alguém passa mal precisa de uma ambulância ou coisa assim, então bem uma questão de segurança (E2).

O celular anda sempre comigo. Eu não ligo muito, mas tá sempre a disposição (AF8).

Ainda em relação à aquisição dessa tecnologia, a necessidade para alguns surgiu devido ao trabalho com a produção leiteira quando a empresa vinha recolher o produto nas propriedades. É uma tecnologia que os agricultores investiram ainda na década de 1990, entre aqueles que trabalham com a produção de leite, período em a empresa passou a coletar leite no município, surgindo, então, a necessidade:

[...] Tu te lembra daqueles tijolão, aquilo era pesado tu colocava na bolsa aqui era um peso, mas era bem bom (AF9).

[...] faz tempo, desde o tempo do 'tamancão' aquele (AF3).

[...] houve uma época, que estava maior o negócio aí eu usava bastante, por daí às vezes eu precisa fala com o pessoal lá da empresa (de leite), com eles e eu tinha mais ligações e eu estava sempre usando né (AF8).

No entanto, para alguns a aquisição foi recente devido à resistência às novas tecnologias, motivada por todas as habilidades e competências que estas demandam para o uso. Porém, como diria Thompson (1998), essas são aquisições sociais que, adquiridas, são absorvidas e passam a ser despercebidas pelo indivíduo. No caso, o telefone móvel, pelas suas inúmeras funcionalidades, se inseriu no cotidiano desses agricultores que passaram a explorá-lo como meio de comunicação, mas também como um recurso para o trabalho diário na propriedade:

[...] e o cara acaba pegando, de início parece um bicho de sete cabeças, mas daí tu não consegue fica sem, sabe, porque tem horário, tem despertador, tem a agenda, isso tudo, e é útil pro meu trabalho pra entra em contato, até mesmo pra pedi uma encomenda ou uma muda, é por celular é importante, porque tu te lembra de alguma uma coisa anota no próprio celular (AF10).

Do mesmo modo que a necessidade de aquisição do telefone móvel foi decorrente das atividades na propriedade, o mesmo acontece com a atitude de explorar as demais funcionalidades da tecnologia. Muitos agricultores relatam que têm dificuldades de operacionalizar, optando por não usar e outros buscam

orientação dos extensionistas para aprender como utilizar os aparelhos, conforme relatam agricultores e extensionistas:

[...] eu uso unicamente pra falar, claro eu mando mensagem e recebo agora mesmo as escolas começam a mandar mensagem, porque dificilmente tu consegue falar, aí então as 'profs' se deram conta então agora elas escrevem tudo aí eu recebo delas, mas manda assim dificilmente eu mando mensagem, mais é liga, ai tu usa o celular unicamente pra falar (AF9).

Mensagem eu quase não mando é difícil, porque pra mim é só ligar, às vezes até porque tu vai mandar e digita errado, manda pra outro e daí eu só sei ligar e falar com as pessoas mesmo (AF5).

[...] já teve várias reuniões em que eles (agricultores) chegam: "Aí tu me ensina que eu ganhei do meu filho ou da minha filha e eu não sei mexer nisso aqui, como é que é?" e daí a gente dá uma aula de tecnologia ainda, mas acontece bastante, bastante mesmo (E2).

Nessa relação histórica com os extensionistas, o telefone móvel é percebido como um facilitador do trabalho na propriedade, muitos agricultores relatam sua trajetória para ilustrar a realidade vivida no período em que não dispunham de nenhum meio de comunicação na propriedade, por vários fatores financeiros, mas, principalmente, infraestrutura tecnológica:

Antes era complicado, porque tinha que ir à cidade, precisava de uma coisa tinha que vir ou mandar recado. Inclusive quando eu vim pra cá não tinha luz nos primeiros cinco anos, não tinha luz, não tinha televisão, não tinha nada, no meio do mato, a gente ficou isolado aqui durante uns quatro, cinco anos (AF3).

[...] nos casamos e ai sabe que fui cuidar dessa propriedade e ai só tinha uma casinha velha lá, e eu ajetei um galpãozinho até pra mim logo que eu fui depois dei uma reformada na casa, porque depois foi a esposa, vida nova, lá não tinha luz, não tinha telefone, não tinha comunicação nenhuma (AF6).

Dessa forma, o telefone móvel, além de ser uma ferramenta de trabalho, auxilia o contato com a instituição, na relação direta com os extensionistas, no momento em que são desenvolvidas as atividades na propriedade. Ao agilizar a troca de informações, a relação com o extensionista deixou de ser uma espera pela visita ou de reduzir-se a um momento específico para o diálogo, o que exigia toda uma organização do agricultor e do extensionista. O telefone móvel se integrou ao cotidiano desses indivíduos, passando a fazer parte dos processos rotineiros de suas vidas, como relatam:

[...] porque se não fosse o celular pra falar com a EMATER ou Prefeitura, eu ia ter que ir na cidade só pra isso e aí eu teria mais dificuldade né, muita dificuldade até porque tu precisa de um produto aí tem, tem liga sabe se tem, sabe preço, procura toda as informações necessária, preço e coisa assim né (AF3).

Eu tenho até o celular pessoal deles (risos), porque quando precisa, quando aperta aqui ou quando está com um negócio encaminhado tudo, ou para tirar muita dúvida ou aqui fora tem tal coisa à gente fala com eles, eles dizem: “Não deixa que eu faço, não precisa vir na cidade pra isso” e essas coisa de documentação, porque se for preciso ou eu vou se não deixo pra eles lá. E a gente tem muita dúvida, às vezes a gente não sabe e acaba perdendo tempo como esses projetos mesmo, o técnico fala: “Não deixa que eu faço pra ti, tal relatório” ou eles ligam pra te dizer que tu precisa de mais documentos e tal (AF1).

Essa mesma leitura, em relação à presença do telefone móvel nas propriedades, também é feita pelos extensionistas, tanto no que se refere às rotinas de intervenção extensionista quanto no encurtamento de distâncias, considerando-se que são poucos os técnicos para trabalhar em muitas localidades distintas, e na organização de seus trabalhos. Além disso, o telefone móvel permite o contato direto dos agricultores com os extensionistas pelas relações de vínculo de amizade já apontadas, as quais permitem essa liberdade para tratar de outras coisas que não somente de assistência e extensão, como se observa os relatos:

[...] São Borja a questão que tua acaba aprendendo que a noção de distância é diferente, por que na verdade se eu te disser que lá na localidade do meu pai, tu anda um quilometro e tu atravessou toda ela e são 70 famílias, aqui as vezes essa distância é de uma propriedade à outra, então o celular também facilita bastante isso né.

[...] porque pra nós ter celular é para avisar que faltou um documento vem para cidade. Esses dias surgiu a necessidade de nós fazer uma reunião para nós resolvemos em função do pessoal que participa, nós organizamos a Mostra da Agricultura Familiar na FENAOESTE aí rapidinho nós passamos os telefones para o assistente administrativo, ele fez os contatos para nós, sexta já estava todo mundo ali, então facilita para nós (E4).

[...] ligam para saber o dia da reunião, se tá tudo certo se precisa que leve alguma coisa, ou então eles precisam de alguma coisa da cidade, se eu não poderia fazer um favor, ou às vezes é uma carona, alguma coisa assim, mas contato direto (E2).

Embora o telefone móvel faça parte do cotidiano de todos os agricultores entrevistados, alguns deles declaram que preferem dialogar pessoalmente com os extensionistas, nas visitas técnicas, ou em conversa no escritório, motivados pela necessidade de se fazerem compreender (em relação ao que falam), o que, na

perspectiva de Thompson (1998), é característico da interação face a face. Essa atitude é observada nos relatos:

[...] não eu prefiro ir lá (refere-se ao escritório da EMATER), eu já estou na cidade eu dou uma passadinha lá (AF13).

[...] Bom se eles podem eu converso com eles, ou eles vêm aqui, ou eu vou lá. [...] ele (marido) tem o dele e eu tenho um, mas eu nunca usei muito. E eu não, não tenho o hábito (AF2).

Outro impulso para a aquisição e uso dessas novas tecnologias é a presença dos filhos (jovens) na propriedade, por isso muitos agricultores, embora não as utilizem, têm acesso por meio dos filhos. Com a convergência midiática, em que o telefone móvel também se tornou um dispositivo para acesso à internet, os smartphones adquiriram mais uma funcionalidade, explorada principalmente entre os jovens, mas os pais apenas acompanham esse processo, conforme declaram:

[...] eles passam colocando coisa ali (computador), mas eu... mas eles tão sempre gravando e registrando e colocam no computador e a gente assiste, porque o celular dos filhos sempre é melhor que os dos pais (AF1).

[...] só ligar, e mensagens eu não, mais é as gurias que usam, eu é só ligar e deu. Os delas são melhores que o meu, com vários recursos, com máquina fotográfica estas coisas (AF6).

[...] pra falar verdade eu nem preciso do outro (computador) porque eu posso olhar meu e-mail no celular e outras coisas. Mas só que a questão de pesquisa assim, porque daí pesquisa eu preciso fazer no computador (AF7).

Em relação ao telefone móvel pode-se observar que as tecnologias entre as mulheres representa uma questão de segurança (de não estar sozinha); já, para os homens, é ferramenta de trabalho que otimiza o seu tempo, principalmente na relação com os extensionistas, pois essa interação pode ser feita durante a sua atividade na propriedade. Do mesmo modo que agiliza os processos de intervenção (reuniões com agricultores) e organização do trabalho (projetos) dos extensionistas, o telefone móvel é um dos principais meios de comunicação empregados pelos agricultores tanto no trabalho quanto no contato com familiares (residentes na propriedade — cônjuges e filhos) ou distantes (que residem na zona urbana de São Borja ou em outros municípios).

Como já se mencionou, a internet é uma das tecnologias que ainda não faz parte da maioria dos agricultores familiares, porém, entre aqueles que já têm acesso

ao serviço em suas propriedades pôde-se observar algumas questões quanto às motivações para a aquisição e como essa tecnologia se estabelece na relação com os extensionistas.

No campo, um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores em relação ao acesso à internet refere-se à baixa infraestrutura e qualidade tecnológica para o seu uso. Por isso, muitos dos agricultores que não possuem o serviço declaram que é por problema técnico e não financeiro, pois já tiveram a oportunidade de adquirir o serviço. Essa é uma realidade da população rural no Brasil, pois não há recursos tecnológicos específicos para atender a demanda de regiões distantes. No entanto, a recente chegada da tecnologia 3G (internet para longas distâncias) em São Borja facilitou a sua aquisição e manutenção pelo custo acessível do serviço, como declaram os entrevistados:

Temos internet, faz um ano, que pega agora com o modem né, porque antes não pegava aí nos tínhamos que botar antena e aí ficava caro né, mas agora nós conseguimos bota com o modem que fica mais fácil né. [...] é boa, às vezes pra ti baixar alguma coisa, às vezes eles (marido e filho) tão pesquisando ali e daí ela demora um pouco, mas pra uso diário dá por gasto (AF1).

[...] Não é muito bom, é meio lento. Os guris ficam loco quando chegam aqui e vem ela lenta, mexem nos cabos (AF2).

Mesmo diante das dificuldades técnicas para uso da internet na propriedade, a principal motivação para a aquisição de computador e contratação de serviços de acesso à internet surge como uma demanda dos filhos ainda jovens, enquanto eles ainda residem na propriedade, mas, como já se destacou, em muitas pequenas propriedades do município residem apenas o casal de agricultores. Além da falta de recurso tecnológico, a presença dos filhos na propriedade é um condicionante para aquisição e uso dessa tecnologia, como relatam os agricultores justificando porque, atualmente, não possuem o serviço em suas propriedades:

É aqui nós tentamos colocar aqui com antena, mas por problema técnico não deu certo e no fim a gente desistiu. [...] Na época era mais em função das gurias elas estavam mais por casa e elas queriam (AF6).

Não tenho porque aqui fora não funciona. Eu tinha quando o meu guri tava aqui, o computador com internet, mas era só da meia noite as quatro da manhã, porque não acessa de dia. E depois ele foi para cidade para estudar e ele tem até agora computador com internet e essas coisa (AF3).

Antes tinha a internet, mas daí não deu mais, porque não funcionava direito e era muito cara para manter e aí eu acabei desligando. E eu tinha mais porque os filhos estavam em casa e aí quando foram embora o guri já levou tudo (AF12).

Em relação ao uso da internet, observa-se, ainda, que os filhos jovens é que, de fato, utilizam esse meio de comunicação, e enquanto eles o acessam os pais são espectadores, ou seja, acompanham o processo. Além disso, muitos agricultores, pela própria rotina de trabalho, falta de tempo e habilidade para operar o serviço repassam aos filhos as suas demandas por reconhecer a amplitude de acesso a informações que a internet possibilita, porém, a tecnologia ainda é tratada como algo desconhecido por eles, conforme relatam:

[...] eu fico só olhando, não chama atenção. [...] Ah, mas daí eu mando elas fazerem, sempre elas. Elas têm, elas passam o dia inteiro na frente daquilo (computador), são elas que usam mais, eu não tenho paciência, porque no meu tempo era a máquina, as gurias até insistem dizendo que é fácil “mãe é fácil”, mas eu não teve jeito essa história de ficar mexendo e olhando pra mim é muito difícil (AF13).

[...] é ele (filho) que entra e fica falando com ela (irmã) e eu fico atrás. É com a câmera aquela. Aí ele usa e vai me mostrando as coisas ali. [...] ele chega já chega em várias coisa, aí eu não aprendo. Eu vejo na carona (AF1).

Portanto, mesmo que os agricultores familiares não sejam os principais usuários de internet percebe-se que esse meio de comunicação, semelhante aos anteriores (rádio, televisão, etc.), se inscreve em sua rotina; modifica seus hábitos no interior na casa, se entrelaça às suas atividades diárias, sem substituir ou implicar substituição das mídias tradicionais, apenas há o reordenamento e o espaço para cada uma dessas mídias no cotidiano, como se observa nos relatos:

[...] eu sempre uso mais a noite ou quanto tenho tempo né, ou não estou com muito sono ou estou cansada (AF16).

É a mesma do celular, o sinal é bom. É que o celular quase todo o lugar ele pega bem é difícil o lugar que às vezes não pega dentro de casa, por exemplo, mas lá fora é tranquilo, na ordenha. Mas aí que pega bem às vezes até me esqueço do tempo (risos). (AF7).

A noite geralmente é a hora da internet, cada um no seu mundo, o guri é mais de bate-papo, ele (marido) é dos vídeos e eu vou mais pra novidade, eu vou cata ou um produto ou um chá, um remédio ou uma receita sabe, eu vou naquela novidade, numa verdura nova que surgiu (AF9).

O desenvolvimento de novas tecnologias, como a internet 3G, que possibilita a conexão em lugares distantes, e o baixo custo para aquisição e manutenção do serviço, foi um dos estímulos para esses agricultores. Também fez com que a internet se estabelecesse como um meio de comunicação, principalmente com familiares, por seus recursos de comunicação em tempo real, por meio de imagem e som, ampliando as possibilidades de interação social dos indivíduos no tempo e no espaço. É o que os entrevistados relatam:

Facilita pra tudo, porque antes a gente não tinha muito contato. E também por telefone, porque a quantia que ficou barato, isso já ajudou bastante, e com a internet ficou melhor ainda. Porque antes eu não via os meninos dela (filhos da irmã) agora dá pra ver (AF1).

Ah facilito bastante, principalmente pra comunicação né com os filhos, e o custo é menor (AF8).

É porque é bem mais barato que o telefone né, eu lutei até mais pela internet porque eu precisava me comunica com os filhos né, porque é difícil tudo né é tudo caro (AF16).

E hoje a gente pensa mais assim para ter informação e também porque uma das gurias tá se formando e indo pra Bahia e aí seria uma forma de comunicação e uma comunicação bem mais barata (AF6).

O crescente interesse dos agricultores pelo acesso à internet também se deve à autonomia que essa tecnologia permite na busca de informações de seu interesse. Se no rádio, jornal e televisão os agricultores selecionam a programação e conteúdos de seu interesse, com a internet esse processo é acelerado. Além de se estabelecer como uma fonte de informações, o acesso à internet representa uma ruptura na linearidade dos fluxos comunicativos (MARTÍN-BARBERO, 2006b), incidindo na autonomização dos indivíduos, no caso, uma independência em relação aos extensionistas para tratar dos problemas da propriedade, como relatam os agricultores:

Pra busca coisa pra aqui e a gente tá sempre procurando novidade e essas coisa, e também às vezes alguma coisa que eu vejo de diferente aqui aí eu vou procurar, ou algum problema, vê como soluciona, às vezes tu até acha (AF7).

Graça a Deus, que nós temos isso aqui (internet) e por isso mesmo que eu quero aprende a mexe eu não preciso espera o programa tal vai dá ou não vai dá, aí eu perco ou aí eles perdem de vê, e aí eu não consigo mostra, então aqui eu consigo mostra, "porque o que a mãe não fala não vale" [...] porque tem muita notícia que dá ali (olha para o computador) e não dá na TV e aí depois com essa função de mexer em computador, aí eu entro eu

acesso o site lá do ministério e aí eu vejo tudo, não preciso ir lá na EMATER incomoda eles dizendo: “Vê pra mim isso ou aquilo”, eu faço (AF1).

No entanto, na interação dos agricultores com os extensionista a internet não é empregada, primeiro por não ser uma realidade de muitos agricultores, e, segundo, pelo processo de adaptação ao qual estão passando os agricultores para o uso desse recurso como meio de comunicação, ou seja, ainda é empregado apenas como uma das suas fontes de informação. Dessa forma, a tecnologia entre os extensionistas, embora esteja presente no seu cotidiano, constitui-se um recurso para operacionalização das suas atividades administrativas, de relacionamento com a instituição, mas não diretamente com o agricultor familiar, como relata E4:

Hoje no trabalho tu acaba usando porque o sistema depende de internet e nas atividades burocráticas e tal para mandar um e-mail, ou pra ti buscar um informação. [...] E os computadores hoje são internamente interligados no SISPLAN, todos tem e todos eles estão on-line (E4).

Entretanto, é também uma das fontes de informação para os extensionistas, ou seja, um recurso de trabalho nas intervenções com os agricultores, como os próprios relatam:

A pra mim buscar informação pro meu trabalho eu isso bastante, as vezes pra buscar informação para um produtor que te liga para saber alguma coisa então tu busca na internet porque o Google sabe muita coisa. [...] busco também informações sobre o que se está fazendo, ou informações técnicas sobre como fazer alguma coisa, apesar do pessoal da empresa nós passar como fazer a gente busca é um recurso (E3).

[...] se eu quero algum modelo novo de algum artesanato, eu não consigo passar pra elas numa tarde ou que elas visualizem. Em alguns lugares eu tenho internet móvel aí eu levo, elas acessam elas adoram, a gente procura, ou se não eu colete as informações da internet e passo, porque nem sempre tu tens as revistas pra mostrar, mas daí tu pode mostrar, baixa no computador. Isso facilita o meu trabalho e facilita a criatividade delas também, né porque tu tem que te inspirar em alguma coisa pra fazer (E1).

Ainda na relação entre agricultores e extensionistas, estes últimos são, muitas vezes, nessa forma de acesso à internet, como transmissores de informações, pois o conteúdo a ser acessado é determinado pelos agricultores, mas ainda assim, o conteúdo midiático fica condicionado à interpretação do extensionista no processo de mediação dos significados, como relata o extensionista:

Alguns (agricultores) vem: “Eu vi na TV tal coisa”. [...] “eu não consegui pegar aquela receita, tu podia pegar na internet mim e trazer”. Ai eu

(extensionista) anoto digo: “Não, eu trago”. Então a gente pesquisa aqui e leva pra eles, *então pra eles também o acesso a internet somos nós* (E2).

Assim, a presença das novas tecnologias, principalmente a da internet, está se inscrevendo no cotidiano de agricultores e extensionistas, reorganizando rotinas e reorientando o fluxo do processo comunicativo, em uma nova forma de interação social. Além disso, a internet constitui-se em um meio pelo qual os indivíduos passam a viver experiências e relações virtualizadas, em um ambiente midiático que se entrelaça a experiências do cotidiano e que lhes serve de referencial no processo de formação e percepção do “eu”, na constituição de novos vínculos e formas de interpretação e participação no mundo.

6.4 Cognição: uma leitura pelos vínculos e veículos na sociedade midiática

As novas tecnologias, compreendidas como mídias, desempenham, na contemporaneidade, papel fundamental na mediação de novas relações sociais, deixando sem ser simplesmente funcionais ou instrumentais, se tornando indissociável para que aconteçam para as novas relações sociais acontecem. Por isso, essas relações estabelecidas por meio das TICs propiciam a criação de novos e infinitos significados e sentidos para os indivíduos, mas também para essas tecnologias pela sua apropriação em determinados contextos.

Na perspectiva de Sodré (2002; 2007), já mencionada, a cognição resulta da imbricação entre vínculos e veículo, configurando um real atravessado pela virtualização do mundo. A consciência passa a ser técnica, e a ação concreta e real do indivíduo independe do contexto social e da tradição cultural, ou seja, aumenta a responsabilidade dele pela apropriação popular dos meios de comunicação. Essa virtualização das relações sociais que se estabelece na sociedade midiática, dando origem ao *bios* tecnológico, é que passa, segundo o autor, a coordenar o modo de ser dos indivíduos.

Na sociedade midiática novas relações sociais são constituídas em paralelo e entrelaçadas às demais. Com isso, a interpretação e a percepção dos indivíduos acerca dessas relações sociais reconfiguram o seu modo de agir e participar nesse mundo, ampliando o seu deslocamento no espaço e no tempo, como uma das

características já advindas do desenvolvimento dos meios de comunicação, conforme Thompson (1998). Além disso, reorganiza o cotidiano do indivíduo e a sua relação com os demais, com os próprios meios de comunicação e com as instituições.

A partir do exposto, nesta seção analisa-se esse processo cognitivo, oriundo da presença das novas mídias no contexto e das práticas dos indivíduos. Também se observam os liames com as demais mídias, mediante os produtos consumidos, enquanto uma das dimensões perceptivas dos indivíduos.

6.4.1 A interseção dos vínculos e veículos

A cognição resultante da virtualização das relações sociais, à qual Sodré (2002) de refere, resulta da apropriação de determinadas tecnologias de comunicação pelos indivíduos. Conforme mencionado anteriormente, a comunicação se inscreve por meio de vínculos que se estabelecem, independente do emprego de alguma tecnologia de comunicação, em uma relação de reciprocidade, mas novos vínculos se constituem com a presença dessas mídias pela mediação de significados, em um fluxo comunicativo não linear acionado pelos indivíduos. Do mesmo modo, veículos tradicionais participam desse processo por meio das mediações de produtos e conteúdos simbólicos, as quais ficam à disposição para referenciação e apropriação como integrantes das práticas e experiências do indivíduo.

Dessa forma, pode-se observar que, no contexto dos atores, uma mídia, embora não consista em uma virtualização das relações sociais, se inscreve no cotidiano dos indivíduos como vínculo, mas também veículo. O telefone móvel para os contextos distantes situa e inscreve esses indivíduos nas relações com o outro, como se constata nos depoimentos de agricultores familiares e extensionista:

[...] Era complicado, porque tinha que ir à cidade, precisava de uma coisa tinha que vir ou mandar recado. Inclusive quando eu vim pra cá não tinha luz nos primeiros cinco anos, não tinha luz, não tinha televisão, não tinha nada no meio do mato, a gente ficou isolado aqui durante uns quatro cindo anos. É o celular naquela época era caro, eu fiz um investimento. Pra se comunicar com a cidade, com as firma, ver preço, pra falar com a EMATER porque eu sempre trabalhei ligando vendendo a produção (AF3).

Eu uso mais para liga pra vender mel, ele é uma ferramenta de trabalho, mas também uso para falar com a família porque a gente aqui fora precisa e também para falar com os outros agricultores (AF12).

Então o celular ajudou muito nessa questão porque antigamente era só rádio, a gente dava o aviso no rádio, porque acontece de várias vezes tu ir sair da garagem e o carro não funcionou e tu ter que ir para a oficina e aí tu só liga: “Estou na oficina não vou poder ir”, mas antes tu não tinha como comunicar né (E2).

No caso do telefone móvel o que se observa é que o próprio desenvolvimento tecnológico dessa mídia — suas várias funções (máquina digital, programas de computador, telefone, música, vídeos, etc.), acopladas a um mesmo dispositivo tecnológico, e, principalmente, o acesso à internet — inscreve essa mídia nas práticas e realizações do indivíduo como uma nova possibilidade de interação, consumo e produção de conteúdos simbólicos a partir das experiências vividas pelos indivíduos em seu cotidiano. Além disso, essa mídia se integra às rotinas de tal maneira que o conteúdo que os indivíduos produzem ao empregá-la se reproduz no seu contexto e suas práticas. É o que se constata nos relatos dos agricultores:

Agora eu tenho internet no celular daí tu vê e-mail e essas coisas. E às vezes no meio do trabalho tu acabas parando pra vê essas coisa que chega até que acaba atrapalhando. [...] pra falar verdade eu nem preciso do outro (computador com internet) porque eu posso olhar meu e-mail no celular e outras coisas (AF7).

Gravam. Eles gravam um deles cortando trigo, essas coisas. Alguma coisa eles passam colocando coisas (vídeos, fotos) ali (internet), mas eu... Mas eles tão sempre gravando e registrando e colocam no computador e a gente assiste (AF1).

A internet, por suas funcionalidades e características, principalmente enquanto processo de mediação, provoca, no dizer de Martín-Barbero (2006b), o deslocamento de saberes, e que, confusamente, vem transformando informação em saberes, modificando o estatuto cognitivo e o institucional das condições do saber. Isso, por sua vez, vem se fundindo as experiências vividas, como se observa nos relatos dos agricultores e extensionistas, sendo para estes últimos um recurso nas intervenções:

A gente procura coisa prática pro nosso dia-a-dia, porque tem muita coisa boa né. [...] tipo plantio de pastagem, como cuida dos terneiros, esse tipo de coisa. Hoje tu não precisa mais compra enciclopédia. [...] porque antes tu precisavas sair de casa para ti ter informação e hoje em dia não é só tu sabe o que tu queres procurar pra ti não se perde né (AF1).

Eu entro na internet mesmo pra pesquisa coisa do nosso trabalho eu só penso no trabalho eu gosto de sabe muito sobre chá, fazer mudas, sabe pra que serve. Ou mesmo pra vende um produto na feira porque chega o cliente e pergunta “para que serve?” ai eu posso dizer: “O brócolis é uma fonte de ferro, é bom pra isso e bom pra aquilo”. E tudo isso eu busco na internet (AF9).

Por exemplo, se eu quero algum modelo novo de algum artesanato ou tricô, eu não consigo passar pra elas numa tarde ou que elas visualizem. Em alguns lugares eu tenho internet móvel ai eu levo, elas acessam elas adoram, a gente procura, ou se não eu colete as informações da internet e passo (E1).

Ao mesmo tempo, a internet constitui-se em uma nova ambiência para essas e outras experiências, como a manutenção dos vínculos afetivos por conta da virtualização das relações, considerando-se que a experiência não se encerra no corpo físico, mas também ocorre na psique no indivíduo (SILVERSTONE, 2011). Além disso, proporciona um deslocamento no tempo e no espaço que requer muito mais da imaginação do que da realidade. Dessa forma, esses espaços virtuais passam a modificar as formas de percepção e significação do indivíduo, a partir da sua posição e deslocamento espaço-temporal no mundo, e, conseqüentemente, da sua capacidade cognitiva. É o que declaram os agricultores familiares:

[...] porque tu ficas mais próximo né. Porque antes a gente não tinha muito contato. *Porque antes eu não via os meninos (filhos) dela (irmã) agora dá pra ver* (AF1).

[...] *a mãe pede receita das coisas dela e pra ver os amigos e parentes dela no meu face*. E daí eu fico no meio das conversa entre os parente pelo face e ela que vê foto essas coisas (AF7).

[...] eu precisava me comunica com os filhos né, porque é difícil tudo né é tudo caro. [...] eu uso o face mesmo. Aí eu fui aprendendo a usa pra falar com eles (filhos), e cada um foi me dando uma dica e eu fui aprendendo (AF16).

Esse ambiente virtual não é apenas uma nova tecnologia que passa a existir no contexto dos indivíduos, permitindo-lhes o acesso a informações e às coisas que acontecem no mundo. Mas se inscreve como uma nova dimensão da vida cotidiana, na qual os indivíduos ‘habitam’, segundo Sodré, um “mundo de imponderalidade, ubiquidade e interatividade” (2012b, p. 189), o qual possui códigos e regras próprias que se mesclam às experiências vividas pelo indivíduo através de um processo de afetação e transformação da realidade.

A cognitividade do indivíduo proveniente do processo midiático não linear e virtualizado pode vir a contribuir para a sua autonomização, pois ela não consiste apenas no domínio da tecnologia, mas também como uma possibilidade de aprendizagem e interpretação ao experienciá-la. Com isso, ao transitarem na esfera virtual, os indivíduos agem orientados por seus próprios interesses, conforme os depoimentos dos agricultores:

[...] às vezes eu pesquiso primeiro na internet vou ver em outros lugares, sobre PRONAF e coisas sobre preço dos animais e do leite (AF7).

A ele procura vídeos interessantes eu digo assim que é mais de entretenimento né porque volta e meia ele vem “olha o que aconteceu aqui”, ou é de notícia daí ele ouve ali no rádio ‘oh deu uma tsunami lá’ daí ele vai procura ou se fala na TV de um carro novo ele vai olha o tal carro novo. E o guri gosta mais é do bate-papo (AF9).

Na sociedade midiaticizada, além das novas mídias, os meios tradicionais de comunicação também oferecem um conjunto de significados pelos processos midiáticos que são apropriados pelos indivíduos em seus contextos. Assim, a cognição se desenvolve atribuindo a essas mídias um papel recursivo para as práticas cotidianas, e um processo de referencial para a construção da realidade. Em relação os processos midiáticos, assim se expressam os agricultores:

[...] eu tenho um como é que se diz um vídeo lá da Bahia que é sobre produção de mel, e aí eu coloco no vídeo e fico olhando e vou tentando fazer como eles vão mostrando ali, eu copio dele (A12).

É pela televisão, tem os cursos, primeiro o de mecânica e depois começa os cursos de gestão, tem administração, tem secretariado, economia tudo. [...] aí eu insiro na parte de planejamento, de controle essas coisas. E muita coisa eu descobri pra que serve, porque na época do ginásio davam aquilo pra gente e eu não sabia nem pra que servia né e agora mesmo tem fundamento para mim (AF2).

Para Canclini, “os aspectos cognitivos e socioculturais estão distribuídos e são apropriados de modo muito diverso” (2009, p. 225), gerando desigualdades e diferenças na suposta sociedade da informação. Entretanto, o agricultor, pelo processo cognitivo que desenvolve, tem a percepção da sua posição diante da mídia, e na condição de agente desenvolve estratégias a partir dela em seu contexto de trabalho, como se observa nos depoimentos dele e do extensionista:

O mercado ele já tem de praxe o hortigranjeiro como produtos de promoção, tu pode cuidar que sempre tem promoção e sempre é de hortigranjeiro. Por exemplo, um preço tu já fica sabendo pela promoção que tu vê na TV e aí tu

já repensa o preço do teu produto na feira, ontem mesmo na TV estavam anunciando a rúcula a 0,70 centavos, vamos colocar ao mesmo preço amanhã porque senão tu não vai vender. Porque o mercado tem mais opções e aí o consumidor não vai vir pesquisar preço aqui na feira, mas ele quer preço. E o nosso meio de comunicação, de divulgação não é tão amplo como o deles (mercado), na verdade o dele está todo o dia na casa do consumidor. O que nos diferencia é que a nossa produção (AF11).

Eu acho assim que o que mais nos favorece é sem pegar guia, há outras formas de mostrar resultado ou de divulgar uma política pública, ou dizer assim que uma determinada pessoa lá fez uma determinada coisa, como um exemplo mostrado num programa de televisão ou falado no programa rádio mobiliza o pessoal às vezes, eu acho que é uma ferramenta interessante, isso auxilia o nosso trabalho (E4).

Assim, a mídia nova e a tradicional se estabelecem no cotidiano dos indivíduos, reorganizando as relações sociais do mesmo modo que a forma de interpretação e percepção do indivíduo no mundo. Para Silverstone, “nossa entrada no espaço midiático é, ao mesmo tempo, uma transição do cotidiano para o liminar e uma apropriação do liminar pelo cotidiano. A mídia é do cotidiano e ao mesmo tempo uma alternativa para ele” (2011, p. 25), incidindo diretamente sobre a construção da realidade social porque a mídia se apropria e reconstrói percepções e cognições individuais e coletivas.

6.4.2 Do consumo à apropriação dos produtos midiáticos

Em decorrência do desafio de compreender o processo cognitivo, conforme define por Sodré (2002), nos contextos diários dos agricultores familiares e extensionistas foram identificados alguns produtos midiáticos que são consumidos principalmente pelos agricultores e como se apropriam deles em suas realidades e práticas, ou seja, como são levados para ‘casa’ os seus significados mediados pela mídia (SILVERSTONE, 2011).

Embora a internet não seja uma mídia acessada por todos os agricultores, observa-se que, entre os que a possuem, é que essa tecnologia de comunicação ocupa papel central no cotidiano deles e que o seu consumo e acesso tornou-se uma condição para estar e participar do mundo com certa autonomia, o que não lhes é possibilitado pelas demais mídias tradicionais:

[...] eu não preciso espera o programa tal vai dá ou não vai dar, aí eu perco ou aí eles perdem de vê, e aí eu não consigo mostra, então aqui eu consigo mostra, 'porque o que a mãe fala não vale'. Porque é uma luta, eu ligo pra ele digo "pra não se molha com o veneno", mas... Porque no domingo deu no Globo Rural né, porque tá dando problema até no nascimento das crianças no campo. E aí ele assistiu ao programa no domingo e ficou apavorado, aí compro um pacote de luva que deixou no trator, porque daí vai lida tem a luva já no trator, porque orientação à gente sempre dá. E informação é tudo porque senão a gente continua fazendo as coisas erradas como sempre fez com a internet facilito. Eu essas coisa de proteção do trabalho eu sempre tive preocupação, eu caminhei, caminhei, falei com o extensionista falei com o pessoal da Secretaria e o que eu pedi pra encaminha o projeto pra compra um trator pra coloca cabine ou compra um trator com cabine usado, porque eu não aguento mais isso, ele toma aqueles banhos de veneno quando faz a volta (AF1).

A gente ia a casa duma irmã ou de um amigo: "Olha a isso e isso", e daí a gente perguntava, e daí diziam: "Mas é só procurar aqui" e daí nós achávamos interessante a tal internet, tem de tudo né, o que tu quiser saber, tu clica ali e vai. [...] a tecnologia sempre facilita, tirando o celular que tu não consegue fala, mas a internet nossa senhora, porque a internet te coloca a par de tudo agora. [...] e eu tenho pra me comunicar com as pessoas e com os parentes mais de longe, porque daí já fica o telefone meio de lado (AF9).

E mesmo entre aqueles agricultores que não dispõem dessa mídia, outros produtos midiáticos são consumidos e apropriados, em um processo de identificação e percepção da sua realidade. Desse modo, encontram, no universo de conteúdos simbólicos, aqueles que lhes são úteis, considerando a sua realidade e trabalho. Cita-se, por exemplo, o caso do programa radiofônico de abrangência nacional, a "Voz do Brasil", mencionado por todos os agricultores familiares como um programa que, embora não seja dirigido apenas ao setor agrícola, é consumido rotineiramente, como uma das principais fontes de informação:

[...] o que mais serve nessa hora é a Voz do Brasil que começa ali pelas sete, que é o programa que traz as informações do governo dos nossos programas, e essas questões de banco, assim da nossa linha (AF7).

Olha eu tenho assim como fundamental, quando eu estou por ali no horário certo a Voz do Brasil, eu acompanho muito, porque tudo que é novo primeiro sai pela Voz do Brasil, aquele programa que dá no rádio né, e esse aí eu estava lidando no galpão com o rádio ligado lá e aí começou a aparece lá mesmo e o pessoal né e eu em compensação eu tenho uma informação eu vou lá e se eles não sabem eu provoço eu cutuco eles eu digo que tem e aí a gente vai (AF14).

No contexto local, do mesmo modo em que os agricultores familiares selecionam os produtos midiáticos a serem consumidos, é unânime a escuta do programa radiofônico "A hora do cooperativismo", produzido pela COTRISAL,

popularmente denominado entre os agricultores de “Programa do Falcão”, veiculado na Rádio Cultura AM de São Borja, no qual os extensionistas buscam veicular as informações sobre a instituição. Isso se constata nos relatos dos agricultores e do extensionista:

[...] às vezes eu vou sestar e aí eu espero passar para ouvir o Falcão, eu gosto do Falcão. [...] ele tem o tempo, a previsão do tempo pra ver como o tempo está e eu gosto porque sempre assim tem as informações boas, ele é um cara que as informações que ele tem tu entende o que ele fala (AF6).

Olha agora eu escuto mais as notícias, porque de manhã eu ligo o rádio que eu tenho lá nas minhas coisas e de meio dia eu ligo rádio daqui da cozinha que é a hora da notícia e a uma hora da tarde é a hora que dá o Falcão que dá a parte do rural né [...] tem certos programas que eles são informativos, entende, pra nós, como o programinha que tem da uma hora nessa rádio local daqui, a Cultura, ele é direcionado pro produtor, é pouquinho, mas é 15 minuto de programa, mas é ali, eles tem a previsão do tempo, daí tem a vez do Sindicato fala, daí é o horário que geralmente eu escuto, que eu paro pra escuta, as vezes eu sento pra escuta (AF9).

O programa do Falcão que ele dá todos os nossos avisos, então a gente não faz mais o programa de rádio, mas nós temos o contato direto, todos os nossos avisos, todas as nossas demandas nós mandamos para o Falcão e ele divulga (E2).

De acordo com Thompson, “a apropriação das formas simbólicas – e, em particular, das mensagens transmitidas pela mídia – é um processo que pode se estender muito além do contexto inicial da atividade de recepção” (1998, p. 45), por isso esses programas são fontes de informação para os agricultores, considerando-se a sua realidade, mas, ao mesmo tempo, expandindo a sua ação no espaço e no tempo. Além disso, esses programas dirigidos ao setor agrícola são referencial para os agricultores, ou seja, um conjunto de elementos para sua formação, não sendo o único, mas aquele que possibilita a interação com o outro em um contexto distante. O mesmo acontece em relação aos programas televisivos, Campo e Lavoura e Globo Rural, veiculados na RBS TV e na Rede Globo, respectivamente, embora no caso da TV alguns agricultores observem esse distanciamento da realidade em que vivem, dificultando o processo de referência e reflexão. Já, para outros, esses mesmos programas são referências, como afirmam agricultores e extensionistas:

Bah, a minha guria mais velha é que é a mais interessada, sempre assiste o Globo Rural, e ela sempre tá procurando uma coisa ou outra, e diz: “Pai nós temos que fazer assim e assim”, por exemplo, aqui nós temos um problema que dá muita peste seguida nas galinhas sabe, mas olha é um tendeu com as galinhas aí o que a gente perde de galinha, aí ela vem: “Pai eu vi no

Globo Rural que deu que a gente tem que ter mais bichos, pra uns combaterem os vermes dos outros” (AF13).

[...] trazem bastante, até porque assim, já teve trabalhos aqui de São Borja que saiu no Campo e Lavoura e saiu nos programas rurais, que saiu na RBS TV, então o grupo tal fez tal coisa, eles dizem: “Nós poderíamos fazer também, a gente pode” aí a gente oferece (E2).

Campos e Lavoura é difícil eu assisti, eu assistia mais, mas agora assim, eu acho que ele tem olhado mais o enfoque do centro do país, daí eles falam mais daquelas fazenda lá é outra cultura, e pra nós, pra direcionado pra nós produtor pequeno, quando sai, sai uma coisa muito pequeninha, e com isso acaba o interesse. [...] o que eu gostaria que eles fizessem uma programação tipo: “Vamos falar da horta”, tem que mostra uma horta com um exemplo de uma praga que possa dar ou um inseto que possa ter né. Então aí acaba, porque não tem haver com a realidade de quem trabalha no campo, claro que não vai se o programa inteiro só pro pequeno, mas eu acho assim que eles poderiam enfocar um pouco mais pra nós né (AF9).

Esse distanciamento da realidade descrito pela agricultora familiar, como diria Thompson (1998), é resultado da diferença que há entre os contextos de produção e de recepção, o que gera um processo contínuo de reinterpretação e reelaboração discursiva, a partir da perspectiva do indivíduo, com base em suas experiências vividas. Dessa forma, produtos e conteúdos simbólicos são transformados e apropriados em determinado contexto de recepção e, gradativamente, incorporados ao cotidiano por meio das práticas, modificando o indivíduo e o conjunto social.

Esses processos de consumo e apropriação podem ser associados à dimensão cognitiva da comunicação, conforme apontada por Sodré (2002), porque consiste em um método do indivíduo de interpretação e reelaboração dos produtos midiáticos em determinados contextos e que, conseqüentemente, se manifesta nas suas relações sociais e na construção da sua realidade social.

6.5 Desenvolvimento rural e significado das TICs na relação entre os atores: em busca de respostas

Na compreensão do significado da TICs na relação entre agricultores familiares e extensionistas, no contexto do desenvolvimento, observa-se que as novas mídias apresentam distintas funções no cotidiano de ambos os grupos. Ao se considerar o desenvolvimento rural como um processo complexo que depende da

articulação de várias dimensões (econômica, política, social) para que haja, de fato, uma mudança social a partir dos seus atores, essas novas tecnologias são alternativas para ampliar o acesso, mas também para a autonomia desses indivíduos em seus contextos originários.

No caso em estudo, poucos dispõem de acesso à internet na propriedade rural, por isso o telefone móvel é a tecnologia que, integrada à rotina de ambos os grupos, manifesta a trama das várias vinculações sociais desses indivíduos. Porém, nessa relação (agricultor-extensionista) assume uma condição de meio de comunicação, mas também de meio de intervenção do agricultor no fluxo de trabalho do extensionista, como relata o extensionista E5:

Não é uma questão de modismo, é uma necessidade mesmo. [...] eles me ligam bastante no meu celular pessoal. [...] ligam para saber como é que andam os projetos, sobre as linhas de créditos, porque o interesse mesmo do produtor é recursos. (E5).

O mesmo acontece com as mídias tradicionais, em que esse agricultor busca informações que interessam ou que podem ser adequadas a sua realidade e os seus interesses. Muitas vezes essas informações são acessadas pelo agricultor antes mesmo que o extensionista e outras instituições ligadas ao setor agrícola tenham conhecimento. Com isso, o agricultor percebe que a agricultura familiar não é protagonista do desenvolvimento rural, ainda mais em um município historicamente reconhecido pelos latifúndios de produção agrícola empresarial. Por isso, busca se apropriar dessas informações, como um fundamento para as suas demandas, e pela sua capacidade de agência humana procura intervir nos fluxos das políticas públicas por meio do extensionista, questionando, problematizando e considerando a sua realidade. O agricultor observa que as suas demandas não são as mesmas do extensionista, pois o extensionista, embora seja um agente do desenvolvimento, é institucionalizado e age em consonância com determinada política pública, ou seja, a extensão rural é o seu trabalho voltado para atender essas políticas que nem sempre estão em acordo com a realidade da população rural. Do mesmo modo, o agricultor percebe que a agricultura familiar não desperta interesse das próprias instituições da mídia, sendo raros os produtos midiáticos dirigidos a esse público, conforme o declaram:

[...] bom isso às vezes eu até escuto no rádio alguma novidade “ah foi lançado o Plano Safra” essas coisas assim é eu pelo rádio que eu escuto

mais essas informações, aí eu vou à EMATER perguntar como é que faz e vou tirar as dúvidas né (AF7).

[...] aqui era muito pouco divulgado o PRONAF né, porque PRONAF é pra pequeno, e pequeno não aparece, se não se mexer não aparece mesmo. A EMATER, a Prefeitura geralmente as prefeituras ficam com um pé atrás, “será que tem será que não tem?” e eu insisto (AF14).

A internet, principalmente para os extensionistas, que através da instituição têm acesso ao serviço, representa para esse grupo um meio de comunicação, mas também de acesso a informações que venham a contribuir para suas intervenções, pois os métodos da instituição nem sempre atendem demandas específicas de cada propriedade. Além disso, a tecnologia possibilita, em tempo real, a troca de experiência entre os atores que encontram nos demais colegas de outras unidades da instituição um conjunto de referências do que é ser extensionista, principalmente diante das mudanças no modelo de extensão que requer um agente mais participativo e atento à complexidade de cada realidade.

A internet facilitou muito a nossa comunicação com colegas de outros municípios porque assim a gente se encontra em algumas reuniões durante o ano que a gente troca experiência, aí tu fica sabendo que lá em Capão do Cipó a colega está fazendo um trabalho muito bom com assistência social, então a gente conversar: “Eu tenho bastante material vou te mandar por e-mail”, aí manda, as vezes ligam para gente: “Tu tá fazendo tal coisa podia me mandar por e-mail” a gente manda, então essa facilidade mais rápida do que o Correio (E2).

[...] A pra eu buscar informação pro meu trabalho eu uso bastante, às vezes pra buscar informação para um produtor que te liga para saber alguma coisa. [...] busco também informações sobre o que se está fazendo, ou informações técnicas sobre como fazer alguma coisa, apesar do pessoal da empresa nós passar como fazer a gente busca é um recurso (E3).

Já, no caso dos agricultores familiares, poucos são os que já dispõem da tecnologia, sendo, muitas vezes, mais uma limitação de infraestrutura tecnológica do município do que financeira dos agricultores. Esse fato é constatado nos relatos de agricultores e extensionistas, e para estes últimos a mídia é fonte de informações. Na comunicação entre extensionista-agricultor a tecnologia ainda não é empregada, portanto, no cotidiano do extensionista essa mídia se estabelece como um recurso que os coloca na condição “daquele que sabe” diante do agricultor. Essas situações são relatadas pelos extensionistas:

[...] Eu acredito assim que é uma questão complicada porque têm aqueles que têm a questão econômica, e aqueles de é uma questão de não ter o sinal que ainda pesa (E4).

As vezes tu tá lá no interior e precisa de uma informação que o produtor quer tu pega o telefone e liga alguém faz a pesquisa e te passa para ti repassar para o produtor, foi melhor assim, a internet essa questão de não ter acesso a internet se fosse mais fácil pro agricultor ele utilizar e ele acesse seria mais fácil e facilitaria o nosso trabalho até para fundamenta o nosso trabalho (E3).

Porém, diante dessa realidade o que se verifica é a condição que o extensionista assume, como interlocutor entre a informação e o agricultor. E por meio dessa mediação o extensionista, pela sua capacidade de agência, direciona o trabalho do agricultor para atender as políticas públicas que orientam as diretrizes da instituição. Do mesmo modo, o agricultor também, pela sua capacidade de agência, legitima essa posição na qual se coloca o extensionista, assumindo a condição de dependência, como estratégia para ter acesso aos recursos, que é o seu interesse velado nessa relação. Os depoimentos dos atores confirmam essa relação dependente:

Por enquanto no interior tem poucas que tem internet, mas tem, tem grupos que tem, então a gente pesquisa aqui e leva pra eles, *então pra eles também o acesso a internet somos nós* (E2).

Hoje em dia tudo é informação, se tu não tens acesso *tu tens que buscar quem possa te ajudar a ter e acessar a informação*. [...] até foi por meio da EMATER que eu tive acesso ao financiamento, eles são os responsáveis pelo projeto, porque sem a assinatura do técnico tu não faz nada (AF11).

Entre os agricultores que têm acesso à internet na propriedade, o que se observa é uma autonomia do indivíduo tanto em relação ao extensionista quanto às demais mídias. “O uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais, e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (THOMPSON, 1998, p. 13). À medida que essa tecnologia vem fazendo parte das rotinas das famílias e o agricultor vem se apropriando do meio e de seus conteúdos, outros significados e sentidos passam a fazer parte do seu modo de perceber e interpretar o seu contexto, e da sua ação no fluxo de construção desse contexto.

Porque uma coisa assim, naquela telinha tu pode ver tudo que é notícia que tu quiseres, a história que tu quiseres, não é o que a TV tá querendo te mostrar e não é né, na TV quando tinha antena pegava um canal de filmes nos acabava assistindo filmes, claro que a gente não fica o dia inteiro na

internet, o rádio fica falando enquanto eu vou trabalhar o mesmo com a televisão eu ligo e deixo (AF9).

Porque tem muita notícia que dá ali (internet) e não dá na TV e aí depois com essa função de mexe em computador, aí eu entro eu acesso o site lá do ministério e aí eu vejo tudo, não preciso ir lá na EMATER incomoda eles dizendo: “Vê pra mim isso ou aquilo”, eu faço (AF1).

A partir dos depoimentos acima, embora a questão de gênero não fosse central neste estudo, o que se observa é um reposicionamento do papel da mulher no âmbito da propriedade rural, acelerado também pela sua apropriação das TICs⁸³. Deponti afirma que “quando a participação promove o desenvolvimento da capacidade reflexiva, da capacidade de agência, da capacidade de decisão e da autonomia, implica *empoderamento*” (2010, p. 149), o que na extensão rural contemporânea vem sendo trabalhado, embora devido à complexidade desse processo, muitas vezes fuja do alcance do extensionista e, em parte, do agricultor perceber qual é o seu papel.

Entretanto, embora a questão de gênero fosse tratada pelos diversos enfoques do desenvolvimento, para a maioria destes a mulher era considerada um problema de integração no processo. As políticas públicas ofereciam apenas capacitações pra a mulher relativas à economia doméstica e à saúde da família, e durante décadas ela foi condicionada à receptora passiva de informações e não de agente produtor e transformador no espaço urbano, e, principalmente, no rural, onde a sua atuação foi mais dificultada por esses modelos de modernização da sociedade (PÉREZ, 2003). No caso em estudo, essas práticas permaneçam no rol dos métodos de intervenção dos extensionistas, porém, a maioria das mulheres que participam são aquelas cujos maridos são empregados rurais.

Já, aquelas em que todos os integrantes da família trabalham na propriedade assumem outra postura no âmbito da propriedade rural e diante do extensionista. Para romper com o modelo ‘mulher dona de casa e mãe de família’, historicamente institucionalizado, buscam exercer outras funções na propriedade, ampliando a sua participação no contexto familiar e social.

⁸³ Em seu estudo sobre relações de gênero e apropriação das TICs, Schwartz (2012) constatou que “as mulheres atribuem às TICs expressões como ‘porta aberta’ e ‘luz no fim do túnel’, demonstrando que as tecnologias de comunicação são importantes para o processo de mudança que conduz ao empoderamento da mulher rural” (p. 159).

Esse processo é acelerado pela sua apropriação das tecnologias que passam a fazer parte de suas atividades diárias e, por isso, a mulher passa a ser responsável pelo gerenciamento da propriedade, o que a coloca em condição de igualdade de participação nas decisões da propriedade e frente aos demais, como relatam as agricultoras:

O meu marido que é uma pessoa que trabalha com a prática não organiza a papelada. Eu tenho tudo separadinho, antes a gente não tinha assim esse controle, agora mudou porque eu tento enxergar como uma empresa, porque nós trabalhávamos como agricultor familiar, mas não tinha uma organização. [...] ele (técnico) que organizou. Mas agora pra esse ano eu penso que eu vou fazer porque às vezes eu estou aqui em casa fazendo aí eu peço pra ele (técnico) uma ajudinha pra organizar mais os dados. [...] eu tenho até o celular pessoal deles (risos), porque quando precisa quando aperta aqui ou quando está com um negócio encaminhado tudo, ou para tirar muita dúvida ou aqui fora tem tal coisa a gente fala com eles (AF1).

Isso aqui eu inventei tudo, porque eu comecei a fazer por causa do controle gerencial da propriedade, porque a gente precisa saber aonde foi parar o dinheiro. [...] mas isso a gente pesquisa, inclusive na internet (risos). É que contanto assim parece até piada. A parte burocrática sou eu que faço a administração é minha, e a parte funcional aí é ele (o marido) que faz, porque ele planta e ele tira o leite. Eu fico só nesta parte aí, tudo sou eu que controlo (AF2).

Por fim, principalmente para os agricultores, o desenvolvimento das várias tecnologias assume um significado que talvez só seja possível compreendê-lo ao se analisar a sua experiência, como relatada pelo agricultor, na qual a presença da mídia representa o seu estar no mundo, revelando a necessidade do indivíduo em estar em contato com o outro. E, por isso, não pode ser vista apenas como uma máquina, por ser substancial para a existência do indivíduo, a partir das referências e interações que oferece e possibilita.

Eu já morei em lugares que não tinha nada disso, no Bororé. [...] lá não tinha luz, não tinha água, não tinha telefone, não tinha comunicação nenhuma. [...] o que nós tínhamos era um radinho a pilha. *Hoje é diferente as pessoas não ficam mais isoladas, em qualquer parte tu fala com alguém.* Hoje se agente ficar sem a gente vai estranhar, vai fazer falta sim, e outra que facilita bastante, até as despesas se tornam menor, porque hoje a se a gente não tivesse celular, por exemplo, teria que ir lá na cidade para fazer tal coisa, e com o celular tu resolve. Hoje a gente fala, que a gente achava tão bom aquele tempo, gostava do que fazia era um lugar tão bom, claro que hoje se fosse ir de novo, não sei se a gente ia aguentar (AF6).

Assim, na sociedade midiaticizada o significado que as TIC assumem na relação entre agricultores e extensionistas pode ser sintetizado em três principais aspectos:

- Primeiro, por representarem um meio para a comunicação, e, conseqüentemente, para o estabelecimento de distintas vinculações;
- Segundo, por que representam uma alternativa para o acesso à informação, considerando-se o contexto em que vivem e as práticas que realizam, ou seja, uma autonomização do indivíduo em relação aos produtos midiáticos e às mídias tradicionais, que se reflete na relação entre ambos e destes com as demais instituições.
- E terceiro porque dilata seu horizonte cognitivo, alimentando expectativas individuais e sociais.

Portanto, no processo de desenvolvimento rural é fundamental salientar que essas mídias não promovem o “des-envolvimento”, mas são um dos meios para a articulação dos indivíduos que, enquanto agentes que se reposicionam nesse processo, orientados por seus interesses em seus contextos, ampliam as suas experiências e realidade.

CONCLUSÃO

A proposta inicial desta pesquisa foi compreender o significado das TICs inseridas no cotidiano dos agricultores familiares e extensionistas da EMATER/RS – ASCAR de São Borja/RS, considerando-se, inicialmente, que a comunicação e os meios de comunicação atravessaram historicamente o percurso da extensão rural pública no Brasil exercendo importante papel na perspectiva do desenvolvimento rural.

Ao se buscar respostas para a questão principal, alguns pontos foram levantados durante o desenvolvimento deste estudo, perpassando a historicização sobre a comunicação, no âmbito do desenvolvimento, e sua intersecção com a extensão rural. Avançou-se na identificação do papel exercido pelas TICs no cotidiano da propriedade rural, na tentativa de perceber como elas reconfiguram a relação entre os extensionistas e os agricultores familiares pesquisados, e como elas auxiliam o processo de participação sociopolítico dos grupos na atualidade e na inclusão sociocultural dos indivíduos, por meio da sua apropriação.

A partir da pesquisa desenvolvida observa-se, inicialmente, que o debate acerca da relação histórica entre a comunicação e o desenvolvimento não se esgota, principalmente no âmbito da extensão rural, o qual se renova diante da emergência de novas políticas públicas. E isso não se refere apenas às políticas de extensão rural, mas à convergência de políticas públicas decorrentes do processo de democratização nacional ainda recente.

Entretanto, constata-se que a perspectiva empreendida como desenvolvimento, no Brasil, por muitos anos foi sinônimo de crescimento econômico e, por isso, nesse cenário, as tecnologias foram utilizadas para fins de modernização agrícola do mesmo modo que a extensão rural e a comunicação, tanto enquanto processo quanto meio, foram estratégias empregadas por essa perspectiva. Por isso, o foco foi a produtividade econômica e não os indivíduos que, só recentemente, passaram a “protagonizar” o desenvolvimento rural em uma lógica econômica, mas também social.

Dessa forma, talvez hodiernamente seja o momento de maior reconhecimento da realidade do campo, a exemplo da própria agricultura familiar como de refere

Abramovay (1998). Entretanto, é nesse mesmo cenário que se identificam os avanços a serem dados para transformar o rural em um espaço produtivo, socialmente ativo, por meio dos seus próprios atores que, segundo Navarro (2010), ainda estão pouco preparados e muitos até despreparados para participar do processo de construção social e política do local onde estão inseridos. Isso está refletido nos indivíduos, como se pode constatar ao longo da pesquisa de campo.

E é nesse cenário que as ações voltadas para a entrada na sociedade da informação, no Brasil, assumem importância. Por meio de planos de banda larga e telefonia as TICs, no campo, constituem-se em políticas voltadas para a inclusão digital dos indivíduos. Por outro lado, os problemas — por exemplo, planos e projetos com metas que se prolongam no tempo e que não dialogam entre si — além da pouca formação da população para a apropriação dos meios e conteúdos constituem-se em adversidades a serem superadas.

Destaca-se, ainda, a grande extensão territorial e as diversas realidades que demandam investimentos, tecnologias e projetos que contemplem tais especificidades, e que explicam, em parte, as dificuldades de acesso a tais políticas pela população de São Borja/RS. Entretanto, além de investimentos em infraestrutura tecnológica são necessários ações e projetos articulados entre si, e com as demais dimensões (social, ambiental, política, etc.) do desenvolvimento para se constituírem em possibilidades estratégicas para o desenvolvimento rural.

Assim, o que se observa no contexto estudado é que, mesmo com políticas voltadas ao reconhecimento de uma nova sociedade rural, constituída não apenas por processos produtivos, mas por agentes e atores sociais do campo e de expansão do acesso às TICs como forma de inclusão e acesso à informação, ainda há que se romper com, pelo menos, a concepção economicista do desenvolvimento, compreendendo o processo como uma mudança social resultante da participação e envolvimento individual e coletivo, incidindo no reposicionamento dos indivíduos diante da sua história e da realidade que se quer construir.

Porém, sem ser otimista é possível reconhecer o papel das mídias e das novas mídias no campo do desenvolvimento por meio da ampliação das formas de interação social entre os indivíduos. Considerando-se que, se, durante muitos anos tanto a extensão rural quanto a comunicação foram compreendidas enquanto transferência de informações do Estado, através dos extensionistas para os agricultores familiares, as convergências das políticas públicas mediante alguns

projetos articulados começam a romper com a unilateralidade do processo, ampliando os espaços de participação e inclusão de novos atores sociais.

Embora a presença das mídias tradicionais e das TICs, no cotidiano, pareça estar naturalizada pelos indivíduos, e, por isso, o seu uso e acesso tornam-se rotineiros e desapercibidos, é em localidades rurais como as investigadas para realização desta tese no município de São Borja/RS que se pode observar, na ação dos indivíduos, o que representam essas mídias inscritas em seu cotidiano. Para uns é uma forma de segurança; para outros é uma ferramenta de trabalho, mas para todos eles “é estar em contato com o outro”, “é estar no mundo”, e “é não estar sozinho”.

A partir da presença das novas mídias, Sodré (2002), entre outros autores, aborda a midiatização da sociedade, na qual as TICs mantêm seu papel de dispositivos tecnológicos de comunicação e do mercado da informação; ao mesmo tempo dão origem a novos vínculos, por meio da virtualização das relações sociais, incidindo em uma nova forma de vida e, conseqüentemente, de interpretação e compreensão do mundo pelos próprios indivíduos. No caso estudado, é no cotidiano de agricultores familiares e extensionistas que o significado dessas TICs repercute em mudanças por estarem integradas as suas rotinas e práticas, reconfigurando esses contextos e, em conseqüência, as relações sociais estabelecidas por esses grupos.

Por isso, como conclusão desta etapa, é possível vislumbrar outras questões que merecem atenção e olhar sob a perspectiva do desenvolvimento rural, pois se refere às políticas públicas de extensão rural frente a uma sociedade rural constituída por um novo agricultor familiar. Nessa sociedade, a inclusão de outros agentes — a mulher e os jovens na gestão da propriedade rural familiar — constitui-se uma das principais estratégias para o desenvolvimento rural, e nas quais as TICs exercem papel fundamental, como se constatou neste estudo.

Dessa forma, em decorrência de várias políticas e programas públicos dirigidos à mulher (extensão rural, inclusão digital, etc.) se percebe seu crescente protagonismo diante de instituições como a família, a EMATER, entre outros. Em realidade, a apropriação das TICs pela mulher ampliou principalmente a sua participação nos processos decisórios da propriedade rural familiar. Hoje, munida de informações essa agente tornou-se responsável por administrar os recursos e investimentos da família, conquistando o respeito do marido, dos filhos e da

comunidade, o que, por sua vez, tem reflexo direto em sua autoestima e empoderamento diante do desenvolvimento rural.

Assim, as TICs vêm transformando as mulheres em agentes potencializadores das mediações entre as políticas públicas e a sociedade rural, ou seja, se antes o agente mediador na relação Estado/agricultor era o extensionista, neste caso estudado a mulher também se inscreve como tal. Não se quer dizer que a mulher seja a única agente, mas evidenciar o seu papel no contexto da propriedade rural, abandonando a concepção que se lhe impunha de indivíduo passivo no processo comunicativo de extensão rural, como destaca Pérez (2003). Além disso, o ato de apropriar-se dos meios de comunicação e das informações faz com que essa mulher adquira um poder ainda que simbólico (THOMPSON, 1998) que, aos poucos, passa a ser reconhecido pelas instituições nas quais atua socioeconomicamente (Estado, família, EMATER, etc.).

O mesmo se observa em relação aos jovens. São muito recentes as políticas direcionadas aos filhos dos agricultores, as quais, conforme relatado pelas famílias, são essenciais para a permanência deles na propriedade — crédito, educação, inclusão, etc. Hoje, esses indivíduos requerem a sua participação na gestão da propriedade, além da autonomia diante do 'pai' e da comunidade. Desse modo, a partir deste estudo se percebe que as TICs favorecem a inserção desses indivíduos em diferentes contextos, pois, mesmo estando no campo, encontram alternativas para participar e acessar informações que lhes propiciam condições de dialogar sobre a gestão da propriedade. Ou seja, não são apenas mão-de-obra ou sucessores de um modelo produtivista, mas socialmente ativos no processo de gestão da unidade rural familiar.

Entretanto há muito a ser percorrido pelas mulheres 'dentro e fora de casa', e pelos jovens para a sua permanência no campo, considerando-se que é necessário, em primeiro lugar, romper com estruturas sociais e culturais cristalizadas, tanto no âmbito da extensão rural quanto da própria família rural. Logo, é preciso pensar em novas *relações* na extensão rural, centradas na capacidade de articulação individual e coletiva e que de um lado estejam os extensionistas, e do outro, as famílias. Porém, constata-se que o conservadorismo na intervenção dos extensionistas, dizem Caporal (1998) e Deponti (2010), somado às marcas históricas de dependência do agricultor ao sistema (NAVARRO, 2010), constitui-se um dos

principais desafios para a extensão rural, partindo da concepção de que o processo de mudança social parte dos indivíduos socialmente ativos em seus contextos.

Diante dessa realidade, na qual as mídias tradicionais e as novas mídias estão integradas, e que a relação entre TICs e desenvolvimento rural ainda se configure como uma ponte em construção, percebe-se, nas práticas e rotinas dos indivíduos, a importância dessas tecnologias e, principalmente, o seu consumo e apropriação. Isso porque as TICs passam a representar uma das possibilidades de autonomização dos indivíduos e ação para além do seu contexto, principalmente no que se refere ao papel da mulher no gerenciamento da propriedade e na relação de negociação estabelecida entre o agricultor familiar e o extensionista diante da implementação das políticas públicas do setor.

Dessa forma, na sociedade midiaticizada, as TICs assumem, na relação entre agricultores e extensionistas, distintos significados, destacando-se dois: são meios para a comunicação que ampliam o contato entre os indivíduos em uma relação de reciprocidade que dá origem a novos vínculos e reestabelece outros; do mesmo modo, representam meios de acesso à informação, pelos quais se desenvolvem relações de trabalho com extensionistas, outros agricultores e com as demais instituições. Além disso, a não linearidade no processo comunicativo por meio das TICs produz autonomização dos indivíduos em relação aos produtos midiáticos e às mídias tradicionais, que se reflete nas relações sociais dentro e fora das instituições (EMATER e família).

Por fim, é importante ressaltar que as mídias tradicionais e, principalmente, as novas mídias, embora estejam imbricadas na trajetória histórica do desenvolvimento e da extensão rural no Brasil, a partir da realidade estudada se constata que essas mídias, por si só, não promovem o desenvolvimento rural. Entretanto, o acesso à informação e sua apropriação confere autonomia aos indivíduos, reposicionando-os no processo dialógico com as demais instituições. Ao romper com o fluxo unidirecional de informações do Estado para os agentes de extensão, e destes para o agricultor, ampliando os canais de acesso à informação torna esses indivíduos (extensionistas e agricultores) agentes orientados por seus interesses, com capacidade para agir no contexto da sua realidade.

Considera-se, também, que ao se reconhecer o rural com uma nova sociedade, não é uma determinada política ou outra que de modo isolado será capaz de dar conta da sua complexidade, pois assim como o próprio

'desenvolvimento' não se esgota, requerendo a convergência de diversas políticas públicas frente aos novos atores sociais do desenvolvimento rural. E por isso pensar o consumo e apropriação das TICs por estes atores como estratégico pode parecer um pouco esperançoso, mas justificável diante da necessidade de articulação de distintas dimensões (econômica, social, ambiental, política) à quais as TICs estão integradas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.

_____. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para extensão rural. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 132-156, jan/abr. 1998.

AFONSO, C. A. Políticas Públicas e Inclusão Digital. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2006**. São Paulo, 2007, pp. 47-53. Disponível em <<http://www.cetic.br/tic/2005/indicadores-2005.pdf>>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

AGUIAR, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico**: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília, DF: CNPq, 1986. 156 p.

AGUIAR, M. D. S. **Condições de vida, políticas públicas e efeitos no desenvolvimento rural**: uma análise do Programa “RS Rural” no contexto das desigualdades regionais do Rio Grande do Sul. 2011, 220 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2011.

ALENDE, C. R. M. A. **Estudo dos sistemas de produção dos agricultores familiares da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**. 2006, 155 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil, 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FRONTEIRA OESTE – RS. In: **AMFRO**. Disponível em: <<http://www.amfro.org.br/>>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

BASTOS, M. T. *Medium, media*, mediação e midiatização: a perspectiva germânica. In: JANOTTI JUNIOR, J.; MATTOS, M. A.; JACKS, N. (Org.). **Mediação & Midiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: COMPÓS, 2012. (53–77).

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BELTRÁN SALMÓN, L. R. **La comunicación para el desarrollo en Latinoamérica: un recuento de medio siglo.** Documento presentado al III Congreso Panamericano de la Comunicación – Painel 3: Problemática de la Comunicación para el Desarrollo en el contexto de la Sociedad de la Información. Buenos Aires, 2005.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação rural.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

_____. Comunicação e Educação: o que Deus uniu o homem não separa. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. E. D. (Org.). **Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas.** Tradução: Paulo Roberto Kramer e Lúcia Teresa Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOSTIAN, L. R. Papel da Comunicação Coletiva no Desenvolvimento Agrícola Brasileiro. In: MARQUES DE MELO, J. (Org.). **Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1978. (13–25).

BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. In: Médola, A. S. L. D.; ARAUJO, D. C.; BRUNO, F. (Org.). **Imagem visibilidade e cultura midiática.** Livro da XV COMPÓS. Porto Alegre: Sulina, 2007. (141–167).

_____. Circuitos *versus* campos sociais. In: JANOTTI JUNIOR, J.; MATTOS, M. A.; JACKS, N. (Org.). **Mediação & Mediatização.** Salvador: EDUFBA; Brasília: COMPÓS, 2012. (31–52).

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.829, de 03 de setembro de 2003.** Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGLbr, sobre o modelo de governança da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4829.htm>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.542, de 20 de setembro de 2005.** Institui o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, no âmbito do Programa de Inclusão Digital. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5542.htm>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso: em 15 de ago. 2011.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012.** Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 15 de jan. 2013.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Programa Sociedade da Informação no Brasil:** Livro Verde. TAKAHASHI, T. (Org.). Brasília, 2000. 231p. (pdf).

_____. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. **Programa de Inclusão Digital.** Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/42303.html>>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

_____. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 431 de 23 de julho de 2009.** Institui o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais. Disponível em: < <http://www.mc.gov.br/portarias/26698-portaria-n-431-de-23-de-julho-de-2009>>. Acesso em: 31 de jan. de 2012.

_____. Ministério das Comunicações. **Um Plano Nacional para Banda Larga: o Brasil em alta velocidade.** Brasília, 2010. 197p.

_____. Ministério das Comunicações - Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital. **Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/brasilconectado>>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

_____. Ministério das Comunicações – Secretaria de Inclusão Digital. **Cidades Digitais: a construção de um ecossistema de cooperação e inovação.** 2012. 11 p. Disponível em: < <http://www.mc.gov.br/o-ministerio/publicacoes-e-audiovisual/publicacoes>>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

_____. Ministério das Comunicações. **Programa Cidades Digitais.** Disponível em: < [w.mc.gov.br/inclusao-digital/acoes-e-programas/cidades-digitais](http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/acoes-e-programas/cidades-digitais)>. Acesso em: 15 de jan. de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília, 2004. 22p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES).** 2008. 143 p. (Manual Operacional).

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios Digitais.** In: Portal da Cidadania. Disponível em: < <http://comunidades.mda.gov.br/o/4111033>>. Acesso em: 31 de jan. de 2012.

BRUXEL, A. **Os trinta povos Guaranis.** 2. ed. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1987.

CAMINHO DAS MISSÕES. In: **Caminho das Missões.** Disponível em: <<http://www.caminhodasmissoes.com.br/site/>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas.** São Paulo: Editora da USP, 2000.

_____. **Consumidores e cidadão: conflitos multiculturais da globalização.** 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **A globalização imaginada.** São Paulo: Iluminuras, 2007.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados:** mapas da interculturalidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.** 1991, 221 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

_____. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible:** el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. 532 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Doutorado em Agroecologia, Campesinado e História, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, Córdoba, Espanha, 1998.

_____. Recolocando as coisas nos seus devidos lugares: um manifesto em defesa da extensão rural pública e gratuita para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL: DECIDINDO POLÍTICAS DE EXTENSÃO RURAL PARA O BRASIL, 2002, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: FASER, 2002. 40 p. Disponível em: <<http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/Recolocando.pdf>>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável:** perspectivas para uma nova extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001. 36 p. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/05_artigo_agroeco.pdf>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede.** 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

_____. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade Midiatizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006b. (225-231).

CHAMBERS, R. El pequeño campesino es un profesional. In: **Revista Ceres,** mar./abr. 1980. pp. 19-23.

CIMADEVILLA, G. **Dominios:** crítica a la razón intervencionista, la comunicación y el desarrollo sustentable. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

_____. Cinco tesis y una semblanza: trayectos académicos en la convergencia comunicación – desarrollo. In: CIMADEVILLA, G. (Org.). **Comunicación, tecnología y desarrollo:** trayectorias. Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2008. (03-16).

_____. Breve histórico da pesquisa em comunicação para o desenvolvimento. In: HEBERLÊ, A.; COSENZA, B.; SOARES, F. B. (Ed.) **Comunicação para o desenvolvimento**. Brasília: EMBRAPA, 2012. (43–54). (pdf).

COLVERO, R. B. **Negócios na madrugada**: o comércio ilícito e a expansão da economia no extremo oeste. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, RS, Brasil, 2003. 179 p.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação**. Disponível em <<http://www.cetic.br/usuarios/ibope/index.htm> > Acesso em: 31 de jan. 2012.

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA. **Apresentação COPTEC**. Disponível em < <http://www.coptec.org.br/coptec.html> > Acesso em: 31 de jan. 2012.

COOPERATIVA LÃ PURA. Disponível em: <http://www.lapura.com.br/home>. Acesso em 15 de jan. 2013.

COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

DELGADO, G. **A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003**. São Paulo: EDUSP, 2004.

DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural**: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. 2010. 274 p.

DIAS, R. **Introdução à Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

DIESEL, V. et al., **Extensão rural para quem?** A nova face institucional da orientação técnica no Rio Grande do Sul, 2010. Trabalho apresentado no VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

DUARTE, J.; BARROS, A. (Ed.). **Comunicação para ciência, ciência para comunicação**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

DUARTE, J.; CASTRO, A. M. G. de. **Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

EMATER. Rio Grande do Sul. **O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Extensão Rural e a Assistência Técnica/Social: um relato das frentes programáticas 2007/2010**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2010.

EMATER. Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/>>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

_____. **Relatório de Atividades Municipais 2010 EMATER/RS – ASCAR/RS – ASCAR**. Escritório Municipal de São Borja/RS. 2011.

_____. **Estudo sobre a agricultura familiar será apresentado em São Borja**.

Helena Boucinha. Notícia. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIUsRmcjZkWhN2aKVVVB1TP>>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

EMATER. **Seminário de Produção Acadêmica dos Empregados da ASCAR: programa de pós-graduação da instituição (1. : 2012 : Porto Alegre, RS)**. Textos selecionados: [recurso eletrônico] / 1. Seminário de Produção Acadêmica dos Empregados da ASCAR: programa de pós-graduação da instituição, 26 e 27 de setembro de 2012, Porto Alegre, RS; organizado por Décio Cotrim. - Porto Alegre, RS: EMATER/RS- ASCAR, 2012. 410 p. (Série Desenvolvimento Rural, n. 1).

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradução: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gylokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: RJ: Vozes, 2000. (59-83).

FAUSTO NETO, A. Midiatização: prática social, prática de sentido. In: **Seminário da Rede Prosul: Mediatización y Procesos Sociales**. Bogotá: CNPq/UNISINOS e Universidad Nacional de Colombia, 2006.

FONSECA, M. T. L da. **A extensão rural no Brasil, um projeto político para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. (Coleção Educação Popular, n. 3).

FONSECA, V.; CATTANI, R. **A comunicação na Extensão Rural**. Santa Maria, RS, 1991. Mimeo.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS;
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diretrizes de política agrária de desenvolvimento sustentável para produção familiar**. Versão Preliminar. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 1970.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 1983.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **São Borja**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?munici pio=S%E3o+Borja>. Acesso em: 15 de ago. 2013.

FURASTÉ, P. A. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**: explicitação das Normas da ABNT. 15. ed. Porto Alegre: s. n., 2011.

GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GARFORTH, C. The history, development, and future of agricultural extension. In: **Improving agricultural extension**. A reference manual: Food and Agriculture Organization of the United Nations © FAO 1997. Disponível em: <[http://www.fao.org/docrep/W5830E/w5830e03.htm#the term extension](http://www.fao.org/docrep/W5830E/w5830e03.htm#the%20term%20extension)>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Sociologia**. Tradução: Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **Sociologia**. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, P. G. **Tópicos de teoria da comunicação**: processos midiáticos em debate. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HEBERLÊ, A., SOARES F. B., Comunicação para o desenvolvimento: estratégias e conceitos. In: **Communication Studies**. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/13/#sthash.M6x50pGx.dpuf>>. Acesso em: 15 de julho. 2013.

HEGEDUS, P.; CIMADEVILLA, G.; THORNTON, R. Difusión de innovaciones: vigencia y obsolescencia de un modelo pragmático. In: THORNTON, R. D.; CIMADEVILLA, G. (Ed.). **Grisés de la extensión y el desarrollo**. Santa Rosa, AR: Base 1; Buenos Aires: INTA, 2008. (111-135).

HEGEDUS, P. ; VELA H. Os projetos de desenvolvimento. In: **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. VELA, H. (Org.). Santa Maria: Editora UFSM, 2003. (31–44).

HELD, D.; MCGREW, A. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

HJARVARD, S. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. In: **Revista Matrizes**. São Paulo, ano 5, n. 2; p. 53–91, jan./jul. 2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

_____. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=rs>>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

_____. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar primeiros resultados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2012.

_____. **Censo Populacional**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=431800>>. Acesso em: 15 jan. de 2012.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (pdf).

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-409, set./dez. 2004.

KATZ, E.; LAZARFELDT, P. **Personal influence**: the part played by people in mass communication. New York: Free Press, 1955.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar I**: comparação internacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LERNER, D.; W. SCHRAMM. (Org.). **Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento**. Tradução: Maria Heloiza Schabs Cappellato. São Paulo, Melhoramentos, Ed. USP, 1973.

LIMA, I. S.; ROUX, B. As estratégias de comunicação nas políticas públicas técnica e extensão rural para agricultura familiar no Brasil. In: CIMADEVILLA, G. (Org.). **Comunicación, tecnología y desarrollo**: trayectorias. Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2008. (91-102).

LONG, N. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. Colección Investigaciones. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

_____.; PLOEG, J. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: Schneider, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. (21–48).

MARQUES DE MELO, J. **Comunicação, opinião, desenvolvimento**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

_____. (Org.). **Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006a.

_____. **Tecnicidade, Identidades, Alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século**. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006b. (51-79).

MATTELART, A. **A comunicação-mundo: história das ideias e das estratégias**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **História da sociedade da informação**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1964.

MCQUAIL, D. **Teorias da Comunicação de Massa**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MONSMA, K. Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83–113, jun. 2000.

MONTEIRO, E. P.; PINHO, J. B. Limites e possibilidade de tecnologias da informação e comunicação na extensão rural. In: Intercom – **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 103 – 121, jul/dez. 2007. Disponível em <www.intercom.org.br/>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

MORAES, D. (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83–100, set./dez. 2001.

_____. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA/MAPA, 2010. (185–209).

NEUMANN, P.; FROELICH, J. M. (Coords.). **Perfil dos Serviços de ATER no Brasil: análise crítica dos relatórios**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

PACE JR. Eduardo. **Rockefeller**. São Paulo: Editora Três, 1974.

PÉREZ, Isaac Enríquez. **La construcción social de las teorías del desarrollo: un estudio histórico/crítico para incidir en el diseño de las políticas públicas**. México: Miguel Ángel Porrúa, 2009.

PICOLOTTO, E. L. Processos de afirmação dos agricultores familiares como sujeitos de direito. In: Schneider, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2011. (305–320).

PLOEG, J. D.; LONG, A.; BANKS, J. Rural development: the state of the art. In: PLOEG, J. D.; LONG, A.; BANKS, J. (Ed.) **Living countrysides: rural development processes in Europe the state of the art**. Netherlands: Elsevier, 2002. (8-17).

POLISTCHUK, I.; TRINTA; A. R. **Teorias da Comunicação: o pensamento e a prática da Comunicação Social**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PROULX, S. Paradigmes pour penser les usages des objets communicationnels. In: **LabCMO - École des médias**. Université du Québec à Montréal. Département SES / Télécom Paris. Disponível em: <<http://sergeproulx.uqam.ca/conferences/>>. Acesso em: 26 de fev. 2014. (pdf).

_____. La sociologie des usages, et après?. In: **XVIII^e Congrès international des sociologues de langue française (AISLF)**, Groupe de travail Sociologie de la communication, Istanbul, 7-11 juillet 2008. (pdf).

RAMOS, A. D. **A formação histórica dos municípios da Região das Missões**. Santo Ângelo: URI – IPHAN – Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico, 2006. (Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira).

RIBEIRO, C. M. **“Pecuária familiar” na região da Campanha do Rio Grande do Sul**: definições e estratégias. Bagé: EMATER – RS, 2001.

RILLO, A. S. **São Borja**: em perguntas e respostas. (monografia histórica e de costumes). São Borja: Prefeitura Municipal, 1982. 70 p.

RODRIGUES, A. D. **Breve dicionário da Informação e da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

RODRIGUES, C. O. **São Borja e sua história**. São Borja: Tricentenário, 1982.

RUDIGER, F. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gylokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: RJ: Vozes, 2000.

SÃO BORJA. Prefeitura Municipal – Gabinete do Prefeito. **Lei nº 4.644, de 27 de dezembro de 2012**. Institui no município, o Programa São Borja Digital e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.camarasaoborja.rs.gov.br/administracao/leis/lei4644.pdf>>. Acesso em: 15 de julho. 2013.

SCHMITZ, H. Perspectivas da assistência técnica para a agricultura familiar. In: LOPES, E. S. A.; MOTTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (Org.). **Ensaio**: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros; Universidade Federal do Sergipe, 2002. p. 315-347.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. In: **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 30, n. 3 (119), p. 511–531, jul./set. 2010.

_____; GAZOLLA, M. Os atores entram em cena. In: Schneider, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. (11–17).

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**: o papel da informação em países em crescimento. Tradução: Muniz Sodré e Robert Lent. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1964.

SCHWARTZ, C. **A recepção das tecnologias de informação e comunicação entre agricultores familiares de Santa Maria, Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, 2007. 106 p.

_____. **Relações de gênero e apropriação de tecnologias de informação e comunicação na agricultura familiar de Santa Maria/RS**. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, 2012. 281 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

SILVA, Paula Terezinha da. **A agricultura familiar e a função social da propriedade rural**: o caso da Região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 2012. 130 p.

SILVEIRA, A. C. M. da. **A comunicação rural na perspectiva extensionista**: crítica epistemológica – possibilidades metodológicas. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, 1991. 342 p.

_____. Sociedade da informação: TICs e o combate à exclusão digital no meio rural do Brasil. In: SILVEIRA, A. M. C. da *et al.* **Divulgação científica e tecnologias de informação e comunicação**. Santa Maria: UFSM-FACOS, 2003.

SILVEIRA, A. C. M. da.; PIENIZ, M. Apropriação da *web* como meio para o exercício da cidadania: expressões de identidades culturais ligadas ao território. In: MORIGI, V. J. et al.(Org.); **Comunicação, Informação e Cidadania**: refletindo práticas e contexto. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVERSTONE, R. **Porque estudar a mídia?**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011.

SODRÉ, M. Objeto da comunicação é vinculação social. In: **Revista Pensamento Comunicacional Latino Americano**. (Entrevista). São Paulo: UMESP, v. 3, n. 1, out./nov./dez, 2001.

_____. **Antropológica do Espelho**: uma teoria da comunicação linear em rede. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. O globalismo como neobárbarie. In: MORAES, D. (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. (21-40).

_____. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. (19-31).

_____. Sobre a episteme comunicacional. In: **Revista Matrizes**. São Paulo, n. 1, out., 2007. (15 –26).

_____. Comunicação: um campo em apuros teóricos. In: **Revista Matrizes**. São Paulo, ano 5, n. 2, jan./jun., 2012a. (11–27).

_____. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012b.

SOUTO, A. J. P. **Fundamentos e Possibilidades de Desenvolvimento nas Pequenas e Médias Propriedades Rurais do Município de São Borja – RS**: na perspectiva neoendógena. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica de Organizações). Universidade Regional Integrada: Santo Ângelo, RS, Brasil, 2013. 147 p.

SOUZA, C. F. de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2000.

TIGRE, P. B. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses MDT/** Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. 7. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

VENTURINI, S. **Índios nas Missões:** antes, durante e depois dos Jesuítas. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. In: **Revista Diálogos de la comunicación.** Lima: Felafacs, n. 48, 1997. (9-17).

VIZER, E. A. **A trama (in)visível da vida social:** comunicação, sentido e realidade. Porto Alegre: Sulina, 2011.

WEBER, M. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais.** Max Weber; Tradução Gabriel Cohn. São Paulo: Ática: 2006. (Ensaio comentado).

WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. E. D. (Org.). **Educação rural no Terceiro Mundo:** experiências e novas alternativas. Tradução: Paulo Roberto Kramer e Lúcia Teresa Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

WHITING, G. C. Empatia: uma habilidade cognitiva para decifrar o significado da modernização através dos meios de comunicação de massa. In: MARQUES DE MELO, J. (Org.). **Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1978. (83-105).

WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação.** São Paulo: Paulus, 2006.

WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa.** São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção leitura e crítica).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de consentimento



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

PESQUISA SOBRE APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

[Consentimento para entrevista]

Sou Marcela Guimarães e Silva, estudante de doutorado do programa de pós-graduação em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e estou fazendo uma pesquisa sobre a apropriação das TICs por extensionistas e agricultores familiares: novas possibilidades para o desenvolvimento rural.

Apreciaria muito sua colaboração concedendo-me uma entrevista. Algumas perguntas lhe serão feitas e o Sr. (a) responderá se quiser. No trabalho de tese de doutorado comprometo-me a manter seu nome no anonimato, ou seja, o (a) senhor (a) não será identificado (a).

Qualquer dúvida que não tenha sido por ventura esclarecida no período de nosso contato para a entrevista, não hesite em entrar em contato para esclarecimentos:

Marcela Guimarães e Silva
marcelasilva@unipampa.edu.br
(55) 99520469

Obrigada pela sua participação.

Local, data

Assinatura do interlocutor (facultativo)

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista empregado com os agricultores familiares

**ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE
(Agricultor Familiar)****- Perfil:**

Nome (opcional):

Idade:

Escolaridade:

Local de nascimento:

Nº de integrantes da família:

Participa de alguma associação ou cooperativa de agricultores familiares? Ou de algum outro grupo da comunidade?

Qual a origem dessa associação, cooperativa ou grupo? Além do senhor a família também participa?

Como é a sua relação com os demais agricultores familiares? Em que momento busca o apoio dos demais?

Participa de algum programa ou projeto voltado para a agricultura familiar? Quem são os responsáveis por esse programa ou projeto?

Recebe algum tipo de benefício ou recurso financeiro ou material desses projetos ou programas?

O que o motivou participar desse programa ou projeto?

O senhor se considera um agricultor familiar? Apenas integra programas e projetos direcionados para esse segmento em virtude dos benefícios recebidos?

O senhor tem a intenção de ampliar a sua participação na produção e continuar na atividade ou tem algum outro projeto para o futuro?

- Contexto da propriedade:

Localização:

Tamanho da propriedade:

Qual a origem dessa propriedade? De quem era essa propriedade antes?

Quais as atividades rurais desenvolvidas antes?

Quais as principais atividades desenvolvidas atualmente? (agricultura - pecuária)

Há quanto tempo trabalha nessa atividade? Porque trabalha com essa atividade?

Quantas pessoas trabalham na propriedade e que atividades desenvolvem?

Além de assistência técnica e serviços de extensão rural, recebe algum outro tipo de serviço de outro órgão como a Prefeitura Municipal, Sindicatos, Cooperativas?

O senhor investe na produção, busca diversificar as atividades? Procura mercado para o que produz? Estabelece parcerias com associações ou cooperativas?

Participa de alguma feira, programa (merenda escolar) ou espaço para comercialização de produtos da agricultura familiar?

Faz investimentos na propriedade para que esta continue a principal fonte de renda da família?

- Esposa (o):

Nome (opcional):

Idade:

Escolaridade:

De onde veio:

Como se conheceram e há quanto tempo estão casados?

Ela participa de algum projeto ou programa de benefício para a mulher rural?

E de algum programa ou projeto da EMATER/RS – ASCAR de São Borja? Ou de outro órgão como a Prefeitura Municipal?

A atividade que ela desenvolve contribui para a renda da família? Como e por quê?

- Filhos:

Quantos filhos o senhor tem?

Qual a idade de cada um deles?

Eles moram aqui na propriedade?

Se não residem:

Onde moram?

O que fazem?

Eles estudam?

Os filhos que moram na propriedade auxiliam nas atividades? Em quais?

Recebem ou participam de algum programa ou projeto de benefício aos jovens rurais?

Eles pretendem ficar na propriedade ou já tem algum projeto futuro?

- Contexto da extensão rural:

- RELAÇÃO HISTÓRICA COM A EMATER/RS – ASCAR DE SÃO BORJA:

Historicamente sempre recebeu assistência técnica da EMATER/RS – ASCAR de São Borja ou de outro órgão ou isso é recente na sua propriedade?

Como eram esses serviços e atendimentos?

Observa alguma mudança na relação com os extensionistas? Na forma como são realizados os atendimentos?

Haviam momentos de troca de experiência entre extensionistas e agricultores familiares e entre os agricultores familiares?

Esses serviços auxiliaram na manutenção da propriedade?

- RELAÇÃO COM A EMATER/RS – ASCAR DE SÃO BORJA ATUALMENTE:

Atualmente com que frequência recebe a visita dos extensionistas?

Há quanto tempo o senhor recebe os extensionistas em sua propriedade?

Participa de algum projeto? Há quanto tempo?

Como é a sua relação com os extensionistas?

O senhor procura os técnicos com frequência? Como faz isso?

Vai ao escritório? Liga para o escritório solicitando orientação ou atendimento?

Participa de capacitações ou cursos? Procura os extensionistas para manter-se atualizado?

Propõe atividades que necessitem a participação dos extensionistas da EMATER/RS – ASCAR de São Borja e que envolvam os demais agricultores familiares? Por quê?

- RELAÇÃO COM OS OUTROS ÓRGÃOS:

O senhor recebe algum tipo de serviço ou incentivo da Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural?

Como é são esses serviços ou incentivos? Assistência técnica, orientações e visitas, capacitações, recursos para investir na propriedade ou produção?
Com que frequência isso ocorre? E há quanto tempo?

Participou de capacitações ou cursos? Procura os técnicos para manter-se atualizado?

Propõe atividades que necessitem a participação da Prefeitura Municipal e dos demais agricultores familiares?

- Condições e acesso às TICs:

Quais o meios de comunicação possui em casa? Rádio, televisão, jornal?

Quanto escuta rádio? Qual a programação?

E quanto a televisão assiste com que frequência, quais os programas? Algum dirigido para o produtor rural?

Quanto assiste televisão é sozinho ou com a família? Quem mais assiste? Que programação é assistida com mais frequência?

Esses meios servem como fonte de informação para programas e projetos voltados para a agricultura familiar?

Com relação aos jornais, assina algum ou compra? Qual? Com que frequência e por quê?

- COM RELAÇÃO AO ACESSO À INTERNET:

Tem computador? Que tipo? O que motivou comprar um computador?

Tem acesso à internet? Que tipo? Há quanto tempo? O que motivou instalar esse serviço?

Alguém indicou o serviço? Quanto pagou?

Quem utiliza mais a internet? Quanto tempo de acesso? Quais os conteúdos acessados?

Alguém da família participa ou já participou de algum projeto de inclusão digital na escola ou na comunidade financiado pelo governo? Curso ou capacitação?

Ou foi um investimento feito pela família? Por que esse investimento foi feito? Qual a necessidade desse investimento?

O conteúdo acessado relaciona-se com as atividades da propriedade? Serve de fonte de acesso às informações sobre projetos e programas voltados para a agricultura familiar? Quais são os sites acessados?

Pode ser considerada uma fonte de informação?

A internet é utilizada para estabelecer contato com os extensionistas e com outros agricultores familiares? Com as associações, cooperativas e outros órgãos?

Além de ser uma forma de comunicação e de acesso à informação para a propriedade a internet é utilizada para contatar amigos, familiares e outras informações que não só relacionadas à produção agrícola e pecuária?

- COM RELAÇÃO AO CONSUMO DO TELEFONE MÓVEL CELULAR:

Tem celular? Quantos? Há quanto tempo? Qual a necessidade que o fez adquirir um celular, ou mais de um? O celular é pré-pago ou pós-pago? Qual modelo? Quantos chips?

Por que possui mais de um celular ou mais de um número (chip)?

Quem mais na família possui celular? Quantos e há quanto tempo? Qual a necessidade de ter?

Qual a média gasta em conta e cartões?

E com que frequência utiliza? Para fazer ligações? Enviar mensagens? Tirar fotografias? Gravar vídeos? Com quem se comunica através do celular? Utiliza para além do trabalho na propriedade?

Utiliza o celular para receber notícias ou participar de alguma promoção? Utiliza para que fins?

No dia a dia da propriedade o celular facilita a comunicação com outros agricultores familiares, com os extensionistas ou associações e cooperativas?

Utiliza para solicitar uma orientação técnica ou solicitar uma informação à EMATER/RS – ASCAR de São Borja? Para organizar alguma atividade com os demais agricultores familiares? Na comercialização da produção?

Antes como eram feitas essas atividades?

De que modo essas tecnologias facilitaram o dia a dia na propriedade e a acesso a informações?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista empregado com os extensionistas

**ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE
(Extensionista)****- O EXTENSIONISTA:**

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Formação área:

Há quanto tempo está trabalhando no EMATER/RS – ASCAR?

Sempre trabalhou em São Borja? Sim, ou não onde trabalhava? Como era a região?

Exerceu alguma outra atividade antes de vir para a EMATER/RS – ASCAR? O que?

Porque veio trabalhar na EMATER/RS – ASCAR?

Nesse tempo observa alguma diferença? Como era a X anos atrás? Como descreve a sua trajetória na EMATER/RS – ASCAR?

Você vivenciou a mudança de modelos de extensão ao longo desse período? No que isso mudou o seu trabalho? E interferiu na sua relação com os agricultores? E para você como foi a essa mudança?

Hoje quais são as suas principais atividades?

Que projetos se envolve diretamente?

E como é a sua relação com os produtores?

Consegue visualizar resultados do seu trabalho nas propriedades?

Como é a sua rotina de trabalho?

Como percebe a relação entre agricultores familiares e extensionistas?

Além dos agricultores familiares com quais as outras instituições ou organizações que trabalha direta ou indiretamente como é esse trabalho?

- O CONTEXTO:

Considerando a demanda de trabalho, como estão as suas condições de trabalho? Quais os principais problemas enfrentados no dia a dia? Na EMATER? Com os colegas de trabalho? Com os agricultores familiares? Com os demais grupos por exemplo Prefeitura, Secretaria de Desenvolvimento Rural?

Essas parcerias facilitam o desenvolvimento do seu trabalho?

Quais as suas perspectivas de trabalho? Em termos de investimentos que tem feitos para a sua qualificação para atuar como extensionista?

Há capacitações para atuar como extensionista?

Em termos de infraestrutura, como são os recursos materiais disponíveis?

- QUANTO AOS FLUXOS DE INFORMAÇÃO:

Como é o processo de implantação da política de assistência técnica de extensão rural na sua percepção?

Ela realmente favorece o diálogo com os agricultores familiares? Facilita a participação? Envolve mais organizações?

Realmente existe uma troca entre extensionistas e agricultores familiares? Essa política cria esse espaço?

A equipe troca informações sobre os agricultores familiares? Como é essa troca? Desenvolvem trabalhos em parceria?

Como são trabalhadas as novas orientações na equipe e com isso é repassado para os agricultores familiares?

- RELAÇÃO COM AS TICs:

Com relação as novas tecnologias, quais estão disponíveis, quais utiliza no trabalho?

Tem celular? Tem internet?

O celular foi adquirido em função do trabalho ou da família?

Com que frequência utiliza, para falar com quem? É pré ou pós pago?

Internet entrou na sua vida pelo trabalho? Ou em casa?

Com que frequência utiliza a internet? Em casa também utiliza? Com que frequência?

Quanto acessa faz algum tipo de pesquisa? Para o trabalho ou para se relacionar com amigos, familiares?

Usa redes sociais? (*msn, facebook, Orkut, twiter*)

A internet o seu trabalho? Para se comunicar com o agricultor? Com outras organizações? Com a prefeitura, com as cooperativas?

A utiliza para fazer buscas sobre projetos e programas relacionados com o seu foco de trabalho?

Identifica alguma política de inclusão digital no campo?

Quais as limitações para o acesso tecnológico? Financeiro, resistência do agricultor?

Observa que as novas tecnologias já fazem parte da vida dos agricultores familiares?

Nas relações com a família? Com outros agricultores? Com o mercado?

Algum agricultor familiar utiliza para se comunicar com você? Celular ou internet?

Eles trazem alguma informação que leva você a buscar por mais informações?

Essas tecnologias facilitaram o seu trabalho? De que maneira?

Que outros meios de comunicação percebe que estão presentes na vida dos agricultores familiares e que de algum modo interferem no seu trabalho?

E esses meios podem contribuir de algum modo para o desenvolvimento rural? Como? Eles facilitam o seu trabalho com os agricultores familiares? Como?

APÊNDICE D – Informações do diário de campo

Este apêndice apresenta informações da pesquisa de campo que auxiliam na descrição do percurso da investigação e na ilustração do contexto e dos indivíduos pesquisados. Assim, os dados foram organizados cronologicamente, conforme ocorreram, da fase de reconhecimento do cenário à fase de entrevistas. E registrados no diário de campo, como demonstra a figura abaixo. Como um cadernos de anotações e agenda da pesquisadora, ele contém dados dos entrevistados (nome, telefone/celular), rotas de acesso às propriedades rurais, cronograma de visitas, bem como observações feitas durante os diversos momentos de contato com os entrevistados, etc.

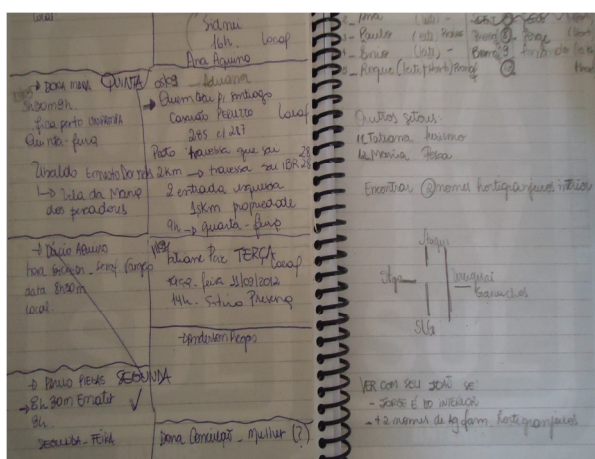


Figura 6 – Páginas do diário de campo

Fonte: Própria autora, 2013.

É importante ressaltar que antes mesmo do início das entrevistas, primeiramente buscou-se uma aproximação dos agricultores familiares e extensionistas da EMATER/RS – ASCAR, por meio da participação nas atividades rotineiras destes indivíduos. Por isso, acompanhou-se as intervenções dos extensionistas da área social e ambiental, dos técnicos agrícola, e atividades dos agricultores familiares. Este acompanhamento teve como objetivo a identificação dos agricultores familiares a serem entrevistados, por isso alguns foram visitados, entretanto considerando as diretrizes, já apresentadas, da Lei da Agricultura Familiar

e empregada para definição da amostra desta investigação, não foram entrevistados.

Dentre estes espaços de participação, destaca-se o II Seminário da Agricultura Familiar que reuniu mais de 300 participantes para debater e refletir sobre a realidade no campo. A atividade é uma realização da EMATER/RS –ASCAR em parceria com a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural. Durante o evento, foi possível identificar algumas famílias, bem como fazer um primeiro contato com as mesmas, uma vez que os palestrantes eram os próprios agricultores e suas famílias, que participaram através do relato de suas experiências e apresentação da realidade das suas propriedades. No seminário foi identificado o entrevistado AF7, bem como feito o primeiro contato com outros agricultores familiares, como por exemplo, AF1.

A figura sete apresenta o registro do público no Seminário, e a figura oito, a família do entrevistado AF7 relatando a sua experiência sobre a gestão do trabalho da família na pequena propriedade rural em São Borja/RS.



Figura 7 – Público do II Seminário Agricultura Familiar em São Borja/RS; e família rural relatando a sua experiência

Fonte: Própria autora, 2012.

Nesta fase foi possível participar na condição de observadora das reuniões de trabalho entre extensionistas da EMATER/RS – ASCAR, equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e agricultores familiares. As pautas das reuniões versaram sobre questões como: condições das estradas no interior do

município; organização e manutenção dos espaços para realização das feiras de comercialização de produtos da agricultura familiar; documentação e regras para participação no Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para merenda escolar; assistência técnica, etc. Sendo estas reuniões realizadas nas dependências da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) no centro da cidade para reunir o maior número de agricultores, já que muitos vem para a cidade com frequência e na localidades as propriedades rurais são distantes umas das outras e outras não contam com salões comunitários.



Figura 8 – Reunião dos agricultores familiares com extensionistas e representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de São Borja/RS

Fonte: Própria autora, 2012.

Na oportunidade observou-se a postura dos agricultores familiares diante dos extensionistas e representantes da Prefeitura Municipal. E a reação dos agricultores, diante solicitação de um agricultor de se integrar à feira, votada pelos agricultores, que decidiram por não aceitar a proposta, mesmo com a argumentação da Secretaria de Desenvolvimento Rural e extensionistas. Neste momento observou-se a dificuldade do trabalho coletivo. Para os agricultores mais um vendedor na feira representa menos rendimentos para os que já trabalham no local, embora este seja público. Neste dia foi possível conhecer e obter o contato de alguns agricultores, bem como se apresentar aos mesmos.

E como já foi dito, buscou-se participar das intervenções dos extensionistas, acompanhando e participando das atividades dos grupos de agricultores, com a intenção de conhecer e se aproximar das famílias e assim identificar possíveis entrevistados. E ainda observar diretamente a relação entre os agricultores e os extensionistas, sendo uma etapa fundamental para a compreensão destes indivíduos e análise dos dados das entrevistas.

Nas figuras a seguir, tem-se o registro da extensionista da área social e ambiental orientando as agricultoras familiares para produção de receitas com alimentos produzidos na propriedade. E na sequência, o registro de uma das reuniões para avaliação do trabalho dos técnicos agrícolas nas propriedades. Em ambos os momentos observou-se os vínculos de amizade e confiança entre extensionistas e agricultores familiares, mas principalmente, a necessidade da presença do técnico na organização destes momentos, evidenciando vínculos de dependência, já apontados neste estudo.



Figura 9 – Intervenção dos extensionistas junto aos agricultores familiares.

Fonte: A autora, 2012.

Foram realizadas visitas às feiras de comercialização dos produtos da agricultura familiar para conhecer um dos locais de trabalho dos entrevistados e compreender as demandas apresentadas à EMATER/RS – ASCAR e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural nas reuniões. E, principalmente, para identificar o processo de gestão das atividades os agricultores que efetivamente trabalham com a família na propriedade rural. As figuras a seguir ilustram as feiras de

comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar que ocorrem semanalmente no Mercado Público Municipal – Bernardino Lopes Ferreira no Bairro do Passo e no Centro do município, próximo à Prefeitura. Entretanto há vários outros pontos de comercialização, como a Praça do Bairro do Passo, e em frente à Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), como uma das ações do projeto de extensão comunitária “Educação e Comunicação Popular no campo” desenvolvido pela instituição, projeto no qual a pesquisadora é colaboradora.



Figura 10 – Feira no Mercado Público Municipal; e feira no Centro de São Borja/RS

Fonte: Própria autora, 2012.

Durante a mapeamento dos entrevistados foi muito presente no discurso das instituições mencionadas a dificuldade de mobilização dos agricultores familiares para participar da Feira de Negócios Agropecuários da Fronteira Oeste do RS (FENAOESTE INTERNACIONAL) realizada pelo Sindicato Rural do município, por vários motivos. Porém, foi durante as entrevistas que os agricultores familiares declaravam que a participação na Feira embora fosse positivo para as vendas, demandavam investimentos, tempo e dedicação, prejudicando a produção na propriedade rural familiar e o atendimento das escolas e das feiras semanais. Além disso, o embate histórico entre a agricultura patronal e familiar, gera uma relação de rejeição entre os indivíduos, o que é percebido pelos agricultores familiares que ainda lutam pela construção do pavilhão da agricultura familiar no Parque de Exposições General Serafim Dornelles Vargas, local da feira. Desta forma, a EMATER/RS – ASCAR anualmente, numa tentativa de aproximação e

reconhecimento da categoria organiza o espaço da agricultura familiar na FENAOESTE, viabilizando ao menos a presença dos agricultores familiares, uma vez que sua participação é restrita à esta condição. Como pode ser visualizado na figura 15, o *stand* da agricultura familiar em lona e na área interna a comercialização de produtos da agricultura familiar, com destaque a Cooperativa Lã Pura Ltda.⁸⁴ de São Borja.



Figura 11 – Área externa e interna do *stand* da Agricultura Familiar na FENAOESTE em São Borja/RS

Fonte: Própria autora, 2012.

É importante ressaltar que a participação e observação nestes espaços de atuação dos extensionistas e dos agricultores familiares foi fundamental para a compreensão da conjuntura na qual estão inseridos estes indivíduos e, principalmente, para romper com a distância e a introversão natural existente entre entrevistados e pesquisador. O que favoreceu a aproximação e o conhecimento das práticas cotidianas, bem como das relações estabelecidas dentro e fora das instituições as quais pertencem, no caso EMATER/RS – ASCAR e propriedade rural familiar.

Na pesquisa de campo, após o mapeamento, a pesquisadora em seu veículo particular realizou todas às visitas às propriedade rurais familiares sem acompanhamento dos extensionistas ou de qualquer outro indivíduo, percorrendo

⁸⁴ COOPERATIVA LÃ PURA. Disponível em: <<http://www.lapura.com.br/home>>. Acesso em 15 de jan. 2013.

caminhos em direção aos municípios de Itaqui, Garruchos, Maçambará, Santiago, São Luiz Gonzaga e Santo Tomé na Argentina, na companhia apenas do receio de estar sozinha pelo desconhecido. Sendo esta fase um processo de conhecimento de áreas distantes, nunca percorridas, exigindo cuidado em função das condições climáticas e de tráfego nas vias do interior. Isto ajudou na compreensão das demandas dos agricultores familiares à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural com relação às estradas; da sua falta de interesse em participar das ações da EMATER/RS – ASCAR; da sua desmotivação para a produção leiteira diante dos preços baixos pagos pelas empresas coletoras, considerando a dificuldade de acesso às localidades rurais; das suas dificuldades em atender as solicitações das escolas diariamente; das dificuldades enfrentadas pelos jovens para a sua permanência no campo; etc.

Com relação aos percursos, embora parte iniciasse em vias asfaltadas, para se chegar às localidades rurais e às propriedades maior parte do percurso foi por estradas de chão. Por isso, encontrou-se diversas realidades, como por exemplo, algumas propriedades rurais familiares encontram-se ilhadas entre lavouras de plantio de grãos ou de campos de pastagem para criação de gado. Como foi o caso do acesso à propriedade rural do entrevistado AF2 em que foi necessário entrar em uma fazenda de um terceiro, atravessar por entre rebanhos de ovinos, até visualizar uma casa numa paisagem erma e sem fim. Neste trajeto, o telefone móvel foi fundamental para manter o contato com a família e ter-se a certeza de não estar perdida, ao mesmo tempo que compreender na prática o significado desta TIC para as mulheres agricultoras, como uma forma de segurança e de não estar sozinha. O mesmo aconteceu na visita à propriedade de AF8, entretanto o corredor de acesso é entre lavouras de soja, em meio a um verde infinito.

Sendo a experiência mais clara quanto à falta de assistência às estradas no interior de São Borja, ocorreu na visita para entrevista de AF14. No dia choveu e a estrada ficou com muita lama, atolando o veículo da pesquisadora, que contatou o agricultor para relatar o imprevisto, porém a sua vontade de participar da pesquisa foi maior. O agricultor foi com o seu “carretão” e puxou o veículo até a sua casa. Ao chegar em casa, primeiro teve que tomar banho, pois ficou todo molhado e embarrado ao engatar os veículos. Enquanto isso, a esposa e o filho fizeram a recepção, e na sequência a entrevista ocorreu. Para o retorno da pesquisadora, prontamente o agricultor foi na frente com o seu “carretão” para ir fazendo um trilho

para o veículo passar. Este momento não foi registrado, pois a preocupação foi com a estrada, mas ficou registrado a vontade do agricultor em colaborar com a pesquisa naquele dia, que inclusive a sua esposa havia feito bolachas de vários tipos para esperar a visita.

Em outro dia, na visita à propriedade de AF10, pela proximidade dos galpões de processamento de grãos, o excesso de casca de arroz no acostamento da estrada umedeceu a pista deixando-a muito lisa e quase intransitável, porém segundo AF10, a casca de arroz é colocada por ele mesmo, exatamente para manter o solo úmido, essencial para o cultivo de frutos de barço (abóbora, melancia, melão, etc.). Sendo o percurso até à propriedade uma passagem por uma vegetação fechada e sombria, na qual o contato com o agricultor por telefone móvel foi uma segurança e uma garantia para que a pesquisadora não se perdesse nas encruzilhadas. Nas figuras abaixo busca-se apresentar a paisagem dos acesso às propriedades, primeiro no corredor de acesso à propriedade rural de AF1 e na sequência o início do acesso à propriedade rural de AF10.



Figura 12 – Paisagem do corredor de acesso à propriedade rural de AF2; e início do percurso de acesso à propriedade rural de AF10

Fonte: Própria autora, 2012.

Em São Borja por questões históricas, os desfiles alusivos ao Dia da Pátria e as bancas musicais nas escolas são preservadas e valorizadas entre a população. Inclusive a Prefeitura Municipal realiza anualmente o Festival Municipal de Bandas Escolares, com competição e premiação. Na cidade isto é bastante visível

movimentando a economia dos dias do evento (do setor alimentício ao de confecção têxtil), porém no interior pelo menos para a pesquisadora era desconhecido este movimento, por isso foi interessante observar num dos dias de saída a campo passando pela localidade de Encruzilhada, divisa entre os municípios de São Borja e Maçambará, os alunos da Escola Estadual Técnica Encruzilhada ensaiando sua apresentação para o desfile no dia 07 de Setembro na avenida principal de São Borja, juntamente com todas as demais escolas.

Interessante, pelas condições nas quais os alunos estavam ensaiando, o que remete as reflexões de Martín-Barbero (2006a), sobre a noção de desenvolvimento dos países latino-americanos na metade do século XX, ou seja, o desenvolvimento era compreendido pelo consumo e pelas práticas do considerados desenvolvidos, colocando aqueles que seguiam esta lógica, numa mesma condição. Como observa-se na figura a seguir, em que o ensaio acontece na estrada de chão em frente à escola, simulando a avenida do desfile oficial, ou seja, a comunidade escolar do interior segue o protocolo das demais escolas da cidade, como uma forma de se integrar ao desfile municipal e participar deste ritual.



Figura 13 – Ensaio dos alunos do interior para o Desfile do dia 07 de setembro em São Borja/RS

Fonte: Própria autora, 2012.

Nas visitas às propriedades rurais, sempre após a entrevista, os agricultores familiares fizeram satisfação de apresentar a propriedade, o seu local de trabalho, o modo de organização das atividades entre a família, a própria família, o (a) esposo

(a), os (os) filhos (as) e demais moradores da propriedade. Em algumas casas, durante a entrevistas, os agricultores mostraram os álbum de fotografias da família, e assim narraram toda a sua história, como aconteceu com a família de AF14 e AF15. A seguir tem-se o registro do local de trabalho na propriedades rural familiar.



Figura 14 – Propriedade rural de produção leiteira de AF1; e propriedade rural de produção de hortaliças de AF10

Fonte: Própria autora, 2012.

Durante as visita às propriedades observou-se também a presença das mídias e do consumo de equipamentos para garantir o sinal dos canais de televisão e o acesso à internet. O que segundo os próprios agricultores familiares demanda por investimentos para garantia dos serviços. Alguns relatam o esforço feito para aquisição e manutenção destes, demonstrando-se satisfeitos com suas conquistas, que vão desde um forno micro-ondas a um climatizador de ar. Percebe-se neste momento, que os equipamentos representam para estes indivíduos, sinônimos do seu crescimento e do desenvolvimento da sua propriedade, ou seja, é a forma que encontram para materializar o resultado do seu trabalho.



Figura 15 – Área externa da casa com destaque aos equipamentos para acesso à internet e sinal de televisão

Fonte: Própria autora, 2012.

Ainda nas visitas às propriedades rurais, especificamente nos locais de trabalho dos agricultores, percebeu-se a presença do aparelho de rádio. Tanto no interior das casas, como nos galpões, que ficam ao fundo e onde são guardados os utensílios de trabalho das famílias de agricultores. Muitas vezes estes aparelhos com instalações improvisadas, mas sempre próximo à janela ou em áreas abertas para que o mesmo possa ser ouvido durante a rotina de trabalho pelos agricultores.



Figura 16 – Aparelho de rádio junto ao tanque da sala de ordenha; e em cima da mesa de trabalho do produtor de hortaliças

Fonte: Própria autora, 2012.



Figura 17 – Aparelho de rádio próximo à janela do galpão; e aparelho de rádio com instalação improvisada na área aberta

Fonte: Própria autora, 2012.

Entre os agricultores que trabalham com a produção leiteira, o aparelho de rádio permanece ligado inclusive durante a ordenha, como relataram AF2 e AF8, uma vez que segundo eles, o som faz bem para os animais. E na maioria das visitas, o aparelho de rádio estava ligado e permanecia assim, durante toda a entrevista, sendo por vezes necessário solicitar ao entrevistado que baixasse o volume do aparelho para não interferir na gravação, como aconteceu na casa de AF5. Com isto, observou-se o quanto este meio está integrado às rotinas dos agricultores, como fonte de informação ou como companhia.

Nas entrevistas também constatou-se o consumo de outras mídias como o jornal. Em muitas casas, integrado as atividades diárias de trabalho e, principalmente, na sala ou na cozinha das propriedades, como destaca-se na figura a seguir, em que o jornal local, Folha de São Borja, encontra-se entre o aparelho de televisão da sala de estar e uma caixa de um produto veterinário.



Figura 18 – Jornal Folha de São Borja entre aparelho de televisão e produto veterinário na sala de estar da casa do agricultor familiar

Fonte: Própria autora, 2012.

No diário de campo também registrou-se o lugar ocupado pelo computador e, conseqüentemente, o uso da internet pelas famílias. Nas propriedades em que os filhos foram embora para estudar e/ou trabalhar na cidade, o mesmo está abandonado ou então foram levados pelos filhos, como foi o caso AF8; AF11; e AF13. Já nas casas em que os filhos ainda permanecem, o computador está presente no local de convívio da família, onde também são consumidas outras mídias como a televisão, como nas propriedade de AF1 e AF7. Além disso, os equipamentos apresentam mais recursos, como o acesso à internet, contraste apresenta-se a seguir esta constatação.



Figura 19 – Computador abandonado; e computador integrado no convívio familiar

Fonte: Própria autora, 2012.

No diário de campo, além de observações e registros fotográficos, foram armazenadas todas as informações sobre o período, em que foram realizadas as entrevistas no ano de 2012, o percurso, as condições das estradas, bem como impressões sobre os entrevistados, sistematizados no quadro a seguir.

| Identificação | Data | Horário (saída/retorno) | Km (total percorrido) | Condições da estrada | Observações |
|---------------|-------|-------------------------|-----------------------|--|---|
| AF1 | 05/09 | 7h30 – 12h30 | 19 km | Trecho de asfalto, entrada no antigo Casarão Peruzzo e acesso à propriedade com muitas curvas fechadas em estrada de chão estreita no meio da lavoura de soja. | A família foi muito receptiva, fez questão de mostrar toda a estrutura de produção leiteira. Fez um bolo de milho para a pesquisadora e repassou a receita. |
| AF2 | 06/09 | 13h – 18h30 | 42 km | Trecho da estrada com asfalto, entrada pela Fazenda Santa Lúcia, passando porteiras, pontilhões e rebanhos de ovinos por uma estrada de chão. | A agricultora familiar fez questão de servir o doce de leite produzido com o leite da propriedade e de destacar a qualidade da sua produção. |
| AF3 | 10/09 | 8h – 12h | 17 km | Trecho da estrada com asfalto sendo o acesso à propriedade por uma estreita estrada de chão. | O agricultor parecia triste ao pensar que os filhos foram embora ficando ele e a esposa para dar conta da propriedade. |
| AF4 | 11/09 | 13h – 17h | 18 km | Trecho da estrada com asfalto e parte por estrada de chão sem muitas pedras, mas com muito barro vermelho liso. | Demonstrou-se desapontada com a falta de articulação entre os agricultores da localidade. |
| AF5 | 13/09 | 8h30 – 12h30 | 08 km | Trecho de calçamento e parte por estrada de chão com terra vermelha e sem pedras | Após a entrevista mostrou o trabalho em artesanato que aprendeu nos cursos da Emater. |
| AF6 | 14/09 | 8h – 12h | 22 km | Trecho da estrada com asfalto, entrada para a propriedade passando os eucaliptos dos Armazéns da Pirahy Alimentos. | O agricultor fez questão de mostrar o trabalho da esposa na propriedade com gratidão. Foi com a venda de verduras e pães que a agricultora garantiu o sustento da família durante a crise na lavoura. |
| AF7 | 17/09 | 13h – 17h30 | 20 km | Propriedade próxima à estrada de asfalto, com acesso à propriedade por trecho de chão. | Durante a entrevista pode-se observar a agricultora produzindo doces e compotas, enquanto um dos filhos triturava alimentos para os animais e o agricultor trabalhava na horta, uma família organizada. |

continua

| | | | | | |
|------|-------|-------------|-------|--|---|
| AF8 | 18/09 | 13h – 18h | 37 km | Trecho da estrada com asfalto, entrada pela Fazenda Lazarotto, acesso à propriedade por um corredor entre a lavoura de soja. | Após a entrevista o agricultor fez questão de apresentar toda a família, fazer uma roda de chimarrão acompanhado por produtos feitos pela esposa e pela nora. |
| AF9 | 19/09 | 13h – 18h30 | 14 km | Trecho da estrada com asfalto, entrada passando pelo Centro Terapêutico Chico Xavier. | Após a entrevista a agricultora convidou para conhecer a propriedade e provar as frutas do pomar. |
| AF10 | 24/09 | 13h – 17h30 | 15 km | Trecho de asfalto, entrada em frente Armazém de Sementes e Grãos Vizotto, com estrada de chão curvada, muito úmida e lisa em função do excesso de cascas de arroz no acostamento da estrada. | O agricultor fez questão de mostrar a sua técnica de espalhar casca de arroz na lavoura de frutos de baração para manter a umidade do solo. |
| AF11 | 19/10 | 8h – 12h | 16 km | Trecho da estrada com asfalto sendo o acesso à propriedade por uma estreita estrada de chão. | Do mesmo modo que AF3 lamentou a saída dos filhos da propriedade. |
| AF12 | 20/10 | 13h – 17h | 17 km | Trecho da estrada com asfalto sendo o acesso à propriedade por uma estreita estrada de chão, ilhada entre lavouras de soja. | O agricultor pareceu otimista quanto ao futuro da sua pequena propriedade já que foi uma das primeiras conquistas. |
| AF13 | 24/10 | 13h – 17h30 | 12 km | Trecho da estrada com asfalto sendo o acesso à propriedade por uma estreita estrada de chão ilhada entre fazendas de criação de gado. | Inicialmente um pouco retraída, aos poucos foi ficando a vontade e mostrando toda a produção e pomar. |
| AF14 | 17/10 | 13h – 18h | 28 km | Trecho da estrada com asfalto, acesso à propriedade por uma estreita estrada de chão ilhada entre fazendas de criação de gado. | Depois de desatolar o carro, teve que tomar banho e prontamente participou da entrevista com a presença da mulher e do filho. |
| AF15 | 17/10 | 13h – 18h | 28 km | Trecho da estrada com asfalto sendo o acesso à propriedade por uma estreita estrada de chão ilhada entre fazendas de criação de gado. | A agricultora fez questão de mostrar os álbuns da família, triste pelas filhas que foram embora para estudar e trabalhar. |
| AF16 | 18/09 | 13h – 18h | 37 km | Trecho da estrada com asfalto, entrada pela Fazenda Lazarotto, acesso à propriedade por um corredor entre a lavoura de soja. | A agricultora relata com muito orgulho todo o esforço diário para manutenção da propriedade, contando apenas com o apoio do filho e da nora. |

Quadro 16 – Informações do diário de campo

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Por fim, partiu-se para o processo de análise e interpretação dos dados coletados, sendo que muitas vezes foi necessário retomar o contato com os extensionistas e agricultores familiares para esclarecer algumas dúvidas e informações, por conta da própria investigação. Ressalta-se ainda que o contato com os entrevistados não foi rompido ao final das entrevistas, uma vez que a partir da realidade estudada outras proposições de pesquisa e de extensão universitária começam a ser delineadas entre a pesquisadora, enquanto docente da Universidade Federal do Pampa – campus São Borja, os extensionistas e os agricultores familiares de São Borja/RS.